

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE DE DOUTORADO

O Sul de Minas Gerais e a governança da rede de produção global do café no século XXI

Luiza Borges Dulci
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**O SUL DE MINAS GERAIS E A GOVERNANÇA DA REDE DE
PRODUÇÃO GLOBAL DO CAFÉ NO SÉCULO XXI**

LUIZA BORGES DULCI

Sob a Orientação do Professor
Sérgio Pereira Leite

Tese de doutorado submetida como
requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em Ciências Sociais, no Curso de
Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pela autora

BD881s Borges Dulci, Luiza , 1990-
 O Sul de Minas Gerais e a governança da Rede de
Produção Global do Café no século XXI / Luiza Borges
Dulci. - Rio de Janeiro, 2021.
 333 f.

 Orientador: Sérgio Pereira Leite .
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2021.

 1. Café. 2. Rede de Produção Global. 3. Economia
Política. 4. Sociologia Econômica. I. Pereira Leite ,
Sérgio , 1965-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

LUIZA BORGES DULCI

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Tese aprovada em 02/09/2021.

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Prof. Dr. SERGIO PEREIRA LEITE (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. JOHN WILKINSON (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. AARON SCHNEIDER (UNIVERSITY OF DENVER)

Prof. Dr. RODRIGO SALLES PEREIRA DOS SANTOS (UFRJ)



Emitido em 02/09/2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 11443/2021 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/09/2021 18:30)

CLAUDIA JOB SCHMITT
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: 1432841

(Assinado digitalmente em 06/09/2021 11:26)

JOHN WILKINSON
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: 387237

(Assinado digitalmente em 03/09/2021 10:54)

SERGIO PEREIRA LEITE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: 1063179

(Assinado digitalmente em 09/09/2021 10:14)

RODRIGO SALLES PEREIRA DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 088.362.697-70

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:
11443, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **02/09/2021** e o código de
verificação: **b40e3f0676**



Emitido em 02/09/2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 12554/2021 - CPDA (12.28.01.00.00.80)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/09/2021 13:12)

AARON SCHNEIDER

ASSINANTE EXTERNO

Passaporte: 673731190

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número:
12554, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **29/09/2021** e o código de
verificação: **1c3cfabaf4**

Para o Otavio,
Falta sentida em cada texto lido
Em cada linha escrita
Em cada
respiro.
Pai, você sabe que com você aqui a tese
teria sido outra e melhor.

AGRADECIMENTOS

Cursar um programa de doutorado e escrever uma tese é uma empreitada por vezes solitária, mas não deixa de ser uma jornada coletiva, na medida em que envolve o apoio de muitas pessoas. Não tenho como não iniciar essa mensagem de agradecimento à pessoa responsável pelo meu despertar e encantamento pela questão agrária, pelos temas da ruralidade, soberania alimentar, sucessão rural e desenvolvimento sustentável e solidário. Patrus, obrigada pela oportunidade de compor sua equipe no MDA junto a colegas e hoje amigos tão queridos e que me ensinam e me inspiram tanto. Nilton Tubino, Maria Fernanda Coelho, Michela Calaça, Celia Watanabe, Rodrigo Amaral, Samuel Carvalho, Severine Macedo, Elisa Guaraná, João Paulo Santos, Letícia Mendonça, Úrsula Andressa, Humberto Oliveira, Onaur Ruano e colegas da SAF. Com muito carinho, agradeço o companheirismo, disposição e aprendizado de Leonardo Taveira e Raquel Rizzi que ajudaram a colocar de pé a Assessoria de Juventude do MDA, coordenar o Comitê de juventude do Condraf e elaborar o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

A escolha do CPDA foi muito acertada e desde o início do curso me senti muito bem acolhida por professores e colegas. Um obrigada especial a meu orientador, Sérgio Leite, pela recepção, acompanhamento e oportunidade de integrar o Gemap e contar com o apoio para a pesquisa ao longo desses mais de quatro anos. Obrigada colegas do Gemap, em especial Jessica Siviero e Júnior Aleixo, companheiros de trabalho de campo e outras aventuras. Agradeço também a todas as professoras e professores do CPDA, Claudia Schmitt, John Wilkinson, Karina Kato, Renato Maluf, Leonilde Medeiros e Thereza Menezes, e do PPGSA, José Ricardo Ramalho e Rodrigo Santos, pelas aulas e ensinamentos. Ainda no CPDA, agradeço o estímulo, aprendizado e amizade de Emilia Jomalinis, Helena Lopes, Jennifer Tanaka e Luca Provenzano (no CPDA e na melhor república da vida), Marcos Alexandre, Larissa Cabral, Joice Bonfim e todos demais colegas.

A pesquisa foi viabilizada pela Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Código de Financiamento 001, a quem agradeço também pela oportunidade de realizar o estágio sanduíche de um ano na Universidade de Denver. Obrigada Prof. Aaron Schneider pelo apoio e integração junto à DU, assim como pela acolhida e amizade. Obrigada, também ao amigo Marco Cepik por fazer a ponte com o Aaron. Nos EUA tive uma vivência acadêmica incrível, com as aulas de Ilene Grabel, George deMartino, Sally Hamilton e Tim Sisk e

colegas do doutorado. Valeu demais Louis Pascarella, Michelly Geraldo, Henrique Delgado, Charlotte Markan, Susan Cossa e Birt Woodrum pelo aprendizado e parceria.

Desde o início, essa pesquisa sempre foi sobre conhecer para transformar. Por isso, agradeço a dedicação e o compromisso de vida e de luta das/os companheiras/os dos movimentos de luta pela terra, do campo, das florestas e das águas, em especial juventudes e margaridas.

Os anos dedicados à tese foram também tempos de intensa militância e construção. Valeu demais da conta Coletivo Agrário do PT, Fundação Perseu Abramo, Sexta Valente, Casa Socialista; Pontos de Luta; Economia de Francisco e Clara e nossa Vila Agricultura & Justiça; companheirada do Desajuste, economia fora da curva,; e pra fechar, obrigada todo mundo que construiu a BH do Bem Viver e que está hoje construindo o Movimento Bem Viver MG, em especial João Vitor Rodrigues, Paula Oliveira, Renata Vieira, Pedro Rosas, Luiza Galvão, Arthur Queiroz, Edgar dos Anjos, Bruna Camilo, Lucas David, Thaisa Rodrigues, Luiza Machado, Pedro Aguiar, Philippe Silva, Caio Vieira, Pat Alkmin, Lucas Gelape, Evandro Alves, Wallison Alves, Alexandre Cheddar, Mari Fontes, Maia Aguilera, Haydée Frota.

Finalmente, um agradecimento muito muito especial pelo o suporte cotidiano, inspiração de vida, companhia e amizade de mãe, pai, irmão e Ussi. Mãe e pai, obrigada pelo incentivo de sempre, suporte emocional e financeiro, provocações e ensinamentos acadêmicos, afetivos e políticos. Mãe, obrigada pelas leituras atentas, perguntas e sugestões. Irmão, obrigada pela parceria na vida. Pai, simplesmente obrigada por tudo. Você não soube que a pesquisa é sobre o café e sobre Minas Gerais, mas quem sabe esteve aqui comigo o tempo todo. Obrigada por ser inspiração, exemplo, companheiro.

RESUMO

DULCI, Luiza Borges. **O Sul de Minas Gerais e a governança da rede de produção global do café no século XXI**. 2021. 333 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

Café. Mundialmente comercializado em grãos verdes, torrado e moído, solúvel e em cápsulas, assim como em bebidas cafeinadas diversas, sua dinâmica de produção e consumo expressa uma divisão internacional do trabalho, na qual países do Sul cultivam e países do Norte consomem. O Brasil se apresenta como um ponto fora da curva, na medida em que produz mais de um terço do café do mundo e constitui-se como o segundo maior consumidor, atrás apenas dos Estados Unidos. O Sul de Minas Gerais se destaca como principal região cafeeira do país, contabilizando um terço do café nacional e dez por cento do café mundial. Nesse contexto, a pesquisa busca responder à pergunta de por que o Brasil e o Sul de Minas Gerais em particular, têm sido incapazes de capturar e usufruir de parcela expressiva da renda gerada pela rede de produção global do café? O trabalho evidencia que as dificuldades encontradas pelas regiões e pelos grupos sociais dedicados ao cultivo do café, no Brasil e no mundo, refletem arranjos de relações que sustentam padrões específicos de governança, com destaque para a regulação; a concentração e a internacionalização das empresas; e a financeirização. Acrescenta-se a isso os efeitos do chamado Paradoxo do Café, que contrasta a desvalorização dos grãos e de seus produtores nos países do Sul com a valorização nas cafeterias e supermercados dos países do Norte. A realização da pesquisa implicou o uso de fontes orais e textuais, bem como de métodos quanti e qualitativos. Fontes primárias envolvem 44 entrevistas e visitas de campo em Minas Gerais. Fontes secundárias correspondem à análise de dados sobre o mercado mundial e brasileiro de café provenientes de instituições públicas e privadas, empresas, cooperativas, universidades e institutos de pesquisa, bem como da literatura especializada no tema. Com base nas fontes analisadas sustentamos a hipótese de que a atuação dos atores privados e públicos envolvidos com o negócio do café no Brasil têm sido insuficientes para superar a condição de subordinação e reverter os padrões de desigualdade que caracterizam a rede. O mercado de cafés especiais se apresenta como uma alternativa capaz de reverter padrões de desigualdade, na medida em que abre possibilidades de encurtar circuitos de comercialização e consumo e remunerar melhor os agricultores. Porém, os dados mobilizados na pesquisa indicam que ele se encontra amplamente dominado por dinâmicas corporativas. Ademais, a crescente valorização do café no Norte se dá, sobretudo, em razão de atributos imateriais, criados no momento do consumo, de maneira que a renda auferida não é revertida aos agricultores. Diante desse contexto, questiona-se os limites das estratégias de inserção em uma rede controlada por grandes multinacionais situadas no Norte e de uma distribuição mais equitativa e justa da renda e do poder considerando o padrão de governança atual. Mudanças necessárias apontam para o fortalecimento das capacidades estatais de apoio à agricultura e indústria nacionais, bem como a construção coletiva de caminhos por mais autonomia e emancipação.

Palavras-chave: Café, Financeirização, Sistemas alimentares.

ABSTRACT

DULCI, Luiza Borges. **South Minas Gerais and the 21st century governance of the global production network of coffee**. 2021. 333 p. Thesis (Doctorate in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Department of Development, Agriculture and Society. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

Coffee. Marketed worldwide as green beans, roasted and ground, soluble and in capsules, as well as in various ready to drink beverages, its production and consumption dynamics express an international division of labor, in which countries in the South grow and countries in the North consume. Brazil presents itself as an outlier, for it produces more than a third of the world's coffee and is the second largest consumer after the United States. The south of Minas Gerais stands out as the main coffee region in Brazil, accounting for a third of the national stock and ten percent of world coffee. In this context, the present research aims to answer why Brazil, and the south of Minas Gerais in particular, is unable to capture a larger portion of the income generated by the global production network of coffee. The research shows that the difficulties encountered by regions and by specific social groups dedicated to coffee growth, in Brazil and in the world, reflect relationship arrangements that support specific governance patterns; with emphasis on private regulation, firms' consolidation and internationalization, and financialization. Added to this are the effects of the so-called Coffee Paradox, which contrasts the devaluation of beans and their producers in the South with the appreciation it receives in coffee shops and retailers in the North. The research is built from a variety of sources (oral and textual) and uses quantitative and qualitative methods. Primary sources involve 44 interviews and field work in Minas Gerais. Secondary sources correspond to the analysis of data on the world and Brazilian coffee market from public and private institutions, companies, cooperatives, universities, think tanks, and research institutes, as well as from the specialized literature on the topic. This research supports the hypothesis that the performance of private and public actors involved in the coffee business in Brazil has been insufficient to overcome the condition of subordination and reverse the patterns of inequality that characterize the network. The specialty coffee market presents itself as an alternative capable of reversing inequality patterns, as it opens up possibilities for shortening commercialization and consumption circuits and remunerating farmers in a better and fairer way. However, the data mobilized in the survey indicate that it is largely dominated by corporate dynamics. Furthermore, the growing appreciation of coffee in the North is mainly due to immaterial attributes created at the time of consumption, so that the rent earned is not reverted to farmers. With a network controlled by large multinationals located in the North, the current governance standard fails in creating a more equitable and fair distribution of income and power, demonstrating the limits of integration strategies. Necessary changes point to the strengthening of state capacities to support national agriculture and industry, as well as the collective construction of trajectories for more autonomy and emancipation.

Keywords: Coffee; financialization; food systems.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 Expansão da área plantada de café no Brasil, anos selecionados entre 1973 e 2018	45
Figura 1.2 Área colhida de café Arábica, 2017	46
Figura 1.3 Área colhida de café Canephora, 2017	47
Figura 1.4 Espacialização da área colhida do café Arábica em Minas Gerais (2017)	50
Figura 1.5 Espacialização do número de estabelecimentos que cultivam café Arábica em Minas Gerais (2017)	50
Figura 1.6 Espacialização do número de pés de café Arábica no estado de Minas Gerais (2017)	51
Figura 1.7 Espacialização da quantidade de café Arábica produzido em Minas Gerais (2017)	51
Figura 1.8 Espacialização do valor da produção de café Arábica de Minas Gerais (2017)	52
Figura 1.9 Rotas comerciais típicas dos cafés Sul de Minas	86
Figura 2.1 Rede de órgãos públicos de apoio ao café no Brasil.....	114
Figura 2.2 Rede de organizações privadas do café no Brasil	122
Figura 2.3 Produção global de café, segundo práticas convencionais e a adoção de padrões voluntários de sustentabilidade (2008-2016).	130
Figura 2.4 Volume de café certificado em 2016 (medido em sacas de 60kg).....	134
Figura 3.1 Cinco maiores comercializadoras de café verde do mundo (2018).	158
Figura 3.2 Market share das torrefadoras de café em 2016.....	163
Figura 3.3 Principais aquisições da Nestlé, JAB e Lavazza entre 2012 e 2018.	164
Figura 3.4 Logomarcas das empresas de café controladas pelo Grupo 3Corações.....	173
Figura 5.1 Embalagem de café Verdemar, vencedor do concurso Emater/MG de 2019	256
Figura 5.2 Embalagem do Café Feminino Orgânico Coopfam.....	257

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 Estoques e valores de café importados pelos Estados Unidos (1888-2002).	111
Gráfico 3.1 Volume de exportação de café do Brasil e de todos os países exportadores entre as safras de 1990/91 e 2018/19 (milhares de sacas de 60kg).	150
Gráfico 4.1 Preço das commodities agrícolas, minerais e de energia nos mercados internacionais entre os anos de 1992 e 2011	214
Gráfico 4.2 Preço médio das sacas de café comercializadas pela Cooxupé nos meses de julho entre 1994 e 2020 (valores em US\$)	215
Gráfico 4.3 Variação dos preços das terras nos municípios de Guaxupé e Varginha - MG (Café Arábica) (R\$/ha)	243
Gráfico 4.4 Variação dos preços das terras no município de Alfenas - MG (Café Arábica) (R\$/ha)	243
Gráfico 4.5 Variação dos preços das terras no município de Lavras - MG (Café arábica) (R\$/ha)	244
Gráfico 4.6 Variação dos preços das terras no município de Carmo de Minas - MG (Café arábica) (R\$/ha)	244
Gráfico 4.7 Percentual das valorizações dos preços das terras no sul de Minas Gerais (Café Arábica)	245
Gráfico 4.8 Percentual das valorizações dos preços das terras no Sul de Minas Gerais (Pastagem Formada) (2004 - 2019).....	245

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Informações gerais das lavouras cafeeiras brasileira e mineira das espécies Arábica e Canephora (2017).....	49
Tabela 1.2 Grupos de áreas dos estabelecimentos que cultivam café arábica no Brasil, em Minas Gerais e no Sul de Minas Gerais, segundo número e percentual de estabelecimentos rurais (2017).	55
Tabela 1.3 Perfil dos cooperados da Cooxupé segundo número de produtores e volume de sacas em 2019	55
Tabela 1.4 Número e proporção de estabelecimentos agropecuários que fizeram uso de insumos químicos, municípios visitados do Sul de Minas, 2017	61
Tabela 1.5 Estabelecimentos agropecuários que possuem maquinários conforme o tipo, municípios visitados do Sul de Minas, 2017	64
Tabela 3.1 Produção, consumo doméstico e exportações de café dos 10 maiores países produtores do grão na safra de 2017/18.....	145
Tabela 3.2 Dez maiores importadores de café em 2013	146
Tabela 3.3 Re-exportações dos dez maiores importadores de café em 2013	147
Tabela 3.4 Market share das cinco principais torrefadoras presentes no Brasil (2019).	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 Dez principais municípios mineiros nas estatísticas de café Arábica	53
Quadro 1.2 Módulo fiscal por região intermediária.....	54
Quadro 2.1 Vigência dos Acordos Internacionais do Café	102
Quadro 3.1 As dez maiores empresas associadas da Associação Brasileira da Indústria de Café em 2004 e 2018	175
Quadro 3.2 Relação das operações de fusão e aquisição no setor cafeeiro brasileiro entre 1990 e março de 2016.....	180
Quadro A 1 Relação dos atores entrevistados	323
Quadro B 1 Associados ao Centro de Comércio do Café de Minas Gerais (CCC-MG).....	326
Quadro C 1 Listagem não exaustiva de fazendas cafeeiras do Sul de Minas com área superior a 100 hectares	331

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECAFÉ	-	Associação Brasileira dos Exportadores de Café
ABIC	-	Associação Brasileira da Indústria do Café
ABICS	-	Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel
ACAR	-	Associações de Crédito e Assistência Rural
ACC	-	Adiantamento sobre Contrato de Câmbio
ACE	-	Adiantamento sobre Cambiais Entregues
ACE	-	Alliance for Cup Excellence
ADERE	-	Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais
AIC	-	Acordo Internacional do Café
ALMG	-	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ANATER	-	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANT	-	Actor Network Theor
ATER	-	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATO	-	Alternative Trading Organisations
<i>B2B</i>	-	<i>Business-to-business</i>
BANCOOB	-	Banco Cooperativo do Brasil S.A.
BBF	-	Bolsa Brasileira de Futuros
BIS	-	Bank of International Settlements
BM&F	-	Bolsa de Mercadorias e Futuros
BMSP	-	Bolsa de Mercadorias de São Paulo
BNB	-	Banco do Nordeste
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	-	Bolsa de Valores de São Paulo
BSCA	-	Brazilian Specialty Coffee Association
CAPEBE	-	Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança Ltda
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBC	-	Comitê Brasileiro do Café
CBOT	-	Chicago Board of Trade
CCC-MG	-	Centro de Comércio do Café de Minas Gerais

CCPR	-	Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais
CD	-	Centros de Distribuição
CDCA	-	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio
<i>CDD</i>	-	<i>Community driven development</i>
CDI	-	Certificado de Depósito Interbancário
CDPC	-	Conselho Deliberativo da Política do Café
CECAFÉ	-	Conselho Nacional dos Exportadores de Café
CFS	-	Comitê de Segurança Alimentar Mundial da FAO
CGEE	-	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
<i>CIF</i>	-	<i>Cost, insurance and freight</i>
<i>CIF</i>	-	<i>Commodity Index Fund</i>
CIM	-	Centro de Inteligência em Mercados
CNA	-	Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNC	-	Conselho Nacional do Café
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCAPEC	-	Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas
COCATREL	-	Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas
COCCAMIG	-	Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais
CODEMIG	-	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB	-	Companhia Nacional de Abastecimento
CONFAZ	-	Conselho Nacional de Política Fazendária
CONTAG	-	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
COOPFAM	-	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região
COOXUPÉ	-	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé
COPAM	-	Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais
CPDOC	-	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPR	-	Cédula do Produto Rural
CQI	-	Coffee Quality Institute
CRA	-	Certificados de Recebíveis do Agronegócio
CREAI	-	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CSCE	-	Coffee, Sugar and Cocoa Exchange
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
DN	-	Deliberação Normativa
DNC	-	Departamento Nacional do Café
DNOS	-	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DOC	-	Denominação de Origem Controlada
e-CAFÉ	-	Centro Tecnológico de Comercialização Online de Café
EMATER-MG	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	-	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAMIG	-	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
EPI	-	Equipamentos de proteção individual
FAC	-	Financiamento para aquisição de café
FAEG	-	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás
FAEMG	-	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FAO	-	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPERJ	-	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FEBEC	-	Federação Brasileira dos Exportadores de Café
FEDECAFE	-	Federación Nacional de Cafeteros de Colombia
FEMAGRI	-	Feira de máquinas, implementos e insumos agrícolas
FETAEMG	-	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FINEP	-	Financiadora de Estudos e Projetos
FJP	-	Fundação João Pinheiro
FLO	-	Fairtrade Labelling Organizations International

FMI	-	Fundo Monetário Internacional
FPA	-	Frente Parlamentar da Agricultura
FUNCAFÉ	-	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
FUNRURAL	-	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEE	-	Gases de efeito estufa
GEF	-	Fundo Mundial para o Meio Ambiente
GEMAP	-	Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas
GERCA	-	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
<i>GSCI</i>	-	<i>Goldman Sachs Commodity Index</i>
HA	-	Hectares
IAA	-	Instituto do Açúcar e do Alcool
IAC	-	Instituto Agrônomo de Campinas
IAPAR	-	Instituto Agrônomo do Paraná
IBC	-	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	-	International Coffee Council
ICE	-	Intercontinental Exchange
ICMS	-	Imposto Comercial sobre Mercadorias e Serviços
IDEC	-	Instituto de Defesa do Consumidor
IDPC	-	Instituto de Defesa Permanente do Café
IF SUL DE MINAS	-	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFOAM	-	International Federation of Organic Agriculture Movements
IG	-	Indicações de Origem Geográfica
IICA	-	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMA	-	Instituto Mineiro de Agropecuária
INAES	-	Instituto Antônio Ernesto de Sálvio
INCAPER	-	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INOVACAFÉ	-	Agência de Inovação do Café
INPI	-	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
INTC-CAFÉ	-	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café

IOIA	-	Independent Organic Inspector Association
IPCA	-	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPCC	-	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
IPI	-	Imposto sobre Produtos Industrializados
<i>IPO</i>	-	<i>Initial Public Offering</i>
IPTU	-	Imposto Predial Territorial Urbano
ISS	-	Imposto Sobre Serviços
ITR	-	Imposto Territorial Rural
IWCA	-	International Women's Coffee Alliance
JDE	-	Jacobs Douwe Egberts
LCA	-	Letras de Crédito do Agronegócio
LIFFE	-	London International Financial Futures Exchange
LMR	-	Limites Máximos de Resíduos
MAPA	-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCR	-	Manual de Crédito Rural
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	-	Ministério da Educação
MEXPAR	-	Metodologia Participativa de Extensão Rural
MINASUL	-	Cooperativa Agroindustrial de Varginha
MPT	-	Ministério Público do Trabalho
MRE	-	Ministério das Relações Exteriores
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<i>NDF</i>	-	<i>Non Deliverable Forward</i>
NKG	-	Neumann Kaffee Gruppe
NYBOT	-	New York Board of Trade
OC	-	Orçamento das Operações Oficiais de Crédito
OCDE	-	Organização da Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
OCEMG	-	Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
ODS	-	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIC/ICO	-	Organização Internacional do Café
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
ONU	-	Organização das Nações Unidas

OPEP	-	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OTC	-	<i>Over-the-counter</i>
P,D & I	-	Pesquisa, desenvolvimento e inovação
PAD	-	Agricultura de Precisão para o Desenvolvimento
PEC	-	Proposta de Emenda à Constituição
PESAGRO-RIO	-	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PGPM	-	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIS/PASEP	-	Programa Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOCENTRO	-	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	-	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMP	-	Programa Nacional de Apoio aos Produtores Rurais de Médio Porte
PRRC	-	Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais
PSP INVESTMENTS	-	Public Sector Pension Investment Board
PTF	-	<i>Proprietary trading firm</i>
RPG	-	Rede de Produção Global
RTD	-	<i>Ready to drink</i>
SCA	-	Specialty Coffee Association
SCAA	-	Specialty Coffee Association of America
SEAPA/MG	-	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
SECTES	-	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais
SEEG	-	Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima
SEMAD	-	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
SENAR	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIC	-	Semana Internacional do Café

SICOOB	-	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SINDICAFÉ	-	Sindicato da Indústria do Café do Estado de Minas Gerais
SINTRAMOMEG	-	Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Varginha
SMI	-	Supplier-managed inventory
SNCR	-	Sistema Nacional de Crédito Rural
STARBUCKS C.A.F.E.	-	Coffee and Farmer Equity
STR	-	Sindicato das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	-	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRAM	-	Superintendência Regional de Meio Ambiente de Minas Gerais
TAR / ANT	-	Teoria do Ator-Rede
TIAA CREF	-	Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund
UA	-	Unidade Animal
UESB	-	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFLA	-	Universidade Federal de Lavras
UFV	-	Universidade Federal de Viçosa
UNIFAL	-	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI	-	Universidade Federal de Itajubá
USDA	-	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VBP	-	Valor Bruto da Produção
VSS	-	<i>Voluntary sustainability standards</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 NA TRILHA DO CAFÉ: TRAJETÓRIAS DOS GRÃOS DO SUL DE MINAS PARA O MUNDO	42
1.1 Histórico da espacialização do café sul mineiro	42
1.2 Cartografia do café do Sul de Minas Gerais hoje	47
1.3 Mapeando a rede do café do Sul de Minas	59
2 A REGULAÇÃO DA REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL DO CAFÉ	95
2.1 A estruturação da regulação pública do mercado cafeeiro (1906-1989).....	95
2.1.1 Dos primórdios da regulação cafeeira à crise de 1929	96
2.1.2 As primeiras experiências de cooperação internacional e a instituição de estruturas nacionais de regulação	98
2.1.3 Os Acordos Internacionais do Café	100
2.2 A transição público-privada na regulação do mercado cafeeiro mundial (1990 aos dias de hoje)	107
2.2.1 Mudança de agenda.....	108
2.2.2 Os órgãos públicos ligados ao café no Brasil na atualidade	112
2.2.3 A rede de organizações privadas do café no Brasil.....	122
2.3 A emergência e a consolidação do modelo de regulação privada.....	127
2.3.1 Certificações e Indicações Geográficas	131
2.3.2 Transparência e opacidades: o que mostram e o que não mostram os mecanismos de regulação privada.....	137
3 A ESTRATÉGIA DA CONCENTRAÇÃO	143
3.1 A geografia do café no mundo	145
3.1.1 A singularidade brasileira na divisão internacional do trabalho do café	151
3.2 A dinâmica de concentração das firmas no mercado mundial de café	156
3.2.1 A concentração nas comercializadoras	156
3.2.2 A concentração nas torrefadoras	161
3.2.3 As dez maiores torrefadoras de café na atualidade	167
3.3 O mercado brasileiro de café.....	174
3.3.1 A internacionalização do mercado brasileiro de café	178

3.3.2	A indústria brasileira de café solúvel e a lei que proíbe a importação de café	182
3.4	A concentração no varejo e as novas tendências de consumo de café.....	189
3.4.1	O poder das marcas e a questão da qualidade	194
4	A ESTRATÉGIA DA FINANCEIRIZAÇÃO	200
4.1	Sentidos do distanciamento: Comodificação e financeirização do café	201
4.2	Interpretando a financeirização e seus reflexos no setor agrícola.....	208
4.2.1	A comunalidade da ‘especulação’	216
4.2.2	Financiamento e Crédito	219
4.3	Estratégias de financeirização do café no Sul de Minas Gerais.....	232
4.3.1	Ipanema Coffees.....	233
4.3.2	Grupo Montesanto Tavares	235
4.3.3	Cooxupé	237
4.4	Financeirização e mercado de terras no Sul de Minas Gerais.....	239
5	O QUE MUDA COM A EMERGÊNCIA DOS CAFÉS ESPECIAIS?.....	249
5.1	Produção e descoberta dos cafés especiais.....	251
5.1.1	A produção da geohistória	252
5.1.2	Um actante peculiar: as amostras.....	258
5.1.3	Descobrimos os cafés especiais	260
5.2	Encurtar os circuitos é eliminar intermediários?.....	264
5.3	O reposicionamento das torrefadoras e varejistas	272
5.4	Uma nova lógica de preços?	279
	CONCLUSÕES.....	287
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	300
	ANEXO A	323
	ANEXO B	326
	ANEXO C	331

INTRODUÇÃO

Café. Uma das bebidas mais consumidas no mundo, faz parte da cultura alimentar do Oriente e do Ocidente. Originário da Etiópia, o café veio a ser cultivado comercialmente no Iêmen por volta do século XV. Adotado pela cultura islâmica, chegou à Meca e viajou para Java, Índia, Irã, Turquia, Marrocos e países da atual África ocidental. Dominada pelos holandeses, Java foi a primeira colônia europeia a iniciar o cultivo de café, na década de 1690. Em 1715, os franceses transportaram sementes de café do Iêmen para Réunion, colônia situada no Oceano Índico. Na década de 1720 o café passou a ser cultivado na América, sobretudo nas ilhas da América Central – Haiti, Jamaica, Martinica e Guianas (TOPIK, 2004). Chegou ao Brasil, mais especificamente em Belém do Pará, em 1727, trazido da Guiana Francesa pelo Sargento Mor Francisco de Mello Palheta. A partir daí a cultura foi experimentada nas regiões Norte e Nordeste da então colônia portuguesa, até se consolidar na região Sudeste em meados do século XIX.

A breve liderança fluminense foi suplantada pela produção cafeeira paulista no início do século XX e até os anos 1970 São Paulo e Paraná mantiveram-se como os principais produtores. Desde as geadas que os atingiram em 1975, Minas assumiu a liderança nacional e o Sul de Minas tornou-se a principal região cafeeira do país.

De meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, o café foi uma das principais fontes de acumulação da economia nacional, responsável pelo financiamento de grande parte da industrialização de bens de consumo e de investimentos em logística no Brasil, com destaque para o estado de São Paulo e, em menor monta, Rio de Janeiro e Minas Gerais (SILVA, S., 1976; LIMA, 1981; DULCI, 1999; BELTRÃO, 2009 e outros). Com o processo de industrialização ao longo do século XX a agricultura perdeu importância relativamente à indústria e, mais recentemente, aos serviços. Todavia, o café se mantém como principal cultura permanente do país e a segunda fonte de exportações do estado de Minas Gerais, com ênfase na produção sul mineira. Assim, cabe indagar: qual o papel do negócio cafeeiro na economia nacional e do Sul de Minas em particular na contemporaneidade?

Para responder a esta e outras questões, o recorte temporal do estudo privilegia o período que vai do fim das cláusulas do AIC (Acordo Internacional do Café), em 1989, em diante. Contudo, alertamos que esse limite temporal não será respeitado à risca, na medida em que seja necessário situar certos elementos que remontam momentos anteriores. Dentre esses, ressaltamos os acontecimentos posteriores às geadas de 1975, concomitantes a um conjunto de mudanças no

âmbito da governança da Rede de Produção Global (RPG) do café, em especial no que tange à consolidação das empresas transnacionais do sistema agroalimentar e ao início da transição da regulação pública para a privada no setor cafeeiro.

O café e sua rede de produção global

O café é hoje mundialmente comercializado na forma de grãos verdes, torrado e moído, solúvel e em cápsulas, bem como na forma de bebidas cafeinadas diversas. A maior parte do cultivo se dá em países de clima tropical, do chamado Sul global. O Brasil é, de longe, o maior produtor, responsável por mais de um terço do cultivo mundial. Minas Gerais é hoje o principal estado cafeeiro do país, cuja produção se distribui por quatro regiões principais: Sul de Minas; Matas de Minas (antiga Zona da Mata); Cerrado Mineiro e Chapadas de Minas. Do Sul provém cerca de 30% do café brasileiro e 10% do café de todo o mundo. A região concentra pequenos, médios e grandes cafeicultores, reúne armazéns-gerais, plantas de beneficiamento e indústrias torrefadoras, além de corretoras e exportadoras de café, tanto nacionais quanto transnacionais.

Os caminhos percorridos pelo café brasileiro – e sul mineiro em particular – até os mais variados mercados europeus, asiáticos e norte americano compreendem uma complexa rede de atores e paisagens. A dispersão espacial do café é acompanhada pela fragmentação da produção, o que resulta em uma divisão de competências entre as regiões que o cultivam e aquelas que o transformam e o comercializam. Ao mesmo tempo em que se encontra espacialmente dispersa, a produção se organiza a partir de uma integração funcional que liga agricultores, firmas, institutos de pesquisa, organizações sociais, consumidores e Estados em torno do café.

Tal configuração nos permite examinar as relações em torno da produção cafeeira a partir da chave analítica da Rede de Produção Global (RPG), unidade intermediária de análise, maior que os Estados nação, porém menor que o sistema-mundo (TALBOT, 2004). Esta abordagem considera que as características da rede e os arranjos que a governam são produzidos coletivamente pelo conjunto de seus participantes, agentes econômicos e não econômicos, observadas as desigualdades de escala e de poder entre os mesmos. Este enquadramento é “um esforço de compreender a complexidade da globalização econômica [...] capaz de oferecer uma leitura analítica sobre as transformações internacionais na distribuição da produção e do consumo – e a viabilidade de diferentes estratégias de desenvolvimento às quais elas se relacionam” (HENDERSON et al, 2011,

p. 5). Nesse sentido, se aproxima em alguma medida da abordagem dos sistemas alimentares, que "constituem conjuntos complexos conformados pelos fluxos de interdependência entre seus componentes cuja evolução envolve complementaridades, conflitos e contradições" (MALUF, 2021, p. 2) imersos em uma problemática essencialmente multiescalar.

Ao analisar a RPG do café, a intenção é compreender as relações em torno da sua produção, transformação, distribuição, consumo e descarte. Para tanto, dedicamos especial atenção às estruturas de governança, isto é, "as relações de poder e autoridade que determinam como recursos financeiros, materiais e humanos são alocados e fluem no âmbito da cadeia" (GEREFFI e KORZENIEWICZ, 1994, p. 97). É, portanto, de nosso interesse, compreender como os "mecanismos de coordenação sistêmica", para usar termo da literatura dos sistemas alimentares, possibilitam a captura da riqueza e da renda por certos atores em detrimento de outros.

Inspirado nas abordagens de Knowles (2017) e Maluf (2021), este estudo toma o café como elemento nucleador das relações e, conseqüentemente, da análise. Ele "é, ao mesmo tempo, o personagem central desta história e sua ferramenta-chave de investigação" (KNOWLES, 2017, p. 21).

Ao mirar este conjunto de conexões, a *pergunta que orienta* esta tese é: *Por que o Brasil e a região do Sul de Minas em particular, têm sido incapazes de capturar e usufruir de parcela expressiva da renda gerada na rede de produção global do café?*

A elaboração da pergunta orientadora leva em conta e, simultaneamente, problematiza os principais traços da divisão internacional do trabalho que, grosso modo, opõe países do Sul, que cultivam o grão, e países do Norte, que o comercializam e o consomem. Este não é o caso do Brasil. Sua condição o distingue dos demais países produtores na medida em que é também o segundo maior consumidor de café do mundo, atrás somente dos Estados Unidos. O Brasil se particulariza ainda por ter desempenhado durante quase todo o século XX papel central nas negociações internacionais relativas ao café. Esse protagonismo vigorou até fins da década de 1980, quando fatores domésticos e externos vieram a fortalecer o papel das firmas e da regulação privada na economia mundial. Os movimentos de concentração do capital e a formação das empresas transnacionais, característicos do II Regime Agroalimentar (FRIEDMANN e MCMICHAEL, 1989), em curso desde fins dos anos 1960, intensificaram-se com o fim das cláusulas econômicas do AIC em 1989. De lá para cá, a capacidade do Brasil de influenciar a governança da RPG e de capturar maiores parcelas da renda reduziu-se sensivelmente.

Assim, sobre a singularidade brasileira, ainda que possua vantagens locais, produtivas, de consumo e de pesquisa e inovação, no âmbito político, ou melhor, da economia política, o Brasil não usufrui dos benefícios do Norte, sendo, portanto, submetido ao conjunto de regras que costumeiramente recaem sobre as periferias do capitalismo mundial.

Torna-se evidente, portanto, que as dificuldades encontradas pelas regiões e pelos segmentos dedicados ao cultivo do café, no Brasil e no mundo, decorrem de arranjos de relações que sustentam padrões específicos de controle sobre a governança da rede. Por conta disso, uma indagação diretamente associada à indagação original é: *o que o Sul de Minas Gerais nos diz sobre a governança da rede de produção global do café?*

Tal pergunta requer a compreensão de quais atores têm mais poder e capacidade de influenciar a organização da produção cafeeira; quais as presentes características do setor; quem são os principais produtores e consumidores de café; como o café é consumido; de que forma se dá a regulação da produção e do consumo; e como é distribuída a renda gerada na rede.

Considerando essas questões, avaliamos que a atuação dos atores privados e públicos envolvidos com o negócio do café no Brasil parece não convergir para a superação de nossa condição de subordinação e reversão dos padrões de desigualdade que caracterizam a rede. Isso ocorre por uma série de razões ligadas às características gerais da economia política mundial, a fatores particulares do Brasil, bem como a aspectos próprios do mercado cafeeiro. A hipótese aqui sustentada identifica *a internacionalização do capital como o aspecto essencial desse modelo de governança que favorece os atores do Norte*. Mostramos como esse impulso globalizante, dirigido por grandes corporações do sistema agroalimentar, promove a concentração do capital, enfraquece a regulação pública e intensifica a financeirização. É notável o fato dos interesses internacionais encontrarem eco e suporte em muitos atores brasileiros, o que nos leva a questionar em que medida a atuação dos atores nacionais tem sido insuficiente para reverter nossa condição de subordinação ou, ao invés, não possui esse objetivo e se vê acomodada na presente divisão internacional do trabalho. A esse respeito cabe indagar sobre os sentidos e alcances da própria categoria nacional, crescentemente tensionada pelos processos de monopolização do capital comandados desde o Norte.

O olhar sobre os movimentos de concentração e internacionalização do capital parte do interesse em examinar a globalização como processo, projeto e prática (WILLIAMS *et al*, 2013). De mais a mais, o mapeamento e a compreensão das estratégias de controle da governança reforçam

"a necessidade de observação e compreensão de como os 'dominantes dominam', como agem politicamente, como lutam contra outras classes para preservar sua situação e posição ou atingir novos patamares" (DREIFUSS, 1986, p. 276).

De 1989 para cá, a principal estratégia dos agentes nacionais, privados e públicos, tem sido ampliar o comércio internacional do café. Seu fracasso relativo advém de dois aspectos principais. O primeiro é o fato de que a ampliação do comércio não se traduz necessariamente em aumento da renda e em desenvolvimento (RODRIK, 1997; SUBASAT, 2003; SHADLEN, 2005; DeMARTINO, 2011 e outros). O segundo aspecto deriva do que a literatura chama de *Paradoxo do Café*, que observa a desvalorização do café e de seus produtores no Sul, concomitantemente ao aumento dos preços e a valorização do consumo no Norte (DAVIRON e PONTE, 2005). Ele se dá em sintonia com os movimentos da “virada da qualidade” (NIEDERLE, 2013), também observados nos mercados de vinhos, queijos, especiarias, chás e outros.

O Paradoxo do Café nos leva a uma situação em que os principais países e empresas que comercializam e promovem o consumo de café no mundo (com destaque para torrefadoras e em menor escala cafeterias, *traders* e supermercados) capturam a maior parte da renda gerada na rede. Isso ocorre sobretudo porque desenvolvem e vendem produtos de maior valor agregado e ofertam serviços que exploram atributos imateriais associados ao café. Cafés especiais, bebidas cafeinadas, o ambiente aconchegante e descolado das cafeterias e o exotismo das plantações nos países do Sul são alguns dos atributos tidos como imateriais cuja renda não é revertida aos agricultores. Muito embora o valor imaterial também provenha de trabalho humano, que extrai e ou transforma a natureza em algum canto da rede global, fato é que este trabalho não é remunerado – ou devidamente remunerado –, sendo, portanto, passível de ser enquadrado como imaterial. Em razão disso, as estratégias de ampliação da comercialização do café verde dificilmente alcançam – e menos ainda controlam – as principais vias de geração de valor na rede de produção global do grão (FITTER e KAPLINSKY, 2001).

Essa arquitetura favorece a geração e concentração da renda, proveniente de uma situação na qual as partes que controlam determinado conjunto de recursos são capazes de se beneficiar da escassez e se isolar da concorrência (KAPLINSKY, 2005).

A renda é também e sobretudo fonte de poder. Grabs e Ponte (2019) examinam a distribuição do poder na rede de produção global do café e investigam as razões da manutenção do controle por torrefadoras e varejistas. Para tanto, identificam quatro fontes de poder: i) poder de

barganha entre os atores (fornecedores e firmas líderes); ii) poder demonstrativo, que visa induzir certos comportamentos nos fornecedores; iii) poder institucional, proveniente de ações coletivas; e iv) poder constitutivo (*constitutive power*), que advém de ações coletivas não propriamente coordenadas ou consensuais sobre um conjunto de normas ou estratégias comuns. Considerando o período que vai da constituição dos AIC (1962) aos dias atuais, os autores mostram o enfraquecimento do poder institucional, exercido em grande medida pelos Estados produtores; a manutenção do poder de barganha das torrefadoras, associado ao poder demonstrativo; e a emergência do poder constitutivo de consumidores e pequenos cafeicultores. Analisam ainda como muitos dos sinais de movimentos disruptivos advindos das movimentações de consumidores e produtores no âmbito dos cafés especiais vêm sendo interrompidos, enfraquecidos e desvirtuados pela entrada das grandes corporações – aspecto corroborado nesta pesquisa.

A despeito das pressões conservadoras, a especificidade do café como cultivo tropical, que requer altitudes e condições edafoclimáticas específicas, alimenta o poder de barganha em potencial dos países que o cultivam. Ou seja, os pés de café podem render a captura de parcelas mais expressivas da renda, desde que os países saibam aproveitar sua vantagem comparativa (DAVIS, KAPLINSKY e MORRIS, 2018; WILSON, 2013). Será esse o caso do Brasil e do Sul de Minas, na atualidade?

Por que estudar a governança da rede de produção global do café?

Distintas perspectivas teóricas e conceitos se dedicam a explicar o conjunto de relações e interdependências no campo dos estudos de desenvolvimento. Herdeira de parte destes esforços analíticos de descrição e teorização acerca da organização da produção, a abordagem da RPG se beneficia de campos tão variados como sistema-mundo, teoria da dependência, *filière*, cadeia global de valor, cadeia global de *commodity* e teoria do ator rede.

Partindo do entendimento de que a noção de rede pode ser útil “sempre que a ação for redistribuída” (LATOUR, 2010, p. 2), este enquadramento se apresenta mais amplo que o das cadeias, na medida em que se constrói a partir dos conceitos de ‘produção’ ao invés de ‘commodity’ e de ‘rede’ ao invés de ‘cadeia’. A ‘produção’ indica os processos sociais envolvidos no fazer dos bens e serviços, combinando conhecimento, terra, capital e trabalho. A ampliação dos participantes da rede é outra característica que diferencia a RPG em relação às abordagens de cadeias. Verifica-

se, portanto, a intenção de incorporar um conjunto mais amplo de atores, além das firmas e Estados, seja na análise da organização, seja na contabilização dos impactos do processo produtivo para aqueles direta ou indiretamente a ele associados.

De acordo com Wilson (2013), porque se pretende mais ampla e aberta, o potencial explicativo da RPG se vê comprometido por sua riqueza analítica. Para o autor, enquanto as abordagens de cadeias não apenas descrevem, mas fornecem explicações e esperam até mesmo poder antecipar mudanças, a RPG é, na melhor das hipóteses, descritiva.

Ao invés de perceber esta característica como uma falha, a teoria do ator-rede entende que o alcance descritivo é ele mesmo o papel analítico de uma abordagem de rede – descrever as associações e, sempre que possível, deixar que os atores falem por eles mesmos. Tal descrição será tanto mais fiel quanto mais completo for o conjunto de atores e relações incorporados ao mapeamento. Assim, ao invés de inferir explicações, o papel de uma abordagem de rede é construir o complexo de relações e mostrar como ele se organiza. Nessa linha, entendemos que um dos papéis da análise descritiva é puxar fios que resgatam e problematizam aspectos históricos e, portanto, nos ajudam a compreender como e por que chegamos onde estamos hoje. Com isso em mente, o presente estudo se lança ao empreendimento da tessitura da rede do café a partir do Sul de Minas e busca explicar o social, ao invés de tomá-lo como explicação (LATOUR, 2012).

O diálogo entre os relatos e o cruzamento das observações nos leva à elaboração de conceitos e categorizações sociológicas, que impulsionam a ruptura epistemológica com o senso comum. Torna-se então possível a construção dos esquemas analíticos empregados no mapeamento das questões extraídas da realidade dos atores e suas respectivas comunidades sociotécnicas. A mirada para os relatos e estratégias de dominação deve nos permitir identificar caminhos para reverter ou atenuar as assimetrias de poder.

Como se vê, a opção analítica desta tese é partir da observação concreta das conexões locais e investigar quais são e como se dão os nós de ligação com o plano global. Em sintonia com o método weberiano entendemos que a compreensão dos sentidos e significados de parte da realidade nos ajuda a compor uma leitura do todo. Combinadas a outras pesquisas, espera-se que os resultados desta análise possam contribuir para a descrição de redes ainda mais amplas, que retratam partes das realidades mineira, brasileira, latinoamericana e global.

Nosso exame da dinâmica da rede e da matriz de desigualdades que marca os atores e relações nela estabelecidas envolve três aspectos principais: o valor, o poder e o contexto

(*embeddedness*). O valor é analisado em termos de criação, agregação e captura. Já a distribuição do poder considera atores corporativos, institucionais e sociedade civil (*collective actors*). Por fim, o contexto é composto das características territoriais e do histórico de relações previamente (*path dependence*) nas múltiplas escalas de vigência da rede (HENDERSON et al, 2011; LAZZARINI, 2011; WILSON, 2013). Cabe ressaltar que por se tratar de estruturas politicamente contestadas *per se*, as redes são dinâmicas, cuja estabilidade é fugaz e produto de constantes conflitos, negociações e cooperação entre as partes em questão.

Wilson (2013) propõe examinar a governança a partir de três aspectos principais: i) as vantagens específicas (recursos materiais e imateriais, que as partes possuem); ii) a existência de interesses mútuos entre as partes, que podem levar a mais ou menos conflitos ou cooperação entre elas; e iii) características institucionais, ligadas à regulação internacional e nacional, e ao histórico de práticas e culturas dos atores e do ambiente político adjacente. No caso do café, a estes três aspectos acrescentaríamos outros dois: o poder de barganha dos trabalhadores, (agrícolas e não agrícolas); e os movimentos de contestação dos mercados e de politização do consumo. A questão do trabalho e a dimensão do consumo são componentes importantes da movimentação da rede global do café. Como se verá adiante, este estudo não aprofundou especificamente esses temas, os quais demandariam maior tempo e pesquisa de campo. Permanecem, assim, como agenda de pesquisa futura.

Outro guia para o nosso olhar sobre a governança são os arranjos e padrões de relação entre os atores. A tipologia da governança elaborada por Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005) constitui um dos principais estudos de referência no assunto. Interessados em investigar arranjos que permitam que firmas de países em desenvolvimento possam galgar posições nos mercados globais, os autores analisam variações no grau de controle (verticalização ou internalização) das atividades no âmbito das firmas, com base na teoria dos custos de transação de Ronald Coase. Ou seja, examinam o grau de autonomia dos fornecedores em relação às firmas líderes. Mostram que o grau máximo de autonomia é verificado na governança de *mercado* ou *concorrencial*, ao passo que o maior nível de controle é verificado na governança *hierárquica*, caracterizada pela internalização ou integração vertical dos processos produtivos em uma mesma firma. Entre esses dois pólos encontram-se as formas de governança em *rede*, que podem ser i) *modulares*; ii) *relacionais*; e iii) *cativas*.

A métrica da autonomia *versus* controle leva em conta: i) a complexidade das transações e dos fluxos de informações em jogo (nível de diferenciação ou codificação dos processos e produtos, demanda *just-in-time*, etc); ii) a confiabilidade das informações entre as partes (caso das certificações de qualidade e cumprimento de exigências ambientais e trabalhistas); e iii) a capacidade dos ofertantes de atender a demanda esperada pelas firmas líderes.

Nossa análise da governança da rede de produção global do café entende que ela transita entre as três modalidades em *rede*. Grandes cooperativas certamente possuem maior poder de barganha, mas ainda assim dependem das firmas líderes para escoar sua produção. Pequenas associações e cooperativas não possuem força para influenciar a relação com as firmas líderes e são inteiramente tomadoras de preços. Os agricultores, por sua vez, também se veem altamente dependentes, nesse caso de uma sucessão de atores (cooperativas, corretores, exportadores, torrefadores, supermercados, cafeterias).

Aspectos *modulares* compreendem a exigência de entrega de cafés conforme as necessidades dos clientes e os níveis de coordenação explícita e de desigualdade de poder entre as partes. Já traços *relacionais* sobressaem no contexto dos cafés especiais, com interações mais complexas entre compradores e vendedores, que em geral resultam em dependências mútuas e em altos graus de especificidade de produtos. Ainda no rol relacional encontram-se os valores e as práticas de tipo familiar, étnico e de reputações, bem como a valorização da origem dos cafés, que relativizam as assimetrias de poder, já que ambas as partes têm competências chave para o processo. Finalmente, características do tipo de rede *cativa* incluem a relação entre agricultores e cooperativas, bem como as dependências criadas no âmbito dos programas de certificação por pontuação, como os adotados pela Nestlé (Nespresso AAA) e pela Starbucks (C.A.F.E). Neste cenário, pequenos ofertantes dependem de transações realizadas com compradores de grande monta, os quais detêm alto grau de controle e monitoramento sobre a produção. A força dos pequenos advinda da diferenciação e exclusividade dos cafés pode ser, contudo, enfraquecida pela baixa capacidade de fornecimento (microlotes), o que leva as firmas líderes a buscar mais fornecedores, e, conseqüentemente, reduz o poder de barganha de cada um deles individualmente. Eis aí um argumento que sustenta a relevância da ação coletiva e do cooperativismo entre os cafeicultores.

O Sul de Minas e um estudo da economia política cafeeira na atualidade

Conforme assinalado anteriormente, este estudo se dedica ao exame da rede de produção global do café a partir do Sul de Minas com base nas questões, categorizações e conceitos do campo da Economia Política, isto é, da criação, geração e captura do valor, tanto em termos da distribuição de poder quanto da divisão internacional do trabalho e das classes em torno do negócio do café. Na medida em que concentra atores variados, conectados a diferentes mercados, a região do Sul de Minas se mostra um território privilegiado para a observação da dinâmica, dos limites, e por que não das possibilidades de reversão das desigualdades existentes.

Do ponto de vista teórico, uma análise da economia política cafeeira demanda a mobilização de diferentes conceitos e abordagens, as quais não podem e não devem circunscrever-se a um único campo ou disciplina das Ciências Sociais. Imbuído desse entendimento, o presente estudo busca dialogar e refletir sobre a pertinência e a adequação de categorias conceituais e métodos de investigação de distintos campos teóricos e áreas afins, com destaque para a Sociologia e a Economia. A questão da escala nos aproxima de estudos da Geografia, que, ao examinar processos de desenvolvimento, buscam explicar porque particularidades locais importam.

Vale lembrar que a relevância do local é amplamente considerada nas matrizes de estudos de redes, cadeias e sistemas. Ao acompanhar a distribuição espacial planetária do capital, todas elas mostram a impossibilidade de um transplante integral de práticas ou contextos de origem. Ou seja, enfatizam que ao se instalar em uma nova localidade, forasteiros encontram paisagem, história e cultura existentes.

É nesse sentido que Dicken argumenta não existir uma geografia global única. Ao invés, os processos globalizantes refletem e são influenciados por múltiplas geografias. Muito embora “indubitavelmente haja forças globalizantes em ação, não se pode falar em um mundo inteiramente globalizado” (DICKEN, 2011, p. 7). Essa perspectiva fundamenta abordagens orientadas aos atores, interessadas em explicar como e por que circunstâncias estruturais similares levam a respostas diferentes (LONG e PLOEG, 2011).

Outro ponto de relevo para nosso estudo da economia política do café desde o Sul de Minas é o recorte federativo. Ainda que com o aprofundamento da globalização, as unidades da federação e os estudos regionais tenham perdido espaço nas Ciências Sociais, elas se mantêm como "objetos legítimos de investigação por seu próprio mérito, não apenas como resíduos de uma etapa a ser

ultrapassada no trajeto para um mundo globalizado" (DULCI, 1999, p. 17). Ao contrário de prescindir do olhar sobre o local, análises contemporâneas da globalização requerem, cada vez mais, o exame das manifestações hiperlocais e das diversas composições de relações ali presentes (MASSEY, 2008 [2005]; KNOWLES, 2017). Dulci recorre à metodologia de política comparada de Arend Lijphart e enfatiza que "estudos de caso podem dar contribuição importante ao estabelecimento de proposições gerais e, portanto, à construção de teorias em Ciência Política" (LIJPHART, 1971, p. 691) – e, acrescentaríamos, nas demais Ciências Sociais. A esse respeito, vale ainda ressaltar: como principal região cafeeira do principal país produtor e segundo maior consumidor de café, o Sul de Minas não se constitui apenas como o estudo de um caso, senão o estudo de uma das peças-chave, incontornável para a compreensão da economia política do café na atualidade.

Esse debate nos conduz à problematização da questão da escala. Ainda que muito presente nos assuntos de Economia e Sociologia Econômica, esse aspecto é frequentemente negligenciado do ponto de vista teórico. Ciente disso, a preocupação com a escala foi uma presença constante em nossa empreitada analítica. De maneira especial, exercitamos o tema no Capítulo 4, a partir do entendimento de que as conexões mediadas pelo capital financeiro criam distâncias e aproximações entre os atores da rede. Nessa medida, abrem espaço para "idas e vindas, 'saltos' e trânsitos entre distintos espaços e/ou territórios" (HAESBAERT, 2021, p. 126), típicos do processo de transescalaridade.

Ao mobilizar novos conjuntos de dados e enfatizar diferentes ângulos sobre análises anteriores, buscamos oferecer interpretações inovadoras sobre os fenômenos em curso. A maior parte das pesquisas que analisam o setor cafeeiro sob a ótica da rede de produção global se utiliza da divisão Norte/Sul – produtores/consumidores –, sem aprofundar nas singularidades brasileiras e nas questões por elas suscitadas. Também está presente em nosso estudo a preocupação com a abordagem relacional dos cafés *commodity* e especiais, em contraposição à perspectiva dualista ou de “nichos de mercado”. Partimos do pressuposto que só há cafés especiais, porque há os *commodities*. Só há grandes torrefadoras e varejistas porque há pequenas cafeterias que permitem tal identificação e comparação. Essa diversidade de sujeitos, paisagens e capitais que alimentam a rede não é nova ou exclusiva da rede do café. Ao invés, a diferenciação, frequentemente apoiada em fatores culturais ou "não econômicos", compreende uma estratégia consciente do capitalismo

de segmentação de trabalhadores, produtos e consumidores, especialmente na sua fase contemporânea das *supply chains* (TSING, 2009).

Finalmente, ainda sobre nossa abordagem da economia política cafeeira, problematizamos as possibilidades de mudança na rede. Mais especificamente, ao aprofundar nas estratégias de controle da governança e detalhar seu avanço sobre o mercado de cafés especiais, acentuamos e refinamos questionamentos acerca das possibilidades de inclusão na globalização e indagamos: é possível incorporar o conjunto de agricultores ao mercado global de café? Seria essa a melhor forma de garantir renda e qualidade de vida às famílias cafeicultoras e seus territórios? Como tornar isso possível, considerando que o mercado de cafés especiais, apresentado como a principal alternativa de renda para pequenos produtores, é baseado nos princípios da diferenciação e da exclusividade? Não há contradição entre as noções de diferenciação e exclusividade e de inclusão para todos? Com quais limites econômicos, políticos e morais de desigualdade estamos dispostos a conviver?

Estas perguntas nos remetem à relevância social da pesquisa. Compreender as transformações do agronegócio brasileiro e suas implicações para a sociedade de modo geral é certamente uma de nossas principais motivações. O café mostra-se um veículo privilegiado nesta empreitada, pois revela uma rede de conexões de laços fortes e fracos, locais e globais e expõe conflitos e tensões históricas e emergentes entre Estado, mercado e sociedade civil.

Não há como desconsiderar o lugar da terra e da questão agrária na história brasileira, invariavelmente captado no olhar de seus muitos intérpretes. Tributário dessa matriz de preocupações, este estudo é parte de um esforço mais amplo e coletivo de investigação sobre as transformações contemporâneas no agronegócio brasileiro (POMPEIA, 2021), que visa identificar novos arranjos socioeconômicos e políticos, com uma mirada especial sobre a participação do capital estrangeiro nas atividades agropecuárias no país. Como parte desse conjunto de análises, esta tese busca investigar quais são e como operam os novos arranjos de capital na principal lavoura permanente brasileira e principal produto agrícola de Minas Gerais, o café.

Contrariando o imaginário que toma o café como um produto essencialmente nacional, um dos símbolos da nossa agricultura e, por que não, de nossa agroindústria, mostramos que o controle estrangeiro, direto e indireto, é uma realidade na produção cafeeira brasileira, fato que põe em xeque – ou ao menos perturba – aspectos deste imaginário secular.

O olhar sobre Minas Gerais é outro aspecto relevante da pesquisa, haja vista a expressividade territorial, populacional, econômica e política de Minas no Brasil. Ademais, o exame do Sul de Minas complementa e refina o recorte federativo. Nessa medida, a pesquisa se soma ao histórico de estudos sobre Minas Gerais, provenientes tanto de universidades, quanto de órgãos públicos. Saes, Cosentino e Gambi (2012) avaliam que a “historiografia econômica conseguiu apreender bem o que Guimarães Rosa já afirmara há tempos – ‘Minas são muitas’” (ibidem, p. 13). Esta diversidade reflete a heterogeneidade de um estado “cuja unidade é basicamente político-administrativa, sem grande interação econômica nem cultural entre as partes” (DULCI, 2016, p. 12), as quais se veem mais frequentemente ligadas a outros polos e mercados, nos planos nacional e internacional.

Sabemos que dados e estudos descritivos subsidiam políticas públicas, estratégias corporativas e ações coletivas patronais, de trabalhadores e de organizações da sociedade civil em geral. Assim percebemos o lugar deste estudo. Como parte de uma rede e em diálogo com o campo centrado no café.

Fontes mobilizadas, métodos de pesquisa e estrutura da tese

Antes de entrar propriamente na estrutura da tese, cabe informar sobre as fontes coletadas, bem como os métodos de pesquisa a elas afeitos. Quanto às fontes, foram utilizados subsídios orais e textuais, bem como foram aplicados métodos quanti e qualitativos. A abordagem quantitativa envolveu a análise descritiva de dados sobre o mercado mundial e nacional de café, fornecidos pela Organização Internacional do Café (OIC), pela base estatística da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) (FAOStat), os dados dos Censos Agropecuários disponibilizados pelo IBGE e outras informações de instituições como a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics), InovaCafé, Geoportal do Café da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG), *Brazilian Specialty Coffee Association* (BSCA) e relatórios de corporações do setor. Também foram analisados relatórios e documentos relativos ao desempenho financeiro das empresas: acordos de acionistas das empresas de capital aberto, relatórios e informes das bolsas de valores (São Paulo e Nova York).

A análise qualitativa incluiu fontes textuais e orais. As fontes textuais compreendem documentos e relatórios de organismos nacionais e internacionais ligados ao café, nos âmbitos público e privado. Somaram-se a estes, estudos acadêmicos, artigos, dissertações e teses dedicados ao estudo do café na contemporaneidade e aos temas da concentração e financeirização no sistema agroalimentar. Textos jornalísticos foram uma importante fonte de informações sobre a dinâmica recente de fusões e aquisições no setor, bem como de informações referentes aos mercados de cafês especiais. Outras fontes relevantes são aquelas disponíveis em formato digital e online. Os portais e mídias sociais de empresas, cooperativas, cafeterias e organismos ligados ao café no Brasil e em outros países foram objeto de acompanhamento periódico. Muitas entrevistas e vídeos de eventos ligados ao café foram assistidos ao longo dos últimos anos.

As fontes orais, por sua vez, compreendem trabalho de campo na região do Sul de Minas e outras entrevistas realizadas em Belo Horizonte e por meio de videochamada, totalizando 44 registros. Como se verá ao longo do texto, a importância das entrevistas foi capital para a elaboração da pesquisa. Elas não cumpriram o papel de ‘ilustrar’ ou ‘exemplificar’ a teoria apresentada ou de ‘corroborar’ resultados esperados. Ao invés, o diálogo com os interlocutores nutriu e complexificou a pergunta e a hipótese da tese.

O trabalho de campo foi realizado entre os dias 22 de julho e 01 de agosto de 2019, como parte da pesquisa “Por uma sociologia das transformações agrárias no Brasil recente: financeirização da agricultura, apropriação e estrangeirização da terra” do Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap). Como etapa preparatória foram reunidos dados secundários acerca da região Sul de Minas Gerais e levantadas informações sobre as principais empresas, em particular, multinacionais e estrangeiras. No decorrer dos 11 dias foram realizadas 24 entrevistas e visitas¹ em nove municípios da região: Lavras, Varginha, Três Pontas, Alfenas, Campo do Meio, Guaxupé, Carmo de Minas, São Gonçalo do Sapucaí e Delfim Moreira², realizadas por esta pesquisadora em conjunto com os colegas Júnior Aleixo e Jéssica Siviero, ambos integrantes do Gemap. Na ocasião foram mapeadas as principais empresas estrangeiras

¹ As entrevistas foram registradas em caderno de campo e, quando autorizadas pelos entrevistados, tiveram captura de áudio por meio de gravador digital. Foram também coletados materiais de divulgação impressos disponibilizados pelas empresas, órgãos públicos e demais atores entrevistados. O conjunto do material encontra-se armazenado no acervo do GEMAP.

² Este último não está ligado à economia cafeeira e sua inclusão no trabalho de campo se deve à presença de investimentos do fundo canadense *Brookfield Asset Manager* no município, objeto de interesse do Gemap.

presentes no sul de Minas, bem como cooperativas e centros de comercialização, além de pesquisadores, sindicatos e trabalhadores rurais. O Anexo A contém a lista dos entrevistados, com informações de data, local, forma de registro e identificação da empresa ou órgão que representa. A numeração correspondente é utilizada nas citações ao longo da tese.

Enquanto o trabalho de campo permitiu a realização de um mergulho no coração do negócio cafeeiro sul mineiro, um certo distanciamento, necessário à elaboração científica crítica, foi propiciado pelo estágio de doutorado sanduíche na Universidade de Denver, nos Estados Unidos. A estadia de um ano naquele país, principal consumidor de café do mundo, me permitiu observar *in loco* as formas de apresentação e comercialização dos cafés do Sul, com a variedade de *blends*, origens e qualidades, nos supermercados, redes de cafeterias e cafeterias locais. A experiência acadêmica, de aulas e seminários, foi igualmente determinante para a ampliação dos horizontes da pesquisa. Me refiro aqui especificamente às leituras e reflexões a respeito das dimensões dos mercados de qualidade e da centralidade da regulação privada via certificações, bem como sobre o funcionamento do comércio internacional e a dinâmica de acumulação contemporânea.

Cada uma das fontes empregadas na pesquisa iluminou uma parte do objeto estudado. A pesquisa mapeou os agentes em interação no Sul de Minas e buscou seguir suas conexões. Por meio delas fomos transportados a lugares distantes, alguns inimagináveis quando iniciamos a pesquisa. Vimos que a rede se estende desde as propriedades rurais a espaços tão variados quanto feiras e mercados mundiais, bolsas de valores internacionais, casas legislativas (Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Congresso Nacional), órgãos do poder executivo estadual e nacional, dentre outros.

O cruzamento e o diálogo entre todas essas informações e questões nos levaram a organizar a tese em cinco capítulos, além desta Introdução e das Conclusões. Três capítulos se dedicam à investigação de três diferentes dimensões da governança da RPG do café: a regulação (Cap 2); a concentração e internacionalização das firmas (Cap 3); e a financeirização (Cap 4). Esse núcleo analítico é precedido por um capítulo inicial (Cap 1) que apresenta um panorama do café no Sul de Minas e a trilha por ele percorrida da produção ao descarte. A pesquisa de campo apontou ainda a necessidade de um exame específico dos cafés especiais, assunto estruturado em um capítulo à parte (Cap 5).

Optamos por aprofundar o debate mais teórico na Introdução e nas Conclusões. A primeira apresenta os marcos teóricos e temporais que orientam as análises desenvolvidas ao longo dos capítulos; e a segunda dialoga com a literatura à luz dos dados e informações analisados e propõe

uma interpretação mais conclusiva sobre os desafios vivenciados pelo Sul de Minas e os diversos atores do negócio do café. Nessa medida, revisita questões do debate sobre desenvolvimento e dialoga com bibliografia recente sobre a construção de autonomias e emancipação no sistema agroalimentar.

O Capítulo 1 apresenta um panorama do café no Brasil e no Sul de Minas e descreve as principais etapas da trajetória do café. Tem início com uma análise dos dados relativos à espacialização do café no Brasil e em Minas Gerais dos anos 1970 aos dias atuais, provenientes, dentre outros, dos Censos Agropecuários e da publicação *A geografia do café* (IBGE, 2016). Uma segunda seção trata das configurações atuais do café no Sul de Minas e dos elos de ligação com a rede global. Aborda questões relativas à organização da produção do café, quem são os produtores e como ele é produzido, para onde se destina e quais laços governam as relações entre as firmas e entre os setores público e privado no Sul de Minas Gerais. Finalmente, inspirada no estudo de Knowles (2014; 2017) e baseada sobretudo nas informações coletadas no trabalho de campo, a terceira seção mapeia a rede do café do Sul de Minas e a rota por ele percorrida em cinco etapas fundamentais (configurações à montante; cultivo; configurações à jusante; comercialização e consumo; e descarte).

Os Capítulos 2, 3 e 4 se dedicam à análise dos três pilares da governança da rede de produção global do café. O Capítulo 2 examina a regulação. O estudo se baseia fundamentalmente na bibliografia especializada no tema, combinada a aspectos mobilizados nas entrevistas e em informações coletadas em portais das instituições públicas e privadas ligadas à regulação do café no Brasil e no mundo. Tomamos a regulação como o conjunto de normas, procedimentos e instâncias que definem os padrões de reprodução e repartição do produto associado à atividade cafeeira no mundo (POSSAS, 1988). Assim, a primeira seção percorre o período de 1906 a 1989, ano em que foram encerradas as cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café. Nessa temporalidade enfatizamos as décadas de 1970 e 1980, que registram as principais mudanças no sentido da concentração do sistema agroalimentar. Na sequência é analisado o período de transição entre os arranjos público e privado e o enfraquecimento dos fóruns multilaterais e de instituições públicas nacionais, com o foco no Brasil. Por fim, a terceira seção se dedica à análise da consolidação do modelo de regulação e gerenciamento privado, com destaque aos mecanismos de certificação e à chamada “virada de qualidade”, dos anos 1990 para cá.

O Capítulo 3 examina a estratégia de concentração do mercado por parte das firmas líderes, um segundo pilar da governança. Sua construção parte de dados sobre o negócio do café provenientes da OIC e da FAO, relatórios e portais corporativos, bem como informações coletadas nas entrevistas. O capítulo inicia com uma apresentação da geografia do café no mundo, baseada em dados sobre produção, exportação, importação e reexportação do café. Tais dados nos permitem analisar a divisão internacional do trabalho no setor e a singularidade do lugar ocupado pelo Brasil. Na sequência, examinamos o movimento de concentração observado desde o fim dos anos 1960 e mais fortemente da década de 1990 em diante. Identificamos as principais empresas torrefadoras e *traders* do setor e investigamos aspectos relativos ao poder das marcas e as tensões emergentes em torno da questão da qualidade do café. Uma terceira seção se volta à concentração no mercado cafeeiro brasileiro, que ocorre sobretudo por meio da internacionalização das empresas ora nacionais. Por fim, a quarta e última seção se dedica à compreensão de aspectos ligados à concentração no varejo, em diálogo com as novas tendências de consumo.

Outra dimensão fundamental da governança da RPG do café tem a ver com a centralidade das finanças, processo também chamado de financeirização. Este é o tema do Capítulo 4, elaborado a partir de dados e reflexões da literatura especializada no tema, das entrevistas realizadas em campo, de portais e relatórios corporativos e dos dados da Consultoria IEG - FNP sobre mercado de terras no Brasil. A financeirização da agricultura e do café é aqui entendida como parte de um processo histórico mais geral de distanciamento dos momentos de cultivo e consumo dos alimentos. No caminho do campo à mesa (ou à xícara) há crescente incorporação de mediadores e paisagens (CLAPP, 2015). Assim, a primeira seção do capítulo destaca inovações tecnológicas e processuais associadas à comodificação do café ainda no século XIX, quando da criação da *Chicago Board of Trade* (CRONON, 1991). Esta abordagem é orientada por reflexões teóricas e metodológicas da literatura da Teoria do Ator-Rede. A segunda seção busca compreender a financeirização a partir do negócio do café. Para tanto, examina temas como especulação e crédito e financiamento. Na sequência são analisadas estratégias de inserção das finanças no sul de Minas, por meio de três estudos de caso: i) Ipanema Coffees; ii) Grupo Montesanto Tavares; e iii) Cooxupé. Finalmente, examinamos os efeitos da financeirização sobre o mercado de terras na região.

Como dito anteriormente, a necessidade de construção do Capítulo 5 nasceu da própria pesquisa de campo. A análise das entrevistas e demais fontes nos permitiu notar uma certa retórica discursiva que situa o mercado de especiais como um espaço relativamente autônomo dos cafés

commodities e gerador de alternativas emancipatórias. Vimos que essa narrativa contrasta, em parte, com os dados analisados nos capítulos precedentes sobre a governança da rede global do café. Sendo assim, partindo fundamentalmente das entrevistas, este capítulo investiga o processo de construção do campo dos cafés especiais, seus tensionamentos e possibilidades. É de nosso interesse compreender o que muda com a emergência dos especiais. Para tanto, de início nos debruçamos sobre o processo de produção e descoberta desses cafés pelos próprios produtores e demais agentes da rede, incluindo os consumidores. Na sequência investigamos as tentativas de encurtamento dos circuitos e perguntamos em que medida elas de fato promovem a eliminação de atores mediadores. Na terceira seção do capítulo observamos o movimento de reposicionamento de torrefadoras e varejistas. Finalmente, problematizamos o que seria uma nova lógica de precificação associada aos cafés especiais.

Nas Conclusões são levantadas as principais questões relacionadas ao controle da governança da rede de produção global do café. Analisa-se, em especial, as possibilidades de captura de maiores parcelas da renda pelos atores do Sul de Minas Gerais. A análise empreendida ao longo da tese evidencia que as mudanças necessárias para promover a redistribuição do poder entre os atores do negócio do café residem propriamente no âmbito da economia política, isto é, não se restringem apenas ao que seria a dinâmica econômica do mercado cafeeiro. Aspectos de regulação do capital, fortalecimento de arranjos locais e regionais, comprometimento do Estado com a agenda do desenvolvimento socioambiental, participação ativa dos consumidores configuram as principais contendas em questão.

Finalmente, os Anexos A, B e C trazem, respectivamente, a relação dos atores entrevistados; a lista das empresas (armazéns, cooperativas, corretores, importadores/exportadores) associadas ao Centro de Comércio de Café de Minas Gerais (CCC-MG), sediado em Varginha/MG; e um quadro não exaustivo com a listagem de fazendas de café com tamanho superior à 100 hectares localizadas na região do Sul de Minas.

CAPÍTULO 1

1 NA TRILHA DO CAFÉ: TRAJETÓRIAS DOS GRÃOS DO SUL DE MINAS PARA O MUNDO

O propósito deste capítulo é construir uma cartografia do café na região do Sul de Minas e acompanhar a trilha por ele seguida. Assim como os mapas optam por projeções cartográficas que destacam este ou aquele aspecto, nossa cartografia toma como referência a divisão internacional do trabalho na produção do café. De início, reduz a escala e foca na região do Sul de Minas Gerais; na sequência, cobre extensões mais amplas da rede.

A análise está organizada em três seções. A primeira reúne dados relativos ao histórico da espacialização do café no Brasil e em Minas Gerais, com o foco nos anos 1970 em diante, período em que o Sul de Minas assumiu a liderança da produção cafeeira brasileira. Na sequência, dados da produção na atualidade nos permitem identificar fios, conexões e dinâmicas entre os atores que coproduzem a paisagem da região, considerando as escalas do tempo-espço. Finalmente, uma terceira seção constrói a trilha do café, mapeia e acompanha a trajetória dos grãos, do campo à xícara e ao descarte.

Os principais atores da trama representada nesta cartografia constituem uma rede que se estende a territórios e paisagens variados. Chegamos a prateleiras de supermercados do Brasil e do mundo e daí aos mais variados domicílios. Alcançamos também lanchonetes populares, cafeterias locais e grandes redes de cafeterias. Passamos pelas principais praças financeiras do mundo, com destaque para a Bolsa de Valores de Nova York. Podemos ainda visitar locais como os corredores da Organização Internacional do Café, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do Congresso Nacional, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da FAO, dentre outros.

A análise que se segue não tem pretensões de completude ou exaustão. Busca prover um retrato ou um mapa – o mais fiel possível – onde figuram os principais atores, atividades e interações por eles desempenhadas. A partir daí, será possível verticalizar em cada uma das três estratégias de governança da rede de produção global do café e nos conflitos e tensões de distribuição da renda e do poder aí implicados.

1.1 Histórico da espacialização do café sul mineiro

No Brasil, o café desceu do Pará para o Rio de Janeiro nos anos 1760. As primeiras mudas foram plantadas em solo carioca por frades capuchinhos na antiga rua do Barbonos (atual Evaristo da Veiga). De lá se irradiaram para os arredores do município, nas regiões de Jacarepaguá, Campo

Grande, Guaratiba e Santa Cruz, para posteriormente se expandir nas direções sudoeste e norte do estado. Pelo corredor sudoeste do Rio de Janeiro, região de São João Marcos Resende, chegou ao estado de São Paulo ainda na última década do século XVIII. Pelo Vale do Paraíba alcançou o oeste paulista e no ano de 1797 o porto de Santos registrou a primeira remessa de exportação de café para Portugal: 1.924 arrobas do grão. A chegada em Minas Gerais se deu no mesmo período, já em 1800 havia alguns poucos cafezais na região do Triângulo Mineiro, especificamente na área de Araxá (BELTRÃO, 2009).

A produção nacional ganhou proeminência nas décadas de 1820 e 1830, com os cultivos no Vale do Paraíba fluminense, norte e noroeste do estado de São Paulo e Zona da Mata Mineira³. Nas décadas de 1850 a 1870 o Rio de Janeiro era o principal produtor, seguido de Minas Gerais. São Paulo superou a produção fluminense nos anos 1880 (LIMA, 1981)⁴. Enquanto a lavoura cafeeira da Mata mineira era caracterizada por pequenas propriedades pouco capitalizadas⁵, que produziam café consorciado com outras culturas⁶, a lavoura paulista era baseada na monocultura, o que abriu mercado para outros alimentos e produtos e para o aprofundamento da divisão social do trabalho. Tal processo estimulou o desenvolvimento comercial do estado, impulsionado ainda mais pelo rápido desenvolvimento das ferrovias a partir de 1870.

Sérgio Silva (1976) aponta que em São Paulo a divisão social do trabalho se estendeu para atividades de comercialização, processamento e financiamento do café. "Os principais líderes da marcha pioneira" logo passaram a exercer função de banco, financiando novas plantações e/ou a modernização dos equipamentos. Já naquela época, alguns deles se afastavam pouco a pouco das tarefas ligadas à gestão direta das plantações, então confiadas a administradores. Como resultado, em São Paulo, o capital cafeeiro deu origem a frações não-autônomas de capital: agrícola, comercial, financeiro e industrial. Este processo remete ao contexto analisado por Gras e Hernandez (2016) para a Argentina da atualidade, marcado pela profissionalização da gestão do

³ Conhecida à época por "Mata".

⁴ A liderança paulista se deveu à presença de duas condições fundamentais: terras disponíveis com topografia favorável e trabalho assalariado, muito embora a cultura do café seja marcada por vasta amplitude de formas de contratação e acordos de trabalho que se proliferou da abolição da escravidão aos dias de hoje (LIMA, 1981).

⁵ Em Minas, a limitação de terra desdobrava-se em limitação de capital, dificultando a expansão da cafeicultura dos pequenos produtores, pois se "já seria difícil para eles a simples formação de novos cafezais, quanto mais a aquisição de novas áreas" (ibidem, p. 37).

⁶ A prática do consórcio era corrente em Minas, pois a autossuficiência produtiva era tida como virtude a ser alcançada pelas fazendas (idem).

negócio agrícola. Também guarda semelhanças com a análise de Braverman (1977) sobre a transformação da gestão dos empreendimentos industriais e de serviços ao longo do século XX⁷.

Em Minas Gerais a história foi outra⁸. A proximidade da Zona da Mata mineira com o Rio de Janeiro, a fragilidade dos transportes e a dependência do porto da Guanabara, impediram o desenvolvimento da divisão social do trabalho. Como consequência, prevaleceu em Minas um circuito comercial local, no qual pequenos fazendeiros interagiam com pequenos comerciantes e a população em geral. A relação comercial com o Rio era mediada pela figura do comissário, responsável pela comercialização da safra produzida na Zona da Mata – e do suprimento do "fazendeiro e sua família com bens de consumo mais sofisticados, adquiridos no Rio de Janeiro ou no exterior" (LIMA, 1981, p. 60).

Por conta disso, a trajetória produtiva do café em Minas segue tendência ascendente, porém inconstante e pouco intensa, de 1820 a 1880-81. Durante a década de 1890 cessa a expansão e a retomada dos anos 1919-20 já ocorre com a proeminência da região Sul do estado (LIMA, 1981). Ao passo que Minas Gerais assumiu finalmente o posto de principal estado cafeeiro do país em meados dos anos 1970, quando superou a produção de São Paulo e do Paraná.

Para tanto, foi determinante o impacto das fortes geadas que atingiram os cafezais desses dois estados em 1975⁹. Contribuíram também eventos do contexto da Revolução Verde, como o

⁷ Em Minas, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa inaugurada em 1926, exerceu papel determinante na irradiação de ideias e valores e na formação de quadros para liderar intelectualmente a modernização no campo. Para Dulci, "isto equivalia a renovar a própria elite agrária (de onde era recrutada a maioria dos estudantes) guiando-a numa direção técnico-empresarial" (DULCI, 1999, p. 52). A particularidade da Escola recaiu sobre "o fato de ter sido planejada como base para um grande salto no rumo da modernização do campo, pretendida pelo projeto de diversificação produtiva" (idem). Ela foi concebida nos moldes de um *College* estadunidense, por influência de Peter Rohlf, diretor da Escola de Agricultura da Flórida, contratado pelo então governador Artur Bernardes para esta finalidade.

⁸ Em seu estudo sobre a economia mineira e as características do modelo de desenvolvimento desigual e da modernização recuperadora implantado no estado, Dulci (1999) chama a atenção para as diferenças em relação a São Paulo. Mostra que embora o padrão evolutivo deste estado tenda a ser generalizado, não cabe extrapolar as condições econômicas e políticas ali instaladas para as demais regiões do país. Em sua análise sobre a industrialização mineira na primeira metade do século XX, Diniz aponta como causas da atrofia, relativamente à pujança paulista, a baixa mercantilização da agricultura, a dispersão do sistema econômico e a incapacidade do setor comercial exportador para engendrar bases de acumulação industrial como se deu em São Paulo (DINIZ, 1981).

⁹ Os efeitos das "chuvas de pedra" (SOUZA JR, 2011, p. 82) de 1975 se combinaram a outros aspectos conjunturais e foram determinantes para a migração de parcelas expressivas dos cafeicultores do Paraná e de São Paulo para a região do Cerrado Mineiro. No caso das famílias paranaenses, as geadas se combinaram a uma infestação de nematoides (tipo de parasita que atinge a raiz do cafeeiro). Diante disso, produtores mais capitalizados investiram na mecanização e migraram para as chamadas 'lavouras brancas', de soja e milho, mais resistentes às geadas. Produtores menos capitalizados tiveram como principal alternativa de permanência na atividade o deslocamento para a região do Cerrado. Já no caso das famílias paulistas, as geadas se combinaram à expansão da cana de açúcar e a migração para Minas atendeu principalmente o interesse de expansão das propriedades (SOUZA JR, 2011).

Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC) proposto pelo então Instituto Brasileiro do Café (IBC); a incorporação de extensas áreas de cerrado¹⁰ para a prática da agricultura, propiciadas por novas técnicas de correção e adubação dos solos; e por desenvolvimentos no programa de melhoramento genético dos cafeeiros do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC)¹¹.

Como desdobramento, chegamos à conformação da "geografia do café no Brasil contemporâneo", cuja evolução história de 1973 a 2018 pode ser visualizada na Figura 1.1, a seguir:

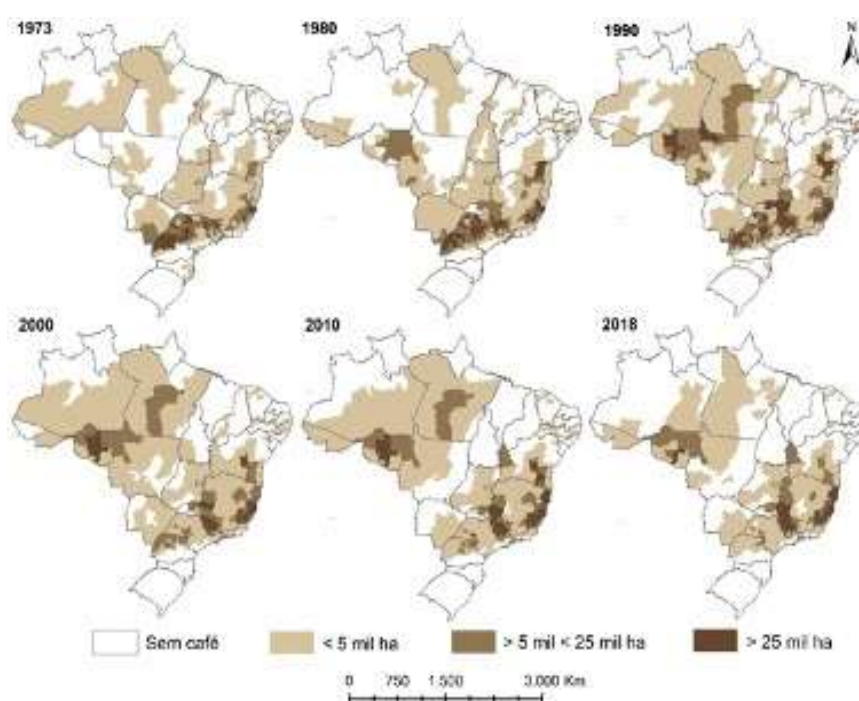


Figura 1.1 Expansão da área plantada de café no Brasil, anos selecionados entre 1973 e 2018

Fonte: GEMAP (2019) com base na PAM/IBGE. Elaboração de Valdemar Wesz Jr.

É possível verificar que o processo de espacialização do café ocorre em paralelo com o próprio movimento de desconcentração do espaço rural brasileiro. A geografia do café é sustentada "pela liderança mineira e capixaba e pela contínua expansão em direção ao cerrado do oeste baiano e ao eixo da Rodovia BR-364 no estado de Rondônia, área pioneira de cultivo do café na região

¹⁰ Incentivadas por programas governamentais como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecerr).

¹¹ Com destaque para a obtenção da cultivar Catuaí, em 1972, derivada da hibridação artificial entre as cultivares Mundo Novo e Caturra Amarelo (MENDES et al, 2007).

Norte do país, assim como alguns municípios situados na Rodovia Transamazônica" (IBGE, 2016, p. 25). Em todas essas regiões o café constitui "senão o segmento econômico dominante, um dos que possuem importância não só em termos de ocupação e uso da terra, como, principalmente, em termos das relações em rede, de natureza socioeconômica e mesmo política, estabelecidas no interior do território brasileiro e entre este e o mundo" (ibidem, p. 31).

As Figuras 1.2 e 1.3, cujos dados são provenientes do Censo Agropecuário de 2017, permitem visualizar a dispersão da área colhida de café no país, desagregada pelas culturas Arábica e Canephora, respectivamente:

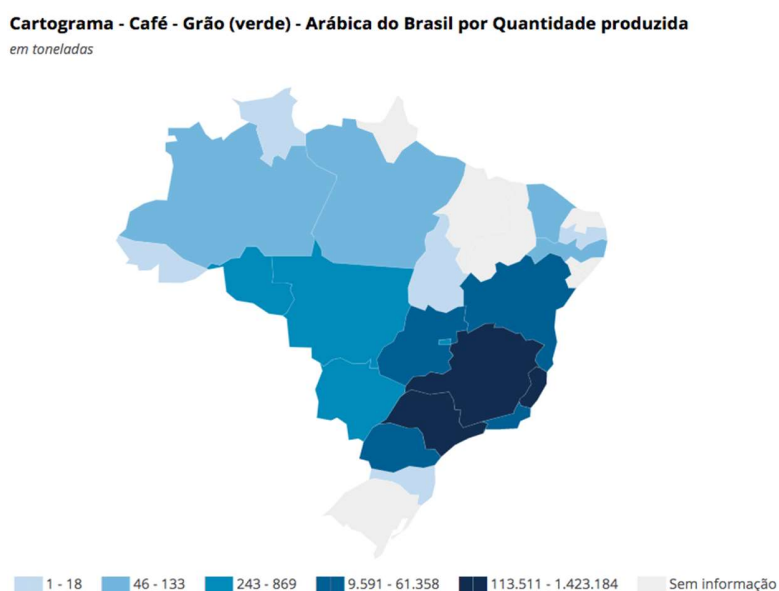


Figura 1.2 Área colhida de café Arábica, 2017
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

Cartograma - Café - Grão (verde) - Canephora (robusta, conilon) do Brasil por Quantidade produzida em toneladas

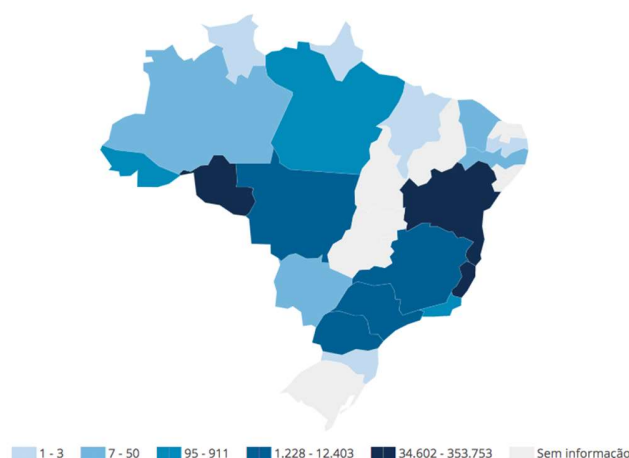


Figura 1.3 Área colhida de café Canephora, 2017

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

Os dados do Censo evidenciam que a produção brasileira de Arábica supera a de Canephora em todos os quesitos analisados: quatro vezes em área; 2,5 vezes em número de estabelecimentos e quase seis vezes em número de pés plantados. O que resulta em quantidade produzida (medida em toneladas) e valor da produção (medido em milhares de reais) de café Arábica quatro vezes superior ao Canephora.

Parcela expressiva desse desempenho é tributário das lavouras do Sul de Minas Gerais.

1.2 Cartografia do café do Sul de Minas Gerais hoje

A economia mineira é historicamente sustentada por atividades agropecuárias e extrativas. Em 2019, Minas foi o terceiro principal estado exportador do país, e o quinto maior nas vendas do agronegócio¹², que corresponderam a 8,1% das exportações nacionais. Minérios de ferro¹³ e ferro-ligas foram os principais produtos exportados, seguidos do café. Naquele ano, o agronegócio¹⁴

¹² Os outros quatro maiores exportadores agropecuários nacionais são Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A soja é o principal produto exportado em MT, PR e RS, enquanto o açúcar lidera em SP e o café em MG.

¹³ As exportações de minérios de ferro somaram US\$7,94 bilhões, 30,9% das exportações totais do estado.

¹⁴ Conforme análise de Pompeia (2021) a categoria ‘agronegócio’ é heterogênea e abarca interesses fragmentados e, em alguma medida, conflitivos. Ela deriva do termo *agribusiness*, idealizado por John Davis e Ray Goldberg em 1955 na Escola de Negócios de Harvard, nos Estados Unidos, que “refere-se à soma total de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos e fibras” (Davis, 1955 *apud* POMPEIA, 2021, p. 48) O termo foi cunhado para marcar um novo “paradigma ‘cooperativo’ entre a agricultura e os negócios” (ibidem, p. 47), a partir do entendimento de que “uma nova noção, mais do que explicação dessa ideia em uma frase ou um parágrafo, se mostraria importante para isso” (idem). Muito embora sua primeira utilização pública no Brasil date de 1969 foi nos anos 1990

contribuiu com 31,6% do faturamento das exportações mineiras (US\$7,9 bilhões de US\$24,89 bilhões), liderados pelo café e pela soja. As exportações de café somaram US\$3,56 bilhões, o equivalente a 44,6% das exportações do agronegócio mineiro. Quanto ao nível de processamento, 99,7% foram de café verde, 0,2% de extratos, solúvel e resíduos e 0,1% de café torrado. O Sul de Minas é a principal região exportadora do estado (US\$2,79 bilhões), com destaque para os municípios de Varginha, Guaxupé e Alfenas (SEAPA/MG, 2020a).

O parque cafeeiro mineiro é composto por cerca de 4,3 bilhões de pés (em formação e produção), distribuídos em 1,2 milhão de hectares em 517 dos 853 municípios do estado¹⁵. A produção mineira corresponde a 54% do total nacional e 72,1% da área de café arábica brasileira. Em 2020, ano de bienalidade positiva para o café, a produção mineira atingiu 34,6 milhões de sacas, 55,3% delas provenientes da região Sul do estado. O Valor Bruto da Produção (VBP)¹⁶ do café chegou a R\$21 bilhões, correspondentes a 22% do VBP agropecuário do estado e 60% do faturamento das lavouras cafeeiras brasileiras (SEAPA, 2020b).

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apontam que o setor cafeeiro é responsável por cerca de oito milhões de empregos no país, considerando os diversos segmentos da rede produtiva (MAPA, 2018). Destes, de três a quatro milhões se distribuem por Minas Gerais (EMATER/MG, s/d; NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 2020).

Informações gerais obtidas pelo Censo Agropecuário sobre as lavouras de café Arábica e *Canephora* em Minas Gerais e sua participação na produção brasileira encontram-se reunidas na Tabela 1.1, a seguir:

que a categoria ganhou força e veio a ser traduzida para ‘agronegócio’ em 1997, ocasião de realização de seminário governamental para discutir exportações e *commodities* na qual o Ministério das Relações Exteriores exigiu a tradução do termo.

¹⁵ Na perspectiva de um de nossos entrevistados, técnico da Emater/MG, "Minas Gerais tem que cuidar do café. É muito interessante porque está presente em muitos municípios, não é como indústria por exemplo da FIAT, tá ali em Betim e acabou né? O café tá em mais de 400 municípios. Você imagina se pudesse distribuir as FIATs por aí, que legal que ia ser. (...) *O café é uma indústria nossa*. Nós temos que incentivar mesmo a cafeicultura" (Entrev. 5) (grifo nosso).

¹⁶ Indicador que representa uma estimativa da geração de renda no meio rural, divulgado mensalmente pelo MAPA.

Tabela 1.1 Informações gerais das lavouras cafeeiras brasileira e mineira das espécies Arábica e Canephora (2017)

	Arábica			Canephora			Total		
	Brasil	MG	% MG/BR	Brasil	MG	% MG/BR	Brasil	MG	% MG/BR
Área colhida (ha)	1.283.999	931.270	72,53	333.294	9.632	2,89	1.617.293	940.902	58,18
Número de estabelecimentos	188.392	119.742	63,56	75.969	3.277	4,31	264.361	123.019	46,53
Número de pés (x 1.000)	4.852.474	3.674.018	75,71	849.026	24.782	2,92	5.701.500	3.698.800	64,87
Quantidade produzida (ton)	1.880.438	1.423.184	75,68	476.373	12.403	2,6	2.356.811	1.435.587	60,91
Valor da produção (x 1.000) R\$	13.454.216	10.480.771	77,9	2.853.514	76.513	2,68	16.307.730	10.557.284	64,74

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário/IBGE.

Como já assinalado, a produção cafeeira mineira é majoritariamente de Arábica, a qual corresponde a 77% do valor da produção nacional, 75% do número de pés e da quantidade produzida, 72% da área colhida e 63% do número de estabelecimentos. Quando consideradas as lavouras de ambas as espécies, a participação mineira é relativamente menos expressiva, mas ainda assim responde por 58% da área colhida, 46% do número de estabelecimentos, 64% do número de pés plantados, 60% da quantidade produzida e 64% do valor da produção nacional.

As figuras a seguir informam a espacialização de cada uma destas categorias no estado, para o cultivo de café Arábica.

Cartograma - Café - Grão (verde) - Arábica de Minas Gerais por Área colhida
em hectares

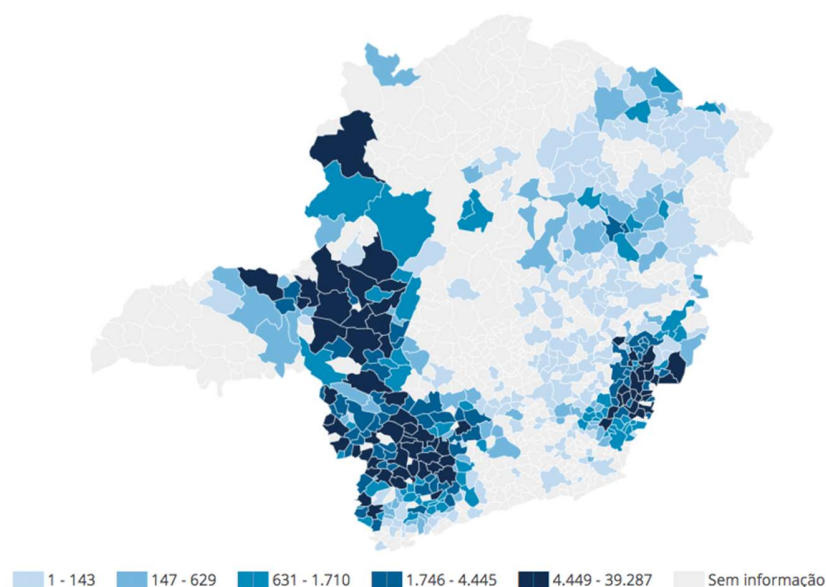


Figura 1.4 Espacialização da área colhida do café Arábica em Minas Gerais (2017)

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

Cartograma - Café - Grão (verde) - Arábica de Minas Gerais por Número de estabelecimentos
em estabelecimentos

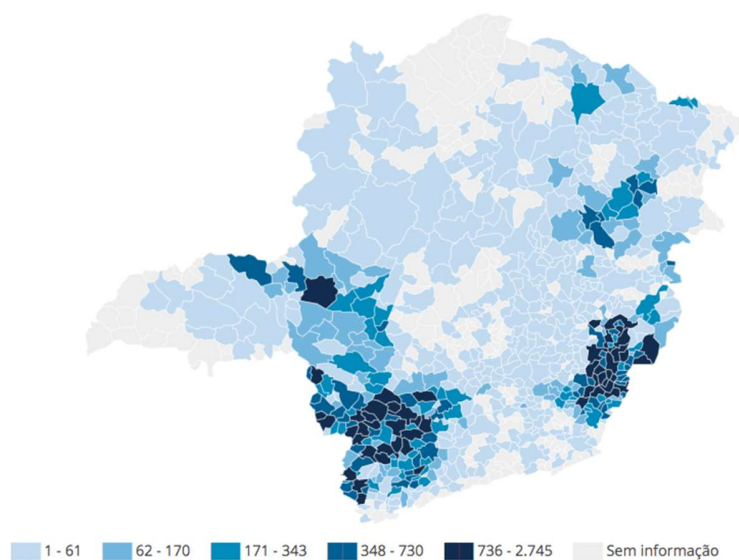


Figura 1.5 Espacialização do número de estabelecimentos que cultivam café Arábica em Minas Gerais (2017)

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

Cartograma - Café - Grão (verde) - Arábica de Minas Gerais por Número de pés
em (x1000) unidades

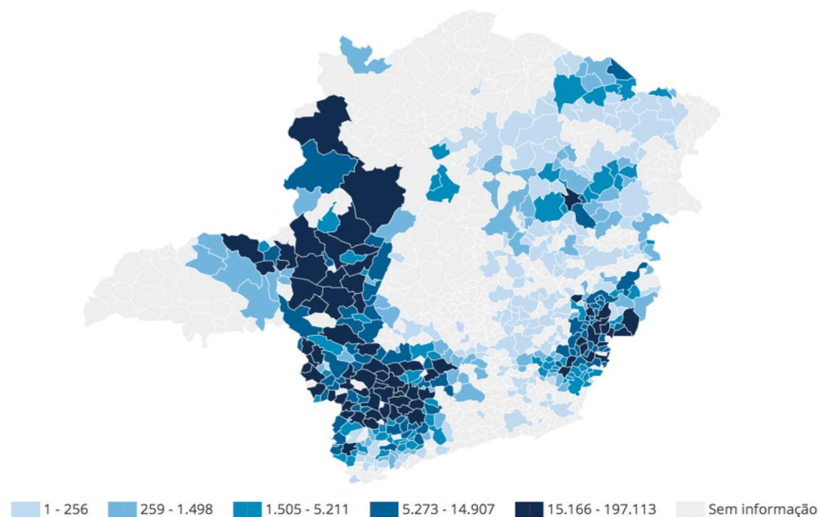


Figura 1.6 Espacialização do número de pés de café Arábica no estado de Minas Gerais (2017)
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

Cartograma - Café - Grão (verde) - Arábica de Minas Gerais por Quantidade produzida
em toneladas

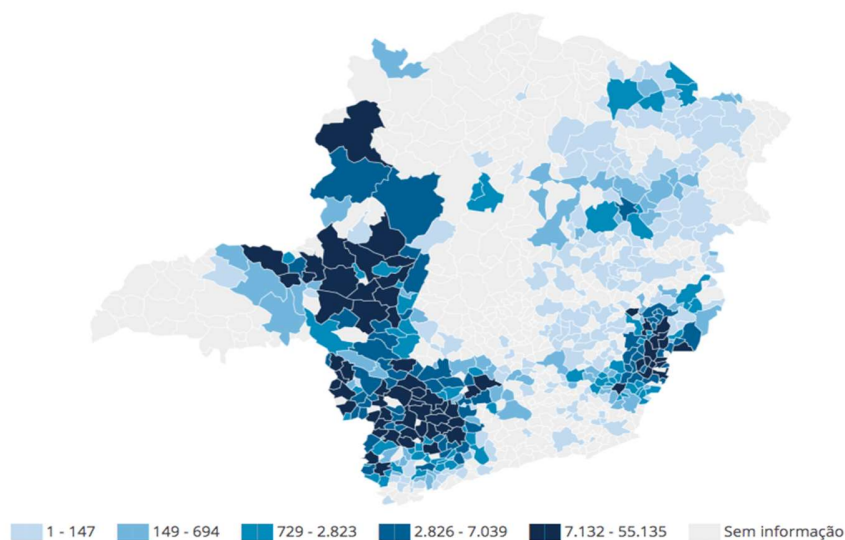


Figura 1.7 Espacialização da quantidade de café Arábica produzido em Minas Gerais (2017)
Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

Cartograma - Café - Grão (verde) - Arábica de Minas Gerais por Valor da produção
em (x1000) R\$

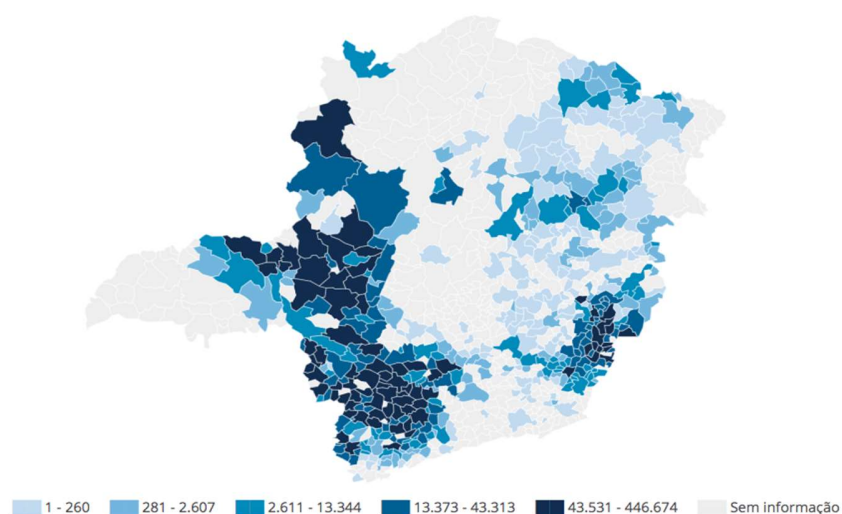


Figura 1.8 Espacialização do valor da produção de café
Arábica de Minas Gerais (2017)

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE.

As Figuras mostram que o cultivo se distribui em diversas áreas do estado, mas é majoritariamente concentrado no Sul, Vale do Paranaíba e Zona da Mata. No nível municipal, o Sul de Minas também desponta entre área colhida, quantidade produzida e valor da produção, conforme registra o Quadro 1.1, a seguir.

Quadro 1.1 Dez principais municípios mineiros nas estatísticas de café Arábica

Área colhida	Número de estabelecimentos	Número de pés	Quantidade produzida (ton)	Valor da produção
Patrocínio	Manhuaçu	Patrocínio	Patrocínio	Patrocínio
Machado*	Nova Resende*	Campos Gerais*	Três Pontas*	Boa Esperança*
Manhuaçu	Campos Gerais*	Serra do Salitre	Boa Esperança*	Três Pontas*
Três Pontas*	Simonésia	Boa Esperança*	Campos Gerais*	Campos Gerais*
Campos Gerais*	Divino	Rio Paranaíba	Machado*	Machado*
Nova Resende*	Santa Margarida	Três Pontas*	Manhuaçu	Manhuaçu
Campestre*	Caratinga	Monte Carmelo	Nova Resende*	Monte Carmelo
São Sebastião do Paraíso*	Ervália	Manhuaçu	Monte Carmelo	Nova Resende*
Serra do Salitre	Lajinha	Carmo do Paranaíba	Carmo do Paranaíba	Carmo do Paranaíba
Monte Carmelo	Poço Fundo*	São Sebastião do Paraíso*	Alfenas*	Alfenas*

*Municípios pertencentes à região Sul de Minas Gerais.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário/IBGE.

Patrocínio é líder em todas as categorias analisadas, com exceção do número de estabelecimentos, em razão da prevalência de grandes propriedades. Já o Sul compreende seis municípios na lista da área colhida, quatro em número de pés, sete em quantidade produzida e seis em valor da produção. A Zona da Mata é líder em número de estabelecimentos, o que reflete uma estrutura fundiária característica de pequenas propriedades.

O padrão da cafeicultura espelha, portanto, a estrutura fundiária do estado, com Sul e Zona da Mata menos concentrados e Cerrado mineiro mais concentrado. Outro indicador são as dimensões dos módulos fiscais. O Quadro 1.2 apresenta os valores dos módulos para municípios cafeicultores mencionados no Quadro 1.1, agrupados segundo região intermediária¹⁷.

¹⁷ As regiões intermediárias integram a espacialização do território brasileiro proposta pelo IBGE em 2017. A Nova Divisão Regional do Brasil é composta por regiões intermediárias e imediatas, que revisam a classificação anterior de unidades mesorregionais e microrregionais (IBGE, 2017).

Quadro 1.2 Módulo fiscal por região intermediária.

Região Intermediária	Municípios	Valor do Módulo Fiscal
Patrocínio e Patos de Minas	Patrocínio, Monte Carmelo e Serra do Salitre; Rio Paranaíba e Carmo do Paranaíba	40 ha
Manhuaçu e Muriaé	Manhuaçu, Simonésia, Santa Margarida e Lajinha; e Divino	24 ha
Varginha, Alfenas e Poços de Caldas	Três Pontas, Campos Gerais e Boa Esperança; Alfenas e Machado; Campestre	26 ha
Viçosa e São Sebastião do Paraíso	Ervália; e São Sebastião do Paraíso e Nova Resende	28 ha

Fonte: Elaboração própria a partir de Hoffmann e Ney (2010).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017, expressos na Tabela 1.2, a seguir, evidenciam que mais da metade do café arábica brasileiro (51,38%), mineiro (52,77%) e sul mineiro (50,6%) é cultivado em estabelecimentos de área entre 1 e menos de 10 hectares. No outro espectro da estrutura fundiária, estabelecimentos com mais de 200 hectares constituem 2,06%, 2,44% e 2,74%, respectivamente. Já aqueles com área superior a 500 hectares são 0,55%, 0,63% e 0,6%, respectivamente.

Tabela 1.2 Grupos de áreas dos estabelecimentos que cultivam café arábica no Brasil, em Minas Gerais e no Sul de Minas Gerais, segundo número e percentual de estabelecimentos rurais (2017).

Grupos de área	Brasil		Minas Gerais		Sul de Minas Gerais	
	Núm. Estab	% Estab.	Núm. Estab	% Estab.	Núm. Estab	% Estab.
Total	264.361	100%	145.624	100%	54.774	100%
Mais de 0 a menos de 1 ha	7.246	2,74%	4.508	3,10%	943	1,72%
De 1 a menos de 5 ha	81.231	30,73%	48.017	32,97%	16.143	29,47%
De 5 a menos de 10 ha	54.601	20,65%	28.830	19,80%	11.575	21,13%
De 10 a menos de 20 ha	47.807	18,08%	24.863	17,07%	10.379	18,95%
De 20 a menos de 50 ha	42.710	16,16%	22.266	15,29%	8.688	15,86%
De 50 a menos de 100 ha	17.442	6,60%	9.010	6,19%	3.555	6,49%
De 100 a menos de 200 ha	7.840	2,97%	4.540	3,12%	1.989	3,63%
De 200 a menos de 500 ha	4.002	1,51%	2.645	1,82%	1.176	2,15%
De 500 a menos de 1000 ha	978	0,37%	627	0,43%	253	0,46%
De 1000 a menos de 2500 ha	363	0,14%	222	0,15%	65	0,12%
De 2500 a menos de 10.000 ha	105	0,04%	61	0,04%	9	0,02%
Acima de 10.000 ha	9	0,00%	2	0,00%	0	0,00%
Produtor Sem área	27	0,01%	33	0,02%	3	0,01%

*Os dados compreendem o somatório de estabelecimentos com menos e com mais de 50 pés plantados.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Tabela Sidra 6956 do Censo Agropecuário 2017 do IBGE.

Outra fonte que serve como *proxy* do padrão fundiário dos cafeicultores do Sul de Minas é o perfil dos associados da Cooxupé, a maior Cooperativa de café do mundo, sediada em Guaxupé, no Sul de Minas. Entre os mais de 15 mil cooperados, 82% pertencem à agricultura familiar com produção de até 500 sacas de café, ao passo que apenas 0,1% dos cooperados (10 "mega produtores"), produzem mais de 10 mil sacas por safra:

Tabela 1.3 Perfil dos cooperados da Cooxupé segundo número de produtores e volume de sacas em 2019

Volume (sacas)	Número de cooperados	Número de sacas produzidas	% Número de cooperados
Até 500	9.318	1.534.524	83,2
de 501 a 2000	1.617	1.467.241	14,4
de 2001 a 5000	281	640.880	1,9
de 501 a 10000	42	277.587	0,4
Mais de 10000	10	138.974	0,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Cooxupé (2019).

O espectro de pequenos produtores é em si bastante diverso. Parcela expressiva colhe menos de 100 sacas e há também os chamados micro produtores que não colhem mais de 10 sacas de café a cada ano. Ao se referir a este contingente dos pequenos produtores, um dos técnicos da Seapa/MG apontou que "grande parte inclusive são produtores mesmo de CPF, né? Em termos numéricos, aí a grande, grande maioria é CPF mesmo" (Entrev. 5).

Para um de nossos entrevistados, funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo do Meio, a variável que caracteriza "uma grande fazenda de café" é o registro de mão de obra: "Fazenda que trabalha com trabalhador registrado, né? Que já tem uma demanda grande, que transporta de ônibus pra fazer a safra de café" (Entrev. 34). Segundo ele, esse tipo de relação de trabalho é comum também em propriedades com menos de 4 módulos fiscais¹⁸:

Pro INSS, agricultor familiar é até 4 módulos fiscais. Acima de 4 módulos fiscais seria já produtor rural. Mas tem muito agricultor familiar aqui... 4 módulos fiscais é muita terra, é muita terra. Muita gente que tem abaixo de 4 módulos fiscais e é fazendeiro, que registra carteira, entendeu? Ele sai da categoria. (...) Então passa a ser fazendeiro, produtor rural (Entrev. 34).

A análise de nosso entrevistado corrobora os achados de Hoffmann (2019) sobre os padrões da desigualdade fundiária brasileira. Ao analisar os Censos Agropecuários brasileiros de 1975 a 2017 o autor decompõe índices que medem a desigualdade (Theil, Atkinson, Gini)¹⁹ e mostra que ela provém, em grande medida, de diferenças entre as regiões e de diferenças internas aos estados da federação²⁰. Ou seja, por um lado, o Sul de Minas Gerais é menos concentrado que regiões como Cerrado mineiro e Oeste da Bahia, também produtoras de café. Por outro, há desigualdades internas, conforme assinalado por nosso entrevistado. Em resumo, pode-se dizer que o Sul de

¹⁸ A menção aos quatro módulos fiscais advém da Lei 11.326/2006, conhecida como a lei da agricultura familiar. Ela determina a exigência simultânea de quatro critérios de classificação das propriedades familiares: i) tamanho de até 4 módulos fiscais; ii) mão de obra predominantemente familiar; iii) percentual mínimo da renda proveniente das atividades no empreendimento rural; e iv) direção e controle das atividades pela família.

¹⁹ Os índices de Theil, Gini e de Atkinson são empregados em análises de desigualdade. Possuem variação de 0 a 1, sendo 0 menos concentrado e 1 mais concentrado. Enquanto o Gini tem um olhar médio, mais sensível aos intervalos de maior frequência relativa (em torno da moda da distribuição); o de Atkinson é mais sensível às mudanças nos estratos mais baixos; e o de Theil às mudanças nos estratos superiores da distribuição.

²⁰ A decomposição da medida *T* de Theil indica que 14,4% da desigualdade da posse da terra no Brasil se deve a diferenças entre as grandes regiões, ao passo que 85,6% decorre de diferenças dentro delas. Tomando os estados como unidade de análise, a decomposição do *T* aponta que 17,6% se deve a diferenças entre as 27 UFs e 82,4% corresponde à desigualdade intraestadual (HOFFMANN, 2019).

Minas é um espaço heterogêneo que integra um cenário nacional marcado por altos índices de desigualdade fundiária²¹ (HOFFMANN e NEY, 2010; HOFFMANN, 2019).

A percepção do Sul de Minas como uma região majoritariamente ocupada por pequenas e médias propriedades rurais foi reiterada por todos os entrevistados, assim como nas demais fontes pesquisadas. Porém, muitos deles mencionaram a existência de grandes fazendas de café. Essas poderiam ser consideradas pontos fora da curva se não desestabilizassem as relações de poder na região. Isto é, se não estivessem no centro de conflitos por terra como o de Campo do Meio, se não predominassem nas diretorias das grandes cooperativas de café e se não dominassem o negócio de exportação do grão.

O Anexo B contém uma lista não exaustiva de propriedades que extrapolam a categoria dos pequenos, identificadas por meio de entrevistas e outras fontes de pesquisa.

Para muitos entrevistados, a relativa desconcentração fundiária do Sul de Minas é um dos fatores que explica a baixa incidência de conflitos agrários na região²². Apesar deste histórico, um conflito ligado ao café se sobressai: uma "briga que vem arrastando por 25 anos e acho que é um dos maiores conflitos agrários do Brasil esse aqui no Sul de Minas, em Campo do Meio" (Entrev. 34).

Desde 1998, as terras em questão são ocupadas por 450 famílias em 11 acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja área é conhecida como Quilombo Campo Grande. Nos últimos anos foram feitas inúmeras operações de reintegração de posse, com frequente mobilização de violência policial. A mais recente delas, em agosto de 2020, em meio à pandemia da Covid-19, durou mais de 56 horas, destruiu a escola do Quilombo e despejou 13 famílias.

Muitos acampados são ex-empregados da usina de açúcar Ariadnópolis, da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia), que faliu em 1996 e deixou mais de R\$300 milhões de dívidas trabalhistas e previdenciárias e impostos devidos à União. Atualmente, são reclamadas pela empresa Jodil Agropecuária e Participações Ltda. Esta pertence ao Sr. João Faria, que arrematou parte dos 3.195 hectares da área sede da usina por R\$5 milhões em 2016 (FUHRMANN, 2020). A

²¹ Entre 1975 e 2017 o Brasil registrou aumento nos Índices de Gini (de 0,855 para 0,864) e de Atkinson (de 0,856 para 0,878) bem como redução no número de estabelecimentos e aumento da área média.

²² Dos 317 assentamentos rurais de Minas Gerais, somente 4 situam-se no Sul do estado: Nova Conquista, na divisa de Gonçalves e Lagoa Grande; 1º do Sul, em Campo do Meio; Santo Dias, em Guapé; e Nova Conquista II, em Campo do Meio. O 1º do Sul foi criado em 1997; Santo Dias em 2006; e Nova Conquista, em 2014.

produção familiar da região inclui café, cana de açúcar, leite, hortaliças, frutas, milho, feijão e mel. O café é cultivado nos acampamentos e em três assentamentos da região: 1º do Sul e Nova Conquista, em Campo do Meio, e Santo Dias, em Guapé, município próximo, situado à beira do lago de Furnas. Em 2012 foi criada a Cooperativa Camponesa (Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros), que tem como principal produto o café Guaií²³, cuja produção é de base agroecológica.

Como se vê, o território do Quilombo Campo Grande, antiga usina Ariadnópolis, conecta famílias sem terra, acampadas do MST, ao Sr. João Faria e a grandes corporações do sistema alimentar. Além de proprietário da Jodil Agropecuária ele também é dono²⁴ da Terra Forte Exportação e Importação de Café, que fornece cafés para duas das maiores comercializadoras de café do mundo: Nestlé e Jacobs Douwe Egberts (JDE), hoje JAB – nome que homenageia Johann Adam Benckiser, fundador da empresa à época do ramo de químicos na Alemanha.

. Suas fazendas são certificadas pela Utz, Rainforest, 4C e possuem o selo C.A.F.E, de boas práticas da Starbucks. João Faria já ostentou o posto de maior produtor de café do mundo.

Essas conexões fazem das terras de Campo do Meio pontos de interseção entre vias primárias e secundárias da globalização (KNOWLES, 2017), na medida em que os fios que formam aquela trama nos levam a distintas paisagens e nos conectam uma gama variada de atores.

Outros dois lugares privilegiados para analisarmos a interseção de vias primárias e secundárias são os municípios de Varginha e Guaxupé. Eles geram receitas de exportação da ordem de US\$1,03 bilhão e US\$793,34 milhões, respectivamente, o que os coloca na lista dos cinco principais exportadores do estado (SEAPA/MG, 2020a). Muito embora não se destaquem muito em termos de cultivo, são marcadas pela presença de empresas nacionais e multinacionais do negócio do café.

A seção a seguir se volta a esses atores. Analisa quais empresas, organizações sociais e instituições do negócio do café estão presentes na região. Pelo exercício de construção da cartografia vemos que o Sul de Minas, simultaneamente, é influenciado e influencia atores e paisagens vizinhas – e nem tão vizinhas assim. Ao longo do percurso, o café (em grãos verdes, torrado, moído, ou em cápsulas) carrega uma multiplicidade de volumes de capital, interesses,

²³ Ver portal da Cooperativa: <http://www.guaii.com.br/produtos/cafe/> (Acesso em 30 de março de 2021).

²⁴ Faria também é dono da Campneus, maior revendedora brasileira da fabricante de pneus Pirelli (FUHRMANN, 2020).

insumos, máquinas, embalagens e peças de marketing – bem como histórias de vida, expectativas de negócios e promessas de desenvolvimento.

1.3 Mapeando a rede do café do Sul de Minas

A Rua do Comércio do Café, localizada em Varginha, concentra algumas dezenas de empresas ligadas ao setor em apenas três de seus seis bairros. Ali estão o Centro de Comércio do Café de Minas Gerais (CCC-MG), as transnacionais Volcafé, Neumann, Stockler e outras tantas corretoras e exportadoras.

Outro logradouro de configurações semelhantes, porém sem a mesma simbologia no nome, é a Rua Guilherme Francisco Zanatelli. Nas suas proximidades estão sedes ou filiais de empresas como Grupo Três Corações, Louis Dreyfus, Grupo Montesanto Tavares, Sucafina e o banco holandês voltado ao financiamento do agronegócio, Rabobank. Muitas outras empresas e cooperativas de cafeicultores encontram-se distribuídas pela cidade, que também é sede de duas grandes cooperativas de café da região, a Coccamig e a MinasSul. Há ainda as plantas de torrefação da Café Bom Dia e da Melitta – duas das dez maiores torrefadoras do país. Logo em frente à sede da Café Bom Dia, estão os Armazéns-Gerais da LIV, que ocupa as antigas instalações do Porto Seco de Varginha, outra importante estrutura do município.

Por conta dessa centralidade espacial, Varginha conquistou o título de "capital do café no Brasil"²⁵, conforme lembrou o representante do CCC-MG:

Somos aqui uma praça que comercializa mais de 20 milhões de sacas/ano. Temos uma capacidade estática de por volta de 8, 9 milhões de sacas estática e uma capacidade de preparo para exportação e mercado interno perto de 30 milhões de sacas. Então essa é a Varginha hoje em termos de café e Minas Gerais em termos de café (Entrev. 23).

O município concentra "mais de 100 empresas coligadas ao negócio do café", dentre as quais "mais de 20 multinacionais" (Entrev. 23). A "localização estratégica" é uma das variáveis

²⁵ Três Pontas também é conhecida como "a capital do café", pois foi durante muito tempo o município com o maior número de pés de café no país. Atualmente Patrocínio, no Cerrado mineiro, e Campos Gerais, no Sul de Minas, ultrapassaram Três Pontas, que "hoje não é mais por questão de tamanho mesmo. Ela não tem mais espaço pra crescer e outras cidades foram passando ela" (Entrev. 20).

que ajuda a explicar a centralidade de Varginha, situada a um raio aproximado de 350 km equidistante de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo/Santos²⁶.

A densidade do negócio do café é também percebida no caminhar pelas ruas de Guaxupé, Alfenas, São Sebastião do Paraíso, Santo Antônio do Amparo, Carmo de Minas, Três Pontas e outros municípios da região. Em todas essas localidades as referências ao café são uma constante, um fato do passado, do presente e, muito provavelmente, do futuro. As páginas que seguem percorrem a trilha do café em cinco momentos: i) configurações à montante; ii) cultivo; iii) configurações à jusante; iv) comercialização e consumo; e v) descarte.

A trilha é aqui apresentada como uma proposta não exaustiva de segmentar o negócio do café a partir do Sul de Minas e, ao mesmo tempo, buscar ampliar o olhar e alcançar horizontes, atores e paisagens distantes que integram a mesma rede global. O detalhamento descritivo visa permitir a/ao leitora/r o máximo de imersão possível neste universo, uma tentativa de reduzir os graus de abstração inerentes ao formato acadêmico.

I. Configurações à montante

Ao longo dos 164 quilômetros da BR-491 que separam Varginha de Guaxupé há mais de uma dezena de municípios cafeicultores, que por sua vez também se veem rodeados por outras dezenas de localidades que têm no café sua principal atividade produtiva. A despeito das diferenças encontradas no cultivo, sobressaem também muitas características comuns, que nos permitem traçar perfis ou arriscar generalizações.

As configurações à montante envolvem insumos, mudas e maquinário, ou seja, compreendem os processos que precedem o cultivo propriamente dito. Enquanto a utilização de mudas e insumos é mais homogênea, o emprego de maquinário varia mais conforme a escala produtiva.

As mudas costumam ser comercializadas por viveiros registrados da própria região, ao passo que grandes fazendas, como as da Ipanema Coffees, possuem seus próprios berçários. Outra fonte de mudas é a Fundação Procafé, que integra o Consórcio Pesquisa Café, e realiza doações periódicas. Já insumos e maquinários são vendidos nas muitas lojas espalhadas pelo Sul de Minas Gerais, sejam elas autorizadas de marcas, pertencentes às cooperativas ou autônomas. Insumos são

²⁶ Varginha está a 380 km do Porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro; 370 km do Porto de Santos/SP; 320 km do aeroporto de Confins/MG; 300 km do aeroporto de Guarulhos/SP; e 320 km do aeroporto de Viracopos/SP.

também comercializados diretamente por representantes de grandes empresas, quando da prestação dos serviços de assistência técnica.

O Censo Agropecuário de 2017 abordou o tema dos insumos químicos poluentes e verificou que o número de estabelecimentos que declarou usar agrotóxicos no Brasil aumentou 22,9% desde o Censo de 2006, passando de 27% para 33,1%. As Tabelas 1.4 e 1.5, a seguir, reúnem informações sobre a utilização de insumos e maquinário nos municípios do Sul de Minas Gerais visitados durante o trabalho de campo realizado em julho e agosto de 2019.

Tabela 1.4 Número e proporção de estabelecimentos agropecuários que fizeram uso de insumos químicos, municípios visitados do Sul de Minas, 2017

Município	Número estabelecimentos agropecuários	% Utilizaram adubação química	% Aplicaram calcário ou outros corretivos do solo	% Utilizaram agrotóxicos
Alfenas	972	41%	44%	49%
Campo do Meio	884	72%	47%	70%
Carmo de Minas	348	18%	46%	30%
Guaxupé	422	37%	59%	62%
Lavras	808	40%	46%	42%
São Gonçalo do Sapucaí	576	26%	70%	78%
Três Pontas	1091	51%	70%	83%
Varginha	462	26%	68%	73%

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2017. Elaboração: Jéssica Siviero. Créditos: GEMAP.

Os dados mostram que, em média, 39% dos estabelecimentos agropecuários dessas localidades utilizaram adubação química; 56% aplicaram calcário ou outros corretivos do solo; e 61% utilizaram agrotóxicos.

Uma vez que a maior parte dos insumos é importada, sua ampla utilização traz implicações para a balança comercial do estado. Em 2019 foram importadas 2,76 bilhões de toneladas de adubos

e fertilizantes a um preço médio de US\$278/ton, correspondentes a um custo de US\$769,57 milhões para Minas Gerais²⁷ (SEAPA/MG, 2020a).

Por serem importados, variações no dólar impactam diretamente nos preços. Na avaliação de um de nossos entrevistados, produtor de cafés especiais em Baependi, no Sul de Minas, essas oscilações são os principais indicadores no dia a dia dos pequenos produtores sobre o controle do mercado por corporações estrangeiras: "É.. eu acho que a gente não sente tanto. O que influencia principalmente pra nós aqui é o custo de insumo pra produção dos cafés, pros cuidados da lavoura" (Entrev. 42). O mesmo foi apontado por um entrevistado que produz cafés *commodity* em Nepomuceno: "o meu contato com grandes empresas (...) ele é só mesmo porque eu compro os insumos" (Entrev. 44).²⁸

Entre os micronutrientes mais comumente pulverizados para o controle sistemático das doenças, estão zinco e boro. Sua aplicação é recomendada logo após o "pegamento" das mudas. Destinam-se ao combate da ferrugem e da broca, ácaros, bicho-mineiro e cercosporiose²⁹. Cochonilhas, grilos, formigas-cortadeiras são também consideradas pragas comuns nos cafezais (MESQUITA et al, 2016). Segundo o manual de implantação dos cafezais da Emater/MG, os agrotóxicos devem ser utilizados em condição complementar a tratamentos culturais como desbrota; manejo do mato; manejo de pragas e doenças; manutenção das estradas; carreadores; e cordões e caixas de retenção.

A utilização de maquinários e equipamentos agrícolas também é significativa na região. Nesse caso há expressiva heterogeneidade entre os municípios visitados, conforme apontam os dados do Censo Agropecuário de 2017. Na média, 43% dos estabelecimentos agropecuários dos

²⁷ Adubos e fertilizantes lideraram a lista de todos os produtos importados pelo estado, seguidos de materiais de transporte, elétricos e eletrônicos. Os principais fornecedores são Rússia (35,2%), Canadá (11,1%), Belarus (7,1%), Catar (6,5%) e Estados Unidos (5,8%). Sobre o nível de processamento dos insumos importados, 36,9% foram potássicos, 28% nitrogenados, 26% com dois ou mais elementos fertilizantes e 9,1% fosfatados de origem animal (SEAPA, 2020a).

²⁸ Este afirmou fazer uso de fertilizantes e defensivos, com exceção dos chamados organofosforados: "esses eu não uso de forma alguma" (Entrev. 44). Ele apontou ainda que a possibilidade de uma transição para lavoura orgânica é quase inexistente, "até porque a minha propriedade é cercada de cafeicultores que usam defensivos" (Entrev. 44). A esse respeito, vale notar que em 2013 a Organização Internacional do Café compilou informações sobre os Limites Máximos de Resíduos (LMR) nas lavouras de café em diversos países do mundo, dentre os quais o Brasil (ICO/ICC, 2013).

²⁹ O bicho mineiro, *Leucoptera coffeella*, é a principal praga que ataca os cafezais brasileiros. Sua incidência cresceu após o início da utilização dos cúpricos para controlar o fungo da ferrugem, *Hemileia vastatrix*. A broca, *Hypothenemus hampei*, ataca os frutos e também é um problema antigo das lavouras cafeeiras (MEDINA FILHO e BORDIGNON, 2007).

municípios visitados no trabalho de campo possuem tratores; 11% possuem semeadeiras e/ou plantadeiras; 9% têm colheitadeiras; e 22% possuem adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário.

Tabela 1.5 Estabelecimentos agropecuários que possuem maquinários conforme o tipo, municípios visitados do Sul de Minas, 2017

Municípios	Tratores	Semeadeiras e/ou plantadeiras	Colheitadeiras	Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário
Alfenas	39%	12%	11%	25%
Campo do Meio	25%	6%	4%	11%
Carmo de Minas	28%	6%	5%	9%
Guaxupé	43%	8%	3%	17%
Lavras	38%	15%	10%	20%
São Gonçalo do Sapucaí	56%	16%	9%	22%
Três Pontas	52%	9%	11%	33%
Varginha	64%	15%	18%	42%
Médias	43%	11%	9%	22%
Médias Agricultura não familiar	56%	18%	17%	37%
Médias Agricultura familiar	34%	6%	3%	12%

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2017. Elaboração: Jéssica Siviero. Créditos: GEMAP.

Os pontos de comercialização de insumos e maquinário constituem importantes nós da rede global do café, pois conectam empresas transnacionais aos agricultores do Sul de Minas. Uma das principais comercializadoras de máquinas da região é a Minas Verde, concessionária das máquinas estadunidenses John Deere. Distribuída em oito filiais (Alfenas, Três Corações, Lavras, Passos, Arcos, São João Del Rei, Pouso Alegre e Boa Esperança) a Minas Verde "leva as soluções John Deere para o produtor rural do Sul e Sudoeste de Minas Gerais"³⁰. Trabalha com o conceito de

³⁰ Em 2018, tornou-se uma das quatro concessionárias da John Deere a receber o prêmio "Concessionário Classe Mundial", entregue em uma cerimônia em Miami, nos Estados Unidos, em reconhecimento aos níveis de participação de mercado, qualidade nos serviços de pós-venda e agricultura de precisão e satisfação de clientes.

"sistemas mecanizados" e comercializa tratores, plantadeiras, pulverizadores, colhedoras e colheitadeiras. Dispõe ainda de "atendimento de pós-venda", espécie de assistência que pode ser realizada em uma das oficinas Minas Verde ou em campo. Nesse caso, o atendimento é feito por técnicos que vão até os produtores para orientar sua utilização ou consertar eventuais defeitos.

A loja promove feiras e eventos conhecidos como "TraTour" a fim de apresentar os tratores e novos maquinários aos agricultores e promover maior integração entre eles – ações que espelham tradição de longa data da John Deere nos Estados Unidos³¹. Outra frente de atuação são parcerias tipo "universidade-empresa" com instituições de ensino técnico e superior da região. Essa prática não apenas conquista novos clientes em potencial, como treina pessoas que podem vir a se tornar técnicos da Minas Verde, com o benefício de terem sido capacitados por uma instituição pública de ensino.

John Deere, Stihl, Oxbo, Pinhalense e Jacto são algumas das principais fabricantes de maquinário para o cultivo do café, as duas últimas são brasileiras. Cabe aqui um breve intervalo para melhor conhecermos o perfil das empresas supracitadas.

Criada em 1837 pelo ferreiro John Deere, em Grand Detour, no estado de Illinois, nos Estados Unidos, a John Deere iniciou com a fabricação de arados³² e é hoje uma das cinco empresas líderes em máquinas agrícolas do mundo³³. Do fim dos anos 1980 para cá, tem passado por expressivos movimentos de concentração. Em 1988 se associou à japonesa Hitachi para fabricar escavadeiras. Dez anos mais tarde, a empresa mista Deere-Hitachi adquiriu a Cameco Industries, produtora de equipamentos para o cultivo da cana de açúcar. Em 2000, comprou duas grandes do mercado florestal, Timberjack e Waratah, tornando-se líder nesse ramo. Mais recentemente tem investido no setor de *machine learning* e inteligência artificial, para o qual adquiriu a empresa Blue River Technology em 2017. Outras aquisições recentes foram PLA (empresa Argentina de pulverizadores, semeadores e outros produtos agrícolas, com fábrica em Canoas/RS); Wirtgen Group (produção de equipamentos para construção de estradas) e King Agro (produção de fibras de carbono, com uma fábrica em Campana, na Argentina) (DEERE, 2018).

³¹ A John Deere foi também pioneira na edição de jornais com informações agropecuárias e de propaganda dos novos produtos. Desde 1895 edita, com esta finalidade, o periódico *The Furrow*, que já no início da década de 1910 era lido por mais de 4 milhões de pessoas e atualmente é editado em 14 idiomas e distribuído em formato digital em mais de 115 países.

³² Em 1876 foi registrado o símbolo do cervo no Escritório de Patentes dos Estados Unidos, o que garante à empresa o mais antigo e contínuo registro de marca comercial entre as empresas da lista Fortune 500.

³³ Atua também no mercado de construção, com destaque para a construção de estradas.

Fundada na Alemanha dos anos 1920, a Stihl foi uma das primeiras empresas a fabricar equipamentos mecânicos destinados à lida na agricultura e ao manejo de florestas. Em 1926 lançou a primeira motosserra³⁴, comercializada na década seguinte nos Estados Unidos e na Rússia. Naquele período as primeiras importações chegaram ao Brasil e a aceitação do mercado fez com que, na década de 1970, fosse instalada uma fábrica na cidade de São Leopoldo/RS. Atualmente, a principal máquina Stihl utilizada nos cafezais é a ferramenta multifuncional KA 85 R, "cuja simples troca de ponteira a transforma em até 4 equipamentos diferentes: roçadeira, motopoda, podador de cercas vivas e derriçador de café ou azeitonas"³⁵.

A Oxbo pertence ao Ploeger Oxbo Group³⁶, sediado na Holanda. O Grupo foi formado em 2011 pela fusão entre a holandesa Ploeger e a estadunidense Oxbo International, por sua vez, derivada da fusão entre Biron e Pixall, em 1998, ambas produtoras de maquinário de colheita desde os anos 1950. Em 2013 o Grupo adquiriu parte da empresa francesa Bourgoin, também fabricante de máquinas agrícolas. A história do Grupo Ploeger Oxbo no café teve início nos anos 1990, com o lançamento da Korvan 9200, que marcou o processo de colheita mecânica do café no mundo e no Sul de Minas Gerais.

A Pinhalense foi fundada no início da década de 1950 em Espírito Santo do Pinhal/SP. Atualmente possui máquinas em operação em mais de 100 países, voltadas ao processamento e beneficiamento de café, cacau, castanha, feijão, cereais, pimenta e noz macadâmia. No que diz respeito especificamente ao café, desenvolve máquinas para benefício úmido (abanadores, descascadores de cereja, desmuciladores, lavadores, peneiras tubulares e separador de sólidos) e seco (descascadores e pré-limpeza); secagem (fornos e secadores); e benefícios em geral (balanças, catadoras de pedra, carregador de container, classificadores e mesa densimétrica). Também possui equipamentos para silos, transporte dos grãos a granel, sacos e big bags nos armazéns; e máquinas de laboratório para a torra dos grãos. Há ainda máquinas para a aplicação de implementos agrícolas (arruador, carretas, trituradores, carrinhos de terreiro); e colheitadeiras³⁷, em padrão semelhante às fabricadas pela John Deere.

³⁴ A Stihl Contra, modelo aprimorado da motosserra lançado em 1959, revolucionou o mercado florestal e garantiu à Andreas Stihl, fundador da empresa, o título informal de "pai da motosserra".

³⁵ Ver portal da empresa: <https://www.stihl.com.br/nossa-historia.aspx> (Acesso em 04 de outubro de 2019).

³⁶ Ver portal da empresa: <http://www.oxbocorp.com/About/About-the-Ploeger-Oxbo-Group> (Acesso em 06 de abril de 2021).

³⁷ Ver portal da empresa: <https://www.pinhalense.com.br/cafe/automacao-paineis/> (Acesso em 04 de outubro de 2019).

Por fim, a Jacto, também paulista, de Pompéia, foi fundada em 1948 pelo japonês Shunji Nishimura, que havia emigrado para o Brasil em 1932. Seu primeiro produto foi a polvilhadeira de defensivo e até os dias de hoje as máquinas pulverizadoras são o foco da empresa. Ela está presente em mais de 100 países e possui fábricas no Brasil, Argentina e Tailândia; e escritórios comerciais nos Estados Unidos e no México³⁸. Em 1973 deu início ao desenvolvimento da K3, primeira colhedora de café do mundo, comercializada a partir de 1979. Seu modelo mais recente é de 2015, o K 3500, adequado para plantios tradicionais e adensados.

II. Cultivo

Aspectos botânicos

O café pertence a um grupo diverso de famílias botânicas que possuem um alcalóide em comum: a cafeína. Assim como o cacau, descoberto na América Central, o mate e o guaraná, na América do Sul, o café e o chá foram descobertos no Oriente e fazem parte de uma história de séculos e mesmo milhares de anos de busca da humanidade por alimentos estimulantes (CARDOSO, 1976).

Sua família botânica, a Rubiaceae³⁹, possui cerca de 500 gêneros e mais de 6.000 espécies. Em termos econômicos o gênero *Coffea*⁴⁰ é o membro mais importante e as espécies mais comuns são o *Coffea arabica* (café Arábica) e o *Coffea canephora* (café Robusta ou Conillon⁴¹)⁴². Três diferenças marcantes entre as duas espécies são o número de cromossomos, a resistência à praga da ferrugem e o teor de cafeína. A espécie arábica é um alotetraplóide de 44 cromossomos, já a

³⁸ Ver portal da empresa: <https://jacto.com/brasil/company/jacto> (Acesso em 06 de abril de 2021).

³⁹ Os cafeeiros pertencem à divisão das Fanerógamas, classe Angiosperma, subclasse Eudicotiledônea, ordem Rubiales, família das Rubiaceae, tribo Coffeae, subtribo Coffeinae, gêneros *Coffea* e *Psilanthus* (GUERREIRO FILHO et al, 2007).

⁴⁰ A primeira descrição correta do gênero *Coffea* foi feita pelo botânico Carlos Lineu, conhecido como o "pai da taxonomia moderna", em 1753, o que não cessou as discordâncias botânicas em relação a um sistema preciso de classificação (ICO/ICC, s/d).

⁴¹ As nomenclaturas canephora, robusta e conilon são frequentemente empregadas de maneira indistinta para denominar o café cultivado no Espírito Santo, Bahia, Rondônia e em países da África, Indonésia e Vietnã. Porém, Conillon e Robusta são duas cultivares da espécie canephora, representantes dos grupos guineano e congolês, respectivamente (GUERREIRO FILHO et al, 2007).

⁴² *Coffea liberica* (café Libérica) e *Coffea dewevrei* (café Excelsa) são outras duas espécies cultivadas em menor escala (ICO/ICC, s/d).

canephora é um diplóide de 22 cromossomos. Canephora se mostra mais resistente à ferrugem, tendo sido descoberta nos anos 1900 por meio de estudos a esse respeito. Finalmente, quanto ao teor de cafeína, maior concentração é encontrada na canephora. Enquanto as plantas arábica têm teor médio de cafeína da ordem de 1,2% do peso seco da semente, as canephoras podem chegar a 4% (GUERREIRO FILHO et al, 2007).

Das 25 principais espécies, todas são nativas da África tropical e de algumas ilhas do Oceano Índico, como Madagascar, Ilhas Mascarenhas e Comoro (MEDINA FILHO e BORDIGNON, 2007). A dificuldade em classificar e até mesmo designar um indivíduo como membro verdadeiro do gênero se deve à grande variação de suas plantas e sementes. Todas as espécies são lenhosas, mas podem variar de pequenos arbustos a grandes árvores com mais de 10 metros de altura, com folhas amareladas, verde-escuro, cor de bronze ou toques de púrpura (ICO/ICC, s/d). O cafeeiro Arábica médio é um arbusto grande com folhas ovaladas verde-escuras. Os frutos são ovais e amadurecem entre 7 e 9 meses. Em geral, contém duas sementes achatadas (grãos de café) – quando um único grão se desenvolve, é denominado “peaberry” (moquinha).

As variações se dão a despeito da estreita base genética do Coffea. São explicadas por fatores como "morfologia devido a mutações, cruzamentos naturais ou artificiais, diferentes práticas agronômicas e, principalmente, ao ambiente" (ALVES, 2007, p. 31). Todas as cultivares conhecidas da espécie são derivadas de duas formas botânicas: Typica e Bourbon, sendo Caturra (Brasil, Colômbia), Mundo Novo (Brasil), Tico (América Central), San Ramon anão e Blue Mountain jamaicano, as principais cultivares do café arábica.

Aspectos agronômicos

O café é classificado como uma cultura ou lavoura permanente, o que significa dizer que possui ciclo longo, cujas colheitas podem ser feitas por vários anos sem a necessidade de novo plantio. Os registros do MAPA somam mais de uma centena de cultivares diferentes, de tal forma que a escolha varia de acordo com as características das propriedades e os objetivos do cultivo.

Sobre as características das áreas cultivadas, condições favoráveis incluem temperatura entre 18° C e 23° C e regime de precipitação entre 1.200 mm e 1.800 mm anuais, o qual deve cobrir o período vegetativo e de frutificação dos cafezais. A profundidade mínima do solo deve ser de 120 cm e este deve apresentar boas condições de textura e estrutura para permitir o

desenvolvimento das raízes do cafeeiro. A altitude média recomendada varia entre 600m e 1.200 m. Locais suscetíveis a ventos fortes e geadas devem adotar medidas preventivas, como os quebra-ventos e as linhas de geada (MESQUITA et al, 2016).

O espaçamento entre os pés de café difere entre colheitas mecanizadas e não mecanizadas. Se mecanizadas deve-se observar espaçamento entre linhas suficiente para a circulação das máquinas, entre 3,5m e 4m. Lavouras não mecanizadas podem ser mais comprimidas (2,4m a 3m). Já as distâncias entre pés de café em uma mesma linha variam conforme o tamanho das cultivares: 0,5m - 0,7m para árvores de pequeno porte e maiores que 0,7m para portes mais altos. Níveis de insolação e incidência de pragas e doenças são outros fatores a considerar. A vida útil dos pés de café varia, em média, entre 20 e 40 anos. Quanto mais antigas as árvores, menor é a produtividade. Mudanças plantadas costumam levar três safras para produzir (idem).

A preparação dos terrenos para o cultivo pode envolver métodos de calagem, gessagem e subsolagem. Em seguida vem a marcação das linhas de plantio, que localizam o cafezal no terreno. A abertura de sulcos ou covas é atualmente executada por máquinas sulcadoras ou pelo arado animal, em locais onde a declividade não permite a mecanização. Tanto a abertura das covas⁴³ quanto seu preenchimento com matéria orgânica e eventuais corretivos de solo podem ser feitos por máquinas. O primeiro pela perfuradora manual motorizada (trado ou broca), o segundo com o subsolador de três hastes, que simultaneamente incorpora os insumos, alarga e fecha o sulco. A finalização ou aplainamento da superfície, também pode ser mecanizada, com o uso de enxada rotativa, lâmina traseira ou o próprio pneu traseiro do trator (idem).

A época ideal de plantio do café em áreas não irrigadas é de outubro a dezembro e as mudas podem ser plantadas manualmente, com enxadões estreitos, ou com cavadeiras mecânicas. Em áreas favoráveis à mecanização, é possível acoplar plataformas plantadoras aos tratores para dispor as mudas nas covetas. Em geral, entre 3% e 5% das mudas são replantadas após 30 ou 40 dias. Após 20 ou 30 dias do plantio é efetuada a primeira adubação, usualmente com nitrogênio e potássio, seguida de mais duas ou três até o final do período chuvoso (idem).

Os cafés florescem por volta do mês de setembro e a abertura das flores costuma ocorrer entre oito a doze dias após as chamadas chuvas de florada. Por volta de dezembro atingem seu tamanho máximo e em janeiro acentua-se sua cor verde (fase grão verde). Em março ocorre a fase de granação dos frutos, com a solidificação dos líquidos internos, formando a semente

⁴³ Com medida recomendada de 40x40x40 cm, equivalente ao volume de 64 litros.

propriamente dita (ALVES, 2007). Entre abril e junho inicia-se a maturação: os grãos passam da cor verde para a cor "cereja". Respeitado esse calendário, a colheita se dá entre os meses de maio a agosto.

É comum o cultivo de café ser consorciado ou intercalado com outras culturas, sobretudo arroz de sequeiro, milho, feijão, amendoim, mandioca, inhame, girassol e soja (MESQUITA et al, 2016). A prática do consórcio, típica dos cultivos de agrofloresta e dos chamados cafés sombreados⁴⁴ (entre 10% e 30% de sombra), é estimulada pela Emater/MG, assim como é valorizada por algumas certificadoras. Nota-se ainda que em diversos documentos da Organização Internacional do Café (OIC) o cultivo consorciado é apontado como uma estratégia de combate à pobreza rural, sobretudo em países da África e América Central. Em razão disso, o consórcio é uma das práticas mais comuns dos trabalhos de responsabilidade social corporativa junto às famílias de pequenos agricultores.

Muito embora seja incentivado, o cultivo intercalado não é a realidade da maior parte dos cafeicultores do Sul de Minas. A título de exemplo, nenhuma das propriedades visitadas em campo ou produtores entrevistados após o campo praticam o cultivo consorciado. Para um de nossos entrevistados, representante do segmento dos empregados rurais, vivenciamos uma "epidemia única do café", muito apropriada para a entrada de máquinas, à semelhança do que ocorre com outras monoculturas:

Sempre teve quase de tudo, café, gado. Mas hoje que o café acabou se tornando uma epidemia única. Naquela época tinha um pouco de variação, de cereais, de café, gado, então dava um pouco de serviço. Agora com esse produto único e tudo maquinado (sic) aí tá complicando um pouco mais, nem serviço não tá tendo (Entrev. 22).

Com relação aos custos de cultivo, a principal variável é a mão de obra. A análise dos custos por saca de lavouras manual e mecanizada⁴⁵ em Guaxupé registrou variação expressiva: R\$ 333,31 para a modalidade manual e R\$ 275,44 para a mecanizada. Com relação à distribuição percentual dos componentes do custo de cultivo, verifica-se que na tecnologia manual, 45,5% é destinado à

⁴⁴ O sombreamento, assim como a cobertura morta e a irrigação são práticas culturais que aumentam o tamanho do fruto, contribuindo para o balanço hídrico do cafeeiro e impedindo queda dos frutos em função da falta d'água na fase de expansão rápida da frutificação. Outro benefício é a proteção contra ventos e, conseqüentemente, a queda das folhas (ALVES, 2007). Essa era a realidade do café originalmente cultivado nas montanhas africanas, que tinha lugar em condições de sub-bosque, em clima ameno e à sombra (MESQUITA et al, 2016).

⁴⁵ Ambas com a mesma produtividade em termos de sacas/hectare (30) e de kg/hectare (1.800).

mão de obra, 16% aos fertilizantes e 7% aos agrotóxicos. No caso da mecanizada, a mão de obra custa 14% (menos de um terço do percentual manual) ao passo que se gasta mais em fertilizantes, 22%, e em agrotóxicos, 8% (FUNCAFÉ, 2015⁴⁶).

Mão de obra

O estudo do trabalho no negócio do café no Brasil é um tema em si muito relevante, hoje e no passado. A diversidade de formas de inserção – e subordinação – dos trabalhadores, cujo espectro varia desde o trabalho análogo ao escravo até o assalariado formal, têm uma razão histórica: a heterogeneidade e incompletude da transição da mão de obra escrava para o trabalho livre. Os acordos de trabalho informais são majoritários entre as contratações e constituem a principal forma de violação dos direitos humanos e trabalhistas no setor (DANWATCH, 2016).

Não faz parte do escopo desta tese aprofundar o tema, senão apontar alguns elementos que nos ajudam a pensar o lugar do trabalho na dinâmica da rede de produção global do café na atualidade. Autores como Tsing (2009), Coe e Hess (2013); Carswell e DeNeve (2013); Selwyn (2013); e outros apontam a urgência de se incorporar o trabalho nos estudos de cadeias e redes de produção global⁴⁷.

Obviamente presente em todos os momentos da rede de produção global do café, optamos por situar os apontamentos sobre *mão de obra* no âmbito do *Cultivo* pois ele abarca a maior parte do trabalho tradicionalmente associado ao negócio do café. Essa escolha não desconsidera a importância dos trabalhos desempenhados nos armazéns-gerais⁴⁸, provadores, torrefadoras, transporte e logística, distribuição, venda e preparo e descarte. Estes, de caráter mais propriamente industrial e de serviços, seguem dinâmicas distintas. Um aspecto comum a se destacar sobre todos eles é a tendência de eliminação do trabalho vivo, à medida que avança a mecanização e se

⁴⁶ O Relatório de Atividades 2014 do Funcafé é o mais recente disponível no portal do Fundo.

⁴⁷ Da mesma forma, Edelman (2013) e Fraser (2016) destacam o trabalho e a multiplicidade de sujeitos e corpos de trabalhadores como dimensão negligenciada na maior parte das análises sobre transações globais de terra na contemporaneidade.

⁴⁸ Durante o trabalho de campo no Sul de Minas observamos também trabalhadores dos armazéns-gerais de café, “saqueiros”, e de limpeza. Ambos devem possuir registro em sindicatos como o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Varginha (SINTRAMOMEG). Não há, contudo, contrato formal, o que os coloca em condição semelhante a de trabalhadores terceirizados, haja vista que a remuneração varia conforme volume de movimentação e/ou diária. Em geral, as equipes possuem um conferente de produção, responsável por registrar a produção de cada trabalhador.

aprofundam os processos de controle do trabalho (RAMALHO, 1991). Outro aspecto comum, que merece ser analisado e constitui agenda de pesquisas futuras, tem a ver com a idade dos trabalhadores: "o universo do café é jovem" (Entrev. 2)⁴⁹; "existe uma força jovem entrando" (Entrev. 43)⁵⁰.

No que tange ao trabalho nas lavouras, sobressaem os temas da informalidade e das tecnologias e a relação de complementaridade entre eles. Do ponto de vista da legislação, a informalidade corresponde à contratação de mão de obra sem carteira assinada, com acordo de pagamento e regimes de trabalho que não seguem os dispositivos de leis e normas trabalhistas. Souza Jr (2011) identifica três categorias de trabalhadores nas lavouras de café do Cerrado Mineiro, que também se verificam no Sul de Minas: i) empregados, trabalhadores fixos, como os administradores de fazenda, por exemplo; ii) peões, trabalhadores temporários contratados, por exemplo, para a colheita ou outros serviços que exijam certo vínculo com a propriedade; e iii) diaristas/volantes, contratados para serviços específicos, que não demandam nenhum vínculo.

A prevalência da informalidade nas suas diversas formas se traduz em baixas remunerações e em processos de controle que superexploram os trabalhadores em termos de jornada e condições de trabalho. É comum, por exemplo, o valor da remuneração não ser "acertado" antes do trabalho realizado, o que dá margem para injustiças e critérios que não condizem com as variações de produtividade dos cafezais⁵¹ e das características dos próprios trabalhadores ("porte físico, jovialidade, destreza e horas de dedicação") (CROCCO et al, 2017, p. 92)⁵². Mesmo diante desse cenário, persiste a narrativa de que "o bom trabalhador ganha dinheiro" (ibidem).

⁴⁹ Fato ressaltado nas entrevistas e observado nas visitas do trabalho de campo em lavouras, empresas e cooperativas. O mesmo foi também notado nas frequentes visitas à cafeterias no Brasil e nos Estados Unidos, e em peças audiovisuais. Essa característica sobressai ainda mais no âmbito dos cafés especiais. Seu cultivo é frequentemente apresentado como alternativa promissora na promoção da sucessão rural, com destaque para a valorização das jovens mulheres. No Sul de Minas vimos como a parte de prova dos cafés é dominada por jovens profissionais, assim como é muito jovem o universo de baristas e outros atores que circulam nas feiras de cafés especiais.

⁵⁰ Segundo nosso entrevistado, as mulheres têm tido cada vez mais destaque: "É, principalmente, é muita mulher no café, provando o café. Porque vocês têm uma habilidade, um sentido olfativo muito, muito, uma percepção muito grande" (Entrev. 43).

⁵¹ Sobre a heterogeneidade da formação dos cafezais, um de nossos entrevistados argumenta que "cada caso é um caso": "às vezes você vai praquela região de Cabo Verde, uma pirambeira que nem tatu calçado de chuteira não guenta andar naquelas piramba (sic). Aí você vai em lugar plano é outra coisa. Você vai em café grande, aqueles café (sic) que parecem um prédio de 10 andares é uma coisa, agora você vai naquelas lavouras com o café de 1 metro, 1 metro e meio é outra" (Entrev. 22).

⁵² O estudo analisa cafezais do município de Nepomuceno, no Sul de Minas Gerais, e verifica variações nos pagamentos mensais que vão de R\$400 a R\$3.500 nos períodos de safra.

Um ator chave na cena do trabalho nos cafezais é o "gato", que media a relação entre trabalhadores e empregadores. Ele também costuma tirar proveito das fragilidades contratuais e "quem paga a conta é o empregado": "um exemplo que é muito comum. Às vezes o patrão paga 12 reais a medida de café e o gato chega nos empregados e fala que tá pagando 10" (Entrev. 22).

Outra prática histórica de superexploração ainda presente são os regimes de dívida. Eles são geralmente aplicados sobre trabalhadores migrantes sazonais, que já saem de suas terras com dívidas de transporte e alojamento, às quais se somam débitos com alimentação no cotidiano das fazendas.

Como apontou nosso entrevistado, essas e outras práticas são passíveis de enquadramento como trabalho análogo ao escravo: "a falta de segurança em todo o sentido, falta de assinatura de carteira, muitas vezes leva a condições de extrema precariedade que, quando localizadas pela fiscalização dos órgãos competentes, podem ser classificadas como trabalho escravo" (Entrev. 22). Veja que para chegar nesse ponto, "pra caracterizar trabalho escravo, a pessoa tem que tá abandonada em tudo em quanto é sentido" (Entrev. 22).

As violações mais comuns associadas ao trabalho análogo ao escravo⁵³ no café incluem condições de alojamento precárias; trabalhadores que dormem em estábulos e pocilgas; alojamentos multifamiliares (não separados por sexo ou famílias, conforme exige a lei); falta de sanitários e vestiários; jornadas longas e exaustivas de trabalho; transporte precário; e falta de equipamentos de proteção individual (EPI) (DANWATCH, 2016). O representante do sindicato de Campo do Meio mencionou que a entidade também costumava atuar⁵⁴ na fiscalização do uso de agrotóxicos e EPIs.

Embora as denúncias sejam frequentes, os trabalhadores e as representações sociais e sindicais destacam insuficiência na atuação dos órgãos competentes (Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho (MPT) e Polícia Federal). "Quando é trabalho escravo a gente não combate sozinho porque aí a coisa é mais feia. Aí tem que envolver Polícia Federal, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho" (Entrev. 34).

⁵³ A Constituição Federal em seu artigo 149º classifica o trabalho como análogo ao escravo em quatro situações: i) condições degradantes de trabalho; ii) jornada muito extensa; iii) trabalho forçado através de ameaças ou de corte do transporte; e iv) servidão por dívida.

⁵⁴ A utilização do tempo verbal no passado se explica pelo fato de que o Sindicato perdeu as condições de atuação após a aprovação da reforma trabalhista em 2017: "Da reforma trabalhista pra cá eles não querem fazer acordo mais. A lei tá do lado deles agora. Sindicato tá morto porque o Temer matou o sindicato. Ele tirou a competência dos sindicatos quase todas, as competências constitucionais e as competências celetistas" (Entrev. 34).

Em 2018 foram resgatados 210 trabalhadores em condições análogas à escravidão em fazendas de café no Brasil. Já a chamada "lista suja" do trabalho escravo publicada pelo Ministério do Trabalho naquele mesmo ano envolveu quatro fazendas de café em Minas Gerais (DIAS, 2018). A fiscalização divulgada em abril de 2021, referente a 2020, apontou Minas Gerais como o principal estado em número de trabalho análogo a escravo no país. Segundo o Portal da Inspeção do Trabalho⁵⁵, no cultivo do café foram 333 "trabalhadores formalizados no curso da ação fiscal", localizados em 21 estabelecimentos.

Um dos representantes da Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais (Adere) relatou em entrevista que, em 2011, sindicatos e trabalhadores organizados ocuparam a sede do MPT em Belo Horizonte com o objetivo de pressionar o órgão para a realização de ações de fiscalização no Sul de Minas. Lograram que 240 fazendas fossem fiscalizadas na região. Em 2016, após outra ocupação da sede do MPT, obtiveram mais 540 fiscalizações. As lutas da Adere são destaque nacional (Entrev. 39; Entrev. 22). Em 2017, os esforços por ela mobilizados para a fiscalização do trabalho nos cafezais de Minas Gerais alcançaram cerca de 10% das denúncias de trabalho escravo de todo o país – apesar de "toda a precariedade nossa" (Entrev. 22). Ainda assim, ressalta: esses números são como "um cisco, um grão de areia no oceano" (Entrev. 22).

É fato que a maior parte das violações têm lugar nas grandes fazendas, que contratam um ou mais ônibus de trabalhadores migrantes no período da safra. Porém, são também observadas violações de direitos em estabelecimentos de pequeno e médio porte. Em muitos pequenos sítios da agricultura familiar não são formalizados os contratos dos trabalhadores que vêm ajudar na colheita. Esse aspecto reflete a própria heterogeneidade da agricultura familiar – assunto retomado no Capítulo 5 –, e pluralidade de interesses que coabitam as organizações e movimentos de trabalhadores.

As divergências entre assalariados rurais e agricultores familiares são motivo de conflitos recorrentes entre a Adere e os sindicatos municipais da agricultura familiar na região (Sindicatos das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais – STRs). Embora sejam parceiras em lutas mais gerais e em espaços como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), as diferenças entre a Adere, os STRs e suas Federações se manifestam no âmbito da fiscalização, pois, segundo a Adere, embora apoiem a organização dos empregados rurais, os agricultores familiares são refratários à fiscalização de suas próprias propriedades (Entrev. 39).

⁵⁵ Ver portal do órgão: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/> (Acesso em 21 de abril de 2021).

Ameaças ao trabalho provém tanto das violações de direitos quanto do avanço das tecnologias tais quais existem hoje. Nesse âmbito, as entrevistas e a literatura enfatizam o papel das colhedoras mecânicas e outras tecnologias que substituem a "panha" ou "catação manual"⁵⁶. Mesmo com a mecanização, até recentemente, colhedoras mais antigas deixavam escapar grãos e, portanto, requeriam o trabalho de catação manual do que ficava pelo chão. Assim, "até umas décadas atrás o empregado conseguia pegar umas 10, 15 medidas por dia de 60L. Hoje, se você for na mesma lavoura, na mesma fazenda, a máquina já passou, você vai recatar e pegar resto e não vai dar nem duas medidas no mesmo lugar" (Entrev. 22).

As máquinas de hoje estão cada vez mais desenvolvidas para colher todos os grãos das árvores. As opções mais eficientes do mercado incluem a colhedora Oxbo 9220, que se adapta a árvores de até três metros de altura; e a K3500, da brasileira Jacto, que colhe a uma distância de 260 mm do chão. Com relação à declividade, a Oxbo 9220 pode operar em terrenos com até 35° de elevação, a Jacto 3500 até 20° e uma terceira máquina, a P1000, da Pinhalense, opera em terrenos com até 30° de declive.

Para o maior aproveitamento das máquinas, tanto os fabricantes adaptam as tecnologias para terrenos mais inclinados, quanto os próprios produtores adequam as lavouras. O fazem, por exemplo, "tirando [pés de café] onde [o maquinário] não andava, colocando onde anda, fazendo terraçamento" (Entrev. 23). As mudanças compensam, pois com a utilização das colhedoras é possível fazer até 700 medidas de café por dia, o equivalente ao trabalho desempenhado por 80 a 100 pessoas. As consequências sobre a demanda de mão de obra são inescapáveis: "Por isso então não tem mais emprego hoje. Hoje 90% dos empregados da região tá pegando é resto de máquina, se quiser" (Entrev. 22). O trabalho manual vem sendo crescentemente dispensado nos períodos de entressafra. Atividades de capina, antes realizadas de três a quatro vezes ao ano, se tornam desnecessárias em função do uso de venenos: "Na entressafra o que dava muito serviço que era capim, que era coisa manual, hoje você joga veneno, tem veneno aí que dura 6 meses. Vai lá com um trator lá com uma semana consegue envenenar toda a propriedade" (Entrev. 22).

⁵⁶ Há quatro formas de realização da colheita: i) manual, também chamada de 'catação a dedo'; ii) semimecanizada, com a utilização de mecanismos derriçadores portáteis ou tracionadas, desprovidas de recolhedores; iii) mecanizada, com o emprego de máquinas colhedoras completas automotrizes ou tracionadas por trator; e iv) supermecanizada, onde todas as operações da colheita são feitas mecanicamente (SILVA et al, 2013).

Na visão de alguns entrevistados, "ainda assim gera-se muito emprego" (Entrev. 20). Estes argumentam que os municípios do Sul de Minas frequentemente aparecem nas estatísticas do IBGE como aqueles que mais empregam durante os meses da safra.

III. Configurações à jusante

Primeiros beneficiamentos

Após a colheita, tem início os processos de beneficiamento dos grãos. O primeiro deles é o despulpamento, que envolve a liberação das sementes de dentro dos frutos do café (a eliminação do epicarpo). Na sequência, o processo de degomagem permite a retirada da mucilagem (mesocarpo), aderida à membrana pergaminho (endocarpo). Ao final, as sementes são lavadas para a retirada completa da mucilagem. O processo pode ser realizado em tanques de alvenaria, a partir da fermentação natural em água por um período médio de 24 horas, ou com a utilização de equipamentos desmuciladores, que promovem o atrito entre as sementes e a injeção de água sob pressão.

Um segundo momento é o da secagem. A forma mais comum se dá em grandes terreiros cimentados, onde o café é secado ao sol, ao nível do chão. Há também a secagem suspensa, em geral voltada para volumes mais reduzidos de cafés especiais. Os terreiros suspensos costumam ser cobertos e evitam contato com as chuvas e o consequente excesso de umidade que pode acelerar a fermentação. Uma terceira opção é a secagem mecânica, que utiliza máquinas secadoras, empregadas em grandes fazendas, como as da Ipanema Coffees.

Ainda antes de deixar as lavouras, em geral os grãos passam por uma primeira catação de impurezas visualmente identificáveis, como sementes quebradas ou sem pergaminho, sementes anormais (moca, concha), sementes com infestação aparente de microorganismos, restos de cascas do fruto e frutos não despulpados. Para tanto podem ser utilizadas máquinas de pré-limpeza (ar e peneira) e mesas gravitacionais (PADILHA, CARVALHO e EIRA, 2007). A catação manual é comumente realizada nos terreiros de pequenos produtores, já a catação mecânica costuma se dar nos armazéns-gerais ou nas fazendas equipadas para tanto.

Concluído esse processo inicial, a rota mais comum do café do Sul de Minas envolve o transporte dos grãos das fazendas para os armazéns-gerais das cooperativas. Lá passam pelo

beneficiamento, ou rebeneficiamento. Permanecem ensacados nos chamados *big bags*⁵⁷ aguardando a decisão de comercialização por parte dos agricultores. Podem ser vendidos para exportadores, torrefadores ou cafeterias no Brasil e no exterior.

A paisagem do Sul de Minas é povoada de cooperativas: são várias delas "coabitando num mesmo espaço" (Entrev. 20). As mais conhecidas (Cooxupé, Capebe, Minasul, Cocatrel, Coccamig, Coopfam e outras) congregam milhares de sócios e dividem o território com muitas pequenas associações formadas por uma ou poucas dezenas de associados.

Segundo o Anuário do Cooperativismo Mineiro de 2020, 69,04% do café mineiro e 34,4% do café brasileiro circulou por cooperativas de Minas Gerais em 2019. Esta produção de 16,9 milhões de sacas movimentou R\$23,2 bilhões e contribuiu com 10,2% do PIB agropecuário do estado. Na lista das 20 maiores cooperativas de Minas, considerando todos os ramos produtivos, a Cooxupé aparece como a segunda maior em termos de número de empregados (2,4 mil) e em termos de ingresso/receitas totais (R\$4,2 bilhões)⁵⁸. É ainda a terceira maior em termos de ativos totais (R\$5,2 bilhões)⁵⁹ (OCEMG, 2020).⁶⁰

Armazenagem

O café é frequentemente referido como um produto não perecível, passível de armazenamento por longos períodos de tempo. O critério para a venda seria, portanto, um preço justo e atrativo. Ocorre, contudo, que muitos agricultores não têm margem financeira e, consequentemente, temporal. Quem produz precisa vender o café "durante a colheita, principalmente pra poder pagar os custos de adubo que ele vai comprar pro ano que vem. Pagar o

⁵⁷ Grandes sacos feitos de polipropileno, com capacidade para armazenar 1.500kg de café. Sua utilização implica a substituição dos processos de "sacaria", com os tradicionais sacos de 60kg, pelo ensacamento a granel, ou "granelização do café" (Entrev. 18). A transição para a granelização vem se dando nos últimos cinco ou seis anos. Porém alguns armazéns-gerais menores ainda funcionam no sistema de sacaria.

⁵⁸ Em ambas as categorias é superada somente pela Unimed/BH (Cooperativa de Trabalho Médico).

⁵⁹ Seguida de CCPR (Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda), Minasul e Cocatrel em terceiro, quarto e sexto lugares, respectivamente. O primeiro e o segundo lugares são ocupados por duas cooperativas de crédito (Sicoob Central Cecremge e Sicoob Central Crediminas) (OCEMG, 2020).

⁶⁰ Voltadas majoritariamente para o negócio do café, algumas cooperativas possuem silos para armazenagem de outros produtos, como soja, milho, sorgo e trigo, a fim de atender demandas dos próprios cooperados. A Cocatrel possui um laticínio de pequenas proporções, em funcionamento há mais de quatro décadas, no qual são produzidos queijos, iogurtes, manteiga, doce de leite e outros derivados do leite. Já a Cooxupé também produz ração, para abastecer os próprios sócios.

próprio custo da safra, né?" (Entrev. 42).⁶¹ Outro aspecto que tem impactado o período de armazenagem é a busca pelo frescor dos grãos – no Capítulo 5 veremos que os padrões de qualidade associados ao café especial valorizam o frescor, o que reforça a expectativa de que eles sejam vendidos na mesma safra em que são produzidos.

Os armazéns são instalações de grande porte, que podem conter muitos galpões.⁶² Um dos armazéns-gerais visitados no trabalho de campo foi o da Cocatrel, em Três Pontas. Ele possui cinco galpões, por onde circulam 100 trabalhadores em regimes de dois turnos. "O serviço é praticamente o ano inteiro sem parar" (Entrev. 18), porém o movimento aumenta nos quatro ou cinco meses da colheita, quando são recebidos, em média, 10 mil sacas de café por dia. Outro armazém visitado, da Três Corações, em Varginha, tem capacidade para 180 mil sacas de café, funciona em regime de três turnos, e combina cerca de 20 colaboradores da empresa com outros 54 diaristas contratados por meio do Sintramomeg (Entrev. 28).

Cabe aos trabalhadores dos armazéns-gerais receber o café, alocá-los nos big bags e efetuar o beneficiamento, conforme a solicitação dos produtores e/ou dos compradores. Antigamente, o café chegava em sacos de 60kg, os quais eram transportados manualmente pelos trabalhadores das antigas "sacarias" – retratados em diversas obras de Portinari. Hoje, chega em caminhões, que despejam os grãos em um container disposto abaixo do nível do chão, de onde são conduzidos por uma espécie de esteira/elevador com pequenas cestas que o transportam até um funil automatizado. Este funil então despeja os grãos nos big bags após registrar as informações de identificação (data, procedência, peso e qualidade) em um chip atrelado ao big bag.

A dimensão da mudança com a granelização é melhor captada em números. Informações da Cooxupé apontam que para carregar um caminhão com capacidade de transporte de 15 mil kg, no antigo sistema de sacaria, requeria-se o trabalho de seis pessoas por 48 minutos. A granel, o serviço requer o trabalho de apenas um funcionário por 22 minutos. A economia global na cadeia do café é estimada em R\$18 milhões anuais (CCC-MG, 2015).

⁶¹ Nesse caso, não importa muito se o preço está vantajoso ou não: "Se o produtor estiver precisando de dinheiro ele vende até quando o café tá barato" (Entrev. 44).

⁶² A preocupação com a segurança do trabalho foi verificada em todos os armazéns-gerais visitados durante o trabalho de campo (Cocatrel; LIV; COFCO e Três Corações), mas foi especialmente ressaltada na visita às instalações da chinesa COFCO, em Alfenas. Antes de entrar nos galpões da COFCO, foi exibido um vídeo sobre procedimentos de segurança, assim como foram fornecidos EPIs. Na entrada do armazém, uma placa continha os dizeres: "estamos há 960 dias sem acidentes". Nas demais visitas a armazéns-gerais e plantas de torrefação e moagem, as exigências de segurança variaram entre uso capacetes ou nenhum EPI.

Após o despejo nos *big bags*, o próprio sistema define para qual "rua de café" ele deve seguir, considerando se é certificado e a disponibilidade de espaço no galpão. Os big bags podem ser empilhados em até quatro unidades. Sua circulação é conduzida por máquinas: "uma máquina vem e pega sozinha" (Entrev. 18). Na medida em que boa parte dos cafés é oriunda de microlotes de pequenos produtores, cada "rua de café" "tem no mínimo uns 15 produtores diferentes" (Entrev. 18). Embora alocados proximamente, cada café é único. Todos têm chip. A empilhadeira vem aqui, ela tem um leitor, ela vai chegar aqui e ler no tablet. Lê esse chip aqui e sai a identificação do café todo, o dia que ele chegou, o peso, a qualidade do café (Entrev. 18).

Os *big bags* que serão exportados permanecem "enlonados", após passarem por processo de fumigação "pra tirar qualquer tipo de contaminação do café (...) porque pra exportação não pode errar" (Entrev. 38). Os grãos de exportação são transportados em bags menores, de 1.000 kg ou diretamente "bulk" nos containers. A técnica identificada como "bulk liner" corresponde ao "transporte à granel, [com] uma turbina que joga o café dentro do container e envelope ele lá" (Entrev. 18).

Nosso entrevistado resumiu as etapas da rota do café nos armazéns-gerais da seguinte forma:

O produtor traz o café, a gente põe no big bag. Depois lá na classificação, sala de prova, eles fazem a liga, põem o café à venda, vendem e a gente vai entregar. Aí tem o setor de comercialização que comercializa o café e a gente recebe a ordem de embarque, confere o café certinho e entrega pra empresa que comprou (Entrev. 18).

A operação da "liga" envolve a mistura de distintos cafés com classificação equivalente, até então armazenados em big bags exclusivos. "A classificação escolhe os lotes e faz a liga". Uma vez misturados, é "passado o rebenefício", ou seja, "o café [é] jogado no maquinário pra separar as peneiras, aí mistura, aí faz a liga" (Entrev. 18). Na sequência desses procedimentos, os grãos podem ser enviados aos compradores.

Beneficiamento

De maneira resumida, o beneficiamento envolve a separação dos grãos de acordo com padrões de qualidade: "rebenefício é um café maquinado", que ao fim do processo apresenta "um padrão só" (Entrev. 18).

Na gramática do café, padrões de qualidade correspondem a diferentes peneiras de separação dos grãos. Há cinco principais, apresentadas a seguir segundo ordem decrescente de qualidade. A primeira peneira, também conhecida de 17/18, separa os grãos "graudos, maiores, de maior qualidade (...). Tá vendo que eles estão com uma cor só, não tem preto, nem nada? É um café uniforme" (Entrev. 18). Na sequência vem a peneira 14/15/16 ainda considerada de boa qualidade, dentro dos padrões para a exportação. A terceira é a peneira de moca. Logo em seguida, a grinder, "que é um café mais quebradinho". Por fim, o fundo, "o piorzinho", que leva "tudo que tem de defeito no café", destinado aos cafés de menor qualidade vendidos no mercado nacional (Entrev. 18). Essa última categoria é também chamada de resíduo ou escolha⁶³ (Entrev. 42; Entrev. 44).

Um de nossos entrevistados, produtor de cafés especiais no Sul de Minas, vende o resíduo para uma das cooperativas da região. Ele explicou que "preço do resíduo é um pouco abaixo do preço bebida dura, commodity. Também é pela bolsa, mas é quantidade de defeitos. Então quanto mais defeitos, menor o preço dele" (Entrev. 42). Cabe destacar que o resíduo nem sempre é uma parte pequena da produção, particularmente quando se trata da produção de especiais. Em uma das safras passadas apenas 45% da sua produção foi aproveitada como "filé" – o restante foi resíduo (Entrev. 42).

Nosso entrevistado produtor de café *commodity* no Sul de Minas informou que

quem te compra essa escolha são as pequenas torrefações e às vezes nem tão pequenas assim, às vezes torrefações de café com um certo nome, que tem café lá no supermercado. Compram pra que? Pra vender como café. Torram, misturam ali com um café de pior qualidade. Dão uma limpadinha ou uma sujadinha, também tem umas que são desonestas a esse ponto, e vendem ali (Entrev. 44).

⁶³ "O que que é a escolha? (...) Na escolha você tem pedaço de casca, você tem um pauzinho, um gravetinho e tem uns grãos muito defeituosos. Raramente vem um grão perfeito ali pra essa escolha porque a máquina separa" (Entrev. 44).

Variações entre cultivares⁶⁴ também podem resultar em frutos e sementes de tamanhos e qualidades distintas. Da mesma forma, variações edafoclimáticas podem provocar estresses hídricos e, assim, "prejudicar o crescimento e o enchimento dos frutos, resultando em grão de peneira baixa ou, até mesmo, o pegamento dos frutos provocando sua queda" (ALVES, 2007, p. 41).

O processo de separação dos grãos é realizado por grandes máquinas em processos mecânicos e eletrônicos. A técnica mecânica utiliza critérios de peso e densidade para separar as diferentes qualidades de grãos, bem como isolar impurezas como galhos e pedras. Já as máquinas eletrônicas conseguem identificar os grãos por meio das cores, por exemplo. Enquanto as máquinas de beneficiamento mecânico são, em sua maioria, de fabricação brasileira, as eletrônicas são importadas. As principais empresas brasileiras no ramo são a Pinhalense e PaliniAlves Ltda. Suas máquinas estão presentes em quase todos os armazéns-gerais da região, firmas ou cooperativas nacionais e estrangeiras.

Já falamos sobre a Pinhalense, vale conhecermos também o histórico da PaliniAlves. A empresa foi fundada em 1979, em Jacutinga, no Sul de Minas Gerais, voltada para a fabricação de equipamentos para benefício (descascadores) e rebenéfico (pré-limpeza, separador de pedras, classificador Porto, mesa densimétrica). Em meados dos anos 1980 desenvolveu o secador de grãos, que até hoje é o carro-chefe da empresa. Ao final da década adentrou o ramo de máquinas agrícolas, mesmo período em que se transferiu para Espírito Santo do Pinhal/SP. A linha de produtos da PaliniAlves dispõe de equipamentos para a aplicação de implementos agrícolas, lida na fazenda, armazenamento e benefício, transporte e torrefação⁶⁵.

Após passar pelo rebenéfico os cafés deixam as instalações dos armazéns-gerais e podem seguir para novo beneficiamento em local determinado pelo comprador ou diretamente para as torrefadoras ou cafeterias: "pra onde vai é o comprador que escolhe" (Entrev. 18). A etapa subsequente ao beneficiamento é a transformação industrial dos grãos, em processos de torrefação e moagem. A maior parte dos grãos brasileiros é transformada em indústrias situadas nos países do

⁶⁴ Considerando espécies de café arábica, os grãos tipo chato do Catuaí Amarelo tem peneira média de 16,5 a 16,7; Catuaí Vermelho, de 16,5; IAPAR 59, peneira média 16; Obatã Vermelho IAC 1669-20, peneira média de 17; Ouro Verde IAC H 5010-5 e TUPI IAC 1669-33 peneira média de 17; TUPI RN IAC 1669-13, peneira média de 18,4; Acaiá, peneira média varia entre 18 a 19; Bourbon Amarelo de 16,6; Bourbon Vermelho, 16; ICATU PRECOCE IAC 3282, de 16; Icatu Vermelho, de 17,5; Mundo Novo, possui peneira média de 17,2; Mundo Novo Amarelo IAC 4266, em torno de 16 a 17 (FAZUOLI et al, 2007).

⁶⁵ Ver portal da empresa: <http://www.paliniaves.com.br/sobre-a-empresa.php> (Acesso em 07 de outubro de 2019).

Norte. Ainda assim, conforme veremos no Capítulo 3, mesmo no contexto de crescentes processos de concentração e internacionalização, o Sul de Minas mantém plantas de torrefação e moagem.

Torra

Melitta e Café Bom Dia são duas das principais indústrias de torrefação e moagem da região, ambas localizadas em Varginha. A fábrica da Melitta foi inaugurada em 2018, possui 57 colaboradores e é 92% automatizada. Em 2019, quando da entrevista em campo, nos foi informado que a fábrica possuía um torrador e deveria adquirir mais cinco no próximo quinquênio. A capacidade de processamento à época era de 27 mil sacas (60kg)/mês, cerca de 40 toneladas/dia, – sendo outras 50 mil sacas/mês nas instalações de Bom Jesus/RS (Entrev. 30). Para fins de comparação, segundo o representante da Três Corações, o Grupo movimenta cerca de 350 mil sacas de café para torra por mês e até 400 mil sacas, contando com o solúvel (Entrev. 28).

A fábrica da Café Bom Dia é mais antiga, data de 1978. Conta com "aproximadamente 250 funcionários entre administrativo, fábrica e manutenção. São funcionários diretos. Aí tem os indiretos que são os operadores, representantes" (Entrev. 21) A indústria ocupa uma área de 68 mil m² e a planta tem capacidade para transformar até 3 mil toneladas de café por mês (Entrev. 21).

Como veremos em mais detalhes no Capítulo 3, a composição dos *blends* é um dos principais processos da torra, aquele que distingue os cafés entre uma marca e outra. Os *blends* da Melitta, assim como de todas as grandes torrefadoras de cafés tradicionais, empregam as qualidades arábica e canephora. Os grãos processados são selecionados conforme sistema de defeitos que obedece ao padrão adotado pela Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic): 600 defeitos, 1% de fundo e 1% de impurezas. Os defeitos são chamados de PVA, em referência a grãos *pretos*, *verdes* e *ardidos*; as impurezas incluem palhas, pedras e paus e os chamados grãos marinho (casca amarela, pergaminho); o fundo compreende grãos de peneira 10 e a umidade aceita é de 9% para cafés arábica e 13% para canephora (Entrev. 30). Segundo explicou nosso entrevistado, esse padrão funciona mais propriamente como recomendação, já que não há mecanismos de fiscalização das indústrias de torra.

A fábrica da Melitta em Varginha conta com uma das três máquinas de torra *ProbatSaturno* existentes no mundo. Ela é capaz de torrar 500 kg de café a cada cinco minutos, ao passo que outras

máquinas costumam levar o dobro do tempo. O equipamento é fabricado pela Probat⁶⁶, especializada no desenvolvimento de maquinário de torrefação e moagem desde 1868 e presente em mais de 40 países. Sediada na Alemanha, a Probat possui unidades no Brasil (Probat Leogap, situada em Curitiba/PR), Estados Unidos, Itália e Índia.

Outras máquinas presentes na planta da Melitta em Varginha são fabricadas pela também alemã Bosch e pelas brasileiras Masipaq e Lilla. A Masipack produz equipamentos de embalagens, foi criada em 1987, é sediada em São Paulo/SP e desde 2006 possui uma unidade em Orlando, na Flórida, Estados Unidos⁶⁷. Já a Lilla⁶⁸ foi fundada em 1918 e tem sede em Guarulhos/SP. Em 1982 começou a exportar seus equipamentos, que hoje estão presentes em mais de 60 países e em outras mil torrefadoras brasileiras.

Mesmo com a existência de empresas nacionais, a necessidade de buscar maquinário "de fora" foi destacada pelo representante da Café Bom Dia:

Nós fomos buscar tecnologia lá de fora, equipamentos pra poder fazer o tipo de embalagem adequada, pra poder preservar o produto até que ele chegue no consumidor lá fora com o máximo de qualidade possível. Isso é tecnologia que nós tivemos que buscar pra essa planta (Entrev. 21).

A referência explícita à tecnologia de embalagem denota sua importância para a conservação dos grãos. Segundo apontou nosso entrevistado, quando do início da fábrica, devido à insuficiência da qualidade da embalagem disponível, "o máximo que eu poderia vender era na padaria da esquina, no supermercado da cidade, então o raio de atuação era muito pequeno (Entrev. 21). Hoje em dia, as embalagens preservam o café por um período médio de 4 a 6 meses, podendo chegar a 18 meses.

Os procedimentos posteriores à torra foram detalhados pelo representante da Melitta. Após torrado, o café passa por um processo de resfriamento com água e segue para o silo de cafés torrados. Lá descansa por três horas e segue para os moinhos, que podem ser de rolo, de martelo ou de disco⁶⁹. Na sequência, vai para os silos de torrado e moído para nova etapa de descanso. Os cafés embalados a vácuo descansam por cerca de duas horas, já os de embalagem *pouch* (flexível)

⁶⁶ Ver portal da empresa: <https://www.probat.com/en/products/industry/products/roasters/saturn/> (Acesso em 14 de abril de 2021).

⁶⁷ Ver portal da empresa: <https://masipack.com/?lang=pt-br> (Acesso em 14 de abril de 2021).

⁶⁸ Ver portal da empresa: <http://www.lilla.com.br> (Acesso em 14 de abril de 2021).

⁶⁹ O mais eficiente deles é o moinho de rolo. A fábrica da Melitta em Varginha possui 3 unidades.

descansam por 6 horas – quanto maior o período de descanso, maior é a taxa de eliminação de oxigênio. A linha de produção é quase toda mecânica: desde a movimentação dos produtos entre uma operação e outra até o envasamento.

Os procedimentos de controle de qualidade são realizados por amostragens. A cada cinco ou seis *pallets*, retira-se um lote para avaliação dos critérios de cor, umidade e granometria. As embalagens podem então ser alocadas nas caixas de transporte e destinadas aos Centros de Distribuição (CDs). O CD da Melitta é localizado em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tanto o transporte da Melitta quanto o da Bom Dia fica a cargo de terceiros.

Os procedimentos descritos acima são referentes aos cafés tradicionais. A transformação dos cafés especiais segue processos distintos, conforme explicou o representante da Três Corações. Os cafés da empresa, tradicionais e especiais, são ambos torrados na fábrica de Santa Luzia, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, porém a torrefação dos microlotes especiais é realizada segundo a preferência dos clientes, sejam eles cafeterias ou exportadores (Entrev. 28).

Alguns pequenos produtores de cafés especiais possuem seus próprios equipamentos de torra. Esse é o caso de nosso entrevistado de Baependi, no Sul de Minas. Ele possui equipamento para torra, moagem e embalagem dos cafés e com isso consegue realizar todas as etapas de produção e transformação e comercializar diretamente para cafeterias ou por meio de plataformas online e mídias sociais como o Instagram.

A gente consegue ter um retorno muito maior, a gente torrando. Claro que você tem todo um trabalho por trás, né, de desenvolver a marca, de desenvolver a embalagem, o custo operacional do dia a dia, os impostos. Então você consegue, de certa forma, ter uma margem maior, mas você também tem mais trabalho (Entrev. 42).

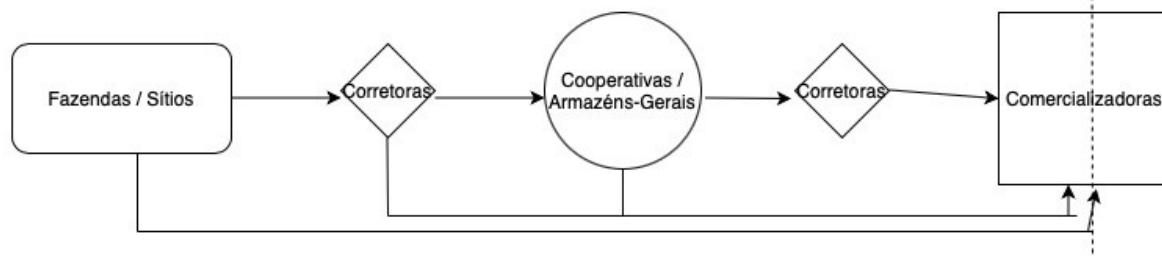
A torra nas cafeterias se apresenta como outra possibilidade. Nesse caso, são empregadas técnicas "artesaniais", que valorizam o conhecimento e as habilidades dos "mestres de torra" (Entrev. 43), como forma de garantir o frescor dos grãos e a exclusividade dos cafés. Aqui, a torra é encarada como aprendizado constante e a contagem de "horas de torra" (Entrev. 43) registrada no maquinário específico revela "a bagagem dos torradores" (Entrev. 42).

Uma vez torrado e moído o café está pronto para ser consumido.

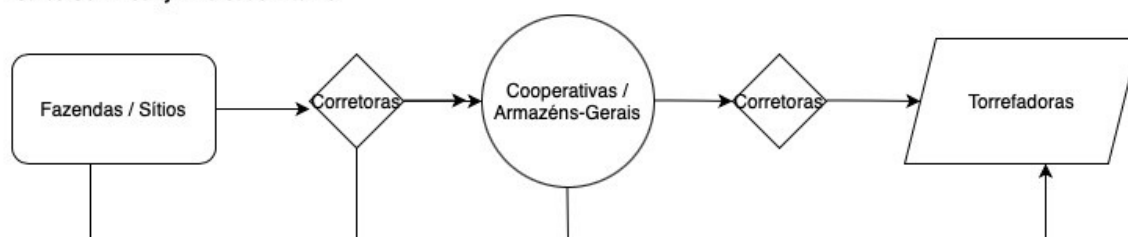
IV. Comercialização e consumo

A comercialização perpassa uma série de momentos da trajetória do café do campo à xícara. Como vimos, de início são comercializadas mudas, insumos e maquinário. Os grãos circulam em uma série de transações de compra e venda entre lavouras, armazéns-gerais, cooperativas, corretoras, exportadores, torrefadores ou cafeterias. Finalmente, existe a venda no varejo, que se destina aos chamados consumidores finais. A Figura 1.9, a seguir, resume as rotas comerciais típicas do café do Sul de Minas Gerais, considerando cafés *commodity* e especial, destinados ao mercado interno ou exportados:

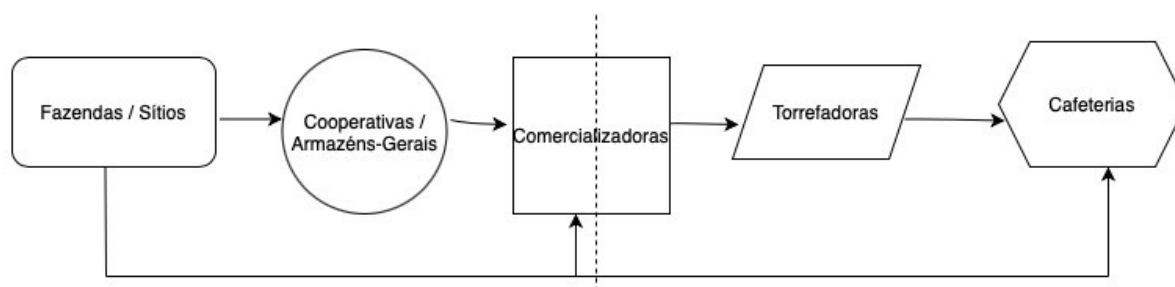
Cafés Commodity - Exportação



Cafés Commodity - Mercado interno



Cafés Especiais - Exportação



Cafés Especiais - Mercado interno

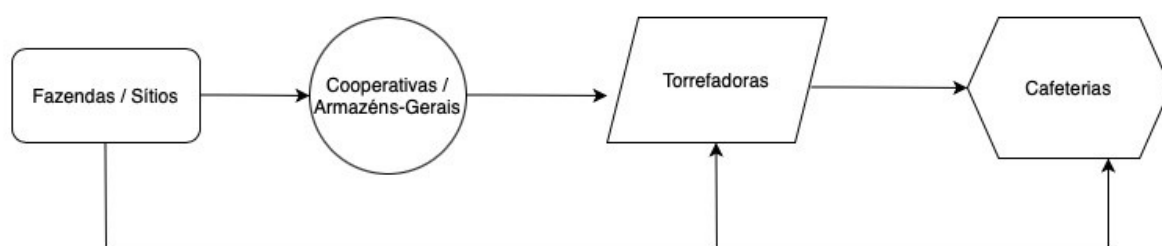


Figura 1.9 Rotas comerciais típicas dos cafés Sul de Minas

*As linhas pontilhadas indicam o momento da exportação.

Fonte: Elaboração própria.

O Porto de Santos é a principal porta de saída dos cafés brasileiros para o exterior. O transporte é realizado em containers. Parte do café do Sul de Minas realiza os trâmites alfandegários no Porto Seco, localizado em Varginha. O empreendimento obteve sua licença de recinto alfandegado em 1993 e é a primeira estação aduaneira do interior do país. Suas instalações somam 100 mil m² de área construída em terreno que totaliza 900 mil m².

Embora não seja exclusivamente destinado à movimentação de café⁷⁰, esta foi a motivação original para sua construção: "E por que surgiu, por que Varginha? Justamente pela demanda do café" (Entrev. 27). Boa parte do café que fica ali armazenado pertence a clientes estrangeiros. A opção por mantê-lo em Varginha é benéfica para esses compradores porque eles vão "levando o café conforme a demanda deles. Por que que eles preferem fazer dessa forma? Porque a armazenagem no Brasil é mais barata" (Entrev. 27).

De maneira geral, a comercialização do café é dominada por dois atores em particular: cooperativas e *traders*.

Você tem uma dinâmica ancorada pela ação das grandes cooperativas como players que organizam a produção primária e a estratégia de verticalização e inserção no comércio internacional. Todas essas grandes cooperativas elas apresentam normalmente mais de 70% dos sócios de agricultores familiares, embora elas sejam gigantes. Aí você tem um outro processo liderado pelas *traders* que organizam a base produtiva e a cadeia de valor de forma parecida que as grandes cooperativas o fazem. (...) Não há muita diferença. (...) São as duas grandes modelagens ancoradas nas *traders* e nas grandes cooperativas (Entrev. 4).

As cooperativas possuem grande capacidade de penetração e circulação no território do Sul de Minas. A Cooxupé, sediada em Guaxupé, possui lojas, postos de atendimento e unidades avançadas em outros 38 municípios. A Minasul, com sede em Varginha, está presente em outras 11 localidades do Sul de Minas, Centro Oeste mineiro e Chapada de Minas; já a Cocatrel, sediada em Três Pontas, tem outras 10 filiais. As *traders*, por sua vez, estão quase todas em Varginha, muito embora também estejam "em todos os lugares, [pois] elas têm pequenos escritórios localizados na região" (Entrev. 20).

⁷⁰ Dos cerca de 30 mil metros de área do armazém alfandegado, 8 mil são destinados à armazenagem de café, com a disponibilidade de maquinário para estufamento a granel ou sacaria. No entanto, por possuir todas as licenças da Anvisa, o Porto Seco de Varginha concentra negócios em ramos alimentício, fármacos, cosméticos e outros. Dos cerca de 300 clientes, há 20 empresas instaladas operando com filiais, dentre as quais Eurofarma, Philips, Lesaffre, Pharmacus, Unilever, Multilaser e Boticário (Entrev. 27).

Nesse ínterim, entre cooperativas e *traders*, outros tantos arranjos de comercialização são possíveis.

Sobrevive nos interstícios disso uma multiplicidade imensa de novos arranjos. Eu tendo a acreditar que esses arranjos são crescentes. Aí são cafeterias de cafés especiais, *traders* especializadas em cafés especiais. (...) Você tem também a insurgência de algumas cooperativas de agricultores familiares, né? Que passa a dominar essas ferramentas de ação das grandes *traders*, estabelecer contatos internacionais, comprar cafés diferenciados, fazer antecipação de bolsa. Estão aprendendo a lidar com isso. E começam a liderar arranjos bem largos. Tem produtores, a cooperativa de Poço Fundo que tem sócios, um núcleo de produtores sócios em Araponga, na Zona da Mata. Isso é crescente. Você tem dinâmicas ali na região das Matas de Minas né, ali no entorno de Manhauçu. E você tem cooperativas também surgindo na região do Cerrado. Óbvio que esses arranjos ocupam um espaço minoritário (Entrev. 4).

Cabe adiantar que ao aprofundar sobre os mecanismos de financiamento e comercialização, o Capítulo 4 mostra que as transações na rede de produção global do café são histórica e crescentemente marcadas pelo fenômeno da financeirização.

Ao longo da tese investigamos as possibilidades dos agricultores em forjar ou se integrar a distintos arranjos produtivos e de comercialização. Observamos que um aspecto incontornável é o domínio de uma gama variada de conhecimentos. Eles precisam conhecer seus próprios cafés saber e situá-los relativamente aos demais; devem também dominar as planilhas de custos e as implicações econômico-contábeis de uma ampliação e/ou mudança nos negócios. Em síntese, é requerido o domínio das distintas linguagens afeitas às paisagens e aos atores com os quais interagem. Tudo isso indica que estar a cavaleiro do processo de comercialização não é uma tarefa simples.

As corretoras são atores chave nessa dinâmica de mediação entre diversos agentes da rede. Elas possuem "um raio de ação" expressivo e uma "sensibilidade" particular, pois estão a todo o tempo em contato com produtores e compradores (Entrev. 21). Seu instrumento de trabalho são as amostras – recebidas de produtores, cooperativas e até exportadores e entregues a possíveis compradores, sejam eles exportadores, torrefadores e/ou cafeterias. As corretoras realizam, portanto, exercícios de prospecção e, ao "trabalhar o café dos produtores", "fazem o negócio acontecer" (Entrev. 21). Geram lucro pois são "comissionadas tanto da parte de quem compra quanto de quem vende" (Entrev. 21).

Sobre a relação entre corretoras e torrefadoras, nosso entrevistado, representante da Café Bom Dia explicou que

o corretor tem que buscar o vendedor e o comprador. Isso é a função dele. Ele é que procura. Ele chega aqui e fala 'olha, vim lhe trazer uma amostra desse café pra ser vendido'. Aí eu vou analisar a amostra, vou ver se o café me atende dentro da minha especificação e vou dar um preço pra ele (Entrev. 21).

Nessa relação, cabe às corretoras verificar e garantir que o café entregue em grande quantidade possua as mesmas especificidades dos grãos das amostras, pois

é ele que tá na rua, que vislumbra as oportunidades e também resolve os problemas todos se por acaso houver alguma divergência na hora do que você comprou para o que você tá recebendo. O corretor é que vai intermediar isso. Então eu tenho um problema, eu falo pra ele, 'eu te comprei esse café e tá sendo entregue desse jeito, tá fora, vai lá e resolva' (Entrev. 21).

Após deixar as torrefadoras ou indústrias de fabricação de cápsulas, o café é vendido ao chamado consumidor final. Sua circulação em território nacional até os Centros de Distribuição é toda realizada por via rodoviária. Como veremos no Capítulo 3, supermercados e cafeterias são os principais pontos de comercialização. Todavia, no Capítulo 5 examinamos a expansão de novos arranjos de comercialização, associados em sua maioria ao mercado de cafés especiais. Nas Conclusões levantamos elementos e questões que nos ajudam a compreender e problematizar a potencialidade disruptiva dessas vias alternativas.

A rota do café não se encerra no momento de realização do consumo da bebida. Há ainda o descarte. Muito embora seja pouco considerado pela literatura, este tema é objeto de crescente preocupação de muitos atores da rede do café – com destaque para os consumidores.

V. Descarte

O descarte é costumeiramente associado à noção de lixo. Segundo o dicionário Michaelis, corresponde a "ato ou efeito de desfazer-se de coisas que se tornaram inúteis"⁷¹. O termo "lixo"⁷²,

⁷¹ Ver verbete "descarte": <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=descarte> (Acesso em 16 de abril de 2021).

⁷² Ver verbete "lixo": <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=lixo> (Acesso em 16 de abril de 2021).

por sua vez, pode significar "resíduos provenientes de atividades domésticas, industriais, comerciais etc. que não prestam e são jogados fora; bagaço"; "qualquer coisa sem valor ou utilidade"; ou ainda "a camada mais baixa e excluída da sociedade; escória, ralé".

O descarte na rede global do café responde, portanto, às formas de uso e reuso dos resíduos gerados na produção. Preocupações com a poluição, uso de energia e destino e aproveitamento de embalagens foram alguns dos assuntos abordados nas entrevistas e estão bastante em evidência nos portais e perfis digitais das empresas estudadas. Via de regra estes temas são mobilizados no contexto mais amplo da sustentabilidade ambiental – eventualmente referida como socioambiental. No Capítulo 2 mostramos que essa agenda é um dos pilares do trabalho das certificações, que atestam a existência de "boas práticas" produtivas e/ou a condição de orgânico e fair trade dos cafês.

O destino das embalagens de agrotóxicos, objeto de preocupação e de ações da Emater/MG, é um dos componentes do que poderíamos caracterizar como uma agenda fraca, tímida ou conservadora de sustentabilidade. Por sua vez, a transição para cultivos orgânicos, como o do Café Familiar Orgânico da Coopfam de Poço Fundo; e agroecológicos, como o Café Guaiá, do MST de Campo do Meio; ambos no Sul de Minas, representam mudanças mais substantivas no âmbito da lavoura.

No que tange aos processos industriais os temas da sustentabilidade podem ser agrupados em i) consumo energético das máquinas; ii) máxima utilização dos recursos e a consequente redução dos desperdícios; e iii) destino dos resíduos.

Com relação às fontes da energia industrial na torrefação, duas práticas sustentáveis foram mencionadas nas entrevistas. A torrefadora Café Bom Dia informou ter se tornado "carbon neutral" após abandonar o uso de combustíveis fósseis e desenvolver o primeiro sistema do mundo de aproveitamento da madeira da poda e renovação dos cafezais para a geração de biomassa, "originária de produtos que são descartáveis na natureza" (Entrev. 21). A Cooxupé, por sua vez, abastece a torrefadora com energia solar e com biomassa proveniente de eucaliptos reflorestados (Entrev. 38). Com isso, reduz 60% do gás carbônico e 100% do metano que seria produzido caso o diesel fosse a fonte de energia empregada (COOXUPÉ, 2019).

Outra mudança que contribui para a redução do consumo de energia é a substituição das sacarias pela granelização. Dados de 2015 da Cooxupé indicam que em razão dessa substituição, a Cooperativa deixou de consumir, em toda a cadeia, montante de energia suficiente para abastecer

uma cidade de 34 mil domicílios e cerca de 100 mil habitantes. Reduziu ainda o volume de combustível utilizado e de poluentes emitidos no processo de transporte em quantidades equivalentes para levar 1,8 mil caminhões de Guaxupé até o Porto de Santos, em trajetos de ida e volta (CCC-MG, 2015).

Sobre o aproveitamento dos recursos, o processo do beneficiamento e classificação das qualidades dos cafés mostra que há uma segmentação dos grãos (e seus consumidores) – tema analisado em detalhe nos capítulos subsequentes. O ponto a ser destacado aqui é: até mesmo os grãos de pior qualidade e suas adjacências (galhos, paus, pedras e outras impurezas) – os "resíduos" ou "escolhas" – são aproveitados na torra do café tradicional e na produção de solúvel. A casca do café também é costumeiramente transformada em adubo. Um de nossos entrevistados disse usar a casca que deriva do beneficiamento para "fertilizar a própria plantação. Aí o que que eu faço com essa casca? Eu joga essa casca no esterco das vacas. Porque aí a casca absorve tudo de bom que o esterco tem, fica mais fácil de manusear e a própria casca é matéria orgânica que fertiliza a plantação" (Entrev. 44). A nível doméstico, lembramos que a compostagem e a utilização do pó de café como adubo é uma prática antiga e até hoje bastante utilizada.

No que diz respeito ao aproveitamento dos resíduos industriais, destaca-se a possibilidade de reutilização do pó gerado no processo da torra. Segundo o representante da Melitta, o processamento de café gera um pó altamente inflamável e, portanto, de alto poder calorífico, o qual pode ser reciclado e aproveitado por indústrias de outros ramos produtivos. A fábrica da Melitta em Varginha gera uma quantidade de pó da ordem de 20 toneladas por mês, vendida para uma empresa sediada em Machado, no Sul de Minas, que fabrica adubo. Outra empresa citada como referência no processamento e na reciclagem de resíduos é a Reciclagem Santa Maria⁷³, sediada em Varginha e fundada ainda nos anos 1960.

O tema do desperdício tem sido cada vez mais comentado no campo dos sistemas alimentares, embora sejam escassos os dados disponíveis para análise. Sabe-se que cerca de 25% a 30% dos alimentos são desperdiçados globalmente, com perdas ao longo de toda a trajetória do campo ao prato – ou à xícara⁷⁴. As implicações ecológicas são significativas: estima-se que o desperdício de alimentos entre 2010 e 2016 representou entre 8% e 10% das emissões mundiais de gases de efeito estufa e prejuízos da ordem de US\$1 trilhão anuais (IPCC, 2019).

⁷³ Ver portal da empresa: <http://www.reciclagemsantamaria.com.br> (Acesso em 16 de abril de 2021).

⁷⁴ Entre 1961 e 2011, a taxa de desperdício de alimentos cresceu 44% (Porter et al 2016 *apud* IPCC, 2019).

Com relação aos resíduos sólidos, a principal preocupação é para onde destiná-los. As embalagens dos cafés são um elemento particularmente sensível. O processo de reciclagem é dificultado pelo fato de que combinam muitos componentes, com distintos pontos de fusão. No caso das cápsulas, a situação é ainda pior, razão pela qual elas são frequentemente apontadas como grande vilão do negócio do café na atualidade.

As fabricantes de cápsulas não ignoram os problemas. Nespresso e Três Corações possuem pontos de coleta das embalagens usadas para posterior reciclagem. Porém, a oferta de postos de coleta é módica. As cápsulas da três, do Grupo Três Corações, podem ser coletadas em apenas sete localidades brasileiras⁷⁵, enquanto as da Nespresso se distribuem em 200 postos – números muito aquém dos 5.570 municípios do país. Muitas empresas têm buscado substituir as cápsulas plásticas por embalagens feitas somente à base de alumínio. A Nespresso argumenta que ele tanto protege o café do ar, da luz e da umidade, quanto pode ser "infinitamente reciclável"⁷⁶. Em 2009 a empresa liderou a criação da *Aluminium Stewardship Initiative*, iniciativa responsável por desenvolver os primeiros padrões de alumínio sustentável. Dez anos depois, obteve o primeiro alumínio produzido de maneira sustentável, fornecido pela mineradora australiana Rio Tinto.

Cabe lembrar, contudo, que a produção de alumínio é eletrointensiva, ou seja, consome muita quantidade de energia elétrica em seu processo produtivo⁷⁷. Ademais, sua produção demanda uma série de outros materiais considerados tóxicos, como coque, piche, fluoreto e criolita⁷⁸. Soma-se a isso o fato de que a Rio Tinto⁷⁹, fornecedora do alumínio sustentável, é parte de uma das atividades que mais destroem o planeta, a mineração, e é alvo de extensa lista de denúncias e processos de violação de direito humanos e da natureza em diversas partes do mundo, os quais certamente não coadunam com a noção de sustentabilidade idealizada pelos consumidores da

⁷⁵ São Paulo/SP, Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, Natal/RN, Jericoacoara/CE e Fernando de Noronha/PE.

⁷⁶ Ver portal da empresa: <https://www.nespresso.com/br/pt/sustentabilidade/reciclagem/vantagens-capsula-aluminio> (Acesso em 16 de abril de 2021).

⁷⁷ Segundo Henriques e Porto (2013), considerando toda a energia elétrica gerada no Brasil em 2009, 445.662,85 Gwh, algo em torno de 5,8% do total foi consumido pelas indústrias produtoras de alumínio. Este volume corresponde a quase metade de toda a energia elétrica produzida na região Nordeste (47,6%) e a 62,50% da energia gerada na região Norte do país.

⁷⁸ Para a produção de alumínio no mesmo ano de 2009, além de 23.713,8 GWh de energia elétrica e de 2.880,6 mil ton de alumina, foram necessários 532,5 mil ton de coque; 166,2 mil ton de piche; 32,8 mil ton de fluoreto; e 2,4 mil ton de criolita, todos insumos que contêm inúmeras substâncias tóxicas (idem).

⁷⁹ Ver <https://londonminingnetwork.org/2010/04/rio-tinto-a-shameful-history-of-human-and-labour-rights-abuses-and-environmental-degradation-around-the-globe/> (Acesso 14 de fevereiro de 2021).

Nespresso. O representante da Café Bom Dia acredita que "o certo é a gente voltar de novo pro coador da vovó. Hoje já estão partindo pra filtros reutilizáveis. Temos que pensar sempre isso. Quanto mais embalagem..." (Entrev. 21).

Este breve escrutínio do tema indica que a reciclagem das cápsulas e demais embalagens e resíduos gerados na rede de produção global do café é pequena e está longe de sustentar ou mesmo estimular processos orientados pela chamada logística reversa – um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída em 2010⁸⁰.

Ainda sobre o descarte, na medida em que se relaciona com a sustentabilidade, sobressai a agenda das mudanças climáticas. Dados do relatório mais recente da FAO sobre o estado da arte dos sistemas alimentares na atualidade mostram que entre 2007-2016, os sistemas alimentares foram responsáveis por 21 a 37% das emissões antropogênicas de gases de efeito estufa (GEE)⁸¹. Apontam ainda que a utilização de fertilizantes, em especial, nitrogenados e fosfóricos, como os empregados nas lavouras de café, e a prática da irrigação são dois grandes contribuintes para o agravamento das mudanças climáticas (IPCC, 2019)⁸².

⁸⁰ Conforme a Lei n. 12.305/2010, ela compreende o "conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada".

⁸¹ Desse percentual, de 10% a 12% provém do cultivo de plantas e animais; entre 8% e 10% de mudanças no uso da terra, incluindo desmatamento; e entre 5% e 10% de atividades das cadeias produtivas, incluindo desperdício de alimentos (FAO, 2020). No Brasil, as atividades agropecuárias foram responsáveis por 72% das emissões de GEE em 2019 (SEEG, 2020).

⁸² A utilização de fertilizantes nitrogenados cresceu cerca de 800% de 1961 a 2011 em todo o mundo; ao passo que a irrigação dobrou no mesmo período.

CAPÍTULO 2

2 A REGULAÇÃO DA REDE DE PRODUÇÃO GLOBAL DO CAFÉ

A diversidade de atores e relações que fazem a rede de produção global do café nos dá a dimensão da correspondente complexidade de interesses e processos que compõem sua regulação. Este capítulo examina a regulação conforme conceituada pela Escola da Regulação, a qual é vista como "o conjunto das formas institucionais, redes e normas explícitas ou implícitas que asseguram a compatibilidade de comportamentos no quadro de um regime de acumulação" (LIPIETZ, 1984, p. 6). Nessa medida, a arena regulatória do café diz muito sobre a economia política do setor, porque é feita sobretudo de disputas de poder entre as partes interessadas.

O Capítulo está estruturado em duas seções. A primeira versa sobre a regulação do mercado cafeeiro desde o início do século XX até o ano de 1989, quando, na prática, foi encerrado o último Acordo Internacional do Café (AIC). Sua análise foi construída a partir de dados e interpretações extraídas da literatura dedicada especificamente à análise histórica. A segunda seção contempla a década de 1990 até a contemporaneidade. Este período privilegiado em nosso estudo, é marcado por uma transição no modelo de regulação, antes sobretudo público, atualmente com ascensão da regulação privada. Em todo o Capítulo nosso olhar é guiado por processos que dizem respeito ao Brasil, seja em relação ao papel do país nos acordos e negociações internacionais ligados ao café, seja em relação aos órgãos ligados à regulação do mercado cafeeiro doméstico.

A análise é construída a partir de fontes primárias e secundárias, coletadas em relatórios, boletins e portais de instituições públicas e privadas, bem como de entrevistas com atores ligados ao café, combinadas com a literatura especializada no tema. Interessa-nos, fundamentalmente, mostrar o que motivou a transição de um período a outro, quais os principais pontos de convergência e divergência entre os atores em questão, assim como suas consequências para o conjunto dos participantes da rede global do café.

2.1 A estruturação da regulação pública do mercado cafeeiro (1906-1989)

A estruturação da regulação pública do negócio do café teve início no Brasil e ao longo do século XX alcançou dimensões globais. A trajetória dessa construção é analisada nos subitens que seguem.

2.1.1 Dos primórdios da regulação cafeeira à crise de 1929

O sistema de regulação do café começou a ser construído no início do século XX, em função da necessidade que nasceu do aumento do volume e dos valores transacionados entre países produtores e consumidores do grão. Desde os primórdios da regulamentação do mercado cafeeiro, o Brasil ocupou lugar de destaque, sendo peça chave para o funcionamento e a legitimidade dos acordos entre a comunidade internacional.

A primeira tentativa de regulação do café no mundo se deu no Brasil, ainda em nível subnacional, na primeira década do século XX. Diante de uma crise de superprodução no ano de 1906, foi estabelecido o Convênio de Taubaté, acordo entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, à época principais produtores de café do país⁸³. Como se sabe, seu objetivo era “valorizar o café, regular seu comércio e promover o aumento de seu consumo” (CABRAL e SÁ, 2009). O Convênio definiu as bases do que se chamaria política de ‘valorização’ do café⁸⁴ (FURTADO, 1969[1959]).

Em consequência do controle dos estoques, o aumento do preço acabou por induzir “países com condições mesológicas adequadas a desenvolver a cultura do café e a competir no mercado mundial” (BELTRÃO, 2009). Tal fato agravou ainda mais a situação de “superprodução”, também chamada de “desequilíbrio estrutural” (FURTADO, 1969[1959], p. 192) do mercado cafeeiro que viria a se agravar ainda mais nas décadas seguintes. A cada rodada de defesa dos preços, viabilizada pelo poder de “semimonopólio” (ibidem, p. 193) da classe produtora, criavam-se novos incentivos à expansão da produção, no Brasil e em outros países. “Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave” (ibidem, 191). Para evitar essa tendência de efeitos negativos a longo prazo, a política de defesa dos preços deveria ser “complementada por outra de decidido desestímulo às inversões em plantações de café” (ibidem, p. 193).

⁸³ O Convênio de Taubaté inaugurou não apenas as experiências de regulação do mercado cafeeiro no mundo, mas foi também uma das primeiras tentativas de controle do comércio de commodities em geral (LIMA, 1981).

⁸⁴ O autor identifica quatro elementos fundamentais da estratégia de ‘valorização’: “a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura do café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento das compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações” (ibidem, p. 189).

A regulação do setor assumiu caráter mais nacional em 1922 quando foi criado o Instituto de Defesa Permanente do Café (IDPC), destinado a administrar a política de valorização do café a nível nacional. Este foi extinto em 1924⁸⁵ e anos mais tarde, em 1931 foi criado o Conselho Nacional do Café (CNC)⁸⁶, o qual, dois anos depois, veio a ser substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), autarquia federal subordinada ao Ministério da Fazenda. A principal estratégia governamental, à época conhecida como "valorização", baseava-se na valorização dos preços por meio do controle dos estoques⁸⁷.

No plano internacional tinha-se a ausência de qualquer tipo de coordenação do mercado cafeeiro. Por conta disso, as escolhas feitas pelo Brasil, reverberavam sobre o restante dos países produtores. Assim, ao se esforçar para "manter os preços internacionais sozinho, o Brasil estava de fato protegendo todos os cafeicultores do mundo" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 84).

As prioridades da atuação pública no ramo cafeeiro mudaram com a crise de 1929. Como principal consumidor de café do mundo, a crise que atingiu os Estados Unidos teve impacto direto sobre a demanda do café brasileiro. A drástica redução das exportações que se seguiu expôs as fragilidades da política anterior, evidenciando a necessidade de uma coordenação mais ativa, em termos de preços, estoques, produção – e eventualmente cotas no mercado internacional. Simultaneamente, a chegada de Getúlio Vargas à presidência da república trouxe mudanças na orientação da política econômica brasileira. Dentre elas estavam as medidas ligadas à promoção da substituição de importações, a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento industrial, bem como aquelas para regular o café, acima mencionadas.

No entanto, segundo Furtado (1969)[1959], o setor cafeeiro brasileiro só veio a dar sinais de recuperação dos impactos da crise de 1929 no fim dos anos 1930⁸⁸, em que pese a recuperação mais precoce da economia brasileira. Nesse período, o CNC incentivou e executou a política de

⁸⁵ O mesmo movimento que extinguiu o IDPC criou o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, que inclusive adquiriu os armazéns reguladores de café do antigo IDPC (CABRAL e SÁ, 2009). Em 1929 Minas Gerais criou seu Instituto Mineiro de Defesa do Café, que contava com repasses de impostos estaduais a serem geridos pelo Estado em parceria com a elite cafeeira regional, muito embora fosse sediado no Rio de Janeiro (DULCI, 1999).

⁸⁶ Preocupações semelhantes levaram também à criação do Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool em 1933.

⁸⁷ Tal estratégia era possível em grande medida devido à bienalidade da cultura, de forma que os excedentes da safra mais abastada eram retidos e comercializados somente no ano seguinte, de menor produção. Outras medidas envolviam a limitação das quantidades exportadas, em especial dos cafés de baixa qualidade, e a imposição de um imposto de exportação voltado para o pagamento dos empréstimos (BELTRÃO, 2009).

⁸⁸ “Após alcançar seu ponto mais baixo em 1933, a cotação internacional desse produto [café] se mantém quase sem alteração até 1937, para em seguida cair ainda mais nos dois últimos anos do decênio” (FURTADO, 1969[1959], p. 199).

redução dos estoques nacionais do grão, por meio de sua destruição física. Em 1938 as exportações apresentaram melhora, mas nos anos seguintes, entre 1939 e 1942, o excesso de oferta fez retrainar novamente as vendas do café nacional no mercado mundial.

2.1.2 As primeiras experiências de cooperação internacional e a instituição de estruturas nacionais de regulação

A turbulência econômica e social que se seguiu chamou atenção para a necessidade de mudanças na regulação das atividades econômicas. Conforme aponta McMichael (2012), a primeira guerra mundial e sobretudo a Grande Depressão dos anos 1930 deslocou a gestão dos mercados de commodity, que passou a ser cada vez mais uma questão de Estado – e não apenas afeita aos agentes privados. Tornou-se de fato uma questão relativa à riqueza das nações, deslocando a atenção dos lucros de fazendeiros, para as receitas de exportação nacional.

Assim, a partir da década de 1930 alguns países avançaram na regulação doméstica, como foi o caso do Brasil. Dos anos 1930 até o final da década de 1950, instituições dedicadas à regulação nacional do setor cafeeiro haviam sido criadas em quase todos os países produtores, fossem os *institutos* na América Latina; os *marketing boards*, na África anglófona; ou as *casses de stabilisation* na África francófona (DAVIRON e PONTE, 2005).

No Brasil, o DNC foi criado em 1933 com vistas à implementação de uma política efetivamente nacional do café no Brasil e vigorou até o fim do Estado Novo. Extinto em 1946, foi substituído pela Divisão da Economia Cafeeira, pertencente ao Ministério da Fazenda. Quatro anos mais tarde, a Lei 1.779/1952 criou o Instituto Brasileiro do Café (IBC), destinado a “executar toda a política econômica do produto, correspondendo a um novo espírito de intervenção” (CABRAL e SÁ, 2009).

A criação do IBC marca a "tentativa de inversão de uma política secular" (CARDOSO, 1976, p. 27), em que a busca pelo aumento da produção, proveniente inclusive de cafeeiros tidos como improdutivos, foi então substituída pela estratégia da industrialização do setor, vinculada à política de estímulo do consumo do café no mercado interno. Em 1961, foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), destinado à eliminação de dois bilhões de cafeeiros não-econômicos, ao replantio racional de um quarto destes e à diversificação das culturas nas áreas erradicadas restantes (BELTRÃO, 2009). Nos anos seguintes, em esforços coordenados de várias áreas da administração federal,

técnicos do IBC trabalharam em conjunto com os do Banco do Brasil e da Sumoc para organizar cada ano o plano da safra e decidir sobre o acesso e o volume máximo de café nos portos, o preço mínimo no mercado externo, o preço de garantia, a data de início de compras de excedente à quota de contribuição equivalente a um imposto de exportação e os assuntos de natureza financeira e de crédito (BELTRÃO, 2009).

Para a Cardoso (1976), ao lançar mão de medidas de subsídio para o consumo interno do café, o governo, por meio do IBC, visou promover o aumento do consumo, assim como o entrosamento da política cafeeira com o processo de industrialização do setor, incentivando o desenvolvimento de indústrias de torrefação e moagem nacionais. Outra inovação que acompanhou o Instituto foi a criação de novos escritórios e entrepostos no exterior, orientados a ampliar as exportações (BELTRÃO, 2009).

A sucessão de órgãos expressa concepções distintas a respeito do setor cafeeiro e do lugar do café na economia brasileira. Reflete também disputas internas entre agricultores e industriais, bem como entre os setores público e privado, cada qual com distintas perspectivas sobre a produção e, em especial, a distribuição dos lucros e outros ativos provenientes da economia cafeeira. Tudo isso se deu em um período em que o café crescia em termos de participação nas divisas de exportação brasileiras: "em 1946, 36% das divisas obtidas pela exportação do Brasil pertenciam ao café, e em 1948, esta porcentagem subia para 42%, chegando até 74% em 1952" (DELFIM NETTO e ANDRADE PINTO, 1973, p. 301).

A cooperação internacional levou mais tempo para se materializar. Em que pese tentativas ocorridas em 1927, 1933 e 1937 nas praças de Genebra e Londres, nada de concreto ocorreu⁸⁹. A década de 1930 é tida como um período de fragmentação do mercado cafeeiro mundial. Tanto pelo descompasso entre os países que tradicionalmente produziam café, quanto pela entrada de novos atores em cena. Foi nesse contexto que países africanos anglófonos e francófonos foram estimulados a entrar no mercado cafeeiro, particularmente Quênia, Etiópia, Tanzânia e Uganda. Eles se dedicaram à produção do café tipo *canephora*, que até então era produzido comercialmente no continente africano apenas na ilha de Madagascar.

⁸⁹ Em 1927, na Conferência Econômica Mundial realizada em Genebra, na Suíça, foram veiculadas ideias relativas à promoção de acordos multilaterais de produtos de base. Estas voltaram a ser ventiladas na Conferência Econômica e Monetária de Londres em 1933 e novamente em 1937, na Comissão de Estudos de Matérias-Primas da Liga das Nações (BELTRÃO, 2009).

A ampliação do rol de produtores se fez acompanhar do aumento da produção – e da oferta no mercado internacional. Uma das consequências foi a queda dos preços, agravada ainda mais pelo início da II Guerra Mundial, que fez reduzir sobremaneira a demanda de café. Neste contexto, no início dos anos 1940, a concertação entre Estados nação começou a ganhar corpo. A primeira experiência ocorreu ainda em 1940, quando foi assinado o Acordo Interamericano do Café, entre os Estados Unidos e catorze países latinoamericanos. Anos mais tarde, em 1958, foi assinado o Acordo Latino-Americano, na sequência do Acordo Mexicano, assinado no ano anterior, que englobou sete países latinoamericanos e adotou um esquema similar ao esquema de cotas (LUCIER, 1988; DAVIRON e PONTE, 2005).

A persistência da queda de preços e dos crescentes estoques levou os países da América Latina a perceber a relevância dos demais produtores de café e a considerar a imposição de restrições. Assim, nos anos 1959 e 1960 colônias africanas, francesas e inglesas, foram aceitas como membros do acordo estabelecido em 1958, que "reconheceu a chegada dos produtores africanos como grandes produtores mundiais de café. Ainda assim, o aumento dos níveis de estoque e a queda dos preços persistiram ainda nos anos 1960" (LUCIER, 1988, p. 119).

O formato de acordos internacionais foi em grande parte estimulado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que em 1938, havia implementado o *Agricultural Adjustment Act*, como parte do *New Deal*. De inspiração keynesiana, as políticas econômicas e agrícolas subordinavam o desempenho do comércio internacional aos interesses domésticos, em particular à estabilidade de preços e o pleno emprego dos recursos nacionais.

2.1.3 Os Acordos Internacionais do Café

Influenciado e estimulado pelas experiências acima citadas, o primeiro Acordo Internacional do Café (AIC) foi assinado em 1962, ano em que o preço do café equivalia a menos da metade do preço obtido em 1954 (LUCIER, 1988). O acordo foi assinado na Conferência da ONU para o Café, que ocorreu em Nova York/EUA. Na ocasião, os participantes analisaram e negociaram os termos da proposta apresentada pelo Grupo de Estudos do Café (*Coffee Study Group*)⁹⁰, submetida aos países interessados no ano anterior (ONU, 1964, p. 187). Além de instituir

⁹⁰ Uma das principais inspirações para estes grupos de estudos foi a Carta de Havana, assinada em 1948 (TALBOT, 2004).

o Acordo, a Conferência também criou a Organização Internacional do Café (OIC), sediada em Londres, com fins de administrá-lo. O AIC é considerado o marco de uma nova era na economia cafeeira, uma vez que pôs em prática uma nova política reguladora, baseada na faixa de preços e nas cotas de exportação.

Para Talbot (2004), a liderança de países produtores, em especial Brasil e Colômbia, na condução e sustentação dos AIC e com sucesso na obtenção de benefícios e renda para o conjunto dos países produtores, corresponde a um tipo de ação coletiva estratégica⁹¹, com a particularidade de concertar interesses de países produtores e consumidores.

Em poucas palavras, a lógica do Acordo pode ser resumida da seguinte forma: estabelecia-se um preço esperado (ou uma faixa de preços esperados) e cotas de exportação eram alocadas a cada país. Quando o indicador de preços calculado pela OIC indicava que o preço havia ultrapassado aquele esperado, as cotas aumentavam, ou seja, aumentava-se a oferta de café no mercado internacional. Caso contrário, quando os preços se viam abaixo do preço esperado, as cotas de café ofertado internacionalmente eram reduzidas. No caso de aumento excessivo dos preços, conforme ocorrido durante as geadas dos anos de 1975-77, abandonava-se as cotas até o reestabelecimento do valor esperado. Com esta dinâmica, "os países membros conservaram sua soberania e liberdade relativas à determinação de preços e produção doméstica. Os controles do AIC se destinavam somente à produção exportada de café" (LUCIER, 1988, p. 135).

Ao todo, foram assinados sete AIC, cujos períodos de validade são informados no Quadro 2.1, a seguir:

⁹¹ Além do café, outros acordos foram estabelecidos em torno de commodities tropicais. Segundo o Banco Mundial, entre 1931 e 1986 cerca de 40 Acordos Internacionais de Commodities foram concluídos (BANCO, M 1986) para açúcar, cacau, borracha e estanho. Dentre as tentativas frustradas incluem-se cobre, minério de ferro, manganês, bauxita, fosfato, chá, juta, algodão, banana, madeiras tropicais e carne bovina. Porque precedeu acordos em outras commodities, com destaque para o petróleo, o AIC pode ser tomado como espécie de inspiração e modelo para agrupamentos de produtores em outros setores exportadores (TALBOT, 2004).

Quadro 2.1 Vigência dos Acordos Internacionais do Café

AIC	Entrada em vigor	Extensões	Expiração
1962	Provisória: 1 de julho de 1963	-	30 de setembro de 1968
	Definitiva: 27 de dezembro de 1963		
1968	Provisória: 1 de outubro de 1968	Extendido pela Resolução 264 entre 30/09/1973 - 30/09/1975	30 de setembro de 1976
	Definitiva: 30 de dezembro de 1968	Extendido pela Resolução 273 entre 30/09/1975 - 30/09/1976	
1976	Provisória: 1 de outubro de 1976	Extendido pela Resolução 318 de 1/10/1982 - 30/09/1983	30 de setembro de 1983
	Definitiva: 1 de agosto de 1977		
1983	Provisória: 1 de outubro de 1983	Extendido pela Resolução 347 entre 30/09/1989 - 30/09/1991	30 de setembro de 1994
	Definitiva: 11 de setembro de 1985	Extendido pela Resolução 352 entre 01/10/1991 - 30/09/1992	
		Extendido pela Resolução 355 entre 01/10/1992 - 30/09/1993	
		Extendido pela Resolução 363 entre 01/10/1993 - 30/09/1994	
1994	Provisória: 1 de outubro de 1994	Extendido pela Resolução 384 entre 30/09/1999 - 30/09/2001	30 de setembro de 2001
	Definitiva: 19 de maio de 1995		
2001	Provisória: 1 de outubro de 2001	Extendido pela Resolução 432 entre 30/09/2007 - 30/09/2008	1 de fevereiro de 2011
	Definitiva: 17 de maio de 2005	Extendido pela Resolução 438 entre 30/09/2008 - 30/09/2009	
		Extendido pela Resolução 443 entre 30/09/2009 - 30/09/2010	
		Extendido pela Resolução 444 entre 30/09/2010 - 30/09/2011	
2007	Definitiva: 2 de fevereiro de 2011	O Acordo de 2007 irá permanecer em vigor por 10 anos a partir de 2 de fevereiro de 2011, com a possibilidade de extensão por mais 8 anos.	

Fonte: Tradução livre de ICO: <http://www.ico.org/documents/datesicas-e.pdf>.

As negociações posteriores ao primeiro Acordo assinado em 1962 foram sempre tensionadas por interesses diversos, públicos e privados, de países produtores e consumidores. As preocupações com o excesso de oferta e o controle dos estoques levaram à implementação de medidas como o fundo destinado a políticas de diversificação produtiva visando a redução dos cafezais, implementado já em 1968 e à submissão de planos produtivos à OIC, do Acordo de 1976. As cotas de exportação estiveram presentes nos períodos de 1962-1972 e 1980-1989. O Acordo em vigor, assinado em 2007, compreende 39 países exportadores e 6 importadores, dentre os quais a União Europeia (e seus 27 Estados-membros) (FUNCAFÉ, 2015).

O principal desafio dos Acordos era conter o que Talbot (2004) denominou de excesso de oferta estrutural (*structural oversupply*). Isto é, criar mecanismos para conter o aumento da oferta de café no mercado internacional. Esta noção de limite global de exportações implicava que cada país tivesse sua respectiva cota. A definição das cotas era, portanto, um dos principais pontos de tensão entre os países, na medida em que produtores estabelecidos desejavam manter suas cotas; ao passo que os novos desejavam expandi-las. Nesse contexto, uma queixa corrente entre os novos produtores era que a determinação das cotas considerava fatores ligados ao histórico produtivo, o que contava a favor dos produtores de longa data.

Havia, por um lado o descontentamento de novos países produtores, e por outro, a falta de incentivos para que novos países consumidores adentrassem o Acordo. Diante disso, com a ampliação do mercado consumidor de café, cresceu uma espécie de mercado paralelo (*two-tier market*) e países não associados ao AIC passaram a comprar café a preços abaixo dos valores estabelecidos pelo Acordo – quanto maiores os estoques, maiores os descontos. Esta prática era bem vista por parte dos países produtores, pois garantia o escoamento da produção e a redução de custos com armazenagem e eventuais perdas da produção (TALBOT, 2004).

Todavia, o mercado paralelo logo tornou-se ponto de tensionamento entre países produtores e consumidores, integrantes e não integrantes do AIC. Ao respeitar os termos do AIC, as firmas dos países consumidores integrantes argumentavam estar subsidiando as importações de países fora do Acordo. Todavia, as firmas também se beneficiavam do mercado paralelo, sobretudo por meio da artimanha do chamado café turista (*tourist coffee*), aquele que "visitava" diversos países até chegar ao destino final, que adentrava as fronteiras de países produtores não integrantes do Acordo e era transportado de forma clandestina para países consumidores integrantes. Outra forma de burlar as regras era a utilização de selos falsificados da OIC. Nesse caso, países produtores que

desejavam exportar mais, compravam parte das cotas de países que não atingiam seu limite de exportação. Assim, à relativa rigidez na distribuição das cotas somava-se outro problema, a falta de mecanismos capazes de conter o comércio que as excedia.

Finalmente, um outro problema associado à superprodução tem a ver com a crescente seletividade por parte dos torrefadores. Cada vez mais as firmas passaram a diversificar a composição dos seus *blends* de café – seja em razão do atendimento das preferências de gosto nacional, seja como forma de reduzir custos, por meio da utilização de cafês mais baratos e de sabor mais forte, caso da espécie *canephora*. As grandes firmas passaram a reivindicar mais liberdade na compra dos grãos, com base no argumento de que países detentores das maiores cotas de exportação não tinham capacidade para suprir as crescentes demandas dos torrefadores.

Este fato é tido como uma das razões que aprofundou as diferenças e a competição entre países produtores, agravadas sobremaneira em períodos de baixa dos preços. Já na década de 1980, outro fator que contribuiu para o crescente acirramento corresponde às pressões liberalizantes dos organismos internacionais, que ao invés de priorizar esforços de convergência de interesses e cooperação internacional – ou ação coletiva estratégica – incentivaram os países produtores a buscar maior presença em nichos no mercado mundial (TALBOT, 2004).

A despeito destes problemas, ao analisar o resultado geral do período em que os AIC estiveram em vigor, Daviron e Ponte (2005), apontam que seu relativo sucesso decorreu de quatro aspectos principais: i) a participação de países consumidores na elaboração do sistema de cotas; ii) a classificação dos países produtores como 'unidades de mercado', onde governos eram responsáveis pelas decisões de exportação; iii) a concordância brasileira em reduzir seu *market share*, como resultado da confiança adquirida nos sucessivos AIC; e iv) a adoção da estratégia de substituição de importações entre os países produtores.

Talbot (2004) ressalta a importância dos Acordos para a estabilidade dos preços. Um episódio relevante para o exame da estabilidade compreende a geada de 1975, quando as cotas haviam sido desativadas, e da seca de 1985/6, quando elas estavam válidas. Ambas ocorridas no Brasil, a geada de 1975 provocou enorme instabilidade de preços, ao passo que os efeitos da seca de 1985 foram atenuados em razão dos estoques acumulados por outros países produtores, prontamente colocados à disposição no mercado com fins de estabilizar os preços. Para Lucier (1988), ainda mais importante do que o aumento dos preços foi o crescimento do valor das

exportações⁹². Segundo o autor, entre 1962 e 1980 a quantidade de dólares acumulados pelos países produtores de café aumentou mais de seis vezes, passando de US\$1,8 milhões para US\$11,6 milhões.

Ainda com respeito ao êxito da ação coletiva dos Estados nacionais, Talbot (2004) dá destaque à três episódios ocorridos nos anos 1960 e 1970: i) interrupção da comercialização dos contratos "C" na bolsa de Nova York em 1966, em decorrência do baixo volume transacionado⁹³; ii) atuação conjunta entre o IBC e a Compania Salvadoreña de Cafe com a compra de contratos na Bolsa de Valores de Nova York, para impedir a queda dos preços do café avistados a partir de abril de 1977⁹⁴; e iii) formação Grupo de Bogotá, com oito países produtores da América Latina (Brasil, Colômbia, El Salvador, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Venezuela) que entre 1978 e 1979 articulou um fundo de US\$140 milhões para operações nos mercados de futuro, sendo capaz de conter a redução dos preços provocados por uma geada no Brasil.

Contudo, uma série de mudanças fez com que a concertação que sustentou os controles de estoques não mais se reeditasse. No que diz respeito ao funcionamento dos Acordos propriamente ditos, Talbot (2004) aponta que o agravamento do excesso de oferta estrutural se deu por três fatores principais: i) o aumento da produção em razão da geada de 1975, que elevou os preços do café e incentivou o aumento das plantas produtivas⁹⁵; ii) a introdução de maquinário e novas tecnologias no âmbito da Revolução Verde; e iii) a crise da dívida e as crescentes pressões do FMI e do Banco Mundial pela liberalização das economias e pelo aumento das exportações de commodities como forma de atenuar os déficits de balança comercial.

⁹² Esta perspectiva encontra ressonância no Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial de 1986, que estrutura sua crítica em relação aos mecanismos de controle de estoques com base no argumento de que a estabilidade de preços seria menos importante do que os ganhos com as exportações: “um problema básico da abordagem dos estoques é que ela busca a estabilização dos preços ao invés dos ganhos de exportação. Se o país consegue neutralizar as flutuações da receita por meio de empréstimos ou utilização das reservas, a instabilidade de preços é pouco prejudicial. Além disso, é possível que ela não conduza à estabilidade nos ganhos de exportação” (BANCO, M 1986, p. 134).

⁹³ Sinal de que as cotas de exportação de fato influenciavam a estabilidade de preços e o volume de café transacionado nos mercados de futuro, acabando por dispensar outros mecanismos protetivos, tais como hedgings.

⁹⁴ Os órgãos se organizaram para estar em posição comprada (*"went long"*), impedindo que agentes em posição vendida (*"shorts"*) liquidassem seus contratos, promovendo um aumento da oferta de café naquele mercado. Ao comprar na posição longa, IBC e Compania Salvadoreña de Cafe preveniram a chegada de mais café na Bolsa de Valores de Nova York e colocaram-se na posição de vender o café adquirido por meio dos contratos longos para a Europa, reduzindo ainda mais a oferta em Nova York e prevenindo a redução dos preços.

⁹⁵ Vale lembrar que há um intervalo entre o momento em são plantados os novos pés de café e a comercialização da nova leva produtiva. O aumento da produção em razão do café plantando na esteira da geada de 1975 adentrou o mercado por volta de 1980 e agravou a condição de excesso de oferta estrutural (TALBOT, 2004).

Além destas, motivações geopolíticas e de política externa envolvendo os Acordos são objeto de análise de diversos autores. Loureiro (2012) aponta o fim da Guerra Fria como um dos fatores que contribuiu para a dissolução do AIC. O autor posiciona o café como um dos elementos de barganha entre Brasil e Estados Unidos e mostra como este se dispunha a ceder no café em troca do apoio brasileiro em matérias de política externa. Talbot (2004) mostra que as cartas da política externa precedem a Guerra Fria. O autor recupera os flertes de Getúlio Vargas com a Alemanha dos anos 1930 como um dos estímulos para o fomento da “solidariedade entre aliados Panamericanos” (*Pan-American solidarity among allies*), que deu origem ao Acordo Inter-Americano em 1940. Já Lucier (1988) mostra que princípios similares foram mobilizados no âmbito da Aliança para o Progresso, como parte da estratégia de relação dos Estados Unidos com a América Latina no período da Guerra Fria. Eventos como as revoluções cubana (1961) e sandinista (Nicarágua, 1979) são tomados como ameaças ao avanço do comunismo na América Latina, tendo contribuído para a aceitação das cotas em 1962 e, novamente, em 1980.

Ainda que sucessivos acordos tenham sido assinados, o mais recente em 2007⁹⁶, o ano de 1989 é tido como o fim da regulação internacional do mercado cafeeiro⁹⁷. O Acordo de 1978, previsto para durar até 1983, foi então estendido até 1989, quando foram abandonadas as cláusulas propriamente econômicas, ligadas ao controle de estoques e, consequentemente, de preços. Optou-se pela permanência da OIC, como um organismo de pesquisa, levantamentos estatísticos e eventual fórum de debates sobre o café.

O contexto global de promoção do livre-comércio e de desregulamentação econômica foi fundamental para este giro no fim dos anos 1980. À época, a então emergente teoria neoclássica da economia resgatou ideias e princípios clássicos e elevou seus modelos de comércio internacional à condição de verdades universais. Políticas industriais e artigos protecionistas que haviam desempenhado importante papel na estruturação das economias da Europa e dos Estados Unidos ao longo de séculos tornaram-se ilegítimas e passaram a ser tomadas como ineficazes

⁹⁶ Embora assinado em 2007, entrou em vigor em 2011.

⁹⁷ Talbot (2004) analisa detalhadamente os acontecimentos que culminaram na derrocada do Acordo, em decorrência de discordâncias entre os blocos “majoritário” e “dissidentes”. O campo “majoritário” era formado por Brasil, Colômbia, Filipinas e países africanos; enquanto os “dissidentes”, incluíam Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Índia, México, Nicarágua, Papua Nova Guiné, Peru, Indonésia e Estado Unidos. Todos os esforços de renegociação das cotas foram reiteradamente negados pelo grupo dos dissidentes. Um dos elementos de persuasão contra o Acordo foi um artigo de autoria de dois técnicos do Banco Mundial (Takamasa Akiyama e Panayotis Varangis), que apontava os prováveis ganhos que países produtores teriam num contexto de livre comércio.

(SHAFAEDDIN, 1998; CHANG, 2004). Esse processo corrobora o que Mackenzie, Muniesa e Siu (2007), Callon (2008) e Fligstein e Calder (2015) classificam como a capacidade performática da economia. Para os autores, a *performatividade* existe na medida em que a Ciência Econômica – e seus praticantes – não apenas descrevem o que são os mercados e o que eles fazem, mas outorga prescrições e meios de configurar o campo, seus atores e instituições. Assim, discursos, textos, retóricas, assim como técnicas de pesquisa e metodologias compõem o arcabouço científico da área, ao mesmo tempo em que contribuem para a própria construção da atividade econômica: "uma maquinaria poderosa que permite fazer existir o que descreve" (CALLON, 2008, p. 314). Em que pese a performatividade concomitante e concorrente de uma gama variada de atores na economia, paradoxalmente, vivenciamos um processo de convergência de possibilidades econômicas capitaneado pela teoria neoclássica.

No que diz respeito à agricultura em particular, o resgate do conceito ricardiano de vantagens comparativas tornou-se a principal via de explicação e justificação da produção de commodities nos países subdesenvolvidos.

Esta revolução teórica se abateu fortemente sobre o chamado lado real da economia, com efeitos significativos sobre a sociedade de maneira geral. Em diversos setores da economia provocou um processo de transição entre formas de regulação pública em direção à mecanismos de regulação privada. Friedmann (1982) e Fridmann e McMichael (1989) já apontavam a convivência entre modelos de regulação doméstica e internacional e tendências globalizantes como uma das contradições do segundo regime agroalimentar e McMichael (2012) denominou essa dinâmica como a transição do “projeto de desenvolvimento” para o “projeto da globalização”.

Como se deu o desenrolar deste processo no setor cafeeiro? Quais atores foram mais bem sucedidos na captura da renda e no acúmulo de poder em meio a estas transformações? Quais foram os impactos sobre a produção cafeeira do Sul de Minas Gerais?

2.2 A transição público-privada na regulação do mercado cafeeiro mundial (1990 aos dias de hoje)

O sentido da regulação pública construída ao longo do século XX foi paulatinamente sendo descaracterizado até que alguns eventos específicos marcaram o início de um novo tempo.

2.2.1 Mudança de agenda

Os anos 1990 ainda ecoaram tentativas de resgate da cooperação internacional. Uma delas ocorreu em 1993, quando foi criada a Associação dos Países Produtores de Café, nitidamente inspirada na Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). Dentre as razões de sua frustração está o fato de que importantes países produtores, tais como Vietnã, México e Guatemala, não aderiram à iniciativa e dentre os que aderiram, muitos abandonaram o barco em 1998/99. Em 2001 foi decretado o fim da Associação (DAVIRON e PONTE, 2005).

Este e outros esforços não vingaram e foram efetivamente devorados pela emergência de um novo consenso teórico no campo da economia, aliado à mudança de rumos nas políticas públicas. Neste caso, as mudanças não se restringiram às pastas da economia, mas de fato circunscreveram a arquitetura institucional como um todo, incluindo-se aí as políticas agrícolas e agrárias. Seguiram três orientações principais: i) privatização de empresas públicas associadas à promoção e comercialização das commodities; ii) desregulação e estímulo da competição nos mercados de insumos; e iii) eliminação ou substantiva redução de subsídios e taxas, incluídos os mecanismos domésticos de estabilização de preços (DAVIRON e PONTE, 2005).⁹⁸

No Brasil, o IBC foi extinto do dia para a noite, por meio do Decreto n. 99.240, de 7 de maio de 1990⁹⁹. Dentre as mudanças organizacionais e institucionais decorrentes do fim do IBC estão a liberalização dos preços; a eliminação do controle de entrada de novas firmas e do controle do fluxo de produtos; e a desarticulação das áreas de pesquisa pública e na provisão de informações. Outra transformação tem a ver com a diversificação do setor, diretamente associada a mudanças nas tendências no consumo de café. Até o início dos anos 1990, “as empresas de torrefação e moagem compravam os sacos de grãos de café cru diretamente do IBC, que definia os *blends* a serem feitos. Isto inviabilizava a concorrência entre as empresas via diferenciação de produto”

⁹⁸ O México foi o primeiro país a adotar esta nova agenda, por meio das chamadas reformas estruturais que visavam modernizar a estrutura de Estado, buscando adequá-la às exigências da globalização. As reformas mexicanas iniciaram no início da década de 1980, mais precisamente no ano de 1982. Assim, “até fins dos anos 1970, o Instituto Mexicano del Café atuava na compra, venda e processamento de mais da metade do café do país. Em poucos anos, foi desmantelado, e o envolvimento do Estado mexicano limitou-se às pesquisas agrônômicas” (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 96). Processos semelhantes ocorreram nos demais países latinoamericanos.

⁹⁹ O mesmo decreto extinguiu ainda a Fundação Museu do Café e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e diversos outros órgãos como Superintendências de Desenvolvimento, fundações ligadas à cultura e à promoção da leitura, dentre outras.

(VOTTA, VIAN e PITELLI, 2006, p. 5). Leite (2001) mostra que que já nos anos 1980/81 a ênfase da política agrícola havia se voltado à política de preços e, a partir dos anos 1990, verificou-se significativa redução da participação estatal na aquisição dos produtos, seja no café, seja nos demais cultivos agropecuários.

O mesmo IBC era também responsável pela autorização de instalação de novas empresas de torrefação e moagem de café no Brasil e em 1978 autorizou a entrada de multinacionais no setor. Em 1996 foi criado o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC)¹⁰⁰, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual veio a ser extinto no recente Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019.

Duas tendências podem ser percebidas com o fim do IBC, em sintonia com os movimentos de liberalização da década de 1990. A primeira delas tem a ver com a segmentação do mercado de café. Esta se dá “por meio de diferentes *blends*, graus de torra ou de moagem, visando nichos específicos de consumo. Tais como aromatizados, cafés para máquinas domésticas, expresso, descafeinados, *blends* especiais etc” (VOTTA, VIAN e PITELLI, 2006, p. 17). Um dos exemplos da consolidação destes novos mercados é à criação da *Brazilian Specialty Coffee Association* (BSCA) em 1991. Fundada por um conjunto de agricultores e empresas produtoras de café, a BSCA trabalha pela ampliação e divulgação do mercado de cafés especiais no Brasil e no exterior; promove cursos e concursos de café; e possui um selo de certificação próprio.

A segunda tendência diz respeito à regulação de preços. Com a desregulamentação, a precificação passou a ser orientada pela relação entre oferta e demanda no mercado mundial¹⁰¹. Desde então, o café commodity passou a ser inteiramente guiado por preços definidos nas praças financeiras de Nova York, no caso do arábica, e Londres, no caso do canephora.

A exceção a este movimento de desmantelamento das políticas públicas na América Latina é a Colômbia. A *Federación Nacional de Cafeteros de Colombia* (Fedecafé), criada em 1927 (COUTINHO, 2002), resiste até hoje às pressões pela regulação exclusivamente privada do mercado. A agência nacional permanece agindo sobre o controle de preços, por meio de compra,

¹⁰⁰ O CDPC foi instituído em decorrência dos trabalhos da Comissão Especial Funcafé, presidida pelo Deputado Carlos Melles (hoje DEM/MG) e Silas Brasileiro (MDB/MG), que transcorreu no ano de 1996 e recomendou a criação do Conselho. Naturais dos municípios de São Sebastião do Paraíso e Patrocínio, respectivamente, Carlos Melles e Silas Brasileiro são dois dos principais representantes do negócio cafeeiro brasileiro e mineiro em particular.

¹⁰¹ Talbot (2004) ressalta, entretanto, que os desequilíbrios entre oferta e demanda correspondem aos desequilíbrios mais aparentes de um processo subjacente, que corresponde aos desequilíbrios de poder entre pequenos produtores de café e as grandes transnacionais do setor.

venda e controle de estoques do café produzido pela Fedecafé. Além da Colômbia, Costa Rica e Costa do Marfim são exemplos de países que mantêm alguma forma de execução de preços mínimos (GRABS e PONTE, 2019). Já entre os países africanos, Quênia, Etiópia, Tanzânia e Uganda vivenciaram distintas formas de inserção na onda liberalizante. De modo geral, ainda possuem órgãos estatais com alguma presença no processo de controle de estoques e preços do café – os três primeiros na forma de leilões de sacas para a exportação, embora a ação estatal se encontre bastante fragilizada (DAVIRON e PONTE, 2005; GRABS e PONTE, 2019).

A queda nos preços e o aumento da instabilidade foram duas das principais consequências do processo de liberalização no que tange aos indicadores do mercado internacional de café. Com relação aos preços, a média dos indicadores calculados pela OIC para os cinco anos posteriores ao fim do AIC (1990-94) correspondia à US\$0,77 por libra de café¹⁰², ao passo que havia sido de US\$1,34 para os cinco anos anteriores ao fim do Acordo (1984-88).

De fato, a crise instalada entre os anos 1989 e 1994 fez o mercado cafeeiro internacional conhecer

a segunda maior e prolongada recessão de sua história, apenas comparável à do período da Grande Depressão: o valor do comércio internacional de café, que havia sido de 11 bilhões de dólares na década de 1980 e de 13 bilhões na de 1970, caiu para uma faixa entre 6,5 e oito bilhões de dólares, significando uma queda de cerca de 35%. Por sua vez, a receita cambial média brasileira caiu para aproximadamente 1,3 bilhões de dólares, 50% da média de 2,6 bilhões na década de 1980 – contra 3,3 bilhões na de 1970, 2,7 bilhões na de 1960 e 3,8 bilhões na de 1950 (BELTRÃO, 2009).

Entre 1990 e 2003, a média do preço da libra do café foi de apenas US\$0,62 – mesmo considerando os picos de preços observados nos anos de 1994/95 em decorrência de geadas e secas no Brasil e de 1997, quando uma onda especulativa provocou a elevação dos preços (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 88). Já com relação à instabilidade, os autores mostram que nos últimos oito anos de funcionamento do Acordo a variação mensal nominal dos preços foi de 14,8%. Entre 1990 e 1997, a variação havia aumentado para 37%, tendo alcançado 43% entre os anos de 1998 e 2000. O contraste também é grande considerado o desempenho da série de preços que vigorou durante o período dos AIC. Em média, do fim dos anos 1950 ao final da década de 1980, o preço internacional do café equivalia ao dobro do que seria um preço de mercado (DAVIRON e PONTE, 2005). Com

¹⁰² Uma libra (lb) equivale a aproximadamente 0,45 quilogramas (kg).

relação à proporção da renda retida pelos agricultores, observou-se redução de cerca de um terço, de uma estimativa de 20% no período de 1971-1988 para 13% nos anos de 1989 a 1995 (TALBOT, 1997 *apud* GRABS e PONTE, 2019).

Como tais mudanças de cenário repercutiram entre os agricultores? A análise que segue indica que os mais capitalizados ampliaram sua produção por meio da compra de terras e do investimento em maquinário, bem como buscaram ampliar sua inserção no mercado externo. O mesmo se deu com as cooperativas, na medida em que algumas delas se tornaram grandes conglomerados de serviços e de comercialização de café, insumos e máquinas.

O entendimento base dos AIC era controlar estoques para proteger produtores contra quedas e instabilidade de preços. O Gráfico 2.1, a seguir evidencia o comportamento inverso entre estoques e preços, medidos pelos valores de café importado nos Estados Unidos:

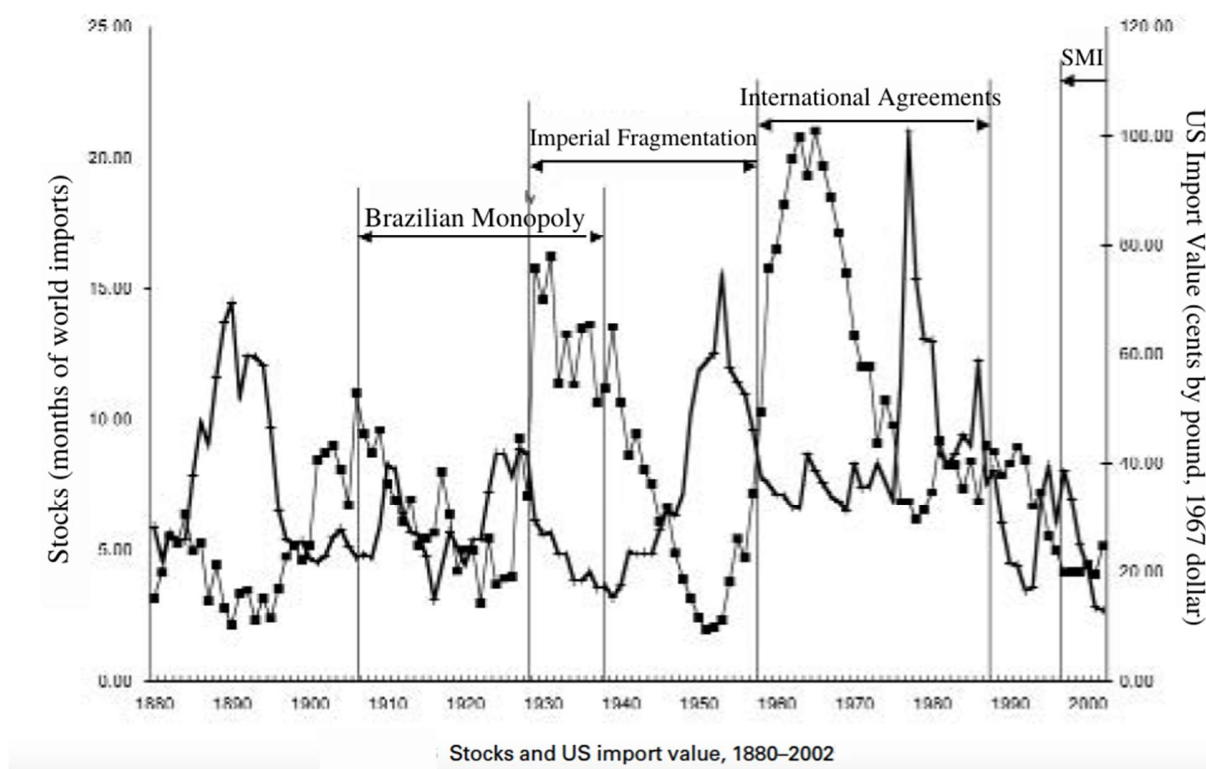


Gráfico 2.1 Estoques e valores de café importados pelos Estados Unidos (1888-2002).

* Legenda não disponibilizada no original. A linha reta corresponde ao preço e a linha/quadrados, aos estoques.
Fonte: DAVIRON e PONTE, 2005, p. 114.

Com o recuo dos órgãos públicos que trabalhavam pela estabilização nos mercados domésticos, a oferta internacional passou a ser regulada pelo mecanismo de mercado (oferta e demanda). Com isso, vieram os riscos de estoques controlados pelos varejistas. O mecanismo de controle de preços via estoques foi atingido em cheio, uma vez que os grãos já alcançaram seu destino final (DAVIRON e PONTE, 2005). A receita apresentada para compensar a redução dos preços foi o aumento da produção e das exportações (de café e outras *commodities* agrícolas).¹⁰³

Diante de todas essas mudanças, o que restou em termos de políticas públicas e estruturas institucionais de apoio ao café no Brasil após a reconfiguração neoliberal? Na subseção a seguir mapeamos as ações e os órgãos públicos ligados ao café ainda em atuação no país.

2.2.2 Os órgãos públicos ligados ao café no Brasil na atualidade

Se é fato que o fim do IBC em maio de 1990 mudou a forma como o Estado brasileiro se relaciona com a economia cafeeira, seria uma interpretação simplista da história que seguiu afirmar que seu fim representou o completo recuo estatal no setor. Levando em conta a ligação histórica entre o setor cafeeiro e o Estado brasileiro, qualquer tipo de rompimento repentino seria de fato inesperado. A ideia de um 'Estado mínimo' elevada à condição de bordão e muitas vezes empregada para sintetizar o processo de reconfiguração dos anos 1980 em diante não se mostra fiel aos acontecimentos. Afinal, o completo recuo estatal nunca interessou e segue não interessando aos setores produtivos – e como evidenciaram os processos de salvamentos de bancos e agências de riscos e seguros durante a crise econômica de 2007/08, o mesmo também não interessa aos setores financeiros. A eles, interessa um Estado capaz de garantir ambiente favorável aos negócios, o que envolve infraestrutura física de estradas, portos, aeroportos; legislações comerciais, trabalhistas e ambientais atrativas para investimentos domésticos e internacionais; redução de tributos e taxas; bem como oferta de linhas de crédito e políticas associadas de subsídios para a aquisição de insumos, maquinário e tecnologia de modo geral.

¹⁰³ Este é também o caso do milho nos Estados Unidos, cujos produtores sobre(vivem) cada vez mais à base de endividamento. Os objetivos dos programas governamentais de apoio à agricultura se transformaram de tal forma que "ao invés de apoiar os agricultores, podemos dizer que (...) o governo passou a apoiar o milho às expensas dos agricultores (POLLAN, 2006, p. 48). Um dos principais arquitetos da mudança para o chamado "cheap corn" foi Earl "Rusty" Butz, economista formado na Universidade de Purdue (Indiana, EUA) que ocupou o segundo posto no Ministério da Agricultura durante o governo do Presidente Richard Nixon (1969-1974). No USDA Butz sucedeu a posição ocupada por John Davis, um dos idealizadores do conceito de *agribusiness*, e foi um dos responsáveis pela introdução do termo em publicações estatais naquele país (POMPEIA, 2021).

Nesse contexto, a configuração presente indica que o Estado segue tendo importância na promoção e no desenvolvimento do setor cafeeiro brasileiro, embora sua atuação se veja mais restrita às questões de i) incentivo à produção, ii) estímulo ao comércio e iii) pesquisa agropecuária. Já o controle sobre preços e estoques, estes sim deixaram o rol de ações promovidas pelo Estado.

A percepção de que a atuação do Estado se reconfigurou antes de perder força é expressa na literatura que analisa os processos de privatizações e entrada de capital estrangeiro dos anos 1990 em diante. Nesse sentido, em que pese o aumento da participação de capital estrangeiro no país e a menor participação *direta* do governo via estatais, cabe notar que

a capacidade de intervenção do governo *não* diminuiu e que os principais atores centrais na economia continuam sendo entidades ligadas direta ou indiretamente ao governo, em associação com alguns grupos privados de maior envergadura. Na realidade, de forma até paradoxal, o fenômeno da privatização e a maior inserção global que se seguiu após a década de 1990 no Brasil ajudou a *reforçar* a influência do governo e de certos grupos domésticos" (LAZZARINI, 2011, p. 19).

Ocorre que mesmo em relação às três orientações principais (produção, comercialização e pesquisa) nem sempre há convergência entre as diferentes frações de classe, pois há projetos em disputa e conflitos em torno da captura da renda tanto entre frações das elites, quanto entre estas, o Estado e organizações da sociedade civil (FITTER e KAPLINSKI, 2001). O cenário se complexifica ainda mais quando consideramos que os atores interagem em distintas escalas e podem, como muitas vezes ocorre, elaborar estratégias distintas para cada uma delas. Cooperações locais podem não se estender ao nível nacional ou internacional – e vice-versa. Isso quer dizer: nossa análise requer outras variáveis.

Quanto aos padrões de comportamento, por exemplo, lembramos que não mudam em um estalar de dedos. Conforme mostram os estudos de cadeias e redes de produção global, processos de *path dependence*, *embeddedness* ou *stickiness* indicam que ações e comportamentos possuem aderência histórica e são capazes de influenciar processos por longos períodos de tempo. Também por isso, a análise de processos de mudança não pode ser exclusivamente orientada por inferências teóricas. Ao invés, deve ser baseada em dados concretos, capazes de descrever nuances e captar processos táticos e estratégicos de reação, resistência e ressignificação por parte dos atores em questão (DeCERTEAU, 1994).

Atualmente, diferentes órgãos públicos realizam atividades, muitas delas complementares, voltadas a objetivos de incentivo à produção, comércio e pesquisa agropecuária. A partir do

mapeamento dos órgãos, construímos um diagrama síntese que permite visualizar as estruturas de apoio estatal no âmbito legislativo (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Câmara dos Deputados e Senado Federal) e executivos municipal, estadual e federal.



Figura 2.1 Rede de órgãos públicos de apoio ao café no Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

A Figura mostra que as principais entidades se encontram no âmbito do Governo Federal¹⁰⁴, organizadas em dois polos fundamentais. Um deles é formado pelo MAPA, que centraliza o conjunto de empresas públicas, conselhos e fundos com atuação na área de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias, definição e acompanhamento das políticas públicas e concessão de crédito. São diretamente vinculadas a ele a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

¹⁰⁴ Em razão disso, em entrevista, o representante da Faemg afirmou que embora a atuação da entidade se dê nos níveis municipal, estadual e federal, o grosso dos assuntos é de competência federal: "Tudo que é café, 80, 90% das demandas são federais. É Funcafé, são políticas públicas. Vem a demanda do produtor rural mineiro através do sindicato ou a própria demanda do produtor através da Faemg e nós tentamos levar essa demanda e resolvê-la em nível federal" (Entrev. 9).

(Embrapa) Café¹⁰⁵, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)¹⁰⁶, o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC)¹⁰⁷ e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)¹⁰⁸.

A respeito do CDPC, é importante mencionar que suas raízes remontam ao Comitê Brasileiro do Café (CBC), criado em 1991, como a primeira experiência de concertação de representantes de todo o setor. À época, o fim do IBC havia provocado uma paralisação das ações governamentais nos planos interno e externo, reforçando a percepção no setor privado de que era preciso buscar a convergência dos interesses cafeeiros. A atuação do Funcafé é analisada em mais detalhes no Capítulo 4.

As universidades compreendem o segundo polo, voltado para a área de pesquisa. A região do Sul de Minas possui três Universidades Federais – Lavras (UFLA), Alfenas (UNIFAL) e Itajubá (UNIFEI) e um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF Sul de Minas). Estas se fazem presentes em 15 municípios da região e desempenham atividades de pesquisa, ensino e/ou extensão ligadas ao café.

O principal elo de ligação entre eles é o Consórcio Pesquisa Café¹⁰⁹. Criado em 1997, o Consórcio visa promover pesquisas e propor estratégias para a cafeicultura brasileira. A InovaCafé (Agência de Inovação do Café)¹¹⁰, sediada na UFLA, é um dos principais centros de pesquisa do

¹⁰⁵ Sediada em Brasília/DF, foi criada em 1999 para administrar o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café.

¹⁰⁶ O órgão elabora publicações mensais com dados sobre as safras de uma série de commodities agrícolas, dentre elas o café. Os *Boletins de acompanhamento da safra de café* reúnem dados sobre área cultivada, produtividade, produção, crédito, preços do café beneficiado e receita bruta, calendário de colheita, assim como informações detalhadas dos estados produtores. Já *Conjunturas da Agropecuária*, publica semanalmente dados sobre preços de mercado e preços aos produtores e uma breve análise dos mercados doméstico e internacional.

¹⁰⁷ Criado pelo Decreto 2.047 de 29 de outubro de 1996, com a "finalidade [de] aprovar políticas para o setor cafeeiro". É formado por representações do poder público (MAPA, Ministério da Economia e das Relações Exteriores) e privado (CNA, CNC, ABIC, ABICS e Cecafé).

¹⁰⁸ Foi criado pelo Decreto 2.295 de 21 de novembro de 1986, como uma tentativa de resposta do governo à crise, ao mesmo tempo em que atendeu uma das antigas demandas do setor, relativa ao destino das chamadas "cotas de contribuição", principal fonte de receitas da chamada "conta-café", cujo aspecto "confiscatório" aproximava-as a um imposto de exportação. Até então os recursos auferidos com as "cotas" podiam ser direcionados a outras áreas de dispêndios do governo. Com o Fundo, passaram a ser inteiramente administrados por ele, para uso prioritário de aquisição de estoques e financiamento da produção (BELTRÃO, 2009).

¹⁰⁹ Reúne as seguintes instituições: Embrapa, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig); Instituto Agrônomo de Campinas (IAC); Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR); Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); UFLA e Universidade Federal de Viçosa (UFV). Vale mencionar que o IAC é o mais antigo órgão de pesquisa do café do país. Foi criado em 1887 por Dom Pedro II, à época denominado de Estação Agrônoma de Campinas. Poucos anos mais tarde, em 1892, sua administração passou para o estado de São Paulo.

¹¹⁰ A Agência é fruto da articulação entre o Polo de Excelência do Café, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (Sectes), a UFLA e o Ministério da Educação. Conta com apoio da Financiadora

Consórcio. Uma das iniciativas recentes da Agência é o InovaHub, "espaço colaborativo e de conexão para o desenvolvimento de startups", criado em 2018 e coordenado por professores e estudantes do curso de Administração da UFLA, visitado no trabalho de campo. Além dele, a Agência possui dois laboratórios: Anatomia e Fisiologia do Cafeeiro; e Genética Molecular.

No que diz respeito ao governo estadual, porém ainda no âmbito da pesquisa agropecuária, tem destaque a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG¹¹¹) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig¹¹²). Vinculada a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA/MG), a Emater é uma grande parceira do café no estado. Segundo um de seus técnicos,

o principal braço do estado na política agrícola do café é a Emater. Nós prestamos assistência pra mais de 40 mil cafeicultores e operamos no Programa Certifica Minas Café. Somos nós que preparamos as propriedades, que adequamos esses produtores (Entrev. 5).

A Empresa possui uma Agenda Estratégica específica dedicada à Cadeia de Valor da Cafeicultura estruturada em cinco ações principais. O primeiro, o Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais, está em sua 15ª edição e nesta última contou com mais de 1.800 inscritos. Em 2019 estabeleceu parceria com o Verdemar, uma das maiores redes de supermercado de Belo Horizonte que adquiriu 56 sacas (3.420 quilos) dos cafés premiados e elaborou embalagens que trazem a foto e a história dos agricultores, as características de sabor, aroma do café e o selo do concurso da Emater. O segundo eixo diz respeito a certificação dos cafés, por meio do Selo Certifica Minas Café. Segundo um de nossos entrevistados,

Pra você ter uma ideia, hoje nós temos 2007 propriedades acompanhadas e 1342 certificadas em café. É mais do que quase todas as certificações que existem aqui no estado. (...) Tem um reconhecimento internacional pela Nestlé como fornecedores de cafés especiais, tem equivalência com a Utz e 4C. Então a política no estado é muito agressiva (Entrev. 5).

de Estudos e Projetos (Finep) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Outros parceiros são o Consórcio Pesquisa Café, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Café (INCT-Café), o Polo de Tecnologia em Pós-Colheita do Café, o Polo de Tecnologia em Qualidade do Café, o Centro Tecnológico de Comercialização Online de Café (e-Café Brasil) e o Centro de Inteligência em Mercados (CIM).

¹¹¹ Fundada em 1948, a Emater/MG foi a primeira empresa de assistência técnica a ser criada no Brasil e é hoje a maior empresa pública do ramo no país.

¹¹² Criada em 1974, na esteira da fundação da Embrapa, a Epamig encontra-se sediada em Belo Horizonte, possui dois institutos tecnológicos – Laticínio Cândido Tostes e Técnico de Agropecuária e Cooperativismo –, 24 campus experimentais e cinco unidades regionais – Centro-Oeste, Norte, Oeste, Sudeste e Sul de Minas Gerais.

Uma terceira iniciativa é o Circuito Mineiro da Cafeicultura, que promove encontros nas regiões cafeicultoras do estado a fim de difundir tecnologias e promover trocas entre técnicos agrícolas, empresários e agricultores. O Convênio com o Mapa é a quarta ação da agenda estratégica da Emater. Estabelecido em 2014, orienta-se em torno de ações de assistência técnica e capacitação dos servidores da Empresa. Também se ocupa da produção de materiais impressos e digitais para distribuição nos municípios cafeicultores. Finalmente, a quinta ação é o Mapeamento do Café conhecido como Geoportal do Café¹¹³, que acompanha o parque cafeeiro do estado, por meio de imagens de satélite de todas as glebas cafeeiras de Minas Gerais. É fruto de parceria da Emater com a Seapa, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), a Conab e a Embrapa.

A proeminência da Emater/MG veio na esteira da extinção do IBC: “O IBC acabou de uma hora pra outra e ficaram milhares de produtores de café numa economia já forte em Minas Gerais perdidos. Perdidos, completamente perdidos. E a Emater assumiu isso tudo” (Entrev. 5).

De forma semelhante, no Espírito Santo e em Rondônia os órgãos públicos de extensão rural se mantêm ativos e têm contribuído para bons resultados na cafeicultura. Todavia, com o fim do IBC, onde houve desmantelamento do apoio público, a cafeicultura recuou:

Graças a Deus Minas Gerais tinha uma Emater bem estruturada. O Espírito Santo também tinha uma Incaper bem estruturada e conseguiu. São Paulo por um tempo conseguiu, mas infelizmente a política agrícola de São Paulo com relação à assistência técnica ela vem diminuindo muito e acaba que reflete, pois São Paulo tá sumindo do panorama do café, né? E se firmando os estados que mantiveram a política de assistência técnica forte. Entrando agora Rondônia. A Emater, o governo, assumiu o protagonismo junto da Embrapa. Assumiram que vão transformar o estado numa plataforma... e tão mudando a vida de um monte de gente, mudando a vida de índio e grandes players já tão indo pra lá. Então essa presença governamental com fomento pra mim é essencial (Entrev. 5).

A unidade Sul da Epamig é sediada no campus da UFLA, em Lavras, e possui atividades nos municípios de Caldas, Maria da Fé, Machado, São Sebastião do Paraíso, Lambari, Três Pontas e São João Del Rey. Sua principal área de atuação é a cafeicultura, para a qual realiza pesquisas de melhoramento genético do cafeeiro; manejo integrado de pragas e doenças; manejo da lavoura

¹¹³ Ver: <http://portaldocafedeminas.emater.mg.gov.br> (Acesso em 07 de outubro de 2019).

cafeeira, tratos culturais, consórcio, poda, geoprocessamento das lavouras cafeeiras do Sul de Minas, nutrição do cafeeiro, manejo do mato.

Com relação à Seapa, além do trabalho realizado junto à Emater e à Epamig, há ainda a participação na organização da Semana Internacional do Café (SIC) e a compra de cafés de qualidade para consumo nas repartições públicas¹¹⁴.

De maneira geral, as políticas de apoio estatal em Minas Gerais não se voltam ao comércio do café propriamente dito, conforme ocorria na época do IBC.

O estado não entra na área de comércio e também não é papel do poder público fazer comercialização de café. Então ele tem buscado implementar tanto na produção quanto na comercialização através dessas políticas públicas mais indiretas digamos assim (Entrev. 5).

No âmbito da indústria, não há políticas específicas para o café, mas no decorrer da realização das entrevistas, foi possível mapear dois incentivos, relativos à instalação de fábricas e aquisição de maquinário. O primeiro explica a instalação de duas fábricas de cápsulas de café na cidade de Montes Claros, no norte de Minas, da *três*, pertencente à 3Corações, e da Dolce Gusto, pertencente à Nestlé. Incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) atraíram as empresas para a região, atualmente reconhecida como um importante pólo rodoviário do país. Com relação ao maquinário, são concedidos descontos ou isenções de impostos para a compra de máquinas que não são produzidas nos limites do estado de Minas Gerais visando o aprimoramento do processamento cafeeiro, conforme apontou um dos diretores da fábrica da 3Corações em Santa Luzia/MG (Entrev. 41). A aquisição das máquinas para a produção das cápsulas da Três Corações permitiu a realização de todo o processo em terras brasileiras. Antes disso, o café saía dos armazéns-gerais, era torrado conforme orientações da Caffitaly, exportado para a Itália para o encapsulamento, para finalmente retornar ao Brasil (Entrev. 28).

Ainda no que se refere a atuação do governo do estado, no âmbito da regulação e não propriamente dos incentivos, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) possui normas relativas ao uso das terras e dos recursos hídricos que incidem sobre a atividade cafeicultura. No Sul de Minas sua atuação se dá por meio da Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram), sediada em Varginha e responsável por 176 municípios.

¹¹⁴ Fruto de resolução assinada pela Seapa em parceria com as Secretarias de Planejamento e de Saúde do estado de Minas Gerais. São comprados cafés com nota mínima 73 (Entrev. 7).

Seu trabalho é focado principalmente na fiscalização ambiental, na concessão de licenciamento ambiental e na outorga de direito de recursos hídricos.

Conforme explicou o diretor regional de fiscalização do órgão, as licenças são avaliadas conforme uma matriz envolvendo porte, tamanho do empreendimento, potencial poluidor e critério locacional. Com relação ao porte da cafeicultura, considera-se pequeno até 200 hectares, médio entre 200 e 500 hectares e grande acima de 500 hectares. O café possui potencial poluidor médio (baixo potencial poluidor de ar e médio potencial poluidor de água e solo), o que se explica "muito em razão da utilização de defensivos agrícolas e a necessidade também de se fazer revolvimento da terra, de dar tratativas no solo" (Entrev. 24).

O mesmo técnico da Supram informou que em 2018 houve uma importante mudança normativa no âmbito do licenciamento da atividade cafeeira¹¹⁵, com a substituição da Deliberação Normativa (DN) do Conselho de Política Ambiental (Copam) n.74/2004 pela DN Copam n. 217/2018. Antes da mudança, as lavouras de café acima de 30 hectares requeriam licenciamento ambiental de tipo simplificado, as chamadas Autorizações Ambientais de Funcionamento, ao passo que empreendimentos acima de 200 hectares eram sujeitos ao licenciamento "propriamente dito". De acordo com a nova DN, de 2018, "o ato formal de licenciamento, só passa a ser exigido para cafeiculturas acima de 200 hectares". Outros critérios mantêm-se em vigor: "A cafeicultura ela não poder ser instituída em área de preservação permanente, não pode haver supressão de vegetação, não pode haver intervenção em reserva legal, ela está sujeita obrigatoriamente ao Cadastro Ambiental Rural" (Entrev. 24).

Sobre as outorgas de água para fins de irrigação do café, foi informado que o Sul de Minas possui poucos empreendimentos nesta condição, em razão dos bons índices de precipitação pluviométrica. Porém, há casos de irrigação por gotejamento, como na região de Carmo de Minas, e também de pivô central, caso da fazenda do Sr. João Faria, em Campo do Meio, nas margens do Lago de Furnas.

As prefeituras constituem o terceiro pilar de atuação do poder executivo. Seu escopo é muito mais restrito que os demais, de maneira que algumas prefeituras da região desempenham ações de apoio à cafeicultura por meio das Secretarias Municipais de Agricultura ou similares e possuem serviços municipais de assistência técnica.

¹¹⁵ E outras 400 atividades econômicas no estado.

Considerando os fóruns ligados ao café no âmbito do poder legislativo destacamos a Comissão de Agropecuária e Agroindústria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara Federal¹¹⁶ e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

No que tange a legislações específicas, vale mencionar a Lei Kandir¹¹⁷, que compreende um dos principais mecanismos de incentivo à cafeicultura mineira¹¹⁸. Trata-se de um tema sensível em Minas Gerais, uma vez que 80% da arrecadação estadual provém do ICMS e o estado é um grande exportador de produtos como minérios, café e leite. Dados levantados pela ALMG apontam que entre 1996 e 2017 o estado deixou de arrecadar R\$135 bilhões em função da Lei Kandir (MACHADO, 2020).

A existência de todas essas políticas e ações governamentais mostra que embora os atores do setor privado constantemente se refiram ao Estado como um empecilho ao desenvolvimento, recorrem a ele para aprovar legislações que beneficiam interesses específicos. A seguinte passagem da entrevista com um dos colaboradores da Cooxupé explicita esse perfil de argumento do setor corporativo. Quando indagado sobre a parceria da cooperativa com o setor público ele afirmou:

Isso é pouquíssimo na verdade, é pouquíssimo. Porque a cooperativa ela anda com as próprias pernas. O que o pessoal costuma falar 'quando o governo não atrapalha tá ótimo'. Porque às vezes impõe uma tarifa.. Igual a questão da Lei Kandir, que o pessoal tava cogitando voltar o ICMS pra exportação, pra gente seria horrível isso, seria um tiro no pé. O que a gente ia perder de receita de exportação pra transferir pro ICMS é inviável, voltar atrás (Entrev. 38).

A representante da Cocatrel reconhece que há algumas políticas de incentivo, embora sejam poucas, o que faz com que o apoio governamental esteja pouco presente no horizonte das cooperativas.

Hoje a gente precisa tentar trabalhar pensando muito pouco no governo e muito mais do que que a gente pode fazer de ação.. Aumentar a demanda, por exemplo,

¹¹⁶ Cujos históricos remontam a 1823, quando foi criada a Comissão de Minas e Bosques, durante a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, convocada por Dom Pedro I.

¹¹⁷ Sancionada como Lei Complementar n. 87 de 13 de setembro de 1996 e incorporada na Constituição Federal por meio da Emenda 42/2003, a Lei desonera as exportações de produtos primários e semielaborados, do pagamento do Imposto Comercial sobre Mercadorias e Serviços (ICMS), de responsabilidade dos estados.

¹¹⁸ Foi notável a recente mobilização dos cafeicultores mineiros a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 42/2019, em discussão no Congresso Nacional.

e consumo, do que política que incentiva qualquer coisa. Existe, tem governo que faz mais, tem governo que faz menos (Entrev. 20).

A perspectiva apresentada por um dos representantes da Ipanema Coffees vai na mesma direção: “na parte comercial eu acho que quanto menos o governo intervir, melhor. É livre comércio mesmo. Aonde ele tem que agir? Ele tem que agir em estrada, em isenção de imposto e em outras coisas” (Entrev. 31). Da mesma forma, a referida “instabilidade legal” promovida pelo governo é apontada como um dos fatores problemáticos para a atração de acionistas para a empresa:

Tem muita burocracia que dificulta até a gente conseguir aprovação de acionistas pra qualquer investimento. (...) Se você tem um imposto em cima de mão de obra de uma hora pra outra aí, isso impacta no custo. E aquilo que você prometeu que ia devolver o investimento do cara depois de 6 anos, não acontece. Então o medo é isso, essa mudança de governo, de legislação (Entrev. 31).

Dentre todas as entrevistas, a única menção positiva sobre a relação com os governos municipal e estadual veio da representante do Porto Seco de Varginha, que enfatizou a boa relação e a concessão de benefícios ao Porto Seco e às empresas que realizam operações no condomínio logístico. Sobre a prefeitura, apontou que “eles ajudam muito a gente, assim com relação à IPTU [Imposto Predial Territorial Urbano], ISS [Imposto Sobre Serviços], sempre que tem alguma empresa nova eles gostam de receber, sabe? Sempre estão muito abertos assim” (Entrev. 27).

Já em relação ao governo do estado, o apoio consiste na concessão de benefícios às empresas que desejam se instalar na região.

E com relação ao governo do estado eles estão muito mais ágeis na concessão dos benefícios. Isso pra nós é o mais importante porque os nossos benefícios estão iguais aos de Santa Catarina e Espírito Santo, que são os melhores do segmento. Então agora em 1, 2 meses a empresa consegue o benefício pra já operar aqui dentro do estado. Mas tá bom, a gente não pode reclamar não. Porque o resto de correr atrás, a gente corre (Entrev. 27).¹¹⁹

Sabemos que as organizações de representação e articulação de interesses dos diversos atores do café possuem relação com os poderes executivo e legislativo. Buscam fazer prevalecer seus interesses e desenvolver ações de apoio à cafeicultura no país – cada qual com seu projeto de

¹¹⁹ A referência aos estados de Santa Catarina e Espírito Santo remete às práticas de guerra fiscal que até hoje constituem tema corrente nos estudos sobre federalismo (DULCI, 2002). O mesmo autor, anteriormente, se referiu tais disputas como “sistema inter-regional em competição por recursos e meios de desenvolvimento” (DULCI, 1999, p. 214).

cafeicultura, cada qual com seu projeto de país. A história política de Minas Gerais é repleta de parlamentares, prefeitos e governadores ligados à agropecuária e à cafeicultura em particular. Eles funcionam como via de circulação e defesa dos interesses dos agricultores e da indústria cafeeira mineira em fóruns estaduais e nacionais, os quais repercutem internacionalmente. Na seção a seguir mapeamos o conjunto de atores privados da rede do café.

2.2.3 A rede de organizações privadas do café no Brasil

A rede de organizações privadas do café no Brasil pode ser melhor visualizada a partir da Figura 2.2, que traz o mapeamento das entidades privadas presentes no Conselho do Consórcio de Pesquisa Café e as quatro entidades classistas atuantes no Sul de Minas Gerais.

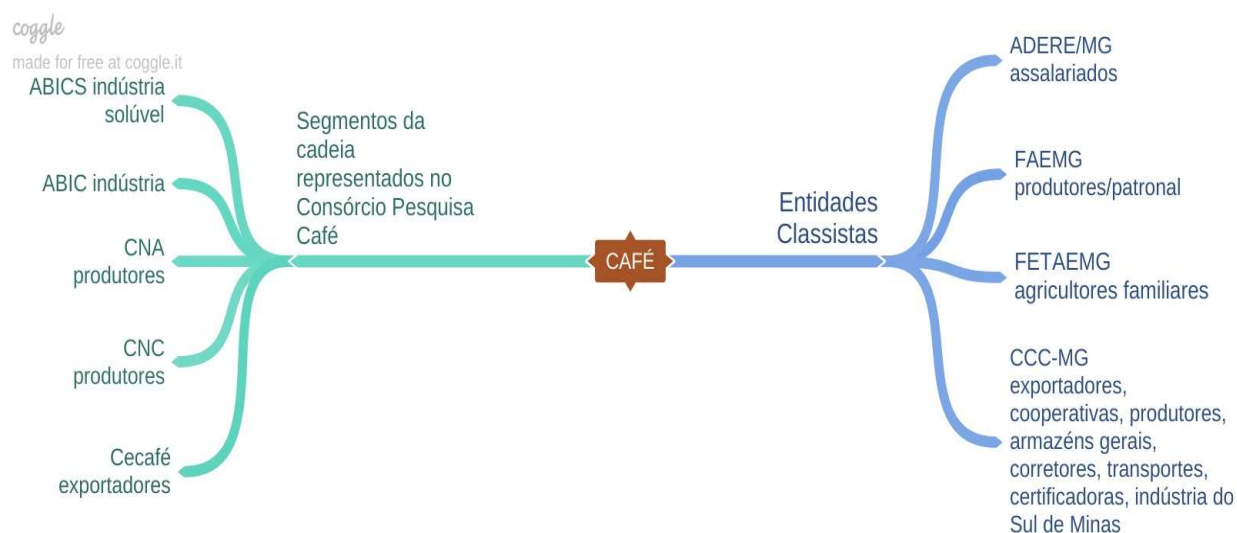


Figura 2.2 Rede de organizações privadas do café no Brasil
Fonte: Elaboração própria.

O Consórcio de Pesquisa Café configura um ponto de encontro oficial entre entidades públicas e privadas. No Conselho do Consórcio encontram-se presentes a Confederação Nacional

da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)¹²⁰ e o Conselho Nacional do Café (CNC)¹²¹, com dois representantes cada, a Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC)¹²², a Associação Brasileira da Indústria de Solúvel (ABICS)¹²³ e o Conselho Nacional dos Exportadores de Café (Cecafé)¹²⁴.

CNA e CNC representam interesses dos produtores de café. Vale notar que, via de regra, pequenos agricultores têm pouca participação direta nessas entidades, se fazendo presentes por meio das cooperativas aos quais encontram-se associados. Por ter atuação exclusivamente voltada ao negócio do café, o CNC constitui-se como a principal entidade de representação dos cafeicultores do país. Os sete objetivos que orientam sua atuação demonstram a diversidade e a capilaridade dos interesses por ele defendido: i) fortalecimento político-institucional e valorização do setor café; ii) preservação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e uso inteligente de seus recursos; iii) defesa da renda do setor produtivo; iv) divulgação da sustentabilidade da cafeicultura brasileira; v) ampliação da competitividade do setor produtivo; vi) ampliação do *market share* do Brasil no mercado internacional de café e fortalecimento do consumo doméstico; e vii) mitigar as especulações do mercado.

A presença de produtores mineiros é uma constante na história da entidade. A gestão do CNC 2018-2020 teve como presidente executivo o mineiro de Patrocínio Silas Brasileiro, produtor rural, empresário, ex-deputado federal, ex-prefeito de Patrocínio e com passagens por órgãos da administração pública estadual e federal¹²⁵. O atual coordenador do CNC, Maurício Miarelli atuou

¹²⁰ Organização que "representa os produtores rurais brasileiros de pequeno, médio e grande porte" e "congrega associações e lideranças políticas e rurais de todo o país". A CNA integra o Sistema CNA, composto por outras duas organizações, "o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que atua como um instrumento para Formação Profissional Rural e Promoção Social e qualidade de vida de homens e mulheres do campo e o Instituto CNA que desenvolve estudos e pesquisas na área social e no agronegócio." Ver <https://www.cnabrazil.org.br/cna/> (Acesso em 26 de fevereiro de 2020).

¹²¹ Criado em 1981, é fruto da "iniciativa de líderes da cafeicultura brasileira" e consiste no "principal fórum privado de discussão da política cafeeira no país, congregando as maiores cooperativas e associações de diversas origens produtoras". Ver <http://www.cncafe.com.br/site/interna.php?id=8> (Acesso em 26 de fevereiro de 2020).

¹²² Representa as indústrias de torrefação e moagem do café. Fundada em 1973, conta hoje com 1143 sócios, sendo 346 situados em Minas Gerais (30,27%).

¹²³ Representa a indústria de café solúvel do Brasil. Fundada em 1972, tem como sócias seis das sete indústrias de solúvel do país: Cacique, Café Iguaçu, Cocam, Nescafé, Realcafé e Café Campinho.

¹²⁴ Formado em 1999 a partir da fusão de duas entidades representativas do setor exportador, a Associação Brasileira dos Exportadores de Café (ABECAFE) e a Federação Brasileira dos Exportadores de Café (FEBEC).

¹²⁵ A biografia de Silas Brasileiro retrata o que Dulci caracteriza como a "convergência entre o Estado, a elite política e o mundo da produção" (DULCI, 1999, p. 120). O deputado é também mencionado na obra de Pompeia (2021) e figura como um dos responsáveis pela "articulação privado-parlamentar" da agenda do agronegócio de meados da década de 2000 em diante.

na Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec), sediada em Franca/SP, é natural de Campos Gerais/MG, e graduou-se pela UFLA. Das oito organizações que integram o colegiado, seis são cooperativas de café (Cocatrel, Coccamig, Minasul, Federação do Cerrado Mineiro, Cocapec e Cooxupé) e duas são cooperativas bancárias (Bancoob e Siccob Central ES). Dos membros representantes destas organizações, seis são mineiros, sendo quatro naturais do Sul de Minas.

O encontro deste conjunto de entidades (CNA, CNC, ABIC, ABICS e Cecafé) no colegiado do Consórcio nem sempre produz consensos. Na realidade, tais tensões têm origem nos interesses específicos de seus componentes – agricultores, exportadores e industriais. Há ainda que se observar a ausência de consensos no interior de um mesmo grupo que congrega pequenos e grandes produtores. Além da Lei Kandir, o tema da restrição à importação de grãos verdes – tratado no Capítulo 3 – é uma das principais matérias discordantes entre agricultores e torrefadores.

O outro ramo de organizações no âmbito privado são as entidades mais propriamente classistas, no sentido da divisão capital/trabalho. Quatro delas têm atuação na região do Sul de Minas: a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg)¹²⁶, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg)¹²⁷; a Articulação dos Empregados Rurais de Minas Gerais (Adere); e o Centro de Comércio de Café de Minas Gerais (CCC-MG).

A atuação da Faemg se dá por meio do chamado Sistema Faemg, erigido sobre três pilares principais: i) a “representação do produtor rural mineiro, seja ele de que tamanho for” (Entrev. 9); ii) o Instituto Antônio Ernesto de Sálvio (INAES), ligado à inovação; e iii) o eixo de ensino, cursos, treinamentos, capitaneado pelo Serviço de Aprendizagem Rural (Senar).

O café é uma das áreas prioritárias da Federação, que possui uma comissão técnica exclusiva para esta cultura. Contabilizando todos os associados, a entidade estima representar aproximadamente 400 mil produtores rurais e pecuaristas, de grande, médio e pequeno porte.

A Fetaemg, por sua vez, representa os trabalhadores rurais e vincula-se nacionalmente à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag), cuja base é formada majoritariamente por agricultores familiares.

¹²⁶ Fundada em 1951, a Faemg é a instância estadual que congrega os cerca de 380 sindicatos municipais de produtores rurais de Minas Gerais, ao passo que nacionalmente, vincula-se à CNA.

¹²⁷ Fundada em 1968, congrega cerca de 500 sindicatos municipais de trabalhadores rurais de Minas Gerais.

A Adere reúne a categoria dos assalariados rurais de Minas Gerais e está sediada em Carmo de Minas, no sul do estado, haja vista que o café é sua principal área de atuação. Seu formato jurídico não corresponde ao do sindicato, o que lhe confere mais um formato de fórum de articulação política e social da categoria. Suas ações prioritárias são fiscalização das condições de trabalho e lutas pelos direitos dos trabalhadores das lavouras de café. Sua atuação se insere num contexto de frequentes denúncias de violações de direitos e de condições de trabalho análogo ao escravo na região, conforme documentado no Relatório da ONG Norueguesa Danwatch (2016).

Embora a imagem do café mineiro como uma cultura limpa e sustentável seja constantemente afirmada pelas entidades representativas dos produtores¹²⁸ e por órgãos como a Emater/MG, os casos de violação são frequentes. Como se vê na fala do representante do CCC-MG, quando as violações são reconhecidas, são entendidas como pontuais.

Sindicatos municipais de trabalhadores rurais, o Centro de Referência de Direitos Humanos do Sul de Minas¹²⁹, e o Ministério Público do Trabalho são alguns dos parceiros da Adere nas frentes de luta pelos direitos dos trabalhadores das lavouras de café.

Cabe notar que a existência de distintas entidades ligadas aos trabalhadores é uma indicação de que também entre eles há divergências e conflitos.

Para fechar a lista das quatro entidades representativas de classe na região, o CCC-MG, sediado em Varginha, foi criado em 1980 e atualmente reúne 135 integrantes, dos diversos ramos da produção cafeeira.

É a única entidade que agrega todos os setores. Exportadores, cooperativas, produtores, armazéns gerais, corretores, transportes, certificadoras, indústria, tá tudo aqui dentro. Então a gente convive num ambiente bastante agradável, bem democrático, tudo aquilo que é polêmico, que prejudica um dos nossos setores a gente não... tudo que é bom pra todos a gente faz, o que não é bom pra todos a gente não faz (Entrev. 23).

Sobre a identificação do CCC-MG como uma entidade de classe, seu representante é categórico: "Nós somos uma entidade representativa de classes, entendeu? Mas todas essas classes

¹²⁸ "O Brasil é um país extremamente sustentável na área de café. Nós temos as legislações mais rigorosas do mundo em termos de café. A gente é um estado praticamente certificado" (...) Logicamente que toda profissão existe os bons e os ruins. No café não há de ser diferente. Tem produtores fora das normas, como toda profissão. Mas 99% dos produtores hoje mineiros eles têm uma conduta muito boa com relação ao café, à natureza, à parte social, à parte de preservação ambiental. Isso tá muito evoluído no nosso estado de Minas Gerais" (Entrev. 23).

¹²⁹ Sediado em Alfenas, o Centro foi criado pelo governo do estado em 2015 e atua em diversas pautas, dentre elas os conflitos agrários e direitos trabalhistas.

pertencem ao café" (Entrev. 23). Esta fala denota explicitamente uma tentativa de evitar ou, pelo menos, não explicitar conflitos distributivos entre as diferentes atividades da produção e comercialização cafeeira. Para o representante da entidade, a preservação da imagem de unidade é um elemento relevante na relação com governos:

Ou você chega no governo unido pra pedir alguma coisa..se você chega desunido o governo não vai fazer nada. *O governo faz aquilo que a gente quer*, desde que chegamos lá unidos e falamos 'nós queremos todos isso'. Ai o ministro e tal não tem dúvida de fazer aquilo que a gente quer. Mas se chega uma parte do setor pedindo uma coisa, outra parte pedindo uma outra coisa, o governo fica em cima do muro, ele não sabe a quem atender (Entrev. 23) (grifo nosso).

Capitalismo de laços¹³⁰ é o termo que Lazzarini (2011) atribui ao “emaranhado de contatos, alianças e estratégias de apoio gravitando em torno de interesses políticos e econômicos” (ibidem, p. 4). O envolvimento estatal é frequente: “essas relações podem ocorrer somente entre atores privados, muito embora grande parte da movimentação corporativa envolva, também, governos e demais atores na esfera pública” (idem).

O mapeamento da rede privada de entidades do café no Brasil retrata o que Pompéia (2020) aponta como o terceiro padrão de representação do agronegócio nacional. Enquanto o primeiro padrão foi caracterizado pelo fortalecimento do sindicalismo patronal, o segundo foi marcado pelas “associações por produto e pelas cooperativas, às quais se somaram, posteriormente, entidades intersetoriais” (POMPÉIA, 2020, p. 1). O terceiro padrão, que vigora no presente, “reposiciona ambas em uma nova estrutura de ação política”, cuja “convergência crescente não significa retorno à unidade de representação, marcante no primeiro padrão, nem reverte à multifiliação, notável no segundo”. A concertação política atual é entendida como “uma configuração historicamente situada de relações de convergência no campo do agronegócio. Suas principais características são: a intersetorialidade, a abrangência privado estatal, a multilateralidade, a elevada institucionalização, e a sistematicidade nas interações” (ibidem, p. 2).

Dentre as diversas características e processos que decorrem da interação deste conjunto de entidades públicas e privadas encontra-se a transição da regulação que teve início em fins dos anos 1980. A existência de todas essas entidades e a dinâmica de interação entre elas evidencia a

¹³⁰ O sentido de “laço”, para o autor, corresponde à “relação entre atores sociais para fins econômicos” (idem).

musculatura brasileira no setor cafeeiro. No que tange à atuação estatal, vê-se um conjunto de órgãos atuantes, seja na área do apoio à produção e comercialização, seja na área da pesquisa. Se não há propriamente um Estado mínimo, faz-se necessário problematizar e compreender quais os sentidos da atuação estatal? Com quais fins ela está comprometida e quais são os interlocutores prioritários na esfera privada?

Com relação a pesquisa acadêmica, ao longo do levantamento bibliográfico realizado para esta tese observamos, por exemplo, que a maior parte dos estudos desenvolvidos pela UFPA no âmbito do Consórcio Pesquisa Café/InovaCafé provém da Administração e Agrárias, via de regra voltados à promoção do agronegócio do café. O desenvolvimento do agronegócio do café é também a principal orientação de órgãos estaduais, como a Seapa e a Epamig, e nacionais, como a Embrapa, o Mapa e outros. Mesmo entre os mais diretamente voltados ao apoio à agricultura familiar, observa-se crescente aproximação com a lógica do agronegócio, particularmente no que diz respeito a práticas de gestão e inserção nos mercados.

Na seção a seguir analisamos as principais características deste novo arranjo regulatório, fortemente ancorado em mecanismos privados. Ao invés da busca pela estabilidade de preços, via controle de estoques, os dois principais objetivos da nova época são ampliação do comércio e segmentação do mercado conforme diferenciações de qualidade e de consumidores.

Nas Conclusões voltaremos a problematizar algumas dessas questões, no intuito de compreender o significado e as possibilidades de inserção do café sul mineiro na rede global por meio destes mecanismos de diferenciação, bem como as implicações para a distribuição da renda gerada pela produção do café.

2.3 A emergência e a consolidação do modelo de regulação privada

O encerramento do Acordo Internacional do Café em 1989 marca o fim da regulação pública no setor cafeeiro a nível internacional. É ao mesmo tempo consequência e parte de um amplo processo de reconfiguração da economia política global iniciado na década de 1980, que apontava para uma direção unívoca e consensual: o livre comércio¹³¹.

¹³¹ Um dos documentos que melhor expressa esta orientação é o Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial de 1986, dedicado às políticas agrícolas.

Grabs e Ponte (2019) propõem uma periodização de três fases para a análise da dinâmica de poder na rede global do café e entendem que o término do AIC marca o fim da primeira fase (1962-1989). Tem então início a fase da liberalização (1989-2007), impulsionada pelo contexto da época e marcada pela ampliação do mercado, desenvolvimento de novos produtos e emergência das novas convenções de qualidade. A crise financeira de 2008 é um dos fatores que contribui para a instauração de um novo momento, fase da diversificação e reconsolidação (2008 - presente), cujas mudanças partem sobretudo das firmas líderes do mercado cafeeiro.

Nos termos da regulação, vimos como organismos internacionais passaram a revisitar alguns de seus postulados fundamentais. O Relatório do Banco Mundial de 2008, por exemplo, reconheceu "eventuais" dificuldades e fracassos ligados à agenda de abertura comercial, porém atribuiu o fato à implementação inadequada das recomendações dos anos 1980, com ênfase nas falhas na governança das políticas agrícolas e no envolvimento de atores locais. Aponta que o papel do Estado segue relevante e necessário na

criação de um ambiente favorável para a agenda da agricultura-para-o-desenvolvimento (*agriculture-for-development*) porque somente ele pode estabelecer as condições fundamentais para a prosperidade do setor privado e da sociedade civil: estabilidade macroeconômica e política, segurança, e o cumprimento da lei. [...] Há acordo geral de que o Estado deve investir em bens públicos chave, como P&D na agricultura, estradas, direitos de propriedade e a segurança das leis e dos contratos. Além de prover estes bens públicos, o Estado deve facilitar, coordenar e regular. [...] Há ainda importante papel no âmbito das políticas públicas de redução da pobreza e promoção da equidade, incluindo gênero, por meio da construção de recursos produtivos e da oferta de redes de proteção social (BANCO, M 2008, p. 247).

Em meio a este conjunto de responsabilidades, o Relatório é explícito na defesa da regulação nas áreas de biossegurança, segurança alimentar, padronizações, propriedade intelectual, insumos agrícolas, extração de água subterrânea e proteção ambiental. É também apontado como papel do Estado regular os processos de privatização dos mercados agrícolas, garantindo competitividade. Diferentemente do passado, a proposta atual advoga em favor de processos colaborativos entre os setores público e privado¹³².

¹³² Neste novo arranjo, “o setor privado pode – e frequentemente o faz – se engajar na autorregulação e adotar práticas de responsabilidade social corporativa para apoiar a agenda da agricultura-para-o-desenvolvimento” (BANCO, M 2008, p. 248). Já a participação da sociedade civil é encorajada sobretudo pela estratégia do “CDD (*community driven development*) que confere aos coletivos e administrações locais o controle sobre o planejamento e o investimento dos recursos” (BANCO, M 2008, p. 256).

Assim, embora reconfigurada, a agenda da liberalização segue dominante. Para Clapp (2017), a liberalização do comércio tem sido alçada como a principal estratégia política para promover a segurança alimentar. Na mesma linha, Breger-Bush (2012) mostra como a liberalização financeira também é apontada como solução para a mitigação de riscos na agricultura e para a redução da pobreza em países do Sul. Estes são argumentos chave de documentos e discursos da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS), da FAO e do G20, entre outros. Também ancoram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principal agenda das Nações Unidas para o desenvolvimento na atualidade. O tema da desregulamentação do mercado financeiro e seus impactos sobre a rede global do café são objeto do Capítulo 4 desta tese.

Uma das vias prioritárias de aprofundamento desta agenda é a transferência de responsabilidades, funções e poderes entre os setores público e privado. O foco no preço pago aos produtores e nos estoques foi em grande medida substituído pelas preocupações com o aumento dos volumes transacionados e exportados de café e com a segmentação do mercado. Não à toa, os cafés especiais se mantêm, desde o início, como uma arena de qualidade diferenciada, cujas dinâmicas não transbordam ao mercado de cafés como um todo – em sentido de externalidades positivas ou efeito de *spillover*. Isso indica que uma das estratégias de governança da rede global do café é manter mercados – qualidade de cafés e seus respectivos consumidores – segmentados.

Nesse novo arranjo, empresas e organizações da sociedade civil assumiram um papel muito mais ativo na regulação, por meio do estabelecimento e monitoramento de normas, dispostas em sua maioria em acordos de tipo voluntário e em certificações socioambientais, os chamados padrões voluntários de sustentabilidade (*voluntary sustainability standards*). Tais novidades “não-estatais” direcionadas ao mercado “ditam padrões de negócios acima de requisitos legais, estabelecem mecanismos para promover a qualidade e geralmente concedem rótulos para diferenciar e promover as empresas e os produtos envolvidos” (RAYNOLDS, 2014, p. 500).

A criação do Selo de Pureza ABIC, no início dos anos 1990¹³³, encontra-se alinhada a esse propósito:

¹³³ Vale lembrar que o Código de Defesa do Consumidor entrou em vigor no Brasil em 1991, em decorrência da aprovação de legislação no ano anterior (Lei n. 8.078). A aprovação do Código é mais um indicador das mudanças que ocorriam à época. Para o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a lei "tornou-se marco da cidadania no Brasil", interpretação que evidencia a relação entre cidadania e consumo e dá a dimensão do lugar que este passou a ocupar na dinâmica das relações sociais no Brasil e no mundo desde então.

Antecipando a desregulamentação do setor, que viria a ocorrer no início dos anos 1990 com a saída paulatina do governo das decisões da iniciativa privada e interessada em elevar a qualidade do café consumido no Brasil, a ABIC lançou, em agosto de 1989, o *Programa de Autofiscalização da Indústria de Café [...]*, mais conhecido como Selo de Pureza ABIC. Totalmente custeado pelas indústrias, o programa de *autorregulamentação* reverteu tanto o quadro de queda de consumo (o mercado interno brasileiro é o que mais cresce em todo o mundo) quanto estabeleceu um novo perfil empresarial do setor e da própria ABIC, que passou a atuar de forma a capacitar as indústrias com informações técnicas e gerenciais voltadas para o melhoramento da qualidade e da produtividade. O sucesso da atitude pioneira da ABIC chamou a atenção da Organização Internacional do Café – OIC, que vem utilizando o caso brasileiro como modelo para outros 60 países consumidores do produto¹³⁴ (grifo nosso).

Enquanto o Selo de Pureza ABIC avalia a qualidade do café processado pelas indústrias, uma série de certificações acompanham o processo de cultivo dos grãos, atentas sobretudo aos impactos sociais e ambientais associados à lavoura cafeeira. Conforme evidencia a Figura 2.3, a adoção dos padrões voluntários tem crescido de forma significativa no cultivo do café:

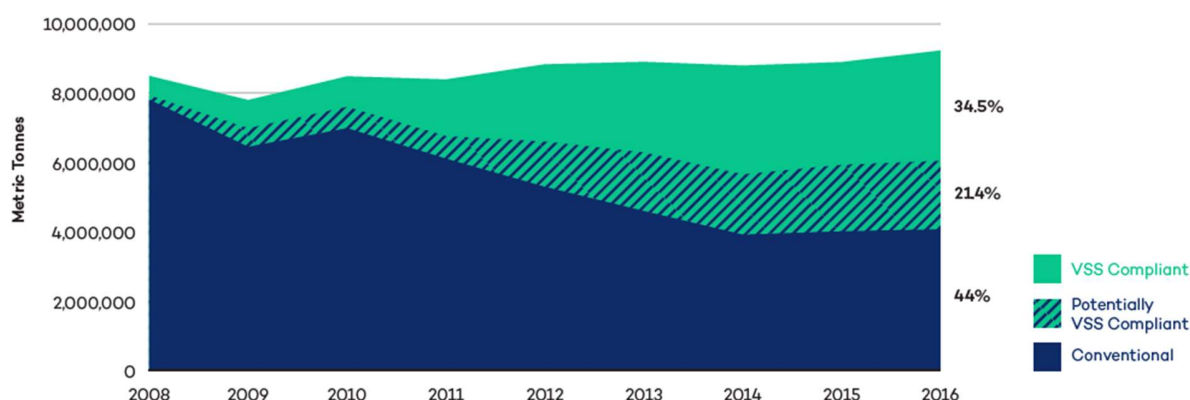


Figura 2.3 Produção global de café, segundo práticas convencionais e a adoção de padrões voluntários de sustentabilidade (2008-2016).

Fonte: Voora, Bermúdez e Larrea, 2019, p. 1.

¹³⁴ Informações disponibilizadas no portal da Associação: <https://www.abic.com.br/institucional/abic/> (Acesso em 29 de março de 2020).

Enquanto em 2008 quase a totalidade do café cultivado no mundo era convencional, em 2016 34,5% da produção mundial seguia padrões voluntários de sustentabilidade (VSS) e 44% eram convencionais¹³⁵.

2.3.1 *Certificações e Indicações Geográficas*

Considerando a extensão da literatura e das análises sobre certificações, que foge ao escopo deste trabalho, nosso interesse em explorar o tema se dá tão somente na medida em que ele compreende um dos itens da regulação. Nesse âmbito, destaca-se que os mecanismos de certificação e indicação geográfica inserem-se no contexto da “virada de qualidade”, que leva em conta aspectos como a distância entre produtores e consumidores; a qualidade do *terroir* e dos produtos; e a valorização dos agricultores (MURDOCH, MARSDEN e BANKS, 2000; GOODMAN, 2003).¹³⁶ A virada de qualidade contrasta com o período anterior, onde o elemento fundamental da competição era o preço (COUTINHO, 2002; SAES e FARINA, 1999). Nesse contexto, o próprio sentido da "qualidade" atribuído aos produtos e a valorização de novos – ou a revalorização de antigos – atributos passa a ser definido por um conjunto mais amplo de atores. Tem-se, portanto, a

emergência de um novo regime de controle dos mercados, nos quais as competências para definir normas e padrões não é atribuição exclusiva do setor produtivo, mas o resultado da articulação de redes de produtores, consumidores e técnicos, misturando competências e conhecimentos híbridos (NIEDERLE, 2013, p. 7).

Conforme aponta Wilkinson (2016), trata-se de um processo em que os mercados não vêm do mercado. Porém, se é fato que a qualidade resulta de uma concertação de valores e concepções de distintos atores sociais, há que se notar que a influência de produtores, técnicos, consumidores e intermediários se dá de forma desigual. Em razão disso, a condição de subordinação de atores

¹³⁵ Os cafés *Potentially VSS Compliant* são aqueles cujos dados não permitem classificar como convencionais ou seguidores de padrões voluntários de sustentabilidade.

¹³⁶ Niederle (2013) faz um resgate da construção teórica da "virada de qualidade", a qual "expõe um problema insolúvel dentro do quadro analítico da economia neoclássica, expresso na sua incapacidade de explicar como os atores podem coordenar suas transações frente a um contexto de 'incertezas avaliativas radicais'" (NIEDERLE, 2013, p. 12). Na medida em que trata de assimetrias informacionais, essa discussão se liga à Nova Economia Institucional e ao debate das convenções, impulsionado sobretudo pela análise de BOLTANSKI e THÉVENOT (2006).

locais vis a vis globais, por exemplo, não é superada neste processo de adequação de valores e concepções.

As certificadoras internacionais presentes no café brasileiro e sul mineiro em particular são a UTZ, 4C, Fair Trade e RainForest e IBD¹³⁷. A Starbucks adota uma forma similar de certificação, a *Coffee and Farmer Equity* (C.A.F.E), na qual uma série de critérios estabelece produtores preferenciais para fornecer os cafés. Na mesma linha, a Nestlé possui o programa *Nespresso AAA Sustainable Quality*, desenvolvido em parceria com a RainForest. Há também sistemas públicos de certificação, como é o caso do selo de Orgânicos do MAPA e do Certifica Minas Café, da Emater/MG.

A *Fair Trade Labelling Organizations International* (FLO) possui mais de 760 mil cafeicultores associados e distribui para 59 cafeterias e mercados. Em 2019¹³⁸ englobava 604 organizações e/ou cooperativas de café e 758.474 agricultores (12.687 brasileiros). Naquele ano, 961 mil hectares, (114,7 mil no Brasil), produziram 745,4 mil toneladas de café, das quais 126,7 mil provenientes do Brasil. Em 2018, a produção de café gerou um valor (*total value of fairtrade premium*) de €76,6 milhões, dos quais €5,9 milhões no Brasil.

A Utz informa possuir mais de 1,1 milhão de agricultores associados, distribuídos em 42 países. São cultivados mais de 3,8 milhões de hectares de terras, sendo 595.977 de café, pelos 666 produtores associados, dos quais mais da metade são brasileiros (392). A rede de fornecedores de café da Utz conta com 881 marcas, 207 brasileiras¹³⁹. Dados de 2018 da Rainforest informam que a certificadora possui mais de 230 mil cafeicultores, responsáveis pelo cultivo de mais de 470 mil hectares. São 630 organizações e/ou marcas certificadas. Em 2018 foram produzidas 321 mil sacas (60kg) de café certificado, das quais 134 mil originárias do Brasil (41,7%)¹⁴⁰.

A 4C Common Code foi elaborada em 2003 em decorrência de parceria público-privada entre o Ministério do Desenvolvimento da Alemanha e empresas daquele país. Em 2006 foi então

¹³⁷ Segundo a Organização Internacional do Café, são 16 as certificadoras presentes do mercado cafeeiro: 4C Association; Café Direct (fair trade); Climate Change; Coffee Kids; Coffee Universe Fairtrade Foundation; EnterpriseWorks Worldwide; Fairtrade Labelling Organizations International (FLO); FAO mould prevention project; Independent Organic Inspector Association (IOIA); International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM); International Women's Coffee Alliance (IWCA); Max Havelaar Foundation (fair trade); Rainforest Alliance; Smithsonian Migratory Bird Center; TransFair USA (fair trade); e Utz Kapeh Foundation.

¹³⁸ Ver portal da entidade <https://www.fairtrade.net/impact/top-7-products-dashboard> (Acesso em 22 de janeiro de 2021).

¹³⁹ Ver portal da entidade: <https://utz.org/what-weve-achieved/> (Acesso em 29 de março de 2020).

¹⁴⁰ Ver portal da empresa: <https://www.rainforest-alliance.org/impact> (Acesso em 29 de março de 2020).

criada a 4C Association. A certificadora possui uma rede de 199 membros, sendo 37 brasileiros. Na safra de 2013/14 possuía 250 mil cafeicultores brasileiros associados.

Outra certificadora brasileira é o IBD, apresentada maior certificadora da América Latina. Ela funciona como uma espécie de agência de certificação e é credenciada junto à Fair Trade e aos orgânicos, assim como oferta certificações de sustentabilidade da Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO); Union for Ethical BioTrade (UEBT); Fair Trade IBD; UTZ (para café e cacau), Rainforest Alliance; 4C (para café); ISCC e Farm Sustainability Assessment (FSA), da Plataforma Sustainable Agriculture Initiative (SAI). Com sede em Botucatu/SP, o IBD certifica propriedades de café e de outras culturas agrícolas¹⁴¹.

Para fechar a lista das certificadoras privadas internacionais presentes na região Sul de Minas Gerais, há os programas Nespresso AAA e C.A.F.E da Starbucks, que ranqueiam os produtores conforme a adequação às exigências das empresas. O Nespresso AAA foi criado em 2003, fruto da parceria da Nestlé com a Rainforest. Atualmente possui mais de 70 mil cafeicultores, distribuídos em 12 países. A Nestlé informa adquirir 80% de seus cafés de produtores associados ao Nespresso AAA Sustainable Quality Program, sendo que mais de 40% das fazendas fornecedoras já possuem a certificação da Rainforest Alliance.¹⁴² Em 2004 a Starbucks deu início ao C.A.F.E e em 2018 adquiriu 99% dos grãos de agricultores classificados como sustentáveis, de um total de mais de 400 mil fornecedores, distribuídos em cerca de 30 países¹⁴³. Por meio dos *Farmers Support Center*, a empresa desenvolve e compartilha pesquisas sobre o cultivo de café e pela via do *Global Farmer Fund*, financia a compra de mudas e a transição para práticas de manejo sustentáveis¹⁴⁴.

A Cooxupé é uma das fornecedoras da Nespresso. Em 2019 o Programa Nespresso AAA contava com 824 cooperados da Cooxupé cadastrados, dos quais 419 alcançaram o padrão de qualidade exigido. Estes produziram 270.906 mil sacas de café Nespresso, sendo 100.825 mil certificadas pela RainForest e 121.365 mil exportadas por meio do AAA. A Cooperativa também é fornecedora da Illy Cafés e da Starbucks. A parceria com esta última estreitou-se ainda mais em

¹⁴¹ Ver portal da entidade: <https://www.ibd.com.br> (Acesso em 09 de maio de 2021).

¹⁴² Ver portal da empresa: <https://www.nespresso.com/br/pt/our-choices/qualidade-sustentavel/teaming-certification> (Acesso em 29 de março de 2020).

¹⁴³ Ver portal da empresa: <https://stories.starbucks.com/press/2020/cafe-practices-starbucks-approach-to-ethically-sourcing-coffee/> (Acesso em 1 de fevereiro de 2021).

¹⁴⁴ Ver portal da empresa: <https://www.starbucks.com/responsibility/sourcing/coffee> (Acesso em 1 de fevereiro de 2021).

2019, quando a cooperativa recebeu a visita de Michelle Burns, vice-presidenta sênior da *Global Coffee & Tea da Starbucks* e foi lançada a linha "single origin Brazil Minas Gerais", com cafés produzidos exclusivamente por mulheres cooperadas. A linha é comercializada no Brasil e em outros 13 países da América Latina (COOXUPÉ, 2019).

O volume de café certificado pelas maiores certificadoras internacionais no ano de 2016 pode ser visualizado na Figura 2.4, a seguir:

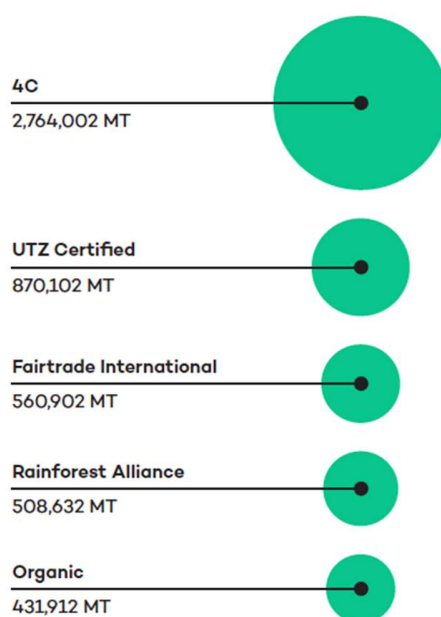


Figura 2.4 Volume de café certificado em 2016 (medido em sacas de 60kg).

Fonte: Voora, Bermúdez e Larrea, 2019, p. 2.

Segundo Voora, Bermúdez e Larrea (2019), naquele ano o volume de café produzido de acordo com normas de sustentabilidade girou em torno de 3 milhões de toneladas, correspondentes ao montante de US\$7,2 bilhões. Aproximadamente 70% desta produção provém da América Latina, em especial de Brasil, Colômbia e Peru; seguidos de Vietnã e Indonésia, na Ásia; e Etiópia, Tanzânia e Uganda, na África.

No âmbito dos programas públicos, o Brasil possui o Selo de Orgânicos do Mapa e o Certifica Minas Café, da Emater/MG. Para integrar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos

do MAPA, os produtores devem comprovar certificação por organização externa, auferida por i) certificação por auditoria de certificadora pública ou privada cadastrada no MAPA; ii) Sistema Participativo de Garantia legalmente constituído; e iii) Controle social na venda direta, exclusiva para a agricultura familiar. O Cadastro conta atualmente com 21.789 produtos cadastrados, sendo 21.010 de origem brasileira. São 283 cafés cadastrados, 196 de Minas Gerais. O total de produtos mineiros soma 1.004.

Já o Programa Certifica Minas Café¹⁴⁵ conta com apoio da Seapa e do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e desde 2013 estabeleceu parceria com a Utz. Atualmente, mais de 1.200 propriedades são certificadas, aproximadamente 40% pertencentes à agricultura familiar. Um dos itens previstos na parceria com a Utz é a gratuidade dos custos da certificação no primeiro ano. Esta medida visa atenuar o que Talbot (2004) denomina de exclusividade das certificações, decorrente dos altos custos associados, via de regra às expensas dos agricultores. Ao mesmo tempo em que os incluem no rol de sustentáveis e facilitam seu trânsito nos mercados, cria um grupo de excluídos, destituídos de comprovada qualidade e cada vez mais marginalizados no mercado.

Em relação à remuneração dos agricultores, a maior parte das certificadoras opera com o pagamento de bônus ou prêmios, conforme a qualidade do café produzido. A garantia de preços mínimos é praticada apenas pela Fair Trade e configura uma das estratégias mais eficazes de combate à pobreza, pois garante estabilidade na receita das famílias agricultoras. Há também o desencadeamento de um processo de aprendizado, haja vista que ao buscar o cumprimento dos códigos de conduta das certificadoras, os agricultores familiarizam-se com normas sanitárias, trabalhistas e ambientais. São, assim, estimulados a seguirem uma curva de aprendizado para alcançar padrões produtivos mais altos (RAYNOLDS, 2014). Este estímulo é potencialmente ainda maior no formato de pontos que ranqueia produtores, como é o caso do C.A.F.E. da Starbucks e do Nespresso AAA da Nestlé. Outro benefício em potencial tem a ver com o fenômeno de *spillover* ao longo da rede. Tal fenômeno é evidente por exemplo no caso do café cultivado à sombra, em que certificações podem vir a estimular o reflorestamento de áreas, possibilitando a extensão das atividades produtivas e a comercialização de outros produtos, como frutas e coletas da floresta.

¹⁴⁵ Um levantamento de 28 itens obrigatórios nas áreas de i) lavoura; ii) rastreabilidade; iii) responsabilidade social e ambiental; iv) capacitação; e v) gestão da propriedade, além da exigência de pontuação mínima de 80 no cumprimento da norma da UTZ, garantem a certificação.

Apesar das diferenças de origem de cada certificadora, bem como da variedade de critérios por elas empregadas, nota-se crescente convergência entre os diversos mecanismos de certificação. Para Daviron e Vagneron (2011), esta convergência tem se traduzido em crescente padronização. Com isso viabiliza possibilidades de substituição entre produtos (e fornecedores), reeditando o processo que deu origem às commodities em fins do século XIX. Esse caminho contrasta com os propósitos originais que levaram à formação dos movimentos de orgânicos e fair trade nos anos 1960 nos países desenvolvidos, os quais buscaram dar relevo aos processos e sujeitos produtivos, na contramão do anonimato decorrente da commoditização. Tais iniciativas propunham formas de integração vertical que iam desde o acompanhamento das entidades e seus produtos até os pontos de comercialização.¹⁴⁶ Nota-se ainda que orgânicos e fair trade nasceram desprovidas de um corpo formal de orientações sobre padronização e certificação, de maneira que se orientavam na base de normas informais e valores compartilhados¹⁴⁷.

No entanto, desde meados dos anos 1980 vimos paulatino processo de profissionalização e autonomização das certificações. Entre os orgânicos, a concepção holística caminhou para uma visão restrita aos insumos – ou melhor, a uma "lista de insumos proibidos". Já em relação ao fair trade a integração vertical foi desestruturada e os produtos passaram a ser vendidos em mercados convencionais. O foco da certificação se deslocou das entidades produtoras para produtos em si.¹⁴⁸

Diante desse cenário, as chamadas Denominação de Origem Controlada (DOC) e Indicações de Origem Geográfica (IG) apresentam-se como alternativas que preservam a dimensão do lugar e, em alguma medida, dos sujeitos ali presentes. São dispositivos que qualificam produtos dos mercados alimentares por meio do lastro territorial. Isto é, vinculam determinado produto e/ou

¹⁴⁶ No âmbito dos orgânicos, a francesa *Nature & Progrès*, de 1964, foi uma das criadoras da IFOAM, em 1972. Já o movimento de fair trade, focado precisamente nos termos de comércio justo, nasceu de uma série de iniciativas organizadas em torno das *Alternative Trading Organisations* (ATOs), cujos pontos de venda, *World Shops*, eram baseados em países desenvolvidos (DAVIRON e VAGNERON, 2011).

¹⁴⁷ Garcia-Parpet, Jas e Leroux (2020) analisam o processo de construção da agricultura orgânica na França desde o imediato pós-II Guerra aos dias atuais. Mostram que no início havia a predominância de princípios e valores conservadores, os quais foram diversificados e substituídos por uma proposta mais racionalista e comercial nas décadas de 1980 e 1990, especialmente diante da “relativa legitimação do Estado. Nos anos mais recentes há a convivência de uma agricultura orgânica alinhada ao enquadramento de mercado com a formação de circuitos curtos, que fomentam a “lógica do localismo”, e o “localismo econômico”, que funcionam como “verdadeiras alavancas de redes alimentares de proximidade”.

¹⁴⁸ Esse novo espírito já estava presente quando da criação das padronizações nacionais de orgânicos na Europa e no Japão, em 1991, e nos Estados Unidos, em 2002 e da FLO em 1997, assim como orienta as principais certificadoras presentes no Sul de Minas Gerais.

processo produtivo à um local específico^{149 150}. A classificação de IGs no Brasil é realizada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi) e gerenciada em parceria com o IBGE. Atualmente o país possui 62 produtos listados¹⁵¹, sendo seis as indicações geográficas de café: Região do Cerrado Mineiro (MG), estabelecida em 2005; Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais (MG), de 2011; Norte Pioneiro do Paraná (PR), de 2012; Alta Mogiana (SP), de 2012; Região de Pinhal (SP), de 2012; e Oeste da Bahia (BA), estabelecida em 2019¹⁵².

Para Niederle, as IGs têm potencial de promoção de processos endógenos de desenvolvimento, na medida em que qualificam "ativos intangíveis altamente específicos do ponto de vista locacional (e de difícil transposição de um território para outro)" (NIEDERLE, 2013, p. 5). Ressalta-se também o impacto sobre as ações cooperadas com vistas à preservação da especificidade locacional e/ou processual que une determinado conjunto de produtores.

Porque visam aproximar produtores e consumidores, se não tanto do ponto de vista das distâncias físicas, mas do fluxo de informações, os atuais mecanismos de diferenciação podem ser entendidos como alternativas e contrapontos à proliferação de atores e paisagens intermediários que se proliferaram no sistema agroalimentar do século XX (CLAPP, 2015), tema que será explorado ao longo dos próximos capítulos.

2.3.2 *Transparência e opacidades: o que mostram e o que não mostram os mecanismos de regulação privada*

Tanto as certificações quanto as IGs têm como um de seus pilares centrais a transparência, assim como demandam confiança, legitimação e reputação dos atores envolvidos (RAYNOLDS, 2014). A transparência é precisamente a novidade histórica que separa a padronização contemporânea em relação àquela do passado (DAVIRON e VAGNERON, 2011). Assim, as certificadoras, cada vez mais estruturadas como auditorias voltadas à promoção da *compliance* na

¹⁴⁹ A indicação do Vinho do Porto é tida como a primeira do tipo, demarcada em 1756 (NIEDERLE, 2013).

¹⁵⁰ A lei brasileira de propriedade industrial (Lei n. 9.279/1996) estabelece dois tipos de Indicação Geográfica (IG): a indicação de procedência e a indicação de origem. A primeira designa produto ou serviço cujo território tornou-se conhecido como seu centro de extração, produção ou fabricação. A segunda, indica produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

¹⁵¹ Destes, 9 são mineiros, que além do café incluem queijos, peças artesanais em estanho, cachaça, biscoitos e derivados da jabuticaba.

¹⁵² Todas as IG café são indicações de procedência, à exceção do café da Região do Cerrado Mineiro, estabelecida em 2005 como indicação de procedência e em 2013 aprovada como indicação de origem.

rede de produção global, garantem a substitubilidade por meio da combinação entre transparência e anonimato.

Perspectivas favoráveis às certificações argumentam que elas promovem o acesso a mais informações, o que não apenas facilita a conexão entre produtores e consumidores, como permite que ambos aprimorem os conhecimentos sobre si mesmos e sobre o seu lugar na rede do café. Uma das lições ensinadas pela certificação da indústria do vinho e pelo processo da Indicação Geográfica é que o aprendizado coletivo leva tempo, mas tende a promover um conjunto de relações mais abrangente, reflexivo e de longo prazo entre os envolvidos. Pela lógica do mercado, podemos dizer que é maior o potencial de fidelizar clientes a estes produtos, pois além da qualidade material, a comercialização envolve relações e concepções que extrapolam o objeto adquirido.

Vê-se, portanto, que esse novo padrão de governança exige constante engajamento, participação e comunicação. A transparência cumpre duas funções principais. Por um lado, reduz a opacidade característica de mercados com muitos intermediários, seja no âmbito da produção, seja na distribuição (JAFFE e HOWARD, 2016). Por outro, amplia o leque de opções para os consumidores. Estes passam a poder escolher que produtos consumir, de acordo com suas preferências de sabor, respeito ao meio ambiente, valorização dos agricultores, etc. As certificações são, portanto, chave na promoção da segmentação do mercado do café.

Nessa perspectiva, o aumento do fluxo de informações e o desvendar das relações sociais envolvidas na produção do café poderia ser entendido como um processo de desalienação da mercadoria, segundo propõe a teoria marxiana. Porém, as normas e os padrões de controle nem sempre garantem a transparência e o fluxo de informações necessário entre produtores e consumidores. Por um lado, o monitoramento e o respeito dos direitos e normas trabalhistas e ambientais, é objeto de crítica de organizações de trabalhadores e ONGs¹⁵³. Por outro, há questionamentos sobre o próprio alcance da transparência que as certificações almejam e de fato conseguem promover.

Com relação ao primeiro aspecto, denúncias frequentes expõem as tensões entre trabalho e capital na rede do café.

¹⁵³ Embora haja movimentos de contestação e denúncia, Grabs (2018) aponta que está em curso uma mudança de postura das ONGs, que vem apostando cada vez mais em estratégias de colaboração ao invés de oposição às multinacionais. Uma exceção é o trabalho empreendido pela ONG dinamarquesa Danwatch junto a trabalhadores do café no Sul de Minas, organizados sobretudo na Adere, de denúncia das más condições de trabalho nos cafezais (DANWATCH, 2016).

O quê que acontece? As certificadoras de café omitem os dados. Vendem o café como café selo bom mas na verdade tem trabalho escravo, tem trabalho sem registro, exploração de mão de obra. Eles mentem muito e a gente tá fazendo denúncia. Atrás do café internacional que o povo bebe tem muita mão de obra escrava. Direto a gente tá fazendo denúncia (Entrev. 34).

No que tange ao aspecto ambiental, o trabalho das certificadoras e de órgãos públicos como a Emater/MG tem sido essencial para ampliar o alcance das técnicas de manejo sustentável. Porém, é também possível um cenário em que "os cafés especiais, a depender da metodologia que são utilizadas, passam a ter maior até utilização de recursos ambientais" (Entrev. 24), à exemplo do que ocorre com a utilização da prática do despolpamento, que não somente utiliza mais recursos hídricos, como gera efluentes carregados de grande concentração de "DBO, de DQO, de nitrogênio, de fósforo" (Entrev. 24).

Com relação aos questionamentos mais de fundo em relação à transparência, Daviron e Vagneron (2011) argumentam que os programas de certificação são seletivos em relação às informações mostradas e não mostradas. Introduzem, assim, novos tipos de opacidade. Em relação aos sistemas de pontuação, como o C.A.F.E e o AAA Nespresso, Grabs e Ponte (2019) chamam a atenção para o fato de que suprem as torrefadoras com informações sensíveis sobre a produção e as estruturas de custos dos agricultores, fortalecendo assim o poder de barganha das empresas e sua habilidade de extrair valor nos *higher-margin markets*.

A competição entre as certificadoras pode gerar confusão entre os consumidores. O aumento de informações disponíveis, cada vez mais detalhadas, pode dificultar a identificação das reais singularidades dos produtos. Assim, "se no passado os consumidores eram orientados simplesmente a buscar rótulos de fair trade, agora se veem obrigados a realizar pesquisas adicionais e ponderar um conjunto de características e critérios cada vez mais extensos" (JAFÉ e HOWARD, 2016, p. 824).

Esta multiplicidade de selos e rotulagens específicas pode levar ao enfraquecimento das reivindicações originais e produzir uma aceitação de padrões modestos ou "cosméticos". Os autores argumentam ainda que estes códigos de sustentabilidade poderiam promover o que seria uma mercantilização do café sustentável ou a mercantilização da sustentabilidade (DAVIRON e PONTE, 2005).

Os rótulos de cafés, sobretudo os cafés especiais, se apresentam como uma arena profícua para este tipo de análise. De modo geral, enfatizam imagens e textos que valorizam o modo de vida e os territórios rurais, ao passo que buscam esconder informações que possam conectar ou remeter

os consumidores à extensão da rede como um todo. Soma-se o fato de que a valorização dos produtores e seus territórios nos rótulos não se materializa em retornos financeiros, haja vista a desproporção da renda retida pelos agricultores relativamente às parcelas destinadas aos demais atores da rede do café.

Em razão disso, haveria a existência de um "duplo processo de institucionalização" (NIEDERLE, 2013) associado às Indicações Geográficas. Por um lado, estes mecanismos de diferenciação contribuem para a preservação de tradições, de modos de vida e também da sociobiodiversidade, por outro, são formas de apropriação de bens públicos (a reputação do território na elaboração de um produto) por determinados grupos sociais (NIEDERLE e VITROLLES, 2010).

Certificações e IGs são parte de dinâmicas contraditórias dos mercados alimentares, porque transitam entre os chamados "mercados de commodities" e "mercados de singularidades". Nesse caso, a inserção dos produtos nos mercados globais se dá justamente em função da valorização das singularidades e "revelam uma tentativa de extrapolar os circuitos locais de produção e consumo" (NIEDERLE, 2013, p. 19). Assim, ao invés de se oporem às dinâmicas globais e setoriais, os mecanismos de diferenciação se associam a elas.

É nesse sentido, que Daviron e Vagneron (2011) desenvolvem análise de Green (2005) a respeito da ocorrência de uma diluição (*watering down*) do potencial transformador das certificações, em razão da falta de referência aos preços pagos aos agricultores; da crescente importância das iniciativas *business-to-business* (B2B) que confinam os padrões de sustentabilidade à lógica interna e mais propriamente corporativa das cadeias; das profundas assimetrias sobre as exigências de transparência entre agricultores e firmas, sobretudo transnacionais; e a crescente supervalorização da auditoria dos processos de sustentabilidade.

Essas características integram ao mesmo tempo em que reforçam o contexto mais geral da economia política mundial dos anos 1970 em diante, marcado por mudanças relativas ao setor corporativo e aos Estados, bem como da emergência de movimentos contestatórios de consumidores. As firmas, sobretudo as transnacionais, ganharam importância e dos Estados passou-se a exigir outras competências. A segmentação do mercado é um dos aspectos fundamentais da governança da rede global do café na atualidade, frequentemente contrastado com a rigidez do sistema de cotas que prevaleceu nos anos dos Acordos Internacionais do Café e à

ingerência do IBC no Brasil. Resta saber se a diversificação do mercado de fato promove a distribuição de ganhos entre os partícipes da rede.

As mudanças regulatórias ocorreram concomitantemente a outros dois processos chave para a governança da rede de produção de global: a concentração e a financeirização do sistema agroalimentar, objetos da análise dos dois próximos capítulos.

CAPÍTULO 3

3 A ESTRATÉGIA DA CONCENTRAÇÃO

Há uma divisão histórica na rede produtiva do café que separa agricultores de industriais, aqueles como fornecedores da matéria-prima, esses como responsáveis pela produção e distribuição do produto costumeiramente identificado como café. Do ponto de vista da captura da renda, este arranjo favorece a indústria e os agentes da comercialização, em detrimento dos agricultores. Uma vez que a distribuição deste conjunto de atores é também geograficamente marcada – agricultores no Sul e industriais no Norte do globo– a separação entre produtores e industriais é também base de sustentação da divisão internacional do trabalho na rede do café.

Enquanto os Capítulos 1 e 2 foram dedicados à construção do panorama do café no Sul de Minas e à análise da regulação da rede de produção do café, respectivamente, este capítulo analisa as dinâmicas associadas à indústria de transformação e à comercialização. Em especial, investiga o processo de concentração das firmas no setor, que se dá, em grande medida, por meio de fusões e aquisições de pequenas e médias *traders* e torrefadoras por grandes empresas, em geral multinacionais. No âmbito da comercialização, vemos concomitante processo de concentração, com o crescente domínio das grandes redes de varejo, os supermercados, também em sua maioria multinacionais. Transformação e comercialização têm vantagens no que tange à agregação de valor e distribuição da renda, pois lidam com a incorporação de atributos imateriais ao café, tais como o prestígio das marcas, o senso de exotismo, o pertencimento a comunidades de baristas e apreciadores de café, dentre outros.

Isto posto, argumentamos que a estratégia da concentração é um dos aspectos chave da governança da rede global do café. Sabe-se, contudo, que tal estratégia não é exclusiva do setor cafeeiro. Ao invés, trata-se de um movimento geral da economia capitalista, já notado e analisado pela literatura desde fins do século XIX (MARX, 1983 [1867]; LUXEMBURGO, 1985[1913]).

Em todas as esferas supracitadas, a estratégia de concentração tem como par fundamental a internacionalização. Isso implica maior controle da rede por poucas empresas multinacionais. Nesse sentido, compreendemos a crescente desnacionalização do setor cafeeiro brasileiro como uma das formas de manifestação da estrangeirização do capital no setor.

Em diálogo com Davis, Kaplinsky e Morris (2018), mostramos que mercados oligopolizados permitem a criação de rendas específicas (de oligopólios), que no caso da rede de produção global do café são capturadas sobretudo por torrefadores e varejistas. Assim, uma das

principais consequências da estratégia de concentração é o aumento da desigualdade entre os participantes da rede.

Nesse contexto, o mercado de cafés especiais se apresenta como um elemento sensível e historicamente novo. Traz mudanças significativas que por um lado fortalecem a dinâmica concentradora e a captura da renda por transnacionais e, por outro, contestam esta dinâmica e constroem vias alternativas de comércio e distribuição mais equitativos. O Capítulo 5 da tese se dedica especificamente à problematização deste rol de questões.

A nosso ver, o funcionamento do par concentração-internacionalização pode ser caracterizado a partir do sentido lampedusiano do *Gattopardo*, para o qual "algo deve mudar para que tudo permaneça como está".

Para sua compreensão, de início faz-se necessário analisar os dados relativos à geografia do café no mundo. Eles nos permitem destacar quais são os principais países produtores, exportadores, consumidores e re-exportadores de café na atualidade. Em seguida, há que se considerar os dados relativos às principais transnacionais do mercado cafeeiro, aquelas que concentram a maior parte da transformação e da distribuição do café mundial. Por fim, passamos à análise dos dados relativos à indústria cafeeira brasileira, que vivencia intenso processo de concentração e internacionalização.

Tais procedimentos permitem conhecer e compreender como a lógica do par concentração/internacionalização desfavorece a captura da renda por agricultores e produtores locais e, portanto, sustenta e aprofunda os padrões existentes de desigualdade entre os diferentes atores da rede do café. Responsáveis por mais de 70% da produção cafeeira mundial, os pequenos agricultores retêm apenas 5% a 10% do lucro (FJP, 2018). Quando considerado o nível de importação¹⁵⁴, que costumeiramente já inclui processos iniciais de separação e transformação dos grãos, a proporção retida nos países produtores é inferior a 15%. Todo o resto é capturado por comerciantes, torrefadores e varejistas. As margens do varejo variam entre 12-15% e 20%, a depender da qualidade, proporções essas consideradas baixas quando comparadas a outros itens alimentícios (DAVIRON e PONTE, 2005).

¹⁵⁴ Referido como preço CIF (*cost, insurance and freight*), onde custos de seguro e frete são pagos pelo exportador e não pelo cliente que importa o café.

3.1 A geografia do café no mundo

A produção mundial de café na safra 2017/18 foi da ordem de 158 milhões de toneladas. A tabela 3.1, a seguir, traz os principais indicadores dos 10 maiores países produtores:

Tabela 3.1 Produção, consumo doméstico e exportações de café dos 10 maiores países produtores do grão na safra de 2017/18

País	Produção		Consumo Doméstico		Exportações	
	mil ton	%	mil ton	%	mil ton	%
Brasil	51.000	32,16%	21.997	43,62%	33.467	27,98%
Vietnã	29.500	18,60%	2.500	4,96%	23.540	19,68%
Colômbia	14.000	8,83%	1.800	3,57%	13.488	11,28%
Indonésia	10.902	6,88%	4.700	9,32%	6.891	5,76%
Honduras	8.349	4,82%	375	0,74%	7.290	6,09%
Etiópia	7.650	4,82%	3.750	7,44%	3.497	2,92%
Índia	5.840	3,68%	2.350	4,66%	6.371	5,33%
Uganda	5.100	3,22%	245	0,49%	4.605	3,85%
Peru	4.280	2,70%	250	0,50%	3.973	3,32%
México	4.000	2,52%	2.400	4,76%	2.853	2,39%
Outros países	17.939	11,77%	10.064	19,94%	13.647	11,4%
Total	158.560	100%	50.431	100%	119.622	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados estatísticos da FAO – FAOStat.

Do consumo doméstico, destacam-se ainda Filipinas, Venezuela e Tailândia, todos três com consumo superior a 1,3 milhão de toneladas de café. Com relação à exportação, outros países relevantes, com volumes superiores a um milhão de sacas, são Guatemala, Nicarágua, Papua Nova Guiné e Costa Rica. Vê-se, portanto, que o café é majoritariamente produzido em países do Sul. Entre eles, o Brasil se destaca como o maior produtor, exportador e consumidor; seguido do Vietnã e da Colômbia em termos de volume de produção.

No que diz respeito aos principais países consumidores, a maior parte concentra-se no Norte global, o que faz com que, à exceção do Brasil, os dados de importação sejam correlacionados aos de consumo. A tabela 3.2, a seguir, informa sobre os dez principais países importadores de café, conforme o dado mais recente da FAO, de 2013:

Tabela 3.2 Dez maiores importadores de café em 2013

País	mil ton	%
Estados Unidos	27.016	23,30%
Alemanha	21.174	18,26%
Itália	8.823	7,61%
Japão	8.381	7,23%
França	6.173	5,32%
Bélgica	5.502	4,75%
Espanha	5.137	4,43%
Rússia	4.410	3,80%
Reino Unido	4.206	3,63%
Holanda	3.407	2,94%
Outros países	21.702	18,73%
Total	115.931	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados estatísticos da FAO – FAOSTat.

Do total de 115.931 mil toneladas importadas, a União Europeia arrebatou 72.337 mil ou 62,3% do total exportado no mundo. Os Estados Unidos¹⁵⁵ foi o principal país importador, com

¹⁵⁵ Uma das razões históricas que explicam o alto consumo de café nos Estados Unidos está ligada à rivalidade daquele país com a Inglaterra, mais especificamente em relação às disputas da tributação do chá na colônia inglesa. Sabe-se que a Inglaterra desenvolveu seu hábito do chá (em detrimento do café) muito em função dos ganhos de monopólio do comércio exercido pela Companhia das Índias Ocidentais. Talbot analisa que "isso, por sua vez, levou os EUA a se tornarem um país tomador de café. Quando os britânicos tentaram extrair lucros do comércio de chá das colônias estadunidenses, provocaram revolta entre os colonos" (TALBOT, 2004, p. 46).

23% do total. Além dele, Japão e Rússia são os únicos não europeus da lista dos dez maiores importadores de café do mundo.

Um dado complementar que ajuda a explicar a dinâmica da rede de produção global do café é o das re-exportações. Trata-se de países que importam o grão e o exportam após processamento e transformação. Os dados mais recentes da FAO, de 2013, mostram que naquele ano foram re-exportados o equivalente a 36.282 mil toneladas de café, sendo 30.605 mil (84,3%) de países da União Europeia – com a Suíça, são 32.152 mil toneladas, equivalentes a 88,6% do total re-exportado no mundo –, conforme registra a Tabela 3.3, a seguir.

Tabela 3.3 Re-exportações dos dez maiores importadores de café em 2013

País	mil ton	%
Alemanha	12.020	33,13%
Bélgica	4.257	11,73%
Estados Unidos	3.248	8,95%
Itália	3.183	8,77%
Holanda	1.781	4,91%
Espanha	1.636	4,51%
Polônia	1.615	4,45%
Suíça	1.547	4,26%
Reino Unido	1.380	3,80%
França	1.014	2,79%
Outros países	7.784	12,7%
Total	36.282	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FAO - FAOStat.

O controle sobre as etapas de consumo é um aspecto chave da governança da rede do café. Isso porque parcelas crescentes da renda têm sido capturadas por atores do processamento e do

comércio. Desta forma, o controle do consumo coloca os países do Norte em posição de vantagem, sobretudo porque lá estão as indústrias torrefadoras. Uma razão técnica, ligada às condições de perecibilidade do café, explica parte dessa dinâmica: "cafés verdes e instantâneos podem ser estocados por longos períodos de tempo, ao passo que o café torrado perde sua frescura muito mais rapidamente" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 56).

Por que, apesar de relevante, esta explicação perde força? Observamos que ela não leva em conta as dinâmicas contemporâneas de produção e transporte dos bens a nível global, tanto de *commodities in natura* como de produtos industriais. Exemplos como os de hortifrutigranjeiros e de flores, cultivados no Sul e vendidos no Norte, atestam sobre a capacidade de oferta, transporte e distribuição de produtos tão ou mais perecíveis que o café (HUGHES, 2000; JAFFE, 2003; DOLAN e HUMPHREY, 2004).

Aspectos técnicos precisam ser articulados com questões políticas. Uma delas diz respeito ao arranjo entre torrefadoras e *traders* relativo aos estoques dos grãos. Enquanto vigoraram os AIC, os estoques (e respectivos custos de estocagem) eram de responsabilidade das torrefadoras. Com o fim dos Acordos e o enfraquecimento das regulações nacionais, as torrefadoras passaram a ditar as principais regras do jogo na rede do café. Houve então uma transferência da responsabilidade dos estoques para as *traders* e o desenvolvimento dos chamados *supplier-managed inventory* (SMI), também empregados em outras *commodities* além do café. Semelhante ao modelo *just-in-time*, tal sistema permite que as torrefadoras mantenham baixos volumes e custos de estoque, ao passo que as *traders* ficam responsáveis pelas quantidades e qualidades específicas de grãos, conforme a demanda das torrefadoras.

Esta espécie de terceirização dos estoques funciona sobretudo para os mercados de cafés tradicionais, uma vez que quanto mais exclusivos – e sofisticados – os *blends*, maior deve ser o controle direto das torrefadoras sobre os estoques, assim como maior é a valorização do frescor. Em decorrência deste novo arranjo, as *traders* têm se aproximado dos produtores, na tentativa de garantir a oferta e os padrões de qualidade exigidos pelas torrefadoras. Outra consequência importante tem a ver com os preços dos cafés. Na medida em que podem ser disponibilizados com mais facilidade, eventuais quedas na oferta passam a ter menos impacto sobre os preços. "Isso explicaria a situação de preços baixos e baixos níveis de estoque verificada no início dos anos 2000" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 122).

Ao mesmo tempo em que tentam se livrar da responsabilidade com os estoques, as torrefadoras vêm implementando medidas e estratégias para reduzir sua dependência em relação aos fornecedores. Buscam diversificar as fontes de abastecimento, tanto em termos de *traders* quanto de origem dos cafés. Têm também investido nas modalidades de compra direta (*direct trade*), ou seja, no estabelecimento de canais de comercialização diretos entre torrefadoras e produtores, num processo que dispensa a presença de mediadores. Como veremos no Capítulo 5, essa estratégia tem crescido sobretudo no âmbito dos cafés especiais.

Embora o movimento da comercialização de microlotes certificados pela via direta seja crescente, é também expressivo o volume de café ofertado por grandes fazendas, certificadas ou não. De acordo com Reis (2018), ao adquirir o café de grandes produtores, as torrefadoras se eximem de custos e riscos operacionais mais afeitos aos pequenos produtores. Insuficiência e irregularidades de oferta são fatores que impactam a formação dos *blends* e a própria manutenção das linhas de cafés especiais de origem única, cada vez mais comuns no mercado.

Grandes propriedades têm melhor acesso a financiamento, mercados e infraestrutura necessários para atender às exigentes demandas de qualidade de torrefadoras *high-end*. Pequenos cafeicultores têm o potencial para produzir um excelente café, mas demandam um investimento muito maior de tempo e de recursos por parte de seus parceiros comerciais (BROWN, 2012, p. 24).

De modo geral, se no âmbito dos cafés especiais crescem as práticas de compra direta de microlotes, no caso do fornecimento dos cafés tradicionais, a lógica é oposta. Desde o fim do AIC, a tendência tem sido de aumento das exigências de volume por parte das torrefadoras, com vistas a assegurar homogeneidade na composição dos *blends*. Na prática, estas exigências se traduzem em barreiras à entrada de novos países, regiões e cooperativas produtoras. Antes, "barreiras eram utilizadas por governos, fruto de negociações políticas no âmbito dos AIC. Agora, firmas privadas as estabelecem com base em requisitos de mercado" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 122).

Como vimos no capítulo anterior, estas novas dinâmicas são sintomáticas de um conjunto de mudanças observadas na governança da rede de produção global do café, motivadas pelo deslocamento de poder entre atores públicos para privados. Nesse contexto, participar do comércio internacional não é condição suficiente para o desenvolvimento dos países produtores, suas empresas e seus agricultores. Assim, "a questão chave não é que os países produtores não comercializam, mas, ao contrário, que não se beneficiam muito do comércio" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. xviii).

De fato, os países produtores de café têm exportado mais ao longo dos anos, conforme evidencia o gráfico 3.1, a seguir:

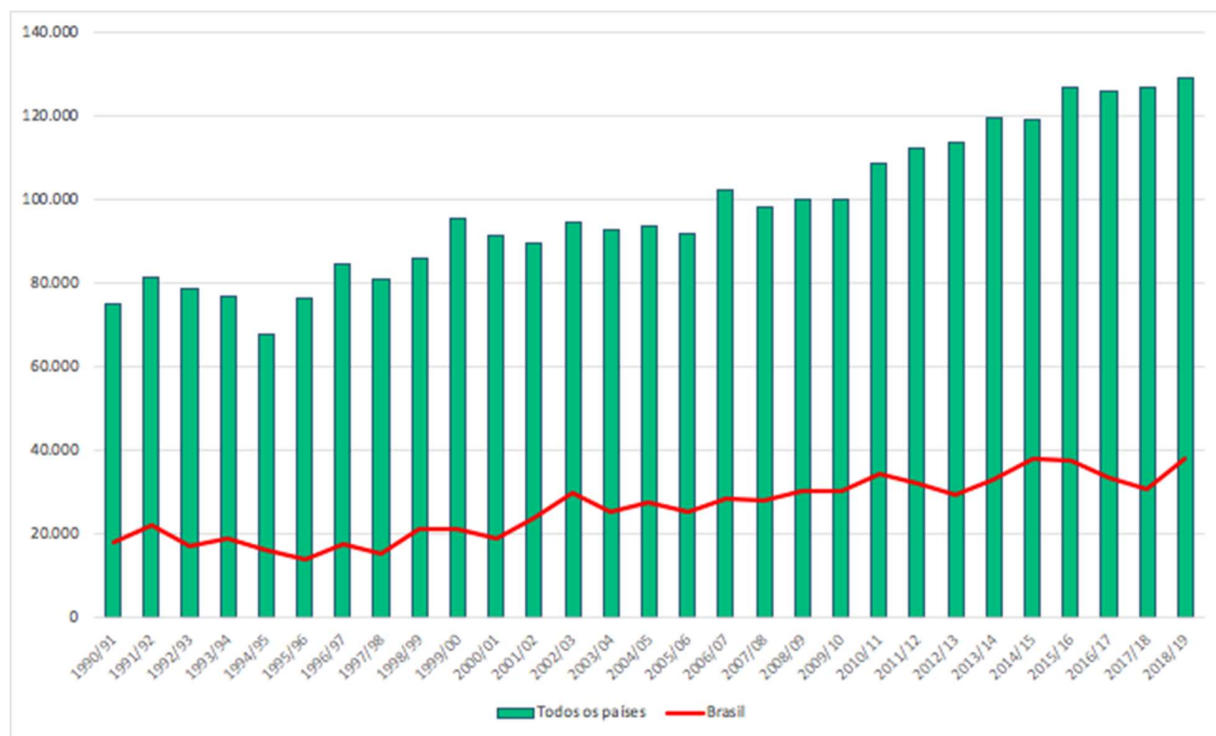


Gráfico 3.1 Volume de exportação de café do Brasil e de todos os países exportadores entre as safras de 1990/91 e 2018/19 (milhares de sacas de 60kg).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Organização Internacional do Café.

No período considerado (1990/91-2018/19), as exportações brasileiras mais que duplicaram, passando de 17.863 mil para 37.614 mil sacas, enquanto as exportações mundiais passaram de 74.862 mil para 129.028 mil sacas.

Que razões ajudam a explicar esta espécie de bloqueio da rede do café no que se refere à sua cota de contribuição ao desenvolvimento dos países do Sul? A conexão de fatores observados no Norte e no Sul se mostra fundamental.

A promessa do desenvolvimento é elusiva em parte porque as cadeias globais de valor são crescentemente coordenadas por grandes atores baseados no Norte e porque países de baixa renda estão empacados na produção e exportação de bens valorizados somente por seus atributos de qualidade material (DAVIRON e PONTE, 2005, p. xix).

Como apontado na Introdução, a consideração desses fatores tensiona a teoria da RPG, via de regra, baseada em aspectos e fluxos materiais. Nessa medida, em sua análise sobre a cadeia global de valor do café, Daviron e Ponte (2005) desenvolvem um artifício teórico complementar, o Paradoxo do Café. Ele explica porque

agricultores recebem proporção cada vez menor do preço final pago pelos consumidores de café. Isso significa que o valor adicionado (e a renda extraída) ao longo da cadeia ocorre cada vez mais nos países consumidores. Consumidores pagam cada vez menos pela qualidade dos atributos materiais do café e mais pelos atributos simbólicos e serviços a eles associados – incluindo marcas, embalagens, ambiente de consumo e conteúdos de sustentabilidade (ibidem, 2005, p. 204).

O Paradoxo do Café corresponde, portanto, à coexistência de uma crise de preços nos países produtores com um renascimento do café nos países consumidores. Para os autores, a chave do “problema não é fazer com que os consumidores paguem, mas como transferir uma proporção maior do preço final para os produtores” (ibidem, p. 263).

3.1.1 A singularidade brasileira na divisão internacional do trabalho do café

Como dito anteriormente, é corrente na literatura a associação entre países consumidores, no Norte, e produtores, no Sul. De fato, os dados das Tabelas 3.1, 3.2 e 3.3 demonstram a existência desse arranjo na divisão internacional do trabalho do café. O Brasil, no entanto, se apresenta como ponto fora da curva por três razões principais. A primeira delas tem a ver com a quantidade de café produzido no país em relação ao montante global. Dados fornecidos pela OIC referentes à safra 2018/19 indicam que 36,8% de todo o café cultivado no mundo provém do Brasil¹⁵⁶. Como vimos no Capítulo 2, incidentes climáticos ocorridos aqui têm impacto nos níveis de estoques e preços globais, assim como no planejamento e nas expectativas dos diversos agentes participantes da rede. Igualmente, decisões nacionais relativas à regulação e/ou à política de promoção da cafeicultura brasileira impactam toda a rede global.

A segunda razão diz respeito às dimensões de nosso mercado consumidor, atualmente o segundo maior do mundo. Dados da mesma OIC para a safra de 2019/20 indicam que o Brasil

¹⁵⁶ Por volta de 1830 o Brasil produzia cerca de 25% do café mundial, três décadas mais tarde, em 1860, cerca de metade do café do mundo e ao final do século XIX, era responsável por aproximadamente 75% da produção mundial (DAVIRON e PONTE, 2005).

consumiu cerca de 13% do café global, atrás apenas dos Estados Unidos (16,5%). Esta condição desloca o Brasil em relação aos padrões da divisão internacional no setor¹⁵⁷. Em 2018 o consumo interno de café atingiu a marca de 21 milhões de sacas, 4,8% a mais que no ano anterior. O consumo *per capita* correspondeu a 6,02 kg/ano de café cru e 4,82 kg/ano de torrado e moído (ABIC, 2019). Considerando o mercado de especiais, o crescimento foi de 22,7% entre 2012 e 2017 (RABOBANK, 2020). Para fins de comparação, a taxa de crescimento do consumo mundial de café entre 2012 e 2017 foi de 2% ao ano (PANHUYSEN e PIERROT, 2018).

O terceiro ponto advém da combinação entre grande volume produtivo, mercado consumidor em expansão e diversidade da qualidade dos cafés brasileiros. Esses três fatores nos colocam em vantagem para suprir a demanda mundial de cafés especiais que até pouco tempo tinha na Colômbia seu principal fornecedor. De fato, as novas e crescentes dimensões desse mercado expõem as limitações do café colombiano em termos de quantidade, ao mesmo tempo em que apontam o Brasil como um dos poucos senão o único produtor capaz de suprir a demanda global. Este aspecto foi reiterado em diversas entrevistas realizadas em campo. Segundo um dos representantes da Faemg,

a Colômbia produz um tipo de café com uma qualidade muito grande, por que? Porque é um café que é catado, diferente do Brasil. De repente o mundo precisou de um tipo de café que a Colômbia não poderia suprir, um mercado daqueles ditos cafés especiais. E eles tiveram que buscar outra origem e vieram pro Brasil.

(...)

E hoje nós temos capacidade, pelo tamanho do Brasil, pelo potencial da sua produção, hoje nós temos capacidade de suprir qualquer mercado. Esse é o grande diferencial. Nós temos qualidade e temos volume pra abastecer qualquer mercado (Entrev. 9).

Um dos técnicos da Emater segue na mesma linha e argumenta que

a Nestlé tem uma meta de comprar um percentual do seu café de cafés sustentáveis, cafés especiais. Apenas o Brasil tem condição de fornecer esse volume de café sustentável pra essas empresas. Por isso esse investimento aqui, sabe? Bom pra nós, que temos essa oportunidade de ganhar dinheiro produzindo melhor e produzindo direito né? (Entrev. 2).

¹⁵⁷ Vale lembrar que nos AIC somente Estados Unidos e Brasil detinham poder de veto sobre as decisões das cotas de exportação, fato que denota nossa condição destacada na geopolítica do café.

Outro aspecto que dá vantagem ao Brasil é o fato de possuímos uma indústria de torrefação de proporções consideráveis, ainda que em processo de desnacionalização, relativamente aos demais países produtores. Como vimos no Capítulo 2, há também políticas públicas voltadas à promoção da cafeicultura, que em nenhum momento foram completamente abandonadas pelo Estado brasileiro – mesmo considerando o processo de desmantelamento das políticas públicas de apoio à agricultura aqui e em outros países no contexto da liberalização dos anos 1990 em diante.

Ainda sobre as vantagens brasileiras, Saes e Nakazone (2004) ressaltam, de um lado, a complexidade e a diversidade do nosso parque cafeeiro, de outro, sua liderança em processos de desenvolvimento tecnológico, com destaque para a fertirrigação e para a mecanização no cultivo e nas indústrias de torrefação e moagem.

Mais ainda, nos termos de Wilson (2013), a natureza tropical do café nos confere ativos específicos e condições favoráveis para obter melhor desempenho e capturar maior parte da renda gerada na rede.

Esses fatores são fundamentais para o bom desempenho do cultivo em termos de área plantada, produtividade, aumento da mecanização e custos de produção. Especificamente sobre os custos de produção, estudo do Conselho Internacional do Café/OIC de 2016, referente ao período de 2006/7 a 2015/16 mostrou que o Brasil é um dos poucos países produtores onde há sustentabilidade econômica de longo prazo. Dito de outra forma, onde há rentabilidade suficiente para cobrir custos de curto e longo prazo, incluindo a depreciação dos cafezais. Tanto é assim que "em contraste com os demais países incluídos no estudo, os lucros operacionais das principais regiões produtoras de café no Brasil são consistentemente positivos. No entanto, há diferenças de lucratividade consideráveis entre municípios" (ICO/ICC, 2016, p. 13).

Diante de tal realidade, indagamos: quais seriam as razões da relativa fragilidade brasileira na captura de maior parte da renda gerada na rede global do café?

Levando em conta as particularidades do Brasil acima assinaladas, sustentamos: as principais dificuldades enfrentadas aqui têm a ver com o processo de agregação de valor, sobretudo nas etapas de transformação e de comercialização. O fato de a renda estar indo embora tem a ver tanto com os processos de desnacionalização da indústria, quanto com o crescente controle da comercialização por cafeterias e varejistas estrangeiros. Assim, a análise deste capítulo complementa os aspectos já levantados no capítulo anterior em relação à regulação e abre espaço para a discussão do capítulo subsequente, sobre a estratégia da financeirização.

Há que se notar, contudo, que a presença de uma indústria nacional não resolve a questão da desigualdade entre classes – industriais e agricultores – ou intraclasses – agricultura familiar e grandes fazendeiros, por exemplo. Para tanto, são necessárias mudanças na estrutura de governança que permitam melhor distribuição dos ganhos entre os diferentes atores da rede. Nesse sentido, visualizamos dois caminhos possíveis. O primeiro diz respeito à formas de integração vertical, com o controle das etapas de transformação e comercialização por parte dos agricultores; o segundo, se refere aos mecanismos de transferência da renda obtida no preço final: "é difícil para produtores de produtos tropicais capturarem o valor, a menos que o consumo seja trazido para perto (como nas experiências de agro ou ecoturismo) ou que os espaços de provisão dos serviços sejam mais diretamente controlados por organizações de produtores" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 46). Como exemplo desta segunda estratégia, há as cafeterias Juan Valdez, presentes nos Estados Unidos, controladas pela FedeCafé colombiana (LUCIER, 1988; MOLLEDA e ROBERTS, 2008). Elas constituem um caso de sucesso, que envolve os setores público e privado e que prioriza a organização dos cafeicultores. É uma das alternativas possíveis para a reversão das distâncias entre as paisagens de cultivo e da comercialização e, portanto, para propiciar que agricultores e outros atores locais detenham maior controle sobre os ativos materiais e imateriais valorizados e demandados pelos consumidores.

Este processo de ampliação do controle sobre etapas subsequentes da produção é denominado pela literatura de *forward integration*¹⁵⁸ e, para Talbot, se apresenta como uma das possibilidades de *upgrading* no âmbito da rede de produção global do café, isto é, de galgar posições em termos de renda e poder.

"A chave para produtores é saber como vender o café certo para as pessoas certas a níveis certos de preços, enfatizando os atributos de qualidade" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 264). Isso implica, no entanto, a eliminação ou redução expressiva do número de intermediários envolvidos no processo. Legun e Bell (2016), denominam de condutores (*conductors*) as indústrias do meio entre produtores e consumidores, fazendas e garfos (*farms and forks*). Partem do pressuposto que condutores participam da economia da alimentação por meio da condução, isto é, de atividades de "transporte, processamento, armazenagem, publicidade, varejo, preparo e outros serviços" (ibidem, p. 105). Sua atuação não fica restrita à movimentação de produtos, mas assume papel muito mais

¹⁵⁸ "Forward integration é uma estratégia de estender o controle de um ponto na cadeia de commodity para estágios de processamento localizados a jusante na cadeia em direção ao consumo final" (TALBOT, 2004, p. 12).

destacado no âmbito do controle de processos e distribuição da renda. Em razão disso, um segundo sentido atribuído à expressão condutores provém da analogia da "condução de uma orquestra de ações e atores que constituem a economia alimentar" (ibidem, p. 105). Embora mantenham uma personalidade de invisibilidade, estão muito presentes na produção de alimentos, tanto do ponto de vista material como ideológico. Enquanto influem sobre a distribuição da renda, produzem uma miríade de distanciamentos, que causam uma série de externalidades negativas e opacidades entre os participantes da rede (CLAPP, 2015).

*** **

Cabe ressaltar: a análise da divisão internacional do trabalho no café permite a compreensão de apenas parte da realidade do setor. Outros aspectos relevantes são melhor estudados quando tomamos as firmas como unidade de análise, em especial as transnacionais, objeto das seções que seguem.

No âmbito da teoria do comércio internacional, as elaborações mais recentes apontam a necessidade da observação da heterogeneidade de indústrias e firmas – e não apenas de países, conforme elaboração original da teoria de David Ricardo, baseada no princípio das vantagens comparativas. A nova teoria do comércio internacional (*new trade theory*) dos anos 1980 destacou o nível da indústria, ao passo que a novíssima teoria do comércio internacional (*new new trade theory*) dos anos 2000 chama a atenção para a centralidade das firmas, considerando sua heterogeneidade em termos de custos, produtividade e inovação. Assim, Ciuriak et al (2015) argumentam que o comércio é feito por firmas – ao invés de indústrias ou países. Mesmo privilegiando as firmas, os autores não desprezam a importância de aspectos e limites nacionais, bem como de fóruns multilaterais compostos por Estados-nação, como é o caso da OMC na definição da regulação e dos rumos do comércio internacional.

A nosso ver, a perspectiva da Economia Política não descarta a importância da origem das firmas (e o destinatário dos lucros e dividendos auferidos nos países em que estão instaladas) como variável que importa e muito para explicar as desigualdades na rede de produção global do café e na sociedade de maneira geral.

3.2 A dinâmica de concentração das firmas no mercado mundial de café

A trajetória de gestão das grandes corporações reflete, ao mesmo tempo em que forja o modelo de regulação do capitalismo. Desde o pós-II Guerra Mundial e mais fortemente a partir dos anos 1980, crescentes processos de fusões e aquisições promoveram o sentido da concentração no sistema agroalimentar. No caso do café, a concentração abarca sobretudo *traders* e torrefadoras. Ambas vivenciam processos distintos, porém não completamente autônomos no âmbito da concentração. O que se verifica é o crescente domínio da rede global por torrefadoras as quais exercem esse papel sem o controle formal, da propriedade, que caracteriza os arranjos de integração vertical. A liderança se dá, portanto, por meio do exercício de poder e de mecanismos de controle tácito – frequentemente com o apoio dos Estados nacionais de seus países de origem.

Essa mesma estratégia é verificada entre as torrefadoras brasileiras, conforme evidencia o caso da Café Bom Dia, torrefadora sediada em Varginha. A empresa pertence a um grupo familiar que detém fazendas de café, mas nem por isso processa os próprios grãos:

Nós temos fazenda do grupo, mas não quer dizer que o café da fazenda venha pra cá. Eu posso comprar café da minha fazenda, mas normalmente eu nem compro da minha fazenda. Não que eu não queira comprar, mas depende do preço dela no momento. Eu compro isso no mercado, de cooperativa, de maquinista, de produtores, enfim, nós temos todo um leque de fornecedores e vamos buscar isso no mercado pra atender a demanda da qualidade que a gente tá buscando, daquele tipo de café (Entrev. 21).

Na sequência examinamos como se dá a concentração entre comercializadoras e torrefadoras, com atenção aos processos que retroalimentam a concentração entre elas.

3.2.1 A concentração nas comercializadoras

Nas últimas décadas, a concentração entre as *traders* decorreu em grande parte da concentração das torrefadoras. Até então a atuação da maior parte das *traders* era mais restrita aos mercados nacionais. Tratava-se de firmas familiares, com longo histórico de atuação no café¹⁵⁹,

¹⁵⁹Conforme Talbot (2004), o histórico de atuação de parte das *traders* nos países do Sul envolvia também laços pessoais de longa data, o que permitia uma melhor compreensão da realidade daqueles países, relativamente às torrefadoras, mais distantes dos produtores. Também por isso, as *traders* eram mais sensíveis às demandas dos países do Sul nos AIC, em comparação com as torrefadoras, sempre mais preocupadas com os níveis de preços.

com poucas exceções como a Volkart Bros., alemã, e a suíça Nestlé (TALBOT, 2004). Com o crescimento das torrefadoras, aumentou a demanda por maiores volumes de grãos verdes e a exigência de que os estoques fossem armazenados e custeados pelas *traders*. Com isso, somente traders com grande capacidade logística e volume de capital puderam sobreviver. Um indicativo das altas exigências impostas é o tempo que as torrefadoras levam para pagar pelos grãos. Dados do Coffee Barometer de 2018 indicam que o termo de pagamento da JAB pode levar até 300 dias, período três vezes superior àquele requerido pela Nestlé (PANHUYSSEN e PIERROT, 2018).¹⁶⁰

Por tudo isso, o fim do AIC provocou a quebra de várias *traders*, tanto pequenas quanto grandes. Já no início dos anos 1990, somente cinco delas (Neumann, Volcafé, ED&F, Econ e Goldman Sachs) controlavam 40% do mercado cafeeiro mundial (TALBOT, 2004). Dados de 1998 indicavam que as duas principais, Neumann e Volcafé, ambas alemãs, controlavam 29% e as seis principais, 50% do mercado mundial. No início dos anos 2000, com as fusões da Volcafé com a ED&F; e da Esteve com a Cargill, essas dando origem à Ecom; os três principais grupos passaram a concentrar 45% do mercado global de café (DAVIRON e PONTE, 2005). Atualmente as cinco principais *traders* são Neumann Kaffee Gruppe; ED&F Man Volcafé; ECOM; Louis Dreyfuss; e Sucafina. Vale notar que todas elas possuem instalações no município de Varginha, sendo que a ECOM opera por meio da EISA Empresa Interagrícola S.A. A Neumann¹⁶¹ detém sozinha cerca de 10% do mercado. Em 2017 ela comercializou 15 milhões de sacas de café, o equivalente ao total da produção cafeeira da Colômbia (PANHUYSSEN e PIERROT, 2018).

¹⁶⁰ Grabs e Ponte (2019) chegam a mencionar termos de financiamento com intervalos de pagamento de até 360 dias.

¹⁶¹ Trata-se de um conglomerado que controla mais de 40 empresas ligadas ao café, presente em todos os países produtores e nos maiores países importadores.

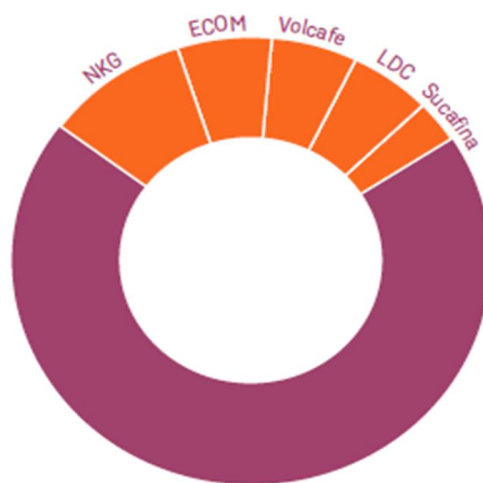


Figura 3.1 Cinco maiores comercializadoras de café verde do mundo (2018).

Fonte: PANHUYSEN e PIERROT, 2018, p. 8.

No entendimento de um dos técnicos da Emater/MG, a explicação da dominação de firmas multinacionais no ramo das *traders* advém do alto grau de internacionalização do próprio mercado cafeeiro. Dado que o Brasil produz muito mais do que consome,

o café ele tem que ir pra fora mesmo. No Brasil nós consumimos 22 milhões de sacas, algo aproximado, no entanto nós produzimos 60. Então nós temos que colocar esse café lá fora. E a colocação lá fora são (sic) feita por empresas normalmente que operam internacionalmente. Nós temos hoje poucas empresas com capital 100% nacional, né? A Exportadora Guaxupé, as cooperativas, inclusive a maior do mundo tá aqui, que é a Cooxupé né? Essas são capitais nacionais, mas todas trabalham com o link internacional, porque a colocação do café é muito feita no mercado americano, europeu e asiático então você ter um pé lá é importantíssimo. Então eu acho que esse movimento no café, como é um produto muito globalizado, é bem natural isso. Porque ele é consumido fora, então é natural que as empresas tenham essa interface aqui no Brasil (Entrev. 5).

Cabe destacar, contudo, que o fato das *traders* serem multinacionais não implica apartamento das dinâmicas locais. Ao invés, considerando que a confiança é um elemento indispensável na construção das relações entre os atores da rede, as *traders* precisam estar presentes nas localidades produtoras. De fato, a forma mais comum de aquisição de grãos é a compra diretamente na origem, em negociações, por exemplo, com as cooperativas de café, frequentemente

mediada por contratos futuros. Outro caminho é a compra dos cafés que chegam nos Estados Unidos ou na Europa, os chamados *spot markets*. Em ambos os casos, e embora as relações com estrangeiros não seja uma novidade, a construção da confiança permanece como um aspecto importante.

A presença do estrangeiro nas regiões de café é uma coisa pra nós super comum, sabe? Não causa mais nenhuma estranheza. Ele tá lá, tá no dia a dia, tá na comunidade ali. E café é um negócio que tem que ter confiança então eles acabam tendo que ficar ali dentro daquela sociedade ali gerando confiança pra fazer negócios (Entrev. 5).

Em geral, no Sul de Minas, assim como nas demais regiões cafeeiras do estado e do Brasil, a chegada das multinacionais ocorre primeiramente por meio da instalação de armazéns-gerais:

Você pega as grandes multinacionais do café, Nestlé, Olam... eles se instalam numa região como um *trader*, uma compradora de café, e operam em todos os mercados. Desde o mercado de futuro, tem alguns que operam, o produtor chega lá e faz contrato com eles pra um ano, né? Operam normalmente, eles compram café verde e distribuem ele, essas grandes multinacionais distribuem pra fora (Entrev. 5).

Compra e armazenagem constituem, portanto, as principais atividades das *traders* nas regiões cafeeiras:

Têm grandes armazéns bem estruturados né? A gente tá vendo também o aumento do número de armazéns grandes. A Louis Dreyfus construiu na Zona da Mata um armazém gigantesco; a Olam tá construindo muitos armazéns também. São empresas fortes no mercado, eles compram, acumulam, preparam, colocam dentro do padrão, porque esse café se você comprar ele verde na maioria das vezes você tem que maquinar pra colocar no padrão dos seus clientes e exportam. Então eles estão presentes nos municípios constantemente. E comprando marcas. Nós tivemos recentemente uma grande venda nacional que foi a Atlântica Coffees. Eles fizeram uma fusão com um fundo canadense [Public Sector Investment Board] (Entrev. 5).

Segundo este mesmo técnico da Emater/MG, a internacionalização da comercialização deverá se acentuar no próximo período, intensificando a concentração entre as grandes e, ao mesmo tempo, abrindo novos canais de vendas via compra direta. Para ele,

A presença estrangeira na comercialização do café tende a se intensificar, sem nenhum prejuízo aos grupos que operam aqui. O que a gente vê é uma maior capitalização, nichos de mercado. Se ocorre também uma concentração, com

grandes grupos se concentrando, por outro lado também as pequenas cafeterias estão aumentando a compra direta, querem comprar *direct trade* (Entrev. 5).

O depoimento da representante da Cooperativa Cocatrel, deixa transparecer uma postura de naturalização diante do processo em curso. Na sua visão, os agricultores não são afetados pelo afunilamento do mercado em poucas transnacionais.

Para os produtores é indiferente. *Totalmente indiferente*. Porque eles estão na ponta de cá. Eles querem é vender o café independente de pra onde eles vão. O importante é comercializar, então quanto mais gente tiver interessado no negócio café, melhor, independente se ficar concentrado na mão de um só. O importante é ter demanda. (...) Quanto mais gente consumir a gente vai ter espaço pra vender (Entrev. 20) (grifo nosso).

Já o técnico da Emater/MG registra algum grau de preocupação, porém reconhece que essa é uma tendência global que extrapola o mercado do café.

Obviamente a gente preocupa com as grandes concentrações, quer dizer 3, 4 companhias só comprando, mas isso não é só no Brasil e não é só no café né? É um fenômeno mundial dessa concentração. Mas ainda se consegue escapular, você prega um supermercado como o Verdemar inicia comprando e não está ligado a nenhum *trader*. Nós temos também produtor que tem escritório lá fora e acaba comprando da região pra compor (Entrev. 5).

Diante desta relativa “inevitabilidade”, a Emater/MG tem como principal estratégia fortalecer os produtores mineiros no sentido de dar-lhes maior autonomia e preparo para encarar as mudanças e as novas exigências do mercado.

A grande preocupação nossa, principalmente da Emater é tá levando ao produtor esse dinamismo do mercado. O produtor tem que estar preparado pra isso, é um novo mercado. Não é aquele mercado estável, fechado que tínhamos antigamente. (...) Por isso nós temos que preocupar em certificar muitas propriedades, pra que quando o comprador de fora vem e que paga bem, pra que ele não encontre nenhum risco naquela propriedade, que ele enxergue uma propriedade modelo e crie ali uma linha de comercialização direta como vários têm feito (Entrev. 5).

Sem deixar de lado as atividades da "porteira para dentro", a extensão rural da Emater/MG tem ampliado seus esforços também da "porteira para fora". Para tanto, busca estabelecer parcerias com a iniciativa privada, nacional e internacional:

No café a gente atua muito próximo à iniciativa privada, mas muito mesmo. Nós temos parceria com várias *traders*, nós temos projetos com a Olam, nós temos projeto com a NKG, assinados e tudo, convênios de parceria. A própria Atlântica que hoje é um grupo multinacional participava dessas ações. Então a gente tem muita afinidade com o mercado, sabe, no intuito de melhorar. Então o estado de Minas Gerais é muito ativo nisso aí. E talvez seja o estado que é mais agressivo nessa questão de divulgação que existe. (...) É uma política muito legal, muito presente. Estamos presentes em todas as regiões, todo município a gente tem um extensionista trabalhando. Então assim essa busca de mercado, de não trabalhar só ali dentro da porteira, é muito clara aqui em Minas Gerais. A gente não fica só dentro da porteira, a gente procura atuar muito fora dela também. Dentro é muito importante, estamos forte lá dentro, mas também fora (Entrev. 5).

3.2.2 A concentração nas torrefadoras

A concentração entre as torrefadoras ocorre em níveis ainda mais intensos. Um dado que evidencia seu poder ainda quando do fim das cláusulas econômicas do AIC em 1989 diz respeito aos preços de venda dos cafés no varejo. Talbot (2004) mostra que após o fim do sistema de cotas o preço de venda no varejo caiu somente 1%, ao passo que o preço do café verde havia declinado mais de 50%. Para o autor, este fato evidencia a capacidade das transnacionais em capturar e fazer crescer ainda mais o que antes era a renda de regulação, detida pelos Estados produtores.

De fato, o poder das torrefadoras, sempre significativo na rede do café, cresceu sobremaneira a partir da década de 1970. Desde então, elas passaram a racionalizar suas operações por meio de estratégias *just-in-time* e a modernizar suas plantas industriais. Muitas fábricas de pequeno e médio porte foram fechadas e novas foram construídas em locais estratégicos, como por exemplo nas proximidades dos portos de Nova Orleans, nos Estados Unidos, Hamburgo, na Alemanha, e Marselha, na França¹⁶², com capacidade produtiva suficiente para atender diferentes mercados consumidores (TALBOT, 2004).¹⁶³

Outra estratégia relevante para a captura da renda e conquista de novos mercados é a relação entre torrefadoras e pontos de venda de café, como restaurantes, bares e lanchonetes. Na medida em que a competição das marcas tradicionais não se dá apenas pela via dos preços, parte da renda das torrefadoras advém de serviços e suprimentos prestados a estabelecimentos que comercializam

¹⁶² Marselha e Portland/EUA, são as sedes da World Coffee Research, organização sem fins lucrativos que funciona como uma espécie de *think tank* do café. Reúne representantes das principais empresas do setor, bem como pesquisadores e outras organizações. Ver: <https://worldcoffeeresearch.org/about/> (Acesso em 29 de janeiro de 2021).

¹⁶³ A J.M.Smuckers possui planta industrial em Nova Orleans. Nestlé, Tchibo e JDE possuem plantas nas proximidades de Hamburgo. A mesma Nestlé possuía uma fábrica em Marselha, a qual foi fechada em 2005.

seus produtos. Dentre eles incluem-se financiamentos, oferta de xícaras, máquinas de moer e torrar, assistência técnica e oferta de suprimentos semanais. Essa parceria em princípio se mostra vantajosa porque "os incentivos para a oferta de *blends* de maior qualidade (tanto para torrefadores quanto para os donos de bar) são limitados pelo fato de que consumidores esperam mais ou menos o mesmo preço do café em todos os bares, não apenas em um bairro, mas no país de modo geral" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 214).

Considerando o mercado estadunidense, Talbot (2004) aponta que o *market share* das quatro principais firmas torrefadoras cresceu de 46% para 69% entre 1958 e 1978, ao passo que o número de torrefadoras independentes caiu de 261 em 1963, para 162, em 1972. Globalmente, em 1998, os dois principais grupos (Nestlé e Philip Morris) controlavam 49%, e os cinco principais controlavam 69% do mercado cafeeiro mundial. Por ser mais capital-intensivo, o mercado de solúvel é ainda mais suscetível à concentração. No mesmo ano de 1998, a Nestlé, sozinha, controlava 56% do mercado mundial de café solúvel (DAVIRON e PONTE, 2005). Em 2016, o *market share* de duas empresas (Nestlé e JAB) correspondia a 61% do mercado, conforme registra a Figura 3.2, a seguir.

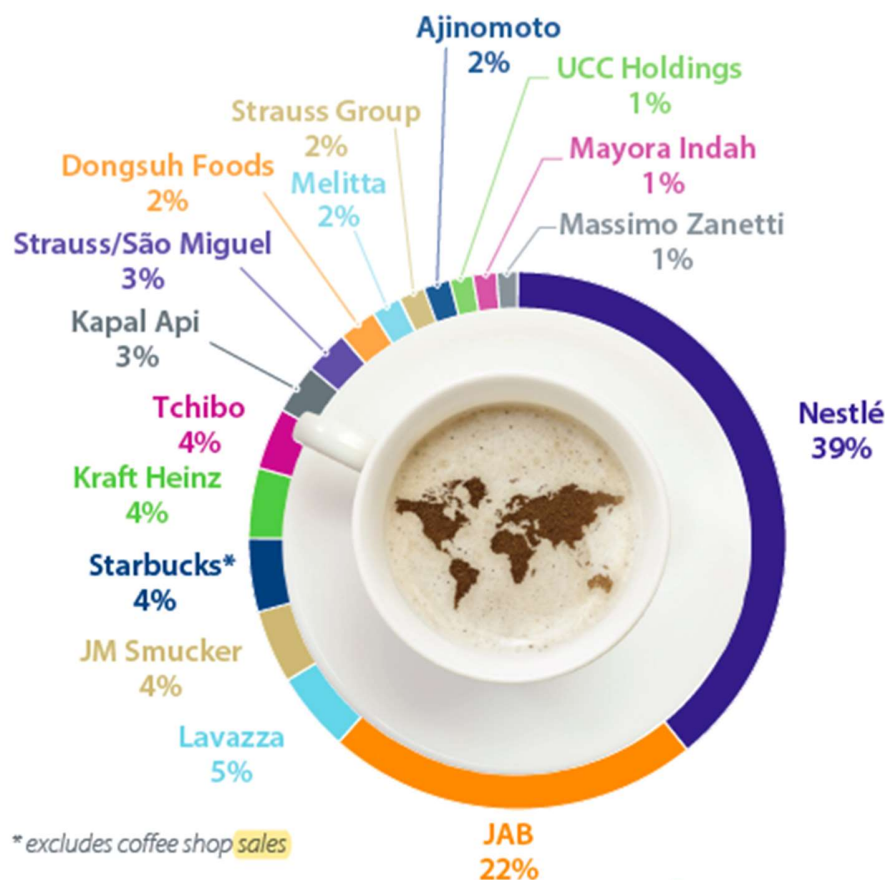


Figura 3.2 Market share das torrefadoras de café em 2016
 Fonte: Euromonitor 2016, *apud* Rabobank, 2017.

Os níveis de concentração seguem crescentes e atualmente as dez maiores torrefadoras concentram 35% do mercado mundial. Duas delas ocupam liderança isolada, Nestlé e JAB Coffee, seguidas da Lavazza, que ocupa uma terceira posição um pouco mais distante. As outras sete grandes são Smuckers; Starbucks; Grupo Três Corações/Strauss (identificada na Figura como Strauss/São Miguel); UCC; Tchibo; e Massimo Zanetti (PANHUYSSEN e PIERROT, 2018). A figura 3.3, a seguir, nos permite visualizar a lista de torrefadoras controladas pelas três maiores do mercado, bem como o ano em que foram incorporadas e/ou adquiridas, considerando o período de 2012 a 2018.

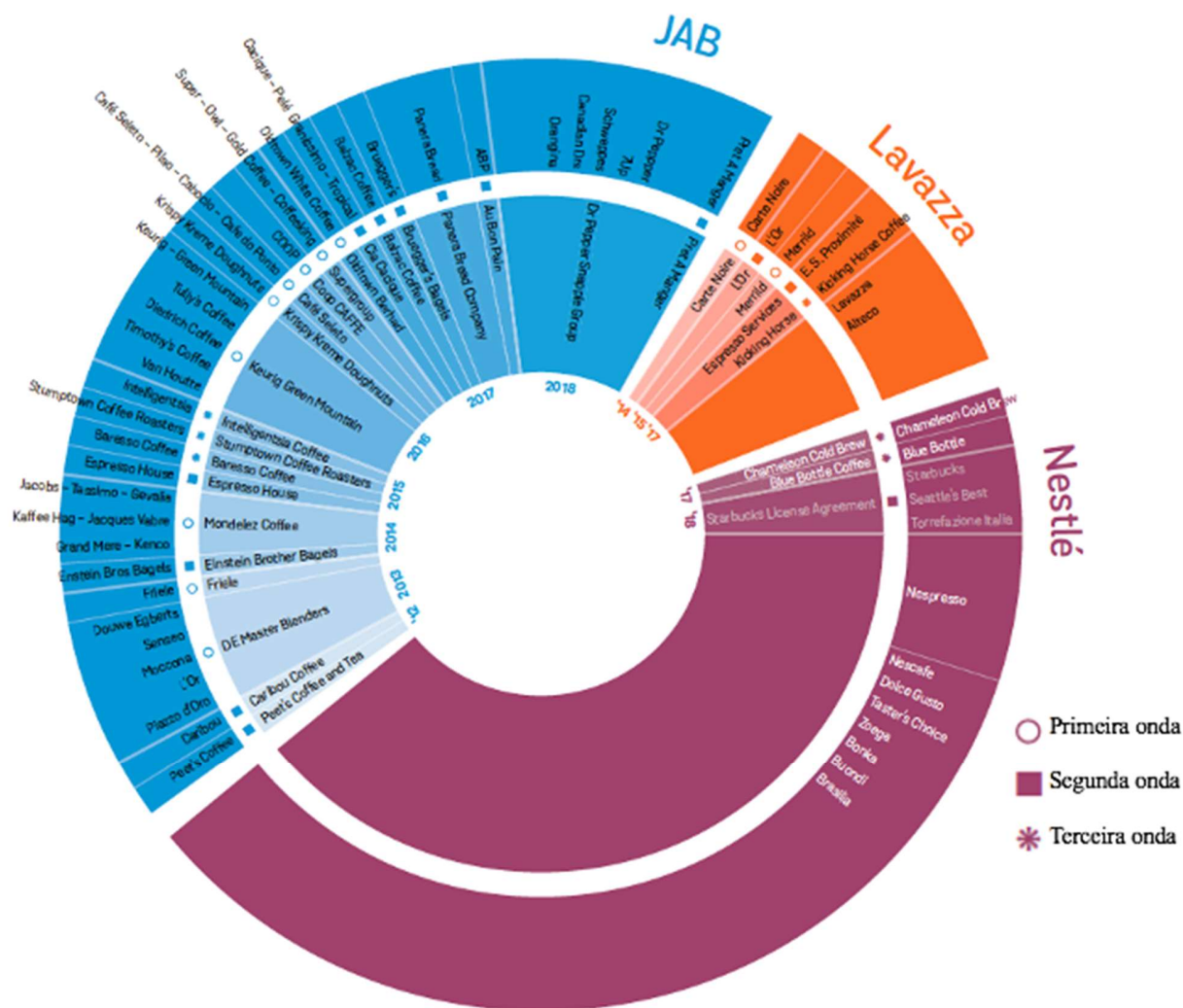


Figura 3.3 Principais aquisições da Nestlé, JAB e Lavazza entre 2012 e 2018.
Fonte: PANHUYSEN e PIERROT, 2018, p. 6.

As três ondas do café correspondem a três tendências de consumo, que embora sigam certo padrão cronológico, podem conviver conjuntamente. A primeira onda é caracterizada pela padronização e focada no consumo doméstico, liderado por grandes torrefadoras e varejistas. A segunda, compreende o movimento de valorização da qualidade e das distintas origens produtoras, é também marcada pelo consumo fora do lar e pela proliferação das redes de cafeterias. Finalmente, na terceira onda o café assume traços de um item artesanal e a ênfase recai sobre as cafeterias independentes, que privilegiam a interação de consumidores interessados em cafés de alta qualidade e em técnicas variadas de preparo.

Conforme aponta o relatório Coffee Barometer 2018, para o observador comum, o mercado cafeeiro pode parecer altamente diversificado, com milhares de opções de cafeterias independentes ou de redes como Starbucks. As prateleiras de supermercados são igualmente variadas e incluem não apenas cafés torrados e moídos, como também grãos, café solúvel, cápsulas e, mais recentemente, bebidas cafeinadas prontas para beber (*ready to drink, RTD*). No entanto,

essa riqueza de opções encobre uma estrutura subjacente do setor cafeeiro global que está em um estágio de maturidade de seu ciclo de vida. À medida em que há estagnação do crescimento entre as grandes empresas, elas rapidamente adquirem firmas menores e buscam diversificar seus portfólios com vistas a gerar crescimento (PANHUYSEN e PIERROT, 2018, p. 5).

Nescafé e Nespresso são as marcas já tradicionais de café solúvel e cápsulas da Nestlé. Líder do mercado mundial de café solúvel, em 2017, a Nescafé encontrava-se presente em mais de 180 países e atingia a marca de 5.500 xícaras de café consumidas a cada segundo. No mesmo ano, a Nespresso era comercializada em mais de 600 lojas, referidas como boutiques, 28 delas no Brasil, e detinha cerca de 465 mil visitas diárias às suas plataformas de *e-commerce* (NESTLÉ, 2017a).

Nos últimos anos, a empresa tem ampliado seu rol de parcerias e aquisições. A principal mudança diz respeito à aproximação com a Starbucks, celebrada em 2018. Duas aquisições em 2017, Chameleon Cold Brew¹⁶⁴ e Blue Bottle Coffee¹⁶⁵, merecem destaque pois denotam a caminhada da Nestlé em direção às novas tendências de consumo e reforçam a estratégia da empresa em ampliar sua participação nos Estados Unidos, seu principal comprador e maior consumidor de café do mundo.

A análise da ampliação da JAB Holding Company indica que as fusões e aquisições são centrais para sua estratégia de crescimento. A empresa controla subsidiárias que têm marcas e funcionamentos independentes nos mais variados segmentos de café – além de atuar nos ramos de cosméticos, moda e produtos alimentícios (LA MERCED, 2019). Há uma evidente segmentação

¹⁶⁴ Fundada em 2010 na cidade de Austin, Texas, nos Estados Unidos, compõe o mercado de bebidas frias, RTD. Conquistou a posição de marca número um de café gelado orgânico e está entre as três principais marcas de cafés gelados daquele país. Conforme destacou o CEO da Nestlé USA, Paul Grimwood, quando da aquisição da Chameleon, "acreditamos que a marca Chameleon está perfeitamente posicionada para apoiar a estratégia de cafés da Nestlé, voltada à uma variedade de ofertas em termos de formatos, sabor e faixas de preços" (NESTLÉ, 2017b).

¹⁶⁵ Em 2017, adquiriu 68% das ações da Blue Bottle, torrefadora e cafeteria fundada em 2002, em Oakland, Califórnia, nos Estados Unidos. Referência no mercado dos chamados *high-end*, de alta qualidade, também comercializa cafés RTD. Ainda que sob o controle da Nestlé, a Blue Bottle mantém a marca própria e suas mais de 50 lojas nos Estados Unidos (NESTLÉ, 2017a).

regional dos mercados consumidores: nos EUA privilegia-se cápsulas e os cafés da chamada terceira onda; na Europa, torrado e moído; e na Ásia, o solúvel (PANHUYSSEN e PIERROT, 2018). Das empresas com presença no mercado brasileiro, a JAB controla a JDE e suas subsidiárias – Café Seletto, Pilão, Caboclo, Café do Ponto, Cacique, Pelé e Tropical. Também controla a norueguesa Friele, que por alguns anos foi sócia da Ipanema Coffees, empresa que detém três fazendas de monocultura de café na cidade de Alfenas, no Sul de Minas Gerais – analisada em mais detalhes no Capítulo 4. Ainda sob o controle da JAB estão duas empresas estadunidenses ícones do sistema agroalimentar, a Keurig e a Dr. Pepper, adquiridas em 2016 e 2018, respectivamente. Por ser grande referência no mercado de café em cápsulas, a aquisição da Keurig Green Mountain posicionou a JAB como uma das competidoras da Nespresso, haja vista que cerca de 20% dos lares estadunidenses possuem uma máquina de cápsulas da Keurig, as chamadas K-cup (LA MERCED, 2018a). Já a aquisição da Dr. Pepper responde ao interesse de ampliação dos horizontes em bebidas cafeinadas, na direção dos RTD. Esse movimento tem relação direta com mudanças nos padrões de consumo observadas em todo o mundo, especialmente de refrigerantes e outras bebidas tidas como menos saudáveis.

Finalmente, a ampliação da Lavazza no período recente indica que a empresa decidiu se expandir para além do mercado italiano, no qual era líder incontestado há décadas. A aquisição da Carte Noire, marca de cafés premium antes controlada pela holandesa D.E Master Blenders, tornou a França o segundo principal mercado da Lavazza depois da Itália, sendo que a França que é o segundo maior mercado de cafés da Europa e o quarto maior do mundo (FOODBEV MÍDIA, 2015). Com exceção dos cafés solúvel, a Lavazza passou a controlar a produção de torrado e moído, filtros de papel e cápsulas da Carte Noire – sendo estas compatíveis com as máquinas da Nespresso após a quebra da patente da Nestlé em 2013. Já a compra da marca em cápsulas L'Or posicionou a Lavazza como uma das competidoras da Nestlé, precisamente da Nespresso. Antes controlada pela D.E Master Blenders, a L'Or foi vendida por exigência das leis antitruste europeias, quando da fusão da D.E com a estadunidense Mondelez – que deu origem à JDE. Enquanto a D.E abriu mão da L'Or, a Mondelez vendeu a Grand Mere. Também em 2015, a Lavazza assumiu o controle da Merrild, cafeteria dinamarquesa, também pertencente à D.E. A estratégia de se aproximar do mercado norte-americano envolveu a compra da Kicking Horse, empresa canadense especializada em cafés certificados por selos de orgânicos e *fair trade* (PANHUYSSEN e PIERROT, 2018).

3.2.3 As dez maiores torrefadoras de café na atualidade

O Coffee Barometer 2018 fornece a lista das 10 maiores torrefadoras, as quais detêm 35% do mercado mundial de café na atualidade. São elas: Nestlé; JDE e Keurig, controladas pela JAB; Lavazza; J.M.Smuckers; Starbucks; 3Corações; UCC; Tchibo; e Massimo Zanetti.

A JAB Holding Company abarca duas empresas que formam a lista das 10 maiores torrefadoras: JDE e Keurig. A JDE foi formada em 2012, a partir da fusão das empresas Mondelez International e Douwe Egberts. Esta, por sua vez, foi fundada como uma loja de doces na Holanda, em 1753. Somente em 1948 ampliou seus negócios para outros países, inicialmente a Bélgica, seguida de França, Espanha e Dinamarca; nos mercados de chás, café e tabaco. Em 1978 foi comprada pela estadunidense Consolidated Foods Corporation, a qual, em 1956, havia adquirido a Kitchens of Sara Lee e em decorrência da popularidade da marca, passou a dar o nome Sara Lee à holding em 1985. Em 2012 a Sara Lee Corporation foi dividida em duas empresas, uma com sede nos Estados Unidos, Hillshire Brands, presente no mercado alimentício, e outra com sede na Holanda, a D.E Master Blenders 1753, mais voltada ao mercado de bebidas. Em 2014 a D.E Master Blenders 1753 fundiu-se com a norte-americana Mondelez International, pertencente à outra gigante do sistema agroalimentar, a também estadunidense Kraft (desde 2015 Kraft-Heinz)¹⁶⁶. Desta fusão resultou a Jacobs Douwe Egberts.

A outra empresa controlada pela JAB é a Keurig Dr. Pepper, formada ela própria por meio de uma sequência de fusões e aquisições no ano de 2018. A Keurig Green Coffee, fabricante das K-cups, foi fundada em 1992 e chegou a possuir mais de 400 variedades de bebidas rotuladas em cerca de 60 marcas. Em 2006 foi adquirida pela Green Mountain Coffee Roasters, criada em 1981, porém manteve sua posição de subsidiária com marca e funcionamento independente até 2014, ano de fundação da nova empresa Keurig Green Mountain. Em 2018 a Keurig Green Mountain adquiriu a Dr. Pepper Snapple Group, dando origem à Keurig Dr. Pepper. Nota-se que desde o início dos

¹⁶⁶ Em 2013 a Kraft Foods foi comprada pela 3G, *private-equity* brasileira, criada pelo empresário João Paulo Lemann. Em 2015, a 3G promoveu a fusão da Heinz com a Kraft Foods e a nova empresa Kraft-Heinz Company passou a ser controlada pela 3G e pela Berkshire Hathaway, de propriedade do empresário Warren Buffett (CRESWELL e BELLANY, 2019). A 3G é também controladora e/ou detém participação na Restaurant Brands International, proprietária, dentre outras, da Burger King e da marca de donuts canadense Tim Hortons, as Lojas Americanas e AB InBev (Anheuser-Busch InBev), maior empresa do ramo de cervejas do mundo, formada em 2004 a partir da fusão da belga Interbrew e da brasileira Ambev.

anos 2000 a Keurig Green Coffee já fornecia café para grandes marcas, como McDonald's, Dunkin Donuts e Starbucks (LA MERCED, 2018a).

Quanto às demais, Nestlé, Tchibo, J. M. Smucker, Lavazza, Massimo Zanetti, UCC e Grupo 3Corações, ressalta-se que mantiveram a identidade e a gestão ligadas às famílias fundadoras, ainda que tenham se expandido, adquirido e/ou se fundido a outras marcas ao longo do tempo. Três delas foram criadas ainda no século XIX: Nestlé, J.M. Smucker e Lavazza; e cinco mantêm o nome dos fundadores em suas marcas: Henri Nestlé, Jerome Monroe Smucker, Luigi Lavazza, Massimo Zanetti e Tadao Ueshida (Coffee Co.)

A Nestlé foi fundada na Suíça na década de 1860. Em 1866, dois estadunidenses, Charles e George Page, fundaram a fábrica de leite moça (*swiss milk*) na cidade de Cham, na Suíça. No ano seguinte, o químico Henri Nestlé desenvolveu a farinha láctea, na cidade de Vevey, no mesmo país. As duas marcas e empresas (Anglo Swiss Condensed Milk Co. e Nestlé) vieram a se fundir em 1905, dando origem ao que hoje é o Grupo Nestlé. Antes mesmo da fusão, chegaram ao Brasil o leite condensado, em 1875, e a farinha láctea, em 1876. Em 1921 a empresa abriu sua primeira fábrica no país, na cidade de Araras/SP, para a fabricação do leite condensado e, pouco mais tarde, de farinha láctea, creme de leite e Nescau. O Nescafé chegou ao mercado em 1938, então apresentado como "extrato de café puro em pó, que retinha o sabor natural do café, mas podia ser preparado mediante a simples adição de água quente"; em 1953 começou a ser produzido no Brasil. Em 1946 a Nestlé inaugura sua segunda fábrica no país, em Araraquara/SP, voltada à produção de leite Ninho, espécie de leite em pó cujo consumo havia crescido enormemente durante a II Guerra Mundial. Em 1957 foi instalada a fábrica em Três Corações, no Sul de Minas, destinada à produção de leite, cujas atividades se estenderam até 1998. Em 1974 é inaugurada a fábrica de São José do Rio Pardo/SP e no ano seguinte na cidade de Ituiutaba, na região do Triângulo Mineiro. Em 1990, nova fábrica em Minas Gerais, na cidade de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri. Em 1997 foi inaugurada fábrica em Jacarepaguá no Rio de Janeiro, destinada à produção de sorvetes; e em 1998, em Caçapava/SP, para a produção dos cereais matinais. Em 2006 a Nespresso chegou ao Brasil e três anos mais tarde veio o Nescafé Dolce Gusto, "exclusivo sistema composto por máquinas e cápsulas de diversas bebidas entre Cafés, Lattes, Achocolatados e chás para diferentes ocasiões de consumo". Desde 2015, as cápsulas Nescafé Dolce Gusto passaram a ser produzidas em Montes Claros, norte de Minas Gerais, naquela que foi a primeira fábrica de cápsulas de café da América Latina. Ao longo dos anos, a Nestlé comprou diversas marcas brasileiras que produziam chocolates

e outros alimentos, sendo as mais conhecidas a fabricante de biscoitos São Luiz, adquirida ainda em 1967; a Produtos Alimentícios Confiança, em 1993; e a Garoto, em 2002. A Nestlé é hoje a maior empresa mundial de alimentos e bebidas, presente em mais de 191 países e controladora de mais de 2 mil marcas.

A J.M.Smucker, foi criada por Jerome Monroe Smucker. Foi fundada nos Estados Unidos em 1897, no estado de Ohio, com a produção de sidras e manteiga de maçãs. Sua trajetória no século XX é focada em produtos alimentícios, com destaque para comidas para gatos e cachorros, manteiga de amendoim, geleias e outros derivados de frutas, tortinhas congeladas, óleos e molhos reduzidos, sucos e bebidas, misturas de bolos e outros ingredientes de panificação (SMUCKERS, 2020). A expansão no mercado de cafés ganhou fôlego no século XXI. Em 2010 passou a comercializar as cápsulas Folgers K-cup, por meio de parceria celebrada com a Keurig. Em 2011 adquiriu a torrefadora Rowland Coffee Roasters e suas marcas Café Bustelo e Café Pilon. No ano seguinte, concluiu a compra do segmento de cafés da gigante Sara Lee. Atualmente, as marcas de café comercializadas pela J. M. Smuckers são: 1850; Café Bustelo; Pilon; Dunkin; Folgers; e Medaglia D'oro. Conforme aponta o relatório anual da empresa no ano de 2020, os cafés da marca Dunkin ocupam o terceiro lugar no ranking entre os mais consumidos nos lares estadunidenses (SMUCKERS, 2020). Nota-se ainda que os cafés da J.M Smuckers são provenientes de cerca de 20 países e as plantas de processamento são situadas nas proximidades das regiões portuárias de Nova Orleans e Suffolk, nos Estados Unidos.

A italiana Lavazza foi criada em 1895, em Turim, na Itália. Naquela época, seu fundador, Luigi Lavazza, retornava de uma viagem ao Brasil, onde aprofundou seus conhecimentos sobre o café. Nos anos 1920 e 1930, uma das inovações promovidas pela empresa foi a embalagem conhecida como pergaminho, com duas camadas de papel, propiciando melhor conservação do sabor do café. Com isso, a Lavazza investiu na comercialização em embalagens próprias, ao invés do formato à granel, mais comum à época. No final dos anos 1940, surgiram as latas de café Lavazza, embalagem patenteada pela empresa em 1949. Em 1971 vieram as embalagens a vácuo, até hoje utilizadas pela Lavazza e muitas outras torrefadoras. Nos anos 2010 a empresa lançou o projeto ¡Tierra!, que comercializa grãos arábica premium, certificados pela Rainforest Alliance, do Brasil, Índia, Peru, Etiópia, Vietnã, Honduras e Colômbia. Os *blends* provenientes de pequenos produtores destes países são processados na Itália, em Settimo Torinese, província de Turim.

Também italiana, a Massimo Zanetti foi criada nos anos 1970, quando Massimo Zanetti, cuja família possuía negócios de comércio de café, adquiriu a torrefadora Segafredo da região de Bolonha, na Itália. Na década seguinte, a Massimo se expandiu pelo mercado europeu, inicialmente Portugal, França e Áustria e, posteriormente, chegou à América do Sul. Nos anos 2000 adentrou o mercado do norte da Europa, com a aquisição da marca finlandesa Meira, e dos Estados Unidos. Em 2004, foi criada a Segafredo Zanetti Coffee System, com sede em Conciso, na Itália, destinada à produção de máquinas de café e cápsulas de expresso e achocolatados. No que diz respeito ao mercado brasileiro, a Massimo Zanetti Beverage Group é também controladora das marcas Café Pacaembu, Nova Suíça, Itambé e Nacional.

A Tchibo data de 1949 e foi fundada na Alemanha. Seu nome é uma abreviação de Tchilling and Bohnen (combinação do sobrenome de um de seus fundadores, Carl Tchiling Hiryan com a palavra grãos em alemão (*bohlen*)). Em 1972 foi fundada a Tchibo Coffee Service, voltada à comercialização de máquinas de café e serviços de *catering*, que até hoje respondem por grande parte do mercado da empresa. Os primeiros voos internacionais da Tchibo ocorreram no início dos anos 1990, com a expansão para o Reino Unido e para os nascentes mercados capitalistas do Leste Europeu, em especial Hungria, Eslováquia e República Checa. Atualmente a empresa produz café torrado e moído, cápsulas, solúvel e RTD, comercializados com a linha "Tchibo to go". Ao todo possui seis marcas: Tchibo; Piacetto - La Selezione Barista; Smokin' Bean; Vista - Growing a better future; Davidoff Café; e Espresso Warehouse. Dentre os maiores clientes de *catering* encontram-se a rede de hotéis Hilton; as linhas de trem inglesas Virgin e a empresa inglesa de *catering* Blue Apple.

A UCC, Ueshima Coffee Corporation Ltda, foi originalmente criada em 1933, sob o nome de Ueshima Tadao Shoten, na cidade portuária de Kobe, no Japão. Seu fundador, Tadao Ueshima, mais tarde conhecido como "o pai do café no Japão", possuía um comércio de importação de produtos alimentícios ocidentais em Kobe. Entretanto, no período da II Guerra as importações de café foram proibidas e o negócio da Tadao veio a retomar fôlego no início dos anos 1950, com a importação de café da Colômbia. Nos anos seguintes a empresa instalou em Osaka a primeira planta integralmente automatizada de processamento, também pioneira na fabricação das embalagens a vácuo no Japão. Em 1981 deu início ao seu próprio cultivo, com a aquisição de uma fazenda na Jamaica, destinada ao cultivo da variedade de alta qualidade Blue Mountain. A partir de então a empresa alçou outros voos internacionais. Desde 1984, quando fundou a subsidiária no Brasil e

abriu escritório em Singapura, até 2018, a empresa estabeleceu *joint ventures* e abriu subsidiárias em Hong Kong, Taiwan; Estados Unidos (com o cultivo em fazenda na ilha no Kona, no Havaí); China; e Vietnã.

A mais recente das dez maiores do mercado de café, a Starbucks foi fundada em 1971, na cidade de Seattle, estado de Washington, nos Estados Unidos. Em 1983, Howard Schultz, um dos diretores da Starbucks viajou para a Itália e retornou com a inspiração de criar ambientes similares às cafeterias italianas, conhecidos como *the coffeehouse concept*. Em 1987 a empresa possuía 17 lojas e havia se expandido internacionalmente para o Canadá. Em 1992 passou a comercializar ações na bolsa, com sua primeira *Initial Public Offering* (IPO). Já presente na Europa, Ásia, Oriente Médio, América Central e Oceania, em 2006 chega ao Brasil e à África (Egito). Em 2011 passa a fabricar cápsulas de café em parceria com a Keurig e em 2015 atinge a marca de 99% de cafés rastreados com padrões éticos e sustentáveis. Atualmente a Starbucks está presente em mais de 80 países e possui mais de 30 mil lojas. Dentre as marcas controladas pela empresa encontram-se Starbucks Coffee, Seattle's Best Coffee, Teavana, Evolution Fresh, Ethos Water e Torrefazione Italian Coffee, que comercializam café torrado e moído, cápsulas, solúvel e uma diversidade RTD.

Encerra a lista das dez principais, o Grupo Três Corações. Sua origem remonta a 1959, quando João Alves de Lima deu início às atividades de comércio de café na cidade de São Miguel, no estado do Rio Grande do Norte. Dois anos mais tarde, a empresa inicia propriamente as atividades de processamento e torra, com a marca Café Nossa Senhora de Fátima. Em 1985, passa a se chamar Santa Clara e ainda no fim dos anos 1980 abre a primeira filial de vendas e distribuição, na cidade de Mossoró/RN. Nos anos seguintes expandiu-se pelo Norte e Nordeste do país. Em 1990 deu início às atividades na fábrica em Eusébio, no Ceará, e nos Armazéns-Gerais em Manhauçu, na Zona da Mata mineira; e em 1996, em Vitória da Conquista, na Bahia. Neste mesmo ano o Grupo Santa Clara adquire a marca de café Kimimo, também original do Rio Grande do Norte. Dois anos mais tarde é inaugurada a fábrica de torrefação e moagem e de café instantâneo em Natal/RN. Em 1999 a empresa torna-se holding, a Holding São Miguel. No início dos anos 2000 assume o controle da Pimpinela, original do Rio de Janeiro. Em 2004 inicia as atividades de exportação de café verde e torrado e moído e no ano seguinte é celebrada a parceria de *joint venture* com o grupo israelense Strauss, então controlador da Café 3Corações. Finalmente, em 2010 o Grupo Santa Clara passa a se chamar Grupo 3Corações. Conforme apontou Pedro Lima, CEO do

Grupo à época, a parceria com a Strauss visava sua consolidação em termos efetivamente nacionais:

A gente (Santa Clara) era líder no Norte e Nordeste e já era a segunda marca no Rio de Janeiro, mas precisava de uma marca forte pra trabalhar o Brasil todo e surgiu com a Strauss, que é nossa sócia, e que tinha a marca 3corações. Nós juntamos as duas empresas e criamos uma companhia que virou líder no negócio de café no Brasil (LARISSA, 2014).

Em 2008 ocorre a inauguração dos Armazéns-Gerais de Varginha. Nos anos seguintes novas marcas são incorporadas, em 2009 o café Letícia, fabricado em Montes Claros, no Norte de Minas, e os refrescos em pó Frisco e Tornado; em 2011 o café Fino Grão, original de Contagem, Minas Gerais; em 2014 o café Itamaraty, original do Paraná; em 2016, as marcas de varejo da Cia Iguaçu, fabricantes dos cafés solúvel Iguaçu, Cruzeiro e Amigo; em 2019, o Café Cirol, de Recife/PE; em 2018, o Café Manaus, de Manaus/AM, com a inauguração de uma fábrica do Grupo na cidade; e mais recentemente, em 2020 a 3Corações adquiriu as operações de café torrado e moído da japonesa Mitsui Alimentos Ltda no Brasil, cujas marcas incluem Café Brasileiro, .br Gold, Café 3 Fazendas, Café Premiado, e Bandeira. Outro movimento importante tem a ver com a produção de máquinas de café em cápsulas e das cápsulas em si. Para produzi-los a empresa adentrou o mercado de eletrodomésticos e das chamadas monodoses¹⁶⁷. A decisão de entrada nesse mercado se deu em 2013, quando estabeleceu parceria com a marca italiana Caffitaly para a produção das máquinas apresentadas como "solução Três". Em 2016 foi firmado acordo de *joint venture* e inaugurada a fábrica de cápsulas 3Caffi, em Montes Claros. Nos anos mais recentes foram também firmados acordos de *joint ventures* com a Prumo, aceleradora de *startups* que inaugurou a loja Café do Moço, em Curitiba; e a Positive Brands, que detém as marcas A tal da castanha e Jungle. A lista das marcas controladas pelo Grupo 3Corações inclui: Café 3Corações; Santa Clara; três; Café Brasileiro; .br; Pimpinela; Café Fino Grão; Letícia; Kimimo; Fort; Café Itamaraty; Café Iguaçu; Cruzeiro; Amigo; Café 3 Fazendas; Café Premiado; Café do Cuca; Bandeira; Café do Doutor; Café Divinópolis; Gerônimo Tradicional; Café Bangu; Café Ouribom; Café Londrina; Café Cirol; Café Toko; e Café Manaus.

¹⁶⁷ Cafés em dose única, denominação alternativa para as cápsulas.



Figura 3.4 Logomarcas das empresas de café controladas pelo Grupo 3Corações.

Fonte: Elaboração própria a partir de informações e imagens disponibilizadas no portal da empresa.

Vale destacar alguns aspectos semióticos que se repetem entre as logomarcas: a predominância dos tons de vermelho e marrom, que remetem aos frutos e grãos do cafeeiro. Pelo menos duas marcas (Santa Clara e Café Brasileiro) lançam mão do amarelo e verde, cores da bandeira brasileira. A palavra fazenda, do Café Fazenda, evoca aspectos de tradição e da antiguidade do plantio do café no Brasil. A busca desse mesmo sentido pode explicar a manutenção de grafias (Itamaraty e Gerônimo) e designs antigos. Como símbolo da contemporaneidade, do mundo online, há as logomarcas da três e da .br, sendo que esta inova também na cor roxa.

Os aspectos da origem e das trajetórias das dez maiores torrefadoras do mundo¹⁶⁸, expostos com alguma minúcia, dão suporte à compreensão do intenso processo de fusões e aquisições por elas vivenciado nas últimas décadas. Outro aspecto que merece destaque é a abrangência em termos de produtos alimentícios, algumas partiram no café e se ampliaram, outras chegaram a ele no

¹⁶⁸ Embora extenso, optamos por fazer esse registro precisamente com a intenção de mostrar a dinâmica dos processos, assim como as tendências comuns observadas nas trajetórias das empresas em questão.

decorrer de sua caminhada. Ambos os fatores, as fusões e a diversificação de produtos¹⁶⁹, dão o tom das tendências observadas no sistema agroalimentar na atualidade.

A trajetória recente do Grupo 3corações evidencia que o Brasil não se vê descolado desses movimentos globais. Conforme aponta a seção a seguir, o cenário nacional nos permite compreender melhor como se dá a combinação entre concentração e desnacionalização no âmbito da indústria do café.

3.3 O mercado brasileiro de café

O retrato contemporâneo da indústria brasileira de café é de um mercado altamente concentrado. Em 2018, a Abic registrava em seu banco de dados a existência de 1.393 indústrias do ramo. Destas, 405 eram associadas e respondiam por 73,5% do consumo interno de café torrado e moído. No mesmo ano, a produção das 10 maiores empresas associadas totalizou 78,03% da produção nacional (ABIC, 2019). Ao passo que em 2002, as 10 maiores concentravam 41,69% da produção (SILVA, AZEVEDO e JÚNIOR, 2017). Para Foscales, Saes e Vacari (2016), esta configuração confere ao mercado de torrefação e moagem de café brasileiro a caracterização de oligopólio com franja competitivo¹⁷⁰.

De acordo com o representante da Café Bom Dia, o mercado brasileiro que até dez anos era "muito regionalizado" (Entrev. 21) vem adquirindo contornos nacionais e se integrando cada vez mais à rede global devido à compra e à unificação das empresas. Este processo pode ser melhor compreendido a partir dos dados do Quadro 3.1, a seguir.

¹⁶⁹ A formação dos grandes conglomerados do sistema agroalimentar tem uma implicação metodológica importante para esta e outras pesquisas, na medida em que dificulta a produção e coleta de dados e análises sobre o café ou outras commodities específicas – dados esses que, vale lembrar, já não são disponibilizados com facilidade pelas empresas.

¹⁷⁰ A teoria microeconômica classifica-o como um mercado com poucas grandes empresas no núcleo e muitas empresas menores na franja, que acompanham o movimento das empresas líderes/núcleo do oligopólio (LABINI, 1984[1956]; CYRILLO, 1987; PEREIRA e BANKUTI, 2016).

Quadro 3.1 As dez maiores empresas associadas da Associação Brasileira da Indústria de Café em 2004 e 2018

2004	2018
Sara Lee Cafés do Brasil Ltda.	Grupo Três Corações
Santa Clara Ind. e Com. de Alimentos Ltda.	Jacobs Douwe Egberts Br Com. De Cafés Ltda
Mellita do Brasil Ind. e Com. Ltda.	Inds. Alimentos. Marata Ltda.
Café Damasco Ltda	Melitta Do Brasil Ind. E Com. Ltda.
Cia. Cacique de Café Solúvel	Mitsui Alimentos Ltda.
Mitsui Alimentos Ltda.	São Braz S/A Ind. E Com. De Alimentos S.A
Café Bom Dia Ltda.	Coop. Regional de Cafeicultores em Guaxupe Ltda. - Cooxupe
Café Três Corações S.A.	Café Bom Dia Ltda.
São Braz s/a Ind. e Com. de Alimentos S.A.	Café Pacaembu Ltda.
Moka Trading Company Ltda.	Café Rancheiro Agro Indl. Ltda.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Silva, Azevedo e Júnior (2017) para o ano de 2004 e da ABIC para o ano de 2018.

Com relação às fatias de mercado das cinco principais empresas em termos de volume e valores transacionados, tem-se a seguinte distribuição:

Tabela 3.4 *Market share* das cinco principais torrefadoras presentes no Brasil (2019)

Empresas	Volume	Empresas	Valores
Grupo 3Corações	29%	Grupo 3Corações	23%
JDE	26%	JDE	19%
Marata	11%	Nestlé	15%
Melitta	7%	Marata	7%
Mitsui	3%	Melitta	6%
Outras	24%	Outras	30%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Rabobank, 2020.

O Grupo 3Corações é líder nacional em termos de volume comercializado e valor transacionado, seguido da JDE (JAB Holding). A Nestlé aparece como terceira empresa em termos de valores, porém não consta na lista das cinco maiores em relação ao volume de vendas. Uma possível explicação tem a ver com o fato de que ela comercializa café solúvel e cápsulas, porém não está presente no mercado de torrado e moído.

Há novidades em relação aos dados registrados no Quadro 3.1. A Sara Lee, líder do mercado nacional em 2004, tornou-se JDE e atualmente pertence à JAB. Também a Cia Cacique foi adquirida pela JAB, em 2017. Santa Clara, Mitsui e Café 3Corações, que ocupavam a 2^a, a 6^a e a 8^a posições em 2004, respectivamente, atualmente pertencem ao Grupo 3Corações. Outra mudança recente diz respeito à aquisição da marca Café Pacaembu pela italiana Massimo Zanetti, em 2019.

A terceira principal processadora de café no Brasil é a Maratá, indústria fundada na década de 1960, no município de Lagarto, estado de Sergipe, originalmente dedicada ao negócio do fumo, sob o nome de Indústrias de Fumo Saci Ltda. O café veio a ser incorporado ao portfólio da empresa em 1984, com a aquisição da Indústria de Torrefação e Moagem de Café Maratá, presente no mercado desde 1962. Desde então a empresa expandiu-se para vários setores e hoje possui negócios na área de alimentos; agronegócios (pecuária e citricultura); descartáveis; embalagens plásticas; construção civil e exportação. Está presente também no ramo educacional, com escolas e até mesmo a Faculdade José Augusto Vieira, fundada em 2004. Ainda que a maior parte dos negócios tenha lugar em Sergipe, no que tange ao café foi realizado um movimento de expansão em direção à Bahia, com a inauguração de Armazéns-Gerais no município de Vitória da Conquista, em 2006, voltado à exportação de café cru em grãos.

A Melitta foi fundada ainda em 1908, quando uma dona de casa alemã, a Sra. Melitta Bentz, inventou o filtro de papel. A tecnologia foi então registrada e aperfeiçoou-se com o suporte patenteado em 1937 com o nome de filtro de passar café. Em 1968 chegou ao Brasil, com a abertura de uma filial em Avaré/SP e em 1980 passou a comercializar o primeiro café a vácuo do país. Em 2008 adentrou o mercado de especiais, com a comercialização da linha Melitta Regiões Brasileiras (Cerrado, Mogiana e Sul de Minas), e em 2018 lançou as cápsulas Melitta. A empresa está presente no Sul de Minas, na cidade de Varginha, com uma indústria e Armazéns-Gerais¹⁷¹, instalados em

¹⁷¹ Visitados no trabalho de campo realizado em julho de 2019.

2018. Além disso, possui unidades em Avaré/SP e Bom Jesus/RS e a fábrica de papel e filtros em Guaíba/RS, sede da indústria de papéis Celupa, adquirida pela Melitta ainda em 1976. Dentre as marcas de café adquiridas nos últimos anos encontram-se a Café Bom Jesus, do Rio Grande do Sul, comprada em 2006; e a Café Barão, original de Piumhi, oeste de Minas Gerais, adquirida em 2017, até então controlada pelo Grupo Mogyana.

Outra empresa nordestina é a São Braz, fundada em 1951, no município de Cabedelo, na Paraíba. Atualmente ela conta com mais de 200 itens alimentícios, distribuídos em 12 linhas industriais. O Grupo detém ainda negócios nos ramos automobilístico, com concessionárias Chevrolet, Fiat e Toyota, bem como meios de comunicação, como as afiliadas da TV Globo (TV Cabo Branco e TV Paraíba), a rádio Cabo Branco e o Jornal da Paraíba. No segmento do café produz torrado e moído, solúvel e filtros, comercializados sob as marcas São Braz e Café Nordestino. Possui ainda a rede de franquias de cafeterias São Braz Coffee Shop, presente em seis estados do Nordeste.

Fundada em 1932 como Cooperativa de Crédito Agrícola, a Cooxupé (Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda) é hoje a maior cooperativa de café do mundo, com mais de 15 mil cooperados e cerca de 2.500 colaboradores. Recebe café produzido em mais de 200 municípios das regiões mineiras Sul e Cerrado e do Vale do Rio Pardo, em São Paulo. Sediada em Guaxupé, no Sul de Minas Gerais, onde está também instalado o Complexo Industrial do Japy¹⁷², a Cooxupé possui unidades em outras três dezenas de municípios, além do escritório de exportação no porto de Santos, que destina café para cerca de 50 países e tem entre seus clientes Starbucks, Nespresso e Illy Café. A cooperativa é responsável por cerca de 16% da safra brasileira de café arábica e comercializa mais de 5 milhões de sacas de café por ano. Segundo informou um de seus colaboradores, ela tem capacidade para armazenar aproximadamente 6,4 milhões de sacas em seus 18 armazéns (16 próprios e 2 terceirizados). Embora seu principal negócio seja a comercialização de café verde¹⁷³, exportado pela primeira vez ainda em 1959, a Cooxupé possui torrefação própria, iniciada em 1984, em razão da demanda de cooperados e visitantes que desejavam auferir a qualidade dos grãos por ela comercializados. As marcas de café da Cooperativa são Evolutto, Prima

¹⁷² Conforme informações disponibilizadas no vídeo institucional da empresa, o Complexo Industrial Japy possui capacidade para armazenar 2,1 milhões de sacas e equipamentos para receber até 4 mil sacas por hora (ver https://www.youtube.com/watch?v=eJsaGAu7W1k&feature=emb_logo; Acesso em 5 de outubro de 2020).

¹⁷³ A Cooxupé também fabrica ração, cujo abastecimento se destina principalmente aos próprios cooperados, e óleo de café verde, extraído para fins de uso em cosméticos (Entrev. 38).

Qualitá e Terrazza, comercializadas, dentre outros, pela rede Carrefour, com distribuição prioritária no Sudeste, em especial, nas regiões de atuação da própria cooperativa. Mais recentemente a Cooxupé passou a atuar no mercado de máquinas de café, com sachês da Evolutto e da Prima Qualitá. O volume da torrefação é da ordem de 350 mil sacas por ano (Entrev. 38).

Outra mineira, a Café Bom Dia, foi fundada em 1978 em Varginha, por empresários cuja família já cultivava café na região desde 1895. Possui quatro marcas: Bom Dia; Sul de Minas; Marques de Paiva Gourmet Coffee e Café Brazil, as duas últimas destinadas ao mercado internacional. No Brasil, o Rio de Janeiro compreende seu principal mercado, com mais de 50% das vendas. Além de processar os cafés das marcas próprias, a empresa também realiza torrefação e moagem para mais de 80 marcas, dentre as quais Carrefour e Pão de Açúcar – marca Qualitá. Fabrica também o café da estadunidense Dunkin Donuts vendido nas cerca de 150 lojas no Brasil e, em breve, também na América do Sul. Em entrevista foi informado que a Bom Dia deve iniciar a torrefação do café Guaií, produzido pela Cooperativa Camponesa, ligada aos assentamentos e acampamentos do MST em Campo do Meio. Juntamente com a distribuição nacional, os cafés torrados e moídos pela Bom Dia são exportados para clientes na Europa, Estados Unidos, Japão e China, dentre outros. A exportação compreende um percentual pequeno e os clientes da empresa são poucos, porém pulverizados.

Para fechar a lista das dez maiores torrefadoras de café associadas à Abic em 2018 está o Café Rancheiro, fundado em 1985, originalmente com instalações em Ouro Verde de Goiás e mais tarde em Anápolis, no mesmo estado. Atualmente comercializa as marcas Café Rancheiro; Pingo de Ouro; 3 Poderes; Do Cê; Anapolino e Qualycream.

Desse apanhado de informações sobressai a concentração regional no Nordeste e Sudeste, com destaque para Minas Gerais. Além disso, a Cooxupé aparece como a única cooperativa. Todas as demais são empresas com décadas de atuação no mercado cafeeiro, com trajetória de intensa concentração. A internacionalização é outro fator fundamental, conforme veremos a seguir.

3.3.1 A internacionalização do mercado brasileiro de café

Dentre os componentes do processo de concentração está a internacionalização do sistema agroalimentar. No caso do Brasil, em particular na indústria de torrefação e moagem, os dados do Quadro 3.1 mostram que a presença de multinacionais entre as cinco maiores empresas presentes no país passou de duas (Sara Lee e Melitta) para quatro (Grupo 3 Corações; JDE; Melitta e Mitsui)

entre 2004 e 2018¹⁷⁴. Sobre internacionalização, o estudo de Silva, Azevedo e Júnior (2017) identificou 30 operações de fusões e aquisições entre os anos 1990 e março de 2016. Destas, 17 envolveram corporações de origem estrangeira. O Quadro 3.2, a seguir, traz uma síntese das operações no período:

¹⁷⁴ Lembrando que em 2020 o Grupo 3Corações adquiriu as operações de café da Mitsui no Brasil.

Quadro 3.2 Relação das operações de fusão e aquisição no setor cafeeiro brasileiro entre 1990 e março de 2016.

Adquirente	Origem	Adquirida	Estado	Ano
Mitsui & Co. Ltd.	Japão	Mitsui-Yoshioka	SP	1990
Grupo Branco Peres	Brasil	Café do Centro	SP	1994
Café Damasco	Brasil	Café Negresco	PR	1996
Sara Lee	EUA	Café do Ponto	SP	1998
Sara Lee	EUA	Café Seleta	SP	1998
Café Damasco	Brasil	Café Pacheco	RS	1999
Sara Lee	EUA	Ativos de café da Cia. União	SP	2000
Nhá Benta Alimentos	Brasil	Café Tiradentes	SP	2000
Strauss	Israel	Café Três Corações	MG	2001
Segafredo Zaneti	Itália	Café Nacional	MG	2001
Minas Export	Brasil	Café Moka	SP	2003
Café Damasco	Brasil	Café América	BA	2003
Café Damasco	Brasil	Café Palheta	RJ	2004
Santa Clara	Brasil	Café Pimpinella	RJ	2004
Strauss	Israel	Santa Clara (50% - joint venture)	RN	2006
Café Toko	Brasil	Café Minas Rio	MG	2006
Melitta	Alemanha	Café Bom Jesus	RS	2007
Lavazza	Itália	Café Grão Nobre	RJ	2008
Sara Lee	EUA	Café Moka	SP	2008
Strauss/Santa Clara	Israel/Brasil	Café Letícia	MG	2009
Lavazza	Itália	Café Terra Brasil	SP	2009
Sara Lee	EUA	Minas Export	MG	2009
Sara Lee	EUA	Café Damasco	PR	2010
Grupo 3 Corações	Israel/Brasil	Café Fino Grão	MG	2011
Foods Alimentos	Brasil	Marca Café Seleta	SP	2012
Grupo 3 Corações	Israel/Brasil	Café Itamaraty	PR	2014
Brasil Espresso	Brasil	Café Astro	MG	2014
Café Três Marias	Brasil	Café Solúvel Brasília	MG	2015
Grupo 3 Corações	Israel/Brasil	Marcas de café da Cia. Iguaçu	PR	2016
Brasil Espresso	Brasil	Madame D'Orvilliers	SP	2016
Jacobs Douwe Egberts	Holanda	Foods Alimentos	MG	2016
AC Café	Brasil	Café do Centro	SP	s.d

Fonte: Silva, Azevedo e Júnior, 2017, p. 40.

No que diz respeito à distribuição geográfica, os autores mostram que o estado de São Paulo abriga 39% delas, seguido de Minas Gerais (26%), Paraná (13%), Rio de Janeiro (9%) e outros estados (13%). A maior aglomeração na região Sudeste reflete a própria distribuição geográfica das torrefadoras brasileiras e empresas de maneira geral, localizadas na região de maior concentração populacional e econômica do país (SILVA, AZEVEDO e JÚNIOR, 2017).

Em termos de quantidade de indústrias de torra e moagem, o cenário atual se mostra bastante distinto daquele dos anos 1950 e 1960 (na esteira da criação do IBC), marcado pelos incentivos estatais de apoio e regulação da indústria cafeeira brasileira¹⁷⁵. O crescimento expressivo da indústria à época teve relação com a campanha pelo aumento do consumo de café promovida pelo IBC a partir de 1958 e com a política de subsídio, coordenada pelo mesmo órgão, que vigorou entre 1959 e 1971. Combinado com o crescimento populacional brasileiro no período, incentivos e subsídios contribuíram para estimular o consumo interno, que passou de aproximadamente três milhões de sacas em 1959 para oito milhões em 1970 (CARDOSO, 1976), um aumento de 153% entre 1960 e 1969 (FOSCACHES, SAES e VACARI, 2016).

Esse processo trouxe ao menos uma grande mudança na indústria cafeeira: a redução do número de torrefadoras¹⁷⁶, seguida do nivelamento da qualidade do produto em torno dos tipos 6 e 7, de sabor Riado e Rio (CARDOSO, 1976), de pior qualidade, ao mesmo tempo em que "as marcas tradicionais de melhor qualidade igualaram-se em preço e qualidade àquelas mais baratas e inferiores" (ibidem, p. 80). O tabelamento, como parte da política do IBC, visava a criação da imagem de um café homogêneo entre os consumidores brasileiros (FOSCACHES, SAES e VACARI, 2016).

Em todas as entrevistas realizadas para a tese, as referências ao IBC enfatizaram a dimensão do controle e das normas impostas pelo órgão sobre o mercado cafeeiro nacional. Mesmo considerando a diversidade de atores entrevistados, as perspectivas apresentadas foram, via de regra, muito negativas. A análise empreendida até o momento nos permite problematizar essa

¹⁷⁵ Cabe ressaltar que a indústria do café crescia desde os anos 1930, impulsionada pela política de substituição de importações implementada por Getúlio Vargas. Em resgate histórico mais longo, nota-se que já no século XIX haviam surgido as primeiras indústrias de torrefação no país (CARDOSO, 1976).

¹⁷⁶ Cardoso (1976) analisa o tamanho das empresas, por meio das classes de quotas distribuídas pelo IBC e aponta que no ano de 1969, do total de 2.338 empresas, 93,2% (2.181) eram de pequeno porte, 5,8% (133) de médio e 1% (24) poderia ser consideradas grandes empresas, com volume de processamento acima de 3 mil sacas ao mês.

leitura, considerando não somente os aspectos da regulação analisados no Capítulo 2, mas também as singularidades brasileiras.

Entendemos que o papel do IBC deve ser analisado à luz da dinâmica internacional da época. Nessa medida, os acontecimentos relativos à indústria de solúvel fornecem um contexto propício para esse empreendimento analítico. Como veremos na seção a seguir, políticas deliberadas dos Estados nacionais do Norte incidiram diretamente sobre a indústria de solúvel brasileira, no intuito de restringir sua expansão internacional e beneficiar as empresas de seus países. Os episódios registram aspectos das políticas industrial e de desenvolvimento do período, assim como denotam a imbricação de interesses públicos e privados.

3.3.2 A indústria brasileira de café solúvel e a lei que proíbe a importação de café

O caso da indústria brasileira de café solúvel expressa de forma bem significativa as disputas geopolíticas observadas no mercado cafeeiro. Em resumo, nos anos 1960 vimos os esforços de promoção da indústria nacional de solúvel serem minados pelas empresas estrangeiras e pelos governos dos países do Norte. Tais pressões não foram suficientes para exterminar por completo a indústria brasileira, mas limitaram sobremaneira sua expansão. Atualmente são seis as indústrias associadas à Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics) – Cacique, Café Iguaçu, Nescafé, Cocam, Real Café e Café Campinho – esta última sediada em Alfenas/MG. Três delas pertencem a multinacionais: a Cacique é controlada pela JAB; a Iguaçu, pela japonesa Marubeni e a Nescafé, pela Nestlé.

Como vimos no Capítulo dois, as primeiras experiências de produção e comercialização de café solúvel datam de fins do século XIX, ampliadas após inovações da Nestlé na década de 1930. No entanto, foi no pós-II Guerra que a produção de solúvel se consolidou de fato. Nas décadas seguintes, a mesma Nestlé e outras empresas do ramo passaram a deslocar suas fábricas para os países do Sul, na América Latina e, em seguida, na África¹⁷⁷. Em meados da década de 1970, 21 países contavam com subsidiárias de empresas que então se transnacionalizavam.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Ainda em 1952 a Nestlé passou a produzir Nescafé em Porto Ferreira/SP.

¹⁷⁸ Para Talbot (2004) até a II Guerra o mercado cafeeiro possuía somente uma empresa com atuação efetivamente transnacional, a Nestlé. Ela liderava o mercado do Reino Unido, tinha forte presença na França e dominava o mercado de solúvel nos Estados Unidos.

Este processo motivou os países produtores de café a desenvolver suas próprias indústrias, dentre os quais o Brasil¹⁷⁹. No nosso caso, fomos ainda mais longe: "o Brasil deu um passo ainda maior e tentou competir no mercado dos EUA" (TALBOT, 2004, p. 62).

Os esforços partiram do próprio IBC. As novas indústrias receberam apoio estatal explícito, por meio de acesso aos estoques de café do órgão, incluindo grãos de baixa qualidade (*broken beans*) e cafês não exportáveis, assim como a garantia de compra pelo Estado¹⁸⁰. Os produtores de solúvel ficaram isentos das taxas de exportação aplicadas aos exportadores de grãos verdes. A inauguração das fábricas da Cacique¹⁸¹, em Londrina/PR, em 1959; da Dominion, em São Paulo/SP, em 1965; e da Frusol, na região de Campinas/SP, vieram na sequência.

Tais medidas permitiram que o café solúvel brasileiro, à época conhecido como "Brazil powder", chegasse ao mercado estadunidense a preços mais baixos do que o café solúvel produzido por empresas daquele país a partir de grãos verdes brasileiros. Entre 1965 e 1967, a participação de empresas brasileiras nos EUA passou de 1% para 14%. As firmas brasileiras se expandiram também em direção ao mercado Canadá e às repúblicas soviéticas.

Esse crescimento acendeu uma luz amarela de alerta, e parte das empresas norte-americanas exercitou seu poder de oligopólio por meio de agressivas práticas de marketing, descontos e oferta de cupons. A tensão no mercado internacional foi visível. As estadunidenses recorreram ao Estado, reivindicando retaliação e medidas para conter a crescente presença brasileira, acusada de "unfair trading practice". O Brasil se recusou a se retrair voluntariamente e foi então sancionado pelo famoso Artigo 44, imposto no AIC de 1968, que proibia "práticas discriminatórias em favor do café processado em oposição ao café verde". Como consequência, o Brasil foi compelido a aplicar taxa de exportação de 13 centavos de dólar por libra de café instantâneo destinado aos Estados Unidos (TALBOT, 2004). O famoso "dois pesos, duas medidas".

¹⁷⁹ Havia duas condições necessárias para o desenvolvimento das indústrias de solúvel nos países do Sul: i) volume de produção suficiente para manter as exportações de café verde e suprir a indústria de solúvel; e ii) infraestrutura adequada. No fim dos anos 1950 somente sete países reuniam estas condições (Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Costa do Marfim, Angola e Uganda), já no fim dos anos 1980 as condições eram atendidas em cerca de 20 países (TALBOT, 2004).

¹⁸⁰ Havia a garantia de compra de 80% da produção no primeiro ano de operação e de porcentagens decrescentes nos anos seguintes (TALBOT, 2004).

¹⁸¹ O mote da campanha de lançamento do café solúvel da Cacique no mercado interno brasileiro era "jogue o coador fora". No ano seguinte a empresa assinou contrato com o jogador de futebol, tricampeão mundial, Pelé, e passou a comercializar o Café Pelé, até hoje presente no mercado.

Os Estados Unidos, que ao mesmo tempo estava engajado em uma operação massiva de aumento das exportações de trigo sob o disfarce de food aid, obteve sucesso na imposição de regulação que proibia os países do Terceiro Mundo de fazer exatamente o mesmo para promover suas respectivas exportações de produtos industrializados. Ademais, a maior parte dos países europeus signatários do AIC praticavam tarifas progressivas sobre o café, com maiores cobranças sobre café solúvel do que sobre café verde, uma forma de tratamento discriminatório contra o café processado (TALBOT, 2004, p. 62).

Estas práticas exemplificam os processos analisados, dentre outros, por Rodrik (2018), Chang (2004), Wade (2003) e Bairosch e Kozul-Wright (1996) em que países ricos chutam a escada¹⁸² do desenvolvimento, impedindo que nações pobres sigam estratégias semelhantes, com o emprego de medidas de proteção do mercado interno e subsídios à indústria nacional. Nessa empreitada, países do Norte utilizam de constrangimentos econômicos e políticos com a intenção de impedir a industrialização e o desenvolvimento de países do Sul.

As experiências históricas denotam que isso é feito a partir de um pacto entre Estados e corporações, isto é, a partir da convergência de interesses da política externa estatal e da expansão corporativa além das fronteiras nacionais. Pompeia (2021) analisa essa prática nos anos 1960 e 1970 no âmbito do sistema alimentar e mostra como houve um processo de legitimação e sustentação mútua do ideário do agribusiness e da guerra contra a fome (*war on hunger*). Nessa medida, o autor chama a atenção para medidas de apoio deliberado dos Estados na promoção sistêmica das corporações em países menos desenvolvidos. O pleito das corporações do agribusiness era de que “o governo participasse de forma ativa dos empreendimentos nesses Estados, assumindo a maioria dos riscos iniciais e possibilitando às empresas receberem taxas de administração, além da oportunidade posterior de compra gradual da participação do governo” (Goldberg, 1966 *apud* Pompeia, 2021, pp. 60-61).

No caso aqui analisado, as ameaças no âmbito do sistema internacional colocaram os países produtores diante do dilema entre, de um lado, avançar no desenvolvimento de suas próprias indústrias de processamento de café e sofrer retaliações; ou, de outro, resguardar seu lugar como produtores e retrain os esforços industrializantes. Apesar das resistências enfrentadas no âmbito

¹⁸² Expressão que dá nome ao livro de Chang, a qual o autor toma emprestado de Friedrich List, em sua obra *The National System of Political Economy*, publicada originalmente em idioma alemão no ano de 1841.

do mercado e do sistema internacional, pelo menos cinco países do Sul conseguiram desenvolver indústrias de solúvel: Brasil, Equador, Costa do Marfim¹⁸³, Colômbia e Índia (TALBOT, 2004).

No entanto, já nos anos 1970 o fôlego da indústria brasileira de solúvel parecia estar se esgotando frente às pressões comerciais dos países e das empresas do Norte. Diversas firmas nacionais passaram a vender sua produção de solúvel para as transnacionais que então comercializavam os cafês em marcas e embalagens próprias¹⁸⁴. Concomitantemente vimos o avanço da desnacionalização das empresas brasileiras. Nos anos 1980 parte da Iguazu foi vendida para o grupo japonês Marubeni e a Vigor foi adquirida pela exportadora Marcellino Martins, mais tarde comprada pela ED&F.

Dadas as estruturas dos mercados dos Estados Unidos e da Europa no período do imediato pós-guerra, era quase impossível que qualquer processadora de café localizada nos países produtores adentrasse as atividades de torra, embalagem e venda de café nos grandes mercados consumidores. Nem um único país produtor poderia produzir um blend comparável àqueles produzidos pelas grandes torrefadoras. [Isso porque] cada país cultivava uma, ou por vezes duas espécies, de tal forma que teriam que importar café para produzir blends comparáveis (TALBOT, 2004, p. 54).

Atualmente, o debate sobre a industrialização do café brasileiro não mais envolve políticas de apoio estatal direto. As controvérsias giram, sobretudo, em torno dos impostos de importação e exportação. No caso do café solúvel, o produto nacional exportado é taxado em 9%. De acordo com um dos diretores da Faeng, este é um dos principais entraves para a indústria nacional.

Hoje o solúvel pra exportar pra Europa, ele é taxado em 9%. Pra você ter uma ideia, aqui na América do Sul, os países do Pacto Andino, Peru, Colômbia, esse tipo de coisa.. Entram na Europa com taxa 0. Ou seja, tudo que nós conseguimos aqui internamente melhorar em termos de competitividade, nós perdemos quando nosso produto é taxado em [%]. Em outros países é 20 [%], é isso, é aquilo, em outros países, em outros continentes. Ou seja, abrindo.. (Entrev. 9).

Se estamos em posição de desvantagem em relação aos países do Pacto Andino, a abertura do mercado, isto é, a redução ou eliminação das taxas de exportação, é vista como uma medida favorável, que pode contribuir para ampliar a fatia de mercado brasileira. A perspectiva de que é

¹⁸³ Principal produtor de café canephora nas décadas de 1960 e 1970.

¹⁸⁴ Enquanto a General Foods mantinha certa resistência à produção brasileira, Nestlé, Coca-Cola/Tenco, Hills Bros e Chock Full o'Nuts estavam entre as que se beneficiavam do café processado no Brasil (TALBOT, 2004).

preciso abrir nosso mercado é também compartilhada pelo CCC-MG, em referência às condições de atração de fábricas estrangeiras para o território brasileiro: “Enquanto nós formos um mercado fechado pra esse tipo de coisa, a empresa tem mais que montar em outro país e não montar no Brasil. Se existe um culpado nisso tudo, o culpado somos nós de sermos um mercado extremamente fechado” (Entrev. 23).

O trecho acima tem relação direta com outra questão chave no debate atual: a lei que proíbe a importação de café verde. Argumenta-se que uma das vantagens das transnacionais em relação às empresas brasileiras de café é a possibilidade de importar e combinar distintas qualidades e variedades de grãos e desenvolver suas próprias receitas. No Brasil isso não é possível pois é vedada a importação de grãos de outras origens. A proibição se dá por meio de altas tarifas de importação (10%) e requisitos de normas fitossanitárias. Todavia, tais medidas de proteção dos cafeicultores não são unanimidade no setor.

A indústria de solúvel e, mais recentemente, de cápsulas, é favorável à autorização da importação de grãos para a composição dos *blends*, operação chamada de *drawback*. Um aspecto chave decorre do fato de que o café *canephora* – em geral de sabor mais forte e preço mais baixo – é indispensável aos *blends* de solúvel. Embora esta qualidade seja produzida no Brasil, especialmente no Espírito Santo e em Roraima, como vimos no Capítulo 1, ela é minoritária. Já para a indústria de cápsulas, interessa mais a importação de outras variedades de café arábica, para compor *blends* na linha dos cafés especiais.

De tempos em tempos essa discussão é retomada. Em 2015, motivado em grande parte por pressões da Nestlé¹⁸⁵, o Governo Federal decidiu flexibilizar as restrições à importação, autorizando a entrada de café peruano, mas voltou atrás após mobilização dos cafeicultores¹⁸⁶. Na ocasião, Breno Mesquita, diretor da Faemg, argumentou que

a autorização para importar o grão do Peru é um desestímulo à produção. Não seria interessante cortar o empreendedorismo dos produtores nacionais, que estão investindo em qualidade e na melhoria dos processos de produção. A decisão é um balde de água fria para quem está apostando na cultura (VALVERDE, 2016).

¹⁸⁵ Que naquele ano havia iniciado a fabricação das cápsulas Dolce Gusto em Montes Claros/MG.

¹⁸⁶ A Instrução Normativa n.6, publicada pelo MAPA em 29 de abril de 2015, em seu artigo 1º decidiu "Aprovar os requisitos fitossanitários para importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de café (*Coffea arabica* L.), produzidos no Peru" (MAPA, 2015). A medida foi revogada no mês seguinte, por meio da Resolução n.3 do Departamento de Sanidade Vegetal do MAPA, publicada no Diário Oficial da União em 21 de maio do mesmo ano, após ter recebido muitas críticas e pressões de entidades representativas do setor.

Também contrário à medida de autorização das importações, em ofícios enviados à então Ministra do MAPA, Kátia Abreu, e à Presidenta da República, Dilma Rousseff, o CNC afirmou que

o setor produtivo considera desleal a competição com os grãos de arábica de origem peruana, uma vez que o cumprimento do respeito às relações trabalhistas e à proteção ambiental naquele país é inferior ao padrão brasileiro, conforme atestam especialistas do mercado internacional do café (CNC, 2015).

Em 2017 o tema voltou novamente para a pauta, quando o então ministro da agricultura, Blairo Maggi, editou portaria que autorizou a importação de um milhão de sacas de café canéfora do Vietnã. A autorização se deu por meio de redução de 10% para 2% da tarifa de importação, determinando que o volume que exceder a cota deveria pagar uma taxa de 35%. Poucas semanas depois, o então presidente Michel Temer revogou a medida, após uma série de manifestações e esforços contrários por parte de parlamentares e órgãos ligados ao setor¹⁸⁷.

Para os que se colocam contrários, a avaliação é de que "há muito bairrismo nisso daí" (Entrev. 23).

A questão da importação de café verde permanece, portanto, como um dos temas de dissenso entre os diversos segmentos da cafeicultura brasileira. Ao passo que os produtores seguem barrando a autorização legal para a importação, a indústria tem criado vias de escape. Uma delas corresponde à importação de grãos não torrados e não descafeinados. Em 2017, o país importou 352 mil quilos de café não torrado do Vietnã. Considerando o café torrado e moído, isto é, industrializado, também em 2017, as importações somaram um total de 3.386 toneladas, no valor de US\$69,6 milhões, ao passo que exportamos 1.766 toneladas, no valor de US\$13 milhões. Enquanto o café exportado sai ao preço de US\$7 por quilo, o importado chega ao nosso mercado no valor de US\$21 por quilo, ou seja, o triplo do preço (FOLHA, 2018).

Outra estratégia de contorno da restrição passa diretamente pelo estabelecimento de parceria com o capital estrangeiro. Conforme relatado em entrevista por um representante da 3Corações, parte do café vendido por suas marcas no Brasil é processado no exterior. Essa operação

¹⁸⁷ Dentre os parlamentares que se engajaram diretamente na matéria encontram-se a Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), o Deputado Carlos Melles (DEM/MG) e o Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), cuja manifestação no Senado Federal está disponível no portal do Senado, em <https://www.youtube.com/watch?v=O56e0gai0Qg&feature=youtu.be> (Acesso em 10 de outubro de 2020).

tornou-se possível após a celebração da fusão com a Strauss, que já possuía plantas de processamento na Europa. O Grupo leva café verde brasileiro para o exterior, combina-o a outras qualidades para formar os *blends*, e traz de volta ao Brasil na forma de torrado e moído.

Representante dos agricultores, a posição da Faemg, não é contrária à importação de café por princípio. O argumento é centrado na ideia de que o café importado deve compartilhar das mesmas regulações trabalhistas e ambientais, caso contrário a competição torna-se desleal:

Hoje o mundo fala 'sustentabilidade'. Eu já tive oportunidade de ir em vários países. Fui na Guatemala, a mamãe amamentando aqui e colhendo café, o filhinho dela com 3, 4 anos, colhendo café. Já que nós vamos de sustentabilidade, então faça no mundo. Tenhamos uma regra pra todos, aí o Brasil é sustentável, a Guatemala, a Colômbia, seja o que for. Não sou contra trazer outras origens pra cá não, desde que essas origens que a gente traga pra cá tenham o mesmo nível de obrigação que nós temos porque aí você vai matar a cafeicultura brasileira. E qual é a ideia? Se nós somos competitivos, agora vem um café do Vietnã, não tem salário mínimo, não tem registro em carteira. É justo eu trazer pra cá pra competir com o pequeninho, que o cara tem um monte de imposto pra pagar, o cara sobrevive com muito trabalho? Então, sou a favor, mas criemos regras que todos possam obedecê-las, senão nós vamos ter problema de tudo quanto é tipo, porque a própria legislação brasileira porque ela é muito forte, não vou dizer que é errado ou certo porque isso não questiona... (Entrev. 9).

Outra representante da entidade aponta que a "rigidez" da legislação brasileira acaba por se tornar um entrave para a competitividade do setor:

ela é extremamente rígida, correta, e quando você compara ela com outros países, ela acaba sendo uma trava pra gente na comercialização, em produtividade porque ela é extremamente rígida. Esse é um entrave pra cafeicultura hoje, em termos né? Não podemos falar que ela tá errada, mas na competitividade nossa, ela vira um entrave com outros países que não tem nada (Entrev. 10).

Outro argumento mobilizado pelos produtores rurais é que o café brasileiro possui quantidade e diversidade suficientes para atender as demandas da indústria de torrefação, inclusive a composição dos *blends*. Diversos de nossos entrevistados reconhecem que "o Brasil hoje produz qualquer café que se produz no mundo. Nós temos nichos de mercado, temos nichos de produção":

nós somos o maior produtor, se nós temos uma variedade muito grande de cafés, todos diferentes (...) de qualquer café do mundo, nós temos aqui uma variedade, um lugar que se espelha. Então porque não fazer isso aí uma plataforma, uma planta industrial pra fazer isso? Normalmente, não vou dizer que é má fé, não é

má fé, mas é negócio. O pessoal quer vir mas 'o mundo precisa de blend e o blend quem define é o consumidor, então nós queremos fazer isso importando cafés de outras origens'. Hoje é proibido, hoje a gente não faz isso (Entrev. 9).

O que o tema da proibição de importação de grãos verdes indica sobre a relação entre o Estado e a indústria cafeeira no Brasil? Nossa pesquisa de campo mostrou como a regulação estatal, mais especificamente a participação do Estado nas definições de preços e estoques, é, quase por princípio, malvista pelos atores da rede do café, em particular, da indústria. Nas poucas menções ou reivindicações ao apoio estatal, vimos convergência entre os entrevistados sobre o sentido de maior inserção global, como um reforço às iniciativas já perseguidas cotidianamente pelas próprias firmas.

A indústria tem que fazer o papel dela. (...) Primeira coisa seria investimento em tecnologia, em embalagens apropriadas, em certificações. Porque o Brasil ele precisa achar o espaço dele lá fora, vender o produto dele lá fora, propagar o produto dele lá fora. (...) Então falta esse trabalho e não podemos esperar isso do governo mais (Entrev. 21).

Da mesma forma, explorar o mercado interno é uma estratégia cada vez mais em voga:

E o meu mercado? Eu saio daqui, não vendo pra padaria da esquina vou querer vender pra uma padaria lá dos Estados Unidos? A gente não pode esquecer que nós somos o segundo maior consumidor de café do mundo, aqui se vende 25 milhões de sacas (Entrev. 21).

A diversidade dos mercados de comercialização do café e seus consumidores é um tema cada vez mais central para a governança da RPG. Na seção seguinte mapeamos e analisamos o segmento do varejo e as dinâmicas associadas às mudanças no consumo.

3.4 A concentração no varejo e as novas tendências de consumo de café

A concentração é também cada vez mais expressiva no segmento do varejo. Apesar de sua crescente influência no controle das redes de alimentos, no caso do café nota-se que "a habilidade das torrefadoras em manter as baixas margens de lucro dos varejistas sugere que elas ainda são a

força dominante da cadeia, mesmo a jusante" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 122)¹⁸⁸. Entre os supermercados, as margens de lucro auferidas com os cafés tradicionais e especiais gira em torno de 12% e 20%, respectivamente. Outro aspecto relevante é o fato do "café ser um item que atrai consumidores aos supermercados" (ibidem, p. 146), ou seja, alguns consumidores escolhem frequentar um ou outro supermercado de acordo com as marcas de café por eles ofertados. E ainda,

dados os enormes esforços promocionais despendidos pelas torrefadoras, os supermercados, particularmente nos Estados Unidos, frequentemente usam o café como "loss leader", item vendido a preço de custo ou mesmo abaixo deste, a fim de atrair pessoas para as lojas, presumindo que elas farão compras adicionais (TALBOT, 2004, p. 52).

Esse fenômeno fortalece abordagens de tipo sistêmicas, atentas aos aspectos da composição de diferentes bens alimentares nos cardápios e dietas alimentares. Na medida em que os alimentos e bebidas são, via de regra, consumidos em conexão com outros bens, os produtos não podem ser considerados em si ou isolados do conjunto do qual fazem parte, como é comum na economia convencional e em análises de cadeias de produtos agroalimentares (MALUF, 2021).

A literatura que estuda a chamada revolução dos supermercados e os movimentos recentes de concentração no varejo (REARDON e BERDEGUÉ, 2002; REARDON, HENSON e BERDEGUÉ, 2007; MONTAGUT e VIVAS, 2007; LORR, 2020; e outros) mostra como os varejistas têm sido capazes de orientar e por vezes efetivamente coordenar diversas cadeias produtivas.

Recentemente, contudo, os supermercados vêm enfrentando uma nova fonte de concorrência: as compras pela internet – acentuadas sobremaneira pelo contexto da pandemia da Covid-19. Ainda relativamente pouco desenvolvidas no Brasil e nos demais países do Sul, compras online por meio de grandes firmas como a Amazon têm contornado a própria figura – e, conseqüentemente, a influência – dos supermercados em países da Europa e nos Estados Unidos.

Tudo indica que a diversidade de novas opções não deve promover a substituição integral de um canal de comércio por outro. O marketing da Nespresso, por exemplo, investe tanto na ampliação dos canais de relacionamento remoto com os clientes, quanto na valorização de pontos

¹⁸⁸ A constatação dos autores refere-se ao mercado do café em âmbito global e é complementada por estudo pormenorizado do mercado italiano, cujas dinâmicas corroboram a ideia de que quanto mais alto o preço, maior a proporção capturada pelos torrefadores e, em menor escala, pelos supermercados.

de venda física, como as "boutiques" de luxo, localizadas em locais nobres de cidades como Nova York, Boston, Miami, Paris e São Francisco, e as lojas de departamento de alto padrão nos Estados Unidos, tais como Macy's, Bloomingdale's e Williams-Sonoma. A mensagem comum veiculada em todos os canais de venda da Nespresso gira em torno da ideia da exclusividade. Nos 30 segundos de duração do primeiro comercial de TV da Nespresso nos Estados Unidos que foi ao ar em 2012, a ideia era reproduzir um ambiente de cafeteria, iluminado por uma luz romântica. "Uma mulher – não inteiramente visível – escolhe uma cápsula de café de uma caixa Nespresso, coloca na máquina e faz uma xícara de café, coberta com espuma de leite" (LEVERE, 2012). A frase mote do comercial era: "Nespresso, o melhor café, o seu".

Nesta mesma chave da busca por exclusividade em relação ao produto em si e ao momento em que ele é consumido, a Starbucks tem adotado uma estratégia singular, na contramão da ampliação dos canais de venda. Em 2017, encerrou suas vendas online e passou a comercializar seus produtos (cafés variados, camisetas, canecas) somente em lojas físicas, referidas como "local Starbucks". Segundo o C.E.O da empresa à época, Kevin Johnson, a criação de "experiências únicas e imersivas nas lojas físicas" foi a maneira como a empresa decidiu enfrentar o "movimento sísmico" que se abate sobre o varejo na atualidade (COWLEY, 2017)¹⁸⁹.

Para incentivar os clientes a despendar mais tempo nas cafeterias, a Starbucks passou a ofertar internet grátis e ilimitada desde meados de 2010. Uma tentativa de criar um "terceiro lugar", entre a casa e o trabalho. Além da oferta do "free Wi-Fi", por meio de parceria com Yahoo, The Wall Street Journal, o guia de restaurantes e entretenimento Zagat, a loja de músicas da Apple (iTunes), e a plataforma de dados de localização Foursquare, clientes da Starbucks passaram a ter acesso a conteúdos exclusivos que vão desde matérias de jornal, músicas e filmes, dicas de como elaborar um currículo ou resumo para congressos, dentre outros benefícios "exclusivos" (MILLER, 2010). Essas novas parcerias podem significar a abertura de novas perspectivas de negócios, não focadas somente nas vendas dos *shakes* e cafés. "Se você tem oito pessoas sentadas na loja por quatro horas consumindo somente um café, isso não está movimentando as vendas. Contudo, se esse mesmo grupo está lá por quatro horas, consome apenas um café, mas compra 14 músicas, isso é venda" (idem).

¹⁸⁹ Apesar de não diretamente relacionada ao café, é sintomática a fala de um executivo da Amazon quando da abertura da super livraria em Manhattan, Nova York/EUA, em 2017: "todos devemos ter imaginado que a entrega delivery por meio de drones seria a próxima grande novidade da Amazon. Mas o futuro se mostra uma típica (sic) loja física na Time Warner Center, próximo aos Columbus Circle" (CLINES, 2017).

Ainda sobre as mudanças no âmbito do consumo, merece destaque a ampliação do comércio e RTD. Conforme já notado anteriormente, o crescimento deste mercado tem a ver com uma série de mudanças dos hábitos de consumo nas últimas décadas, associadas à busca por alimentos mais saudáveis. Segundo La Merced (2018b), as vendas de Coca-Cola vinham caindo por cinco anos seguidos quando, em 2018, a empresa adquiriu a marca inglesa Costa Coffees, presente em mais de 30 países. Dentre as motivações da Coca-Cola está a competição com a Starbucks pelo emergente mercado chinês.

O consumo nas cafeterias tem crescido em todo o mundo, inclusive no Brasil, puxado especialmente por consumidores jovens. Segundo informações do Rabobank, o Brasil possui hoje cerca de 13 mil cafeterias (*coffee shops*), embora a maior parte não seja exclusivamente especializada em cafés. As cafeterias independentes perfazem a maior parte do mercado (66%), embora venha crescendo o número de lojas de redes como Cacau Show, Kopenhagen, Havana, Grão Expresso, Fran's Café, Starbucks e outras (RABOBANK, 2020).

Interessa destacar que um dos papéis relevantes das cafeterias para o negócio do café como um todo é despertar o interesse dos consumidores para especiais e para as particularidades das diferentes origens, *blends* e técnicas de preparo. Assim, o crescimento das cafeterias as coloca na terceira posição em termos de extração da renda gerada na RPG do café – antecidas pelos supermercados e pelas torrefadoras. Para todos eles, tem-se que quanto maior a venda de serviços e produtos correlatos ao café, porém dissociados do seu custo de produção, maiores os lucros. Afinal, "torrefadoras, varejistas e bares vendem atributos simbólicos e in-person services conectados ao café. A maior parte do valor adicionado é criado aqui" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 214).

As lanchonetes mineiras que vendiam café de "1 ou 2 reais" de baixa qualidade vem dando lugar a cafeterias que comercializam variedades de origens e sabores:

Uma coisa que deu uma alavancagem muito forte no café especial foi o advento das cafeterias. Cafeterias era um lugar que você ia lá, pagava 1 real, 2 reais, aquela porcaria e ia embora. Em Minas Gerais tem muito disso. Hoje você vai numa cafeteria, não é raro você ver um cara mexendo num laptop, um cara lendo um livro e tomando um bom café. Na verdade isso aí virou, entre aspas, um estilo de vida. O cara vai, bate um papo, marca uma conversa e tal e o ambiente é propício pra isso, ambiente gostoso, ambiente em tese elegante. Isso aí catapultou o consumo de cafés especiais no Brasil. O Brasil acordou não só pro café, mas pro café diferente que nós produzimos e muito bem (Entrev. 9).

Vale notar, contudo, que algumas cafeterias têm apostado na comercialização de cafés especiais a preços baixos. A Locol, pequena rede da Califórnia, Estados Unidos, vende cafés a US\$1. Valores adicionais são cobrados pelo café com leite, com açúcar, com creme e outros adicionais. Na busca pela "extrema democratização" dos cafés de qualidade, a aposta da Locol é, portanto, na segmentação dos produtos e em formas de organização do trabalho inspiradas nos *fast foods* que possibilitam a manutenção de baixos custos (STRAND, 2017).

Conforme o Paradoxo do Café, quanto mais *in-person services* e quanto maior o valor imaterial, maior o preço cobrado nas cafeterias. No processo caracterizado por Ponte (2002) como uma incipiente 'latte revolution', franquias como a Starbucks vendem a popularidade de suas marcas e identidades a elas associadas. Já pequenas cafeterias se beneficiam das comunidades locais criadas no seu entorno e mantidas e reinventadas pela fidelidade de seus consumidores. São eles que, em última instância, criam e reproduzem parte do valor que circula nas cafeterias.

Tudo isso faz com que embora a valorização das origens possa estar presente nas preocupações dos consumidores e concretamente destacada nos rótulos dispostos nas prateleiras, a distância entre as paisagens das cafeterias e das lavouras de café seja notável – e crescente.

No Brasil, embora venha aumentando o consumo de café fora dos lares, a maior parte dele ocorre nas residências (64%). Com relação ao tipo de café consumido, dados de 2017 mostram que 81% é torrado e moído, 18% em grãos e 0,9% em cápsulas¹⁹⁰ (ABIC, 2019). O crescimento do mercado de cápsulas é expressivo, mas deve estabilizar nos próximos anos. A explicação para tal decorre tanto das preocupações com o passivo ambiental com o descarte das embalagens, quanto do fato de que o consumo das cápsulas tem despertado o interesse de muitos consumidores, em sua maioria jovens, a respeito do universo cafeeiro e dos cafés especiais em particular. Com isso, parte dos consumidores já está migrando e deve migrar para o consumo de grãos, ao invés de torrado e moído, privilegiando aspectos de qualidade, variedade e exclusividade. Esse conjunto de mudanças se vê diretamente associado a transformações na percepção e na valorização da qualidade dos cafés, conforme análise da subseção a seguir.

¹⁹⁰ Embora as primeiras cápsulas tenham sido comercializadas pela Nespresso a partir de 2006, o consumo só veio a crescer a partir de 2013, quando foi quebrada a patente da Nestlé e outras empresas passaram a comercializar suas próprias máquinas e cápsulas de café no Brasil.

3.4.1 O poder das marcas e a questão da qualidade

Em relação ao crescimento do número de marcas de café na segunda metade do século XX, "na medida em que a competição entre marcas veio à tona nos Estados Unidos, o produto em si passou a ter importância secundária" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 77). Tal processo intensificou-se sobremaneira com a emergência do solúvel, ainda mais associado à ideia da homogeneização dos produtos. Na Europa, no entanto, diferentes preferências nacionais contribuíram para conservar padrões específicos de consumo, mesmo no contexto do crescente domínio das multinacionais. Lá, a preservação de preferências mais nacionalizadas tem a ver, em parte, com as ligações coloniais, na medida em que os cafés produzidos nas antigas colônias eram em geral destinados às respectivas ex-metrópoles (TALBOT, 2004).

Ao longo do tempo a noção de qualidade veio se modificando e se ampliando. Passou a valorizar atributos como o aroma, a textura e a cor, como também aspectos simbólicos, imateriais, cada vez mais associados ao momento do consumo. Não por acaso, a qualidade

pode estar ligada aos métodos de preparo. Pode ser gerada no ambiente de consumo e servida como um signifiante de estilo de vida. Pode ser criada por meio da provisão de um serviço, como por exemplo uma troca com um barista. Pode surgir de interações conscientes ou inconscientes entre consumidores (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 140).

Vê-se, portanto, que o entendimento sobre a qualidade passou a ser elaborado em uma arena cada vez mais ampliada, com atores cada vez mais diversos. Callon, Méadel e Rabeharisoa (2002) atribuem essa dinâmica à reflexividade dos mercados: reflexivos porque colaborativos. Figuram como fóruns híbridos de definição da qualidade, assim chamados tanto em razão da heterogeneidade e diversidade dos agentes envolvidos, quanto do rol de temas que passam a abordar e questionar – economia, política, ética, direito e até mesmo a ciência. A percepção e a valoração da qualidade tornam-se, portanto, parte de um processo de cognição distribuída (idem).

Esse processo coletivo envolve uma série de atores muitas vezes invisíveis, mobilizados pelas firmas e empresas de comunicação, engajados em esforços de guiar os consumidores e induzir a valorização de certas características em detrimento de outras. Isto é, de atrair a atenção dos consumidores para aquilo que determinada marca – e não outras – pode oferecer. Há, portanto, um sistema sociotécnico em questão no qual os consumidores estão imersos e, ao mesmo tempo, atuam para transformá-lo.

Se é verdade que os consumidores têm certa liberdade na escolha e produzem suas valorações a partir de influências externas variadas, também é verdade que as preferências são formadas dentro desse aparato, dessa cognição colaborativa e distribuída, o que impossibilita a completa independência entre oferta e demanda, entre consumidores e produtores. Essas características tornam o sistema, ao mesmo tempo, estável e reconfigurável. (CALLON, MEADEL, e RABEHARISOA, 2002). O que se vê, portanto, é um processo contínuo de formação e (re)avaliação de percepções, no qual qualidades são atribuídas, estabilizadas, objetificadas e rearranjadas (ibidem, p. 199).

A distribuição dos atores com poder de influência não é aleatória. A maior parte dos agentes com capacidade de influenciar a formação das preferências e os julgamentos de valor situa-se no Norte global, os quais, por sua vez, são altamente influenciados pelas torrefadoras e outros atores de mercado daqueles países. Assim, "os avanços nessa área seguem um forte vetor de transmissão Norte-Sul, com um grupo restrito de atores do Norte determinando tanto as definições de qualidade dos cafés (incluindo características desejáveis de sustentabilidade) quanto a operacionalização e as medições de seus efeitos" (GRABS e PONTE, 2019, p. 819).

Esse debate nos provoca uma reflexão a respeito da classificação do café como *commodity*. Cabe lembrar que "o café, assim como qualquer outro produto agrícola comercializado internacionalmente, é uma commodity não em função do curso da natureza, mas porque instituições específicas alçaram-no a esta condição" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 271). Enquanto na virada do século XIX para o XX se deu o processo de constituição do café *commodity*, atualmente tem-se a relativa desconstrução dessa percepção, ou seja, de valorização das especificidades, *vis à vis* a homogeneidade. A identificação de um café como especial demanda, contudo, conhecimento por parte dos atores envolvidos nas negociações, assim como a existência de um aparato sociotécnico para aferir a classificação do café. Conforme apontado por um técnico da Emater/MG,

Todo café depende da colocação que você tem pra ele. Às vezes um produtor tem um café especial e não tem a colocação do mercado pra ele e acaba ele é vendido como café de preço normal, de commodity. Muitas vezes o produtor tem parte da produção como especial, que são cafés que depois de selecionados você fica com o café pior, você tira só o melhor, e esse pior é vendido no mercado commodity normal e o outro pega preço de especial (Entrev. 5).

Esse tema será tratado com mais profundidade no Capítulo 5 da tese, de maneira que interessa aqui tão somente problematizar uma visão naturalizada do café como *commodity*. Na

medida em que "a economia da qualidade é sobretudo baseada na singularidade dos bens ofertados aos consumidores" (CALLON, MEADEL, e RABEHARISOA, 2002, p. 202), encarar o café como um produto homogêneo perde o sentido. Como ocorre com os vinhos, o céu é o limite em termos de exclusividade: cada xícara tem sua particularidade, pois advém de microlotes com características exclusivas e passa por processos de torra e preparo também específicos.

No caso dos cafés tradicionais, mantém-se a preocupação com a homogeneidade, ao passo que as diferenciações são deslocadas para os momentos pós torra, *blend* e empacotamento, pois "a principal questão de qualidade para os torrefadores *mainstream* é a homogeneidade. Cada *blend* deve ter o mesmo gosto todos os dias em todos os pontos de venda" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 141).

O marketing das marcas tradicionais trabalha, portanto, em uma lógica aparentemente contraditória. Ao mesmo tempo em que busca se diferenciar das demais concorrentes, corre atrás da homogeneidade relativa a seus próprios *blends*. No entanto, é fato que a maior parte dos consumidores não identifica com muita precisão as diferenças por vezes sutis entre os *blends* de distintas marcas. Como consequência, é comum os consumidores usarem "as marcas como proxy para variações de qualidade. [...] Embalagem, posicionamento dos produtos nas estantes dos mercados e anúncios comerciais também jogam papéis importantes na formação das ideias dos consumidores sobre 'qualidade'" (idem). Tanto é assim que nos comerciais de TV e em outros veículos de propaganda, costuma-se mobilizar "qualidade" de forma genérica, sem qualquer aprofundamento de quais aspectos compõem ou singularizam a qualidade de uma ou outra marca de café.

Ao invés, nota-se com mais frequência a mobilização de aspectos que extrapolam o ambiente imediato e as características intrínsecas. Sobre as estratégias da Nespresso/Nestlé, uma notícia do jornal *The New York Times* de 2009 já apontava que

os especialistas em marketing observam que a empresa está vendendo não apenas café, mas também um senso de aspiração: compre o produto, prove o estilo de vida. Isso é feito de formas óbvias e também sutis, que vão desde nomear seus blends de "grand cru", à patrocinar eventos como a Americas' Cup yachting [competição de barcos], o campeonato de tênis francês [Roland-Garros] e o festival de [cinema] Cannes, bem como a utilização do [ator] George Clooney como porta-voz (SALTMARSH, 2009).

A preocupação com a qualidade e a fidelidade com as marcas é menor em estabelecimentos comerciais (exceto cafeterias especializadas), relativamente ao café adquirido para consumo nas residências. O caso da marca italiana Illy seria uma exceção, na medida em que ela obteve sucesso em dominar o mercado de espresso das cafeterias de rua na Itália¹⁹¹ (DAVIRON e PONTE, 2005).

Nessa equação, a origem dos cafés foi, até pouco tempo, uma variável negligenciada. Isso porque não interessa para as empresas que os consumidores "identifiquem o café como queniano, mas como Lavazza" por exemplo (ibidem, p. 150). O sucesso dessa estratégia acabou dando origem a uma espécie de mito em torno do espresso italiano que tanto ofusca o fato dos grãos serem originários dos trópicos, quanto sustenta a ideia de que a preparação e/ou as marcas conferem a incorporação de qualidades materiais ao café, tornando-o 'bom' independente da qualidade da matéria-prima utilizada.

Conforme apontado por um deputado mineiro atuante no setor da agropecuária e do café em particular, a reputação da Illy vem na sua própria embalagem, a despeito da origem.

A Illy embalou o café dela, é respeitado no mundo inteiro. Se você perguntar pra quem consome café da Illy sem ver a embalagem, vai falar assim 'eu tenho certeza que é da Colômbia', mas 80% é do Brasil. 80%. É do Brasil. Então quer dizer, o marketing nosso sempre deixou a desejar né? (Entrev. 8).

Apesar de fornecer a maior parte dos cafés para a Illy – e outras grandes marcas do mundo – a omissão da informação da origem acaba por "esconder" o Brasil, sobretudo no que se refere ao segmento dos especiais. Ocorre, portanto, uma certa reificação de informações que não mais retratam o mercado de cafés da atualidade com a devida acurácia. Embora os "catados" colombianos mantenham sua reputação e posto de liderança quando a questão é qualidade, o Brasil já é o principal fornecedor das grandes comercializadoras de especiais do mundo.

Muito embora não seja muito reconhecido e valorizado pelos consumidores, o café brasileiro é de amplo conhecimento dos atores que circulam dos estágios de comercialização que precedem a venda final. Conforme apontou uma das representantes da Ipanema Coffees, a empresa não é muito conhecida no Brasil, mas tem nome consolidado no exterior entre exportadoras, torrefadoras e demais atores que circulam nas feiras de cafés especiais.

¹⁹¹ Uma das estratégias desenvolvidas pela empresa para garantir homogeneidade no produto foi a criação das máquinas de café espresso que fornecem a porção única – o que soluciona diferenças na dosagem e nos processos de limpeza das máquinas (DAVIRON e PONTE, 2005).

Ela é referência principalmente internacionalmente. No Brasil não é muito conhecida principalmente por não ter uma marca que vende no supermercado e não ter cafeteria, mas fora, se você for em feiras de café fora do Brasil, a Ipanema é muito referência pro pessoal de café especial (Entrev. 32).

Como já destacado anteriormente, a valorização da origem dos cafés tem o potencial de beneficiar os agricultores, ao mesmo tempo em que tem sido apropriada pelas torrefadoras de modo geral. Para analistas do Rabobank,

o aumento da demanda pelos cafés de origem única (*single origin*) é um fator que pode ajudar a construir a posição de premium das marcas de café, e torrefadoras de todos os tamanhos têm se beneficiado dessa tendência. Também é importante notar que as origens são uma forma de educar os consumidores e podem melhorar a imagem de toda a indústria do café se forem gerenciadas adequadamente (RABOBANK, 2020, p. 5).

Como se vê, a qualidade e as disputas em seu entorno formam tema central para a RPG do café na contemporaneidade. Dada a importância dos novos elementos e perspectivas associadas à emergência dos cafés especiais, dedicamos o Capítulo 5 à investigação deste campo específico de atores e interesses. Lá buscamos compreender quais discursos e práticas o singularizam em que medida elas, de fato, se distinguem e, mais, permitem a criação de autonomias emancipadoras relativas à lógica e à dinâmica mais geral da rede de produção global do café.

Antes disso, no capítulo seguinte nos dedicamos à análise do terceiro pilar da governança, a financeirização. É de nosso interesse compreender as dimensões do fenômeno e quais mecanismos e arranjos conectam agricultores do Sul de Minas às praças financeiras mundiais.

CAPÍTULO 4

4 A ESTRATÉGIA DA FINANCEIRIZAÇÃO

Nos últimos séculos, e mais ainda nas últimas décadas, vimos muitas mudanças na forma como a terra e a produção agrícola podem ser transportadas para paisagens distantes ao redor do globo. Parcela significativa dessas mudanças está ligada a ferramentas tecnológicas e financeiras. Este capítulo se dedica à análise das finanças na rede de produção global do café e suas estratégias de inserção no Sul de Minas Gerais. Toma a financeirização como o terceiro pilar da governança da rede, juntamente com o par concentração-internacionalização e a regulação privada do negócio do café.

Embora a financeirização da agricultura não seja um fenômeno novo, há novidades históricas a serem analisadas, em especial no que tange à sustentação mútua dos três pilares da governança desde o fim das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café em 1989.

Em "What is land? Assembling a resource for global investment", Tania Li (2014) aponta que a terra pode ser, simultaneamente, muitas coisas para diferentes atores. Ela carrega significados distintos para agricultoras/es, cobradores de impostos e agentes do mercado financeiro, por exemplo. Da mesma forma, é diversa a sua materialidade, uma vez que cada porção de terra possui riquezas próprias, cuja utilização varia conforme as diferentes formas de acordo com tradições e técnicas de manejo. São igualmente múltiplas as formas de representação da terra, que possui "dispositivos de inscrição" tão diversos quanto "o machado, a pá, o arado, o título de propriedade, o registro fiscal, mapas, gráficos, imagens de satélite, sepulturas ancestrais, pés de manga" (LI, 2014, p. 589).

Semelhante a esta abordagem, Clapp (2015) mobiliza a ideia de paisagens agrícolas distantes (*distant agricultural landscapes*) para mostrar que "o crescimento do sistema agroalimentar industrial global tem estimulado formas cada vez mais complexas de 'distância' que separam os alimentos tanto geográfica quanto mentalmente das paisagens em que foram produzidos" (ibidem, p. 305). Tais distanciamentos foram sustentados por movimentos de industrialização, globalização, corporatização e financeirização ao longo dos séculos XX e XXI e têm como uma de suas principais consequências a produção de externalidades ecológicas e sociais. Isto é, as distâncias provocam incertezas e zonas cinzentas no que tange à identificação e à responsabilização dos custos ecológicos e sociais gerados pela produção agropecuária em escala industrial.

Para Tsing (2009), novas tecnologias que dão celeridade à comunicação e ao transporte das *commodities*; novos arranjos financeiros que criam dinheiro a partir de novos regimes de propriedade e garantem lucros a nível global; e novas formas de contabilidade criativa e contabilização do valor "imaterial" são três características do capitalismo atual caracterizado pela autora como *supply chain capitalism*.

Partindo das reflexões de Li (2014), Clapp (2015), Tsing (2009), bem como da literatura da Teoria do Ator-Rede e autores do campo da financeirização da agricultura, este capítulo busca compreender o papel dos dispositivos financeiros no transporte e na manipulação das terras e da produção cafeeira a distância. De início, recuperamos alguns traços marcantes do desenvolvimento histórico da produção agrícola que levaram à criação dos contratos futuros, tornando possível o transporte das mercadorias em longas distâncias e curtos espaços de tempo. Na sequência é discutido o conceito de financeirização, a partir de estudos teóricos e empíricos de base global e nacional. Em seguida, situamos a rede do café do Sul de Minas Gerais no cenário da financeirização da agricultura. Analisamos dados referentes ao comércio mundial de café, bem como mecanismos e trajetórias específicas que promovem ligações entre empresas e cooperativas do Sul de Minas e agentes transnacionais por meio das finanças. Finalmente, abordamos a dinâmica dos preços das terras na região, comparando-os às variações do preço do café, a fim de verificar se e como a financeirização do café impacta o mercado de terras na região.

As conexões entre esses componentes da financeirização nos permitirão mostrar sua centralidade no negócio do café, bem como sua adaptabilidade e capacidade de customização a fim de se relacionar com os mais diferentes atores, nas diversas paisagens e escalas geográficas. Uma das consequências da penetração das finanças são os obstáculos à captura da renda em nível local.

4.1 Sentidos do distanciamento: Comodificação e financeirização do café

Historicamente, ferramentas e processos financeiros viabilizaram e foram viabilizados por uma série de outras inovações que permitiram estender o campo da agricultura no tempo e no espaço. A padronização dos produtos e a regulamentação dos procedimentos de comércio foram fundamentais para a estruturação de mercados globais de *commodities*, como o do café, desde a segunda metade do século XIX.

A Bolsa de Valores de Chicago, a *Chicago Board of Trade (CBOT)* foi um dos cenários chave das novas formas de conceber e promover o comércio. Para Cronon (1991), duas inovações

tecnológicas exerceram papel fundamental nesse processo: i) a expansão das ferrovias¹⁹²; e ii) a construção da rede telegráfica¹⁹³. Ambas permitiram que grandes quantidades de grãos fossem transacionadas e transportadas com muito mais facilidade e rapidez.

Uma terceira inovação, dos anos 1850, foi o elevador de grãos a vapor. Ele exerceu papel fundamental para desvincular os agricultores do momento da comercialização, pois possibilitou manusear e transportar os grãos sem o uso de sacos individualizados, além de permitir a mistura da produção de várias origens em uma mesma caixa do elevador. A partir de então já não mais importava a procedência, desde que atendessem à demanda dos compradores (CRONON, 1991). Com isso, a padronização tornou-se imperativa. Consequentemente, foram eliminadas as variações heterogêneas dos produtos, ao passo que países e agricultores se tornavam invisíveis para as partes superiores da rede global do café (DAVIRON e VAGNERON, 2011). Da mesma forma, foi eliminada a função do comissário, tipo de comerciante que fornecia insumos, crédito e outros serviços aos agricultores. Ele deixou de atuar como um tipo de agente comercial do fazendeiro e tornou-se propriamente um comerciante comprador de grãos. Era o início da comoditização da agricultura.

A padronização e o telégrafo possibilitaram a venda antecipada dos lotes de grãos, antes que percorressem o trajeto entre Chicago e Nova York, com base nos chamados contratos a chegar – *to arrive*. Assim, permitiram a realização da transação comercial sem a presença física dos alimentos. "Por causa dessa nova capacidade, transações de mercado antes distantes foram repentinamente trazidas para perto de pequenas cidades ou mesmo do portão da fazenda" (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 7).

Em 1865 essa prática foi então organizada no âmbito da Bolsa de Valores de Chicago na forma de contratos futuros, que podiam ser negociados independentemente dos grãos físicos. O que levou Cronon (1991) a caracterizar o mercado de futuros como um mercado de preços de grãos – ao invés de um mercado de grãos propriamente dito. Finalmente, ainda no último quartel do século XIX, deu-se o último passo na construção do moderno mercado de *commodities*: a criação da securitização (*hedgings*), para proteger as transações comerciais futuras.

¹⁹² Conforme analisa Delfim Netto (1981) em seu clássico estudo sobre café e acumulação capitalista no Brasil, aqui as ferrovias cumpriram importante papel na interiorização da cafeicultura.

¹⁹³ A conexão entre Europa e Estados Unidos havia sido concretizada em 1866. Em 1874 o Brasil se conectou por telégrafo à Europa, por meio de uma linha que ligava Recife, Cabo Verde, Madeira e Lisboa (SILVA, M. 2011).

Os desenvolvimentos ocorridos em Chicago, majoritariamente centrados no comércio do trigo, logo se estenderam para outras *commodities*. No caso do café, os contratos de futuro remontam à fundação da Bolsa de Valores de Nova York, *New York Coffee Exchange*, em 1882. Em 1916 esta mesma praça incorporou os contratos de futuro de açúcar e só em 1970, os de cacau, período em que assumiu a identidade que tem ainda hoje: *New York Coffee, Sugar and Cocoa Exchange* (CSCE)¹⁹⁴. Os cafés *canephora*, por sua vez, começaram a ser comercializados na *London Commodity Exchange*, atual *London International Financial Futures Exchange* (LIFFE), nos anos 1970. Além das praças globais, desde 1999 o café brasileiro é também comercializado em contratos de futuro na Bolsa de Mercadorias, Futuros e Valores de São Paulo, a BM&F Bovespa¹⁹⁵¹⁹⁶, principal praça financeira do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Vale ressaltar, contudo, que mesmo que voltada preferencialmente às transações do mercado interno, as negociações na BM&F Bovespa têm como preço de referência os contratos de Nova York.

Em 1928 a Bolsa de Nova York criou um contrato exclusivo para o café oriundo do Porto de Santos (Santos n. 4), o qual vigorou até 1986, quando foi substituído pelo "contrato C", destinado aos cafés suaves, *milds* (FREDERICO, 2013). O café do Brasil só veio a ser aceito nos contratos "C" a partir de março de 2013, haja visto que até então era considerado de qualidade insuficiente. Atualmente, o "Contrato C"¹⁹⁷ reúne cafés arábicas de 20 países¹⁹⁸, a maior parte deles das Américas Central e do Sul. Ele entrega volumes especificados de 37.500 libras durante cinco meses do ano (março, maio, julho, setembro e dezembro) em portos autorizados nos Estados Unidos e na Europa. Os cafés são avaliados conforme seis medidas principais: cheiro; tamanho; cor; contagem de defeitos; uniformidade de torra; e *cup* (ICO/ICC, 2018). Considerando essas

¹⁹⁴ Em 1998, foi criada a *New York Board of Trade* (NYBOT), que supervisiona tanto a *Coffee, Sugar and Cocoa Exchange* (CSCE) quanto a *New York Cotton Exchange* (NYCE). Em 2007 ocorreu a fusão entre a *Intercontinental Exchange* (ICE) e a NYBOT, iniciando a comercialização eletrônica das *commodities* na NYBOT, dentre as quais o café (ICO/ICC, 2018).

¹⁹⁵ Sua origem remonta à Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP), criada em 1917, como a primeira bolsa de *commodities* agropecuárias do país. Em 1985 foi criada a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), por iniciativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e suas corretoras-membro. Em 1991 houve a fusão da BMSP e da BM&F. Em 1997, nova fusão, com a Bolsa Brasileira de Futuros (BBF), criada em 1983 e sediada no Rio de Janeiro (PENTEADO, 2016).

¹⁹⁶ Para a descrição das características dos contratos de café arábica na B3/BM&F, ver: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/commodities/ficha-do-produto-8AE490CA6D41D4C7016D45F3CA71386A.htm (Acesso em 21 de março de 2021).

¹⁹⁷ Para a descrição das características dos contratos de café arábica na ICE/Nova York, ver: <https://www.theice.com/products/15/Coffee-C-Futures> (Acesso em 21 de março de 2021).

¹⁹⁸ Brasil, Burundi, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Índia, Quênia, México, Nicarágua, Panamá, Papua Nova Guiné, Peru, Ruanda, Tanzânia, Uganda e Venezuela.

variáveis, o café colombiano é o mais bem posicionado e, por isso, seu preço conta com um prêmio adicional de 400 pontos já de saída. No espectro oposto, o café brasileiro possui um desconto de - 600 pontos.

No processo de precificação do café sul mineiro, nova operação de ponderação tem lugar no território¹⁹⁹. A avaliação das amostras que chegam na Cooxupé, por exemplo, parte do perfil típico da Bolsa de Nova York (contrato C descontado 600 pontos) e examina as características presentes.

Como a maior parte do café nosso é pra exportação, a base de preço é Nova York. A gente faz uma referência, por exemplo, a gente pega hoje um café com 15% de catação. Então ele vai ter 15% da formação do preço dele é café baixo, pro mercado interno, então ele vai ser São Paulo, B3. E o resto é preço Nova York, então a gente fala assim: Nova York menos 4, Nova York menos 8, então a base é Nova York e a gente tira uma parte do preço e acompanha sempre de perto. Então a gente não paga integralmente o café porque o café não é 100% de boa qualidade. Ele passa por uma triagem, por um rebenefício aqui, então isso tudo é levado em conta na formação do preço (Entrev. 38).

Está visto, portanto, que o café *commodity* não é uma variável binária. Conforme um de nossos entrevistados, cafeicultor do município de Nepomuceno, Sul de Minas, os próprios produtores transitam por esse espectro de qualidade: "Qual vai ser a meta? A meta vai ser produzir um café de qualidade, mirando o chamado café commodity, que é o café da bolsa. (...) O melhor possível dentro do commodity" (Entrev. 44).

Tais processos denotam como definições de caráter global, pautam diretamente a dinâmica dos mercados nacionais e locais. Devido ao peso conferido aos procedimentos financeiros nas décadas mais recentes, vemos que há uma concatenação de práticas e interesses que promovem a intensificação da financeirização simultaneamente à concentração e a internacionalização do negócio do café. Esta orientação provém dos atores que controlam a governança da rede, de tal forma que a regulação passa a assumir o papel de autorizar e institucionalizar padrões produtivos, práticas comerciais e normas relativas à distribuição dos ganhos que as favorece.

Há que se ressaltar: embora a relação entre finanças e agricultura não seja recente, foi somente a partir dos anos 1970 que a dinâmica financeira passou a se sobrepor a certos processos

¹⁹⁹ A correlação entre os preços da ICE Futures de Nova York e os valores praticados no mercado físico brasileiro é alta. Lemos (2014) acompanhou as variações entre janeiro de 2006 e maio de 2014 e mostrou existência de correlação de 92,3%.

organizativos e produtivos agrícolas de forma mais vigorosa. Desde então um novo conjunto de práticas e dispositivos passou a capitalizar as distâncias, criando dinheiro em contextos de crescimento econômico e aumento do consumo – mas também a despeito deles (BREGER-BUSH, 2012). Nesse cenário, se por um lado há o descolamento das finanças em relação aos chamados ativos reais ou produtivos, por outro, são forjadas novas formas de conexão entre agricultores e comerciantes de café situados em distintas regiões do globo. De fato, "as articulações que se desenham são, portanto, muito complexas, podendo 'saltar' escalas espaciais dependendo do processo, do espaço e dos sujeitos em questão" (HAESBAERT, 2021, p. 122).

Descrever, analisar e compreender fenômenos dessa natureza não é uma tarefa trivial. Um caminho interpretativo possível é a Teoria do Ator-Rede (TAR). Simultaneamente teoria e método, a TAR²⁰⁰ busca descrever o tecido social a partir das interações estabelecidas entre os diversos agentes ou actantes²⁰¹ que formam as redes de relações. Pressupõe múltiplas origens e implicações das ações, nas diversas escalas geográficas e, por isso, se mostra útil para a análise da financeirização do café.

O que esta abordagem tem a ver com a rede de produção global do café? Como ela pode nos ajudar a compreender a dinâmica de financeirização da rede?

A nosso ver, são duas as contribuições principais. A primeira delas e liga à questão da escala e do trânsito local-global inerente à própria dinâmica da financeirização. O conceito de ator-rede problematiza o tema das distâncias e das aproximações, isto é, das conexões existentes na rede. Não se trata de um novo compromisso entre micro-macro ou ator-estrutura, ou ainda da mobilização do recurso da dialética, mas de outro movimento, inteiramente distinto. Na tentativa de compreender a “topografia do social”, a noção do ator-rede²⁰² “leva a sério a *impossibilidade* de permanecer em um dos dois locais durante muito tempo” (LATOUR, 2012, p. 246).

²⁰⁰ A referência em inglês, ANT (*Actor Network Theory*) possui um significado adicional ao remeter à formiga (*ant*), um acrônimo “perfeitamente adequado para um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário. Uma formiga (*ant*) descrevendo para outras formigas” (LATOUR, 2012, p. 28).

²⁰¹ Termo empregado pela literatura da Teoria do Ator-Rede para se contrapor à noção de ator usualmente mobilizada na sociologia, essa essencialmente antropomórfica e individualista. Actante, por sua vez, engendra uma abordagem que considera agentes e mediadores humanos e não humanos, bem como assume que as ações são coletivas, isto é, não provém somente de um actante, mas de uma rede de associações e processos (LATOUR, 2012).

²⁰² "O 'ator', na expressão hifenizada 'ator-rede', não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção" (LATOUR, 2012, p. 75). O emprego do hífen se justifica pela intenção da TAR em "*desdobrar* os atores *como* redes de mediações" (ibidem, p. 198), "em considerar ao mesmo tempo o ator e a rede na qual ele está incrustado" (ibidem, p. 245).

A segunda contribuição tem a ver com a pressuposição da coletividade das ações. Ao levar em conta os variados actantes na definição do curso das ações, a TAR nos permite identificar e compreender o papel de dispositivos técnicos e processuais para o aprofundamento da financeirização. Ferrovias, telégrafo e elevador de grãos, assim como containers, big bags, máquinas e procedimentos de prova das amostras, contratos de mercados de futuro, *hedgings*, *barter*, créditos bancários e tantos outros dispositivos e inscrições se mostram indispensáveis para a formação e a dinâmica da rede. Isto porque eles não somente intermediam a relação entre agricultores, comerciantes, torrefadores e consumidores, mas também desempenham funções específicas que, juntas, movem a rede do café. Não por acaso, são caracterizados como dispositivos *mediadores* das ações, pois tanto intermediam ligações entre atores e/ou objetos, quanto, de fato, alteram a essência e os sentidos das relações produtivas: “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (LATOUR, 2012, p. 65).

Distanciamentos e descolamentos modernos são também objeto da análise de Giddens. O autor aborda o "deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço" (GIDDENS, 1991, p. 29). O que seria o desencaixe característico da modernidade deriva do fato de que "uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam aspectos principais da vida cotidiana" (ibidem, p. 83).

A dinâmica da bolsa de valores é uma dessas arenas estruturadas sobre as distâncias e os deslocamentos da sociedade contemporânea. Ela está repleta de actantes externos, inteiramente descolados da paisagem produtiva do café.

A commodity trabalha com fatores não só da produção, quer dizer, fundo de pensão começa a investir, como a gente fala, um grupo de pensão de velhinhas lá do Canadá resolve vender café e despenca o preço da bolsa e aqui na produção, que não tem nada a ver com isso e nem sabe como isso acontece (Entrev. 5).

Interessante notar que essas preocupações já haviam sido objeto de análise de Keynes. Ao analisar os fatores que agravam a “precariedade” de obtenção e sustentação dos investimentos, o autor aponta precisamente “o aumento gradual (...) das ações possuídas por pessoas que não dirigem nem têm conhecimento especial das circunstâncias, reais ou esperadas, dos negócios em questão” (KEYNES, 1985[1936], p. 113). Igualmente, aponta que “as flutuações de curto prazo

dos lucros dos investimentos existentes, embora sejam manifestamente efêmeras e desprovidas de significação, tendem a exercer sobre o mercado uma influência excessiva e mesmo absurda” (idem). “*Este é o resultado inevitável dos mercados financeiros organizados em torno da chamada ‘liquidez’*” (ibidem, p. 114) (grifo nosso).²⁰³

Nota-se, contudo, que os distanciamentos abrem caminhos para novas conexões e formas de aproximação. Em sua análise dos processos econômicos contemporâneos Harvey (2012) mobiliza o conceito da compressão do espaço-tempo trabalhado por Giddens e mostra como ele está ligado ao estreitamento dos horizontes temporais da tomada de decisões, ao passo que os avanços nos meios de comunicação e de transporte possibilitam a difusão imediata das decisões em espaços mais amplos e diversos.

Em análise semelhante, Rosa, Dörre e Lessenich (2017) associam apropriação, acumulação e ativação para mostrar que a estabilização dinâmica que caracteriza a modernidade capitalista "somente é atingida por meio de constante e progressiva apropriação das terras, recursos e capacidades, aceleração cumulativa nos âmbitos social, tecnológico e cultural e incessante ativação política e de governança da população" (ibidem, p. 4)²⁰⁴. Dos três processos complementares, interessa-nos observar o primeiro, da apropriação, para o qual os autores empregam o termo *landnahme*²⁰⁵, "conceito socioeconômico que descreve a expansão espaço-temporal e setorial do capitalismo sobre ambientes não-capitalistas" (idem).²⁰⁶

Nas seções subsequentes mostramos como dispositivos contemporâneos ampliaram o grau de aceleração das conexões na rede do café. As ligações temporais adquiriram caráter instantâneo, ao passo que o espaço assume aspectos de ubiquidade. É o que mostra o depoimento de um de nossos entrevistados, representante da Cooxupé, que se comunica com os cooperados por meio do aplicativo de mensagens whatsapp: "Eu mando o preço do café daqui a pouco e 9 mil contatos

²⁰³ A busca cega pela liquidez que atende os interesses individuais compromete, portanto, “a finalidade social do investimento” (KEYNES, 1985[1936], p. 114). Ou seja, “o fato de cada investidor individualmente considerado ter a ilusão de que participa de um negócio ‘líquido’ (embora isso não possa ser verdadeiro para todos os investidores coletivamente) acalma-lhe os nervos e anima-o a muito mais a correr riscos” (ibidem, pp. 116-117).

²⁰⁴ Classificam este processo de reprodução e acumulação como uma escalada, cuja imagem remete à uma bicicleta, que ganha estabilidade com o movimento.

²⁰⁵ Conceito introduzido por Burkart Lutz na esteira dos debates de Rosa Luxemburgo (DÖRRE, 2009 *apud* ROSA, DÖRRE E LESSENICH, 2017).

²⁰⁶ "O que é apropriado e commodificado pela 'máquina' capitalista não são apenas territórios, recursos e novos mercados, mas também esferas da vida e formas de atividade humanas que ainda não haviam sido transacionadas no mercado, bem como novos segmentos das nossas estruturas de personalidade como necessidades emocionais e relações sociais" (ROSA, DÖRRE E LESSENICH, 2017, pp. 4-5).

recebem na hora. A gente dá essa informação pra ele poder criar a estratégia dele de mercado" (Entrev. 38).

Contraditório ou não, o par distância-aproximação está na essência do próprio conceito de rede: ao empregar dispositivos financeiros, os cafeicultores do Sul de Minas, mediados ou não por corretores ou cooperativas, se conectam de forma direta e instantânea aos mercados financeiros globais, situados a milhares de quilômetros de seus cafezais. Os grãos verdes viajam rapidamente no tempo-espço, interagindo com actantes em diferentes escalas geográficas. Ao longo desta trajetória moldam e se deixam moldar por espaços locais e globais.

As viagens transportam mais do que apenas grãos verdes. Estes são acompanhados – e orientados – por interesses, ideologias e estruturas políticas e econômicas particulares, em rotas e circuitos arquitetados para promover fins específicos.

4.2 Interpretando a financeirização e seus reflexos no setor agrícola

Uma das definições de financeirização mais difundidas na literatura aponta-a como o “crescente papel de motivos, mercados, atores e instituições financeiras na operação das economias nacionais e internacionais” (EPSTEIN, 2005, p. 3). Seu diagnóstico envolve, portanto, a identificação de uma distinção essencial entre os processos históricos que ligaram a agricultura e a indústria às finanças (HILFERDING, 1985[1910]). A financeirização tem início quando o setor financeiro eleva às suas prioridades seu autofinanciamento – especialmente a partir da tríade finanças, seguros e mercado imobiliário (em inglês, FIRE: *finance, insurance and real estate*) (MAZZUCATO, 2021). Isto é, “os especuladores podem não causar dano quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento; mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolhas no turbilhão especulativo” (KEYNES, 1985[1936], p. 116).

Tal processo envolve, portanto, um conjunto de fenômenos relacionados ao domínio das ferramentas financeiras na gestão das empresas e dos governos, assim como a crescente centralidade do sistema financeiro internacional na distribuição de capital no mundo (FLIGSTEIN e CALDER, 2015). Isakson (2013) dá destaque à reorientação dos investimentos de empresas privadas e públicas, com a prioridade conferida ao lucro dos acionistas e ao retorno dos dividendos. Baseada no princípio do *shareholder value*, a chamada lógica dos acionistas envolve formas partilhadas ou coletivas de propriedade e investimentos financeiros. Ao analisar a agricultura

brasileira, Balestro e Lourenço (2014) examinam a crescente importância das finanças nas estratégias corporativas agropecuárias, seja pela via do financiamento da produção, seja pelo crescente número de investidores institucionais atuando diretamente nos mercados agrícolas. Ademais, chamam a atenção para a frequência com que estes investimentos acabam por comprometer a sustentabilidade de longo prazo dos negócios produtivos em favor da maximização dos lucros a serem distribuídos entre os acionistas.

Tipos coletivos de propriedade se fazem presentes na agricultura na forma de Sociedades Anônimas, de capital aberto ou fechado; e dos chamados investidores institucionais, que compreendem diversas espécies de fundos (pensão, soberanos, *hedge*, *endowments*, *private equity*) e corporações (bancos, seguradoras e empresas) (BERNARDES, et al 2017). Há ainda o exemplo dos *pools de siembra*, formados para a captação de recursos de diversos investidores com a finalidade específica do aporte em negócios agrícolas, mais comuns nos países do Cone Sul – Argentina, Uruguai e Paraguai (GRAS e HERNANDEZ 2016).

A multiplicidade de atores e as altas somas movimentadas pelas finanças globais foram registradas no relatório trienal de 2019, o mais recente disponibilizado pelo *Bank of International Settlements* (BIS)²⁰⁷. Os números indicaram uma movimentação financeira (*foreign exchange*) da ordem de US\$6,6 trilhões diários, valor bastante superior aos US\$5,1 trilhões de 2016. Instituições financeiras não bancárias²⁰⁸ movimentaram US\$3,6 trilhões diários, ou 55% do total transacionado (BIS, 2019).

Embora herdeiros das ferramentas e operações financeiras de fins do século XIX, securitização e contratos de futuro, os processos e dispositivos contemporâneos se distinguem tanto em termos de escala (volume e valores dos contratos) quanto de finalidade (CHESNAIS, 1996; 2005). Com relação a esta última, a novidade é o tratamento da esfera financeira como um campo próprio de valorização e criação de mais-valia. No novo modelo de acumulação financeira, o conhecido processo produtivo de Marx, $D - M - D'$ ²⁰⁹, parece comportar a variação $D - D'$.

²⁰⁷ Comumente chamado de Banco Central dos Bancos Centrais, o BIS realiza, dentre outros, levantamentos trienais das finanças globais. O relatório de 2019 contou com informações de 1.300 instituições de 53 países.

²⁰⁸ Categoria que inclui *non-reporting banks*, em geral bancos menores ou regionais; *hedge funds*, *proprietary trading firms* (PTFs), firmas que investem, securtizam ou especulam em proveito próprio; investidores institucionais; e instituições financeiras oficiais.

²⁰⁹ Dinheiro – Mercadoria – (mais) Dinheiro.

Entretanto, esta aparente autonomia²¹⁰ é apenas relativa e não cria efetivamente valor: "os credores não vivem de sua própria atividade, e sim da dos devedores" (CHESNAIS, 1996, p. 248), com destaque para o papel desempenhado pelas dívidas públicas dos Estados nacionais.

Gabel (2020) e Helleiner (2014) mostram que a mobilidade de capitais se tornou o aspecto estruturante do novo modelo de acumulação e argumentam que a liberalização financeira não teria sido possível sem a concordância e mesmo a colaboração dos Estados nacionais. Assim, muitos esforços foram feitos para desarticular a arquitetura do sistema financeiro internacional construído nos marcos do Tratado de Bretton Woods em 1944, e de normas que o antecederam. No que tange à remoção dos obstáculos, os governos pioneiros foram Augusto Pinochet, no Chile (1974-1990), Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1981-1989), e Margaret Thatcher, na Inglaterra (1979-1990). Todavia, eles não estavam desacompanhados.

Abdelal (2006) analisa as mudanças conduzidas pelo que denomina Consenso de Paris. Joga luz sobre a atuação de economistas franceses²¹¹ na elaboração e aprovação de regulações formais em três documentos chave: o Tratado de Roma, da Comunidade Europeia, de 1957; o Código de Liberalização de Movimentos de Capitais da Organização da Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 1961; e os Artigos do Acordo do Fundo Monetário Internacional (FMI) (*IMF's Articles of Agreement*), de 1945. Todos três com consequências determinantes sobre o controle de capitais a nível mundial.

Ao colocar em perspectiva os Consensos de Paris e de Washington, Abdelal (2006) mostra que o primeiro priorizou mudanças formais em legislações e instituições de caráter multilateral, enquanto o segundo, liderado pelos Estados Unidos, deu preferência a acordos uni ou bilaterais com países específicos e trabalhou por mudanças e pressões informais oriundas do que Bhagwati (1998) cunhou como o *Wall Street Treasury Complex*²¹². Isto é, "a abordagem dos EUA para a globalização foi *ad hoc*, ao invés de organizada ou baseada em regras" (ABDELAL, 2006, p. 6).

²¹⁰ É nesse sentido que autores marxistas criticam denominações e análises que apontam a *imaterialidade* da economia contemporânea. Argumentam que todo e qualquer tipo de valor possui um lastro material e advém do trabalho vivo e morto de seres humanos e máquinas, mesmo que posicionados em um ponto distante da rede relativamente aos atores que capturam o mais-valor.

²¹¹ As figuras icônicas foram Jacques Delors, que se tornou presidente da Comissão Europeia em 1985; Henri Chavranski, chefe do Comitê responsável pelo Código na OCDE entre 1982 e 1994; e Michel Camdessus, Diretor do FMI em Washington entre 1987 e 2000. Os três permaneceram na ativa até os anos 1990.

²¹² Complexo formado pelas firmas financeiras de Wall Street e as autoridades monetárias dos Estados Unidos. A relação de proximidade entre tais agentes privados e públicos deu origem ao conceito da porta giratória, comumente empregado em análises sobre o sistema financeiro brasileiro. Em geral, "trata-se de quadros executivos que atuam

Seja pelo caminho formal ou informal, uma nova arquitetura financeira (ISAKSON, 2013) foi colocada no lugar de normas e legislações construídas ao longo de décadas. Juntamente com o desmantelamento de políticas públicas viu-se em todo o mundo, o aprofundamento de medidas de liberalização do comércio e dos capitais. Nesse contexto, “o impacto das exportações de commodities sobre a 'riqueza das nações' tornou-se uma questão central” (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 15), de tal forma que o aumento do comércio passou a ser compreendido como uma etapa crucial na agenda de desenvolvimento. “A atenção mudou das rendas dos agricultores para as receitas de exportação, a divisão internacional do trabalho e os ganhos ou vantagens que se podem esperar das exportações de commodities” (idem).

Nesse contexto, Talbot (2004) observa no café o que Gras e Hernandez (2016) e outros apontam para os mercados agrícolas de maneira geral: a entrada de novos agentes. Segundo o autor, até os anos 1980 os contratos futuros eram acionados principalmente por importadoras e torrefadoras, sobretudo para fins de securitização e proteção contra a instabilidade de preços. A partir de meados da década, cresceu a participação dos fundos de investimento em commodities, atuando nos setores de energia, minério e agricultura. Assim, enquanto em meados dos anos 1970 quase todo o café comercializado globalmente era vendido a preço fixo, duas décadas depois, cerca de 90% das vendas de café tinham como base o preço dos mercados de futuro, caracterizando o que Rice e McLean (1999 *apud* TALBOT, 2004) firmam como "a tirania do contrato 'C'".

Tais práticas vieram a ser institucionalizadas em 1999, quando os Estados Unidos promoveram uma alteração legal no sentido de (des)regular agentes financeiros. A Lei de Modernização de Serviços Financeiros, *Financial Services Modernization Act*, ou Lei *Gram-Leach-Bliley*, revogou medidas do *U.S. Banking Act*, de 1933, também conhecido como *Glass-Steagall Act*, promulgado no âmbito do *New Deal*, que havia decretado a separação entre bancos comerciais e bancos de investimento, dentre outras ações (MAUES, 2013)²¹³. Em decorrência desta mudança, emergiu um novo tipo de instituição: a holding financeira, uma espécie de organização guarda-chuva que pode abrigar subsidiárias em diferentes atividades financeiras (MAHON, 2013).

segundo a lógica empresarial tanto a serviço da administração pública quanto da administração do capital privado" (DULCI, 1999, p. 160).

²¹³ Outras duas medidas aprovadas no contexto do *New Deal* foram o *Agricultural Adjustment Act*, também de 1933, que visava limitar a produção agrícola, reduzir os estoques e refinar hipotecas com condições mais favoráveis aos agricultores em dificuldade; e o *Commodity Exchange Act*, de 1936, que limitou o número de contratos por agentes nos mercados de derivativos. À época, o controle da "especulação excessiva" ficou a cargo de uma comissão criada pelo Congresso dos EUA que propôs limitar grandes investimentos nos mercados de futuro aos chamados *bona-fide hedgers* (KAUFMANN, 2010).

No ano seguinte foi aprovada a Lei de Modernização dos Mercados de Futuro das Commodities, *Commodity Futures Modernization Act*, que autorizou os chamados mercados *over-the-counter* (OTC) (GIRARDI, 2012). Desde então, uma variedade ainda maior de novos investidores foi atraída para os mercados de *commodities*.

Na esteira dessas mudanças, multiplicaram-se os chamados derivativos agrícolas. Um dos mais conhecidos são os CIFs (*Commodity Index Funds*), que reúnem derivativos de várias *commodities* em um único valor. Assim, formalizam o risco agrícola em uma 'classe de ativos'. Por exigirem pouco conhecimento de cada mercado em específico, os CIFs²¹⁴ tornaram-se especialmente atraentes para investidores de grande porte. Com a pressão dos agentes financeiros, o limite de 5 mil contratos por agente que vigorava em 1991 chegou a 130 mil contratos cerca de uma década depois²¹⁵. Segundo Kaufman (2010), seu volume de investimentos cresceu de US\$13 bilhões em 2003 para US\$317 bilhões em 2008; já Spratt (2013 *apud* Isakson, 2013) mostra que este tipo de índice era a maioria dos investimentos em derivativos agrícolas até a crise dos preços dos alimentos de 2007/08. Representaram de 65% a 85% do investimento total entre 2006 e 2008.

Originalmente desenvolvidos pelo banco Goldman Sachs com o nome de *Goldman Sachs Commodity Index* (GSCI) em 1991²¹⁶, nos anos subsequentes foram replicados por outras instituições (J.P. Morgan, AIG, Chase, Bear Stearns, Oppenheimer, Pimco e Barclays) e efetivaram o movimento de aproximação entre *tradings* e bancos (KAUFMAN, 2011). O rol de 48 produtos transacionados em forma de *commodities* passou para mais de 50 mil possibilidades, devido à multiplicação de "*derivatives on top of derivatives*" (ibidem, p. 32).

CIFs configuram espécie exemplar do que Callon (2008) denomina de 'dispositivos de mercado' que exercem função central no processo de performatividade mencionado no Capítulo 2. Nessa medida, expõem o caráter estrutural das inovações tecnológicas e processuais e evidenciam a justaposição entre os temas da performatividade da economia e da materialidade das agências.

²¹⁴ O autor explica que os CIFs operam de maneira distinta da aposta usual de "compra na baixa e venda na alta". Eles seguem comprando contratos futuros, ou seja, acumulam *long-only futures* com vistas à inflação no preço via choque de demanda.

²¹⁵ Uma das peças nessa mudança de jogo foi o artigo "Facts and fantasies about commodities futures", de autoria dos pesquisadores Gary Gorton e Geert Rouwenhorst, publicado em 2005. Os autores sustentaram o argumento de que investimentos agregados em *commodities*, tal como em índices, entre 1959 e 2004 teriam sido igual ou menos arriscados do que investimentos típicos no mercado de ações nesse mesmo período (KAUFMANN, 2010).

²¹⁶ Baseada em 18 *commodities* agrícolas dentre as quais o café.

Enquanto as grandes *traders* aumentaram sua participação nos mercados de futuro, alguns bancos iniciaram divisões especializadas para a área de commodities a fim de proteger investimentos e aumentar lucros. Goldman Sachs e outros passaram a importar produtos, inclusive café. As *traders*, por sua vez, se beneficiaram de três formas: i) a possibilidade de mudar ou deslocar fundos de uma *commodity* para a outra, como resposta à variação de preços e oportunidades de lucro; ii) o acesso a grandes volumes de capital, necessário para o atendimento das demandas das torrefadoras e para a aquisição de pequenas e médias *traders*; e iii) a aquisição de expertise de atuação no mercado de futuros, de tal forma que "para algumas empresas, a comercialização de instrumentos financeiros tornou-se quase tão importante quanto a comercialização de commodities físicas" (TALBOT, 2004, p. 107).

Frederico (2013) e Breger-Bush (2012) mostram que grandes *traders* possuem suas próprias divisões de serviços financeiros. Este é o caso da *Olam's Commodity Financial Services*, que atua no mercado de ações, derivativos, administração de riscos e fundos de investimentos ligados a *commodities* agrícolas nas bolsas de Londres e Nova York desde 2003; da *ED&F Man Capital Markets*, criada ainda em 1976²¹⁷, com atuação nos mercados de renda fixa, futuros, câmbio e ações; e da divisão financeira do Neumann Gruppe, principal *trader* de café do mundo²¹⁸.

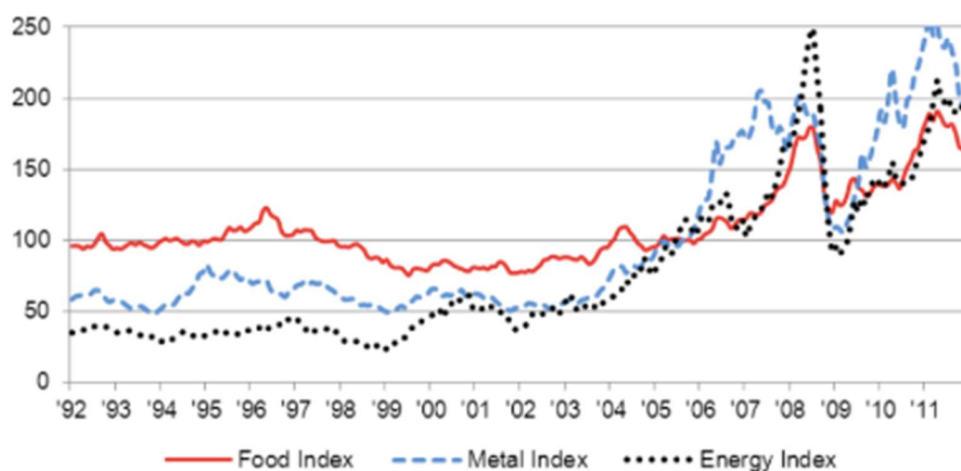
O mesmo ocorre com fabricantes de máquinas e insumos. A John Deere, uma das principais empresas de maquinário agrícola do mundo, amplamente presente no Sul de Minas, registrou receita de US\$35,54 bilhões e lucro líquido de US\$2,75 bilhões em 2020. Seu *John Deere Financial Services Department* financia a venda de equipamentos em mais de 50 países e operou naquele ano lucro líquido de US\$566 milhões, com um portfólio de recebíveis e *leasings* da ordem de US\$46 bilhões. Mais da metade das máquinas e equipamentos vendidos no ano foi financiada pelo departamento de crédito da empresa (DEERE, 2020).

Girardi (2012) mostra que em decorrência deste conjunto de mudanças associado ao processo de "redescoberta das commodities"²¹⁹ os preços de *commodities* agrícolas, minerais e de energia foram altamente impactados na primeira década do século XXI:

²¹⁷ Ver <https://www.bloomberg.com/profile/company/0212665D:LN> (Acesso em 20 de março de 2021).

²¹⁸ Sobre a Neumann, as informações encontradas online se restringem ao crédito concedido a pequenos produtores. A esse respeito, destacamos a parceria firmada em 2019 entre NKG, bancos internacionais como ABN AMRO, BNP Paribas, Rabobank, a agência estadunidense USAID e a organização IDH, que atua em projetos na Ásia, África e América Latina. A iniciativa de US\$25 milhões visa financiar 300 mil pequenos produtores de café em 10 países, entre os quais o Brasil, até 2030 (NKG, 2019).

²¹⁹ Outros três fatores contribuem para explicar o fenômeno: i) as baixas taxas de juros praticadas pelo Banco Central dos Estados Unidos, que levaram ao aumento da demanda por ativos mais rentáveis, sobretudo de alto risco; ii) a



Agricultural, energy and metal commodity prices on international markets (2005 = 100)
 Source: Own elaboration on IMF (Primary Commodity Prices Database) data.

Gráfico 4.1 Preço das commodities agrícolas, minerais e de energia nos mercados internacionais entre os anos de 1992 e 2011

Fonte: Dados fornecidos pelo banco de dados do FMI sobre os preços de *commodities* primárias. Girardi, 2012, p. 3.

Tendência semelhante foi observada no mercado cafeeiro, segundo dados disponibilizados pela Cooxupé sobre o preço das sacas de 60kg café comercializadas entre 1994 e 2020.

crença generalizada de que um superciclo das *commodities* estava a caminho, impulsionado pelo crescimento dos países emergentes, produtores de *commodities*; e iii) o estímulo de estudos acadêmicos e análises de mercado, que viam nos ativos reais das *commodities* possibilidades de investimentos lucrativos e uma forma de proteção contra eventuais instabilidades financeiras (GIRARDI, 2012).

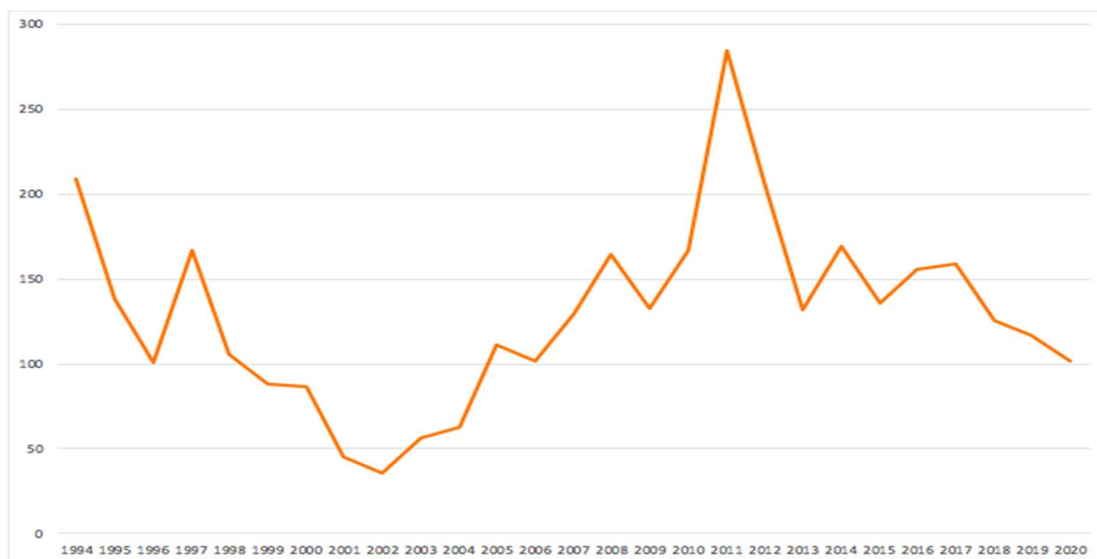


Gráfico 4.2 Preço médio das sacas de café comercializadas pela Cooxupé nos meses de julho entre 1994 e 2020 (valores em US\$)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Cooxupé²²⁰.

O Gráfico 4.2 mostra a queda dos preços na sequência do fim das cláusulas econômicas do AIC em 1989, bem como os picos associados às mudanças regulatórias dos mercados financeiros nos anos 2000 e 2010. Entre 2002 e 2005 o valor médio das sacas passou de US\$62,75 para US\$111,52; e entre 2010 e 2011, de US\$166,50 para US\$284,72. De lá pra cá, a tendência observada é de redução dos preços²²¹.

Os valores praticados na bolsa formam a principal referência do mercado cafeeiro em todo o mundo. Para um dos colaboradores da Cooxupé, a influência dos "grandes fundos de aplicação, de investimento" sobre as quantias é direta:

a gente pega um investidor, ele nem conhece café, nunca pegou um grão de café na mão, mas ele investe dinheiro naquilo, ele compra café pra realizar lucro. Então ele é um grande agente do mercado e faz toda a diferença (Entrev. 38).

²²⁰ Série histórica disponível em <http://portalweb.cooxupe.com.br:8080/portal/precohistoricocafe.jsp> (Acesso em 15 de agosto de 2020).

²²¹ Devido à desvalorização da moeda nacional vis à vis o dólar, a série de preços medida em Reais aponta aumento no valor das sacas nos últimos anos.

Como se vê, a relação com as finanças não é uma exclusividade dos agentes que circulam nas "vias primárias" da globalização (KNOWLES, 2014). Atividades e práticas de pequenos produtores, exportadores e outros se veem cada vez mais imbricadas com o mercado financeiro.

4.2.1 A comunalidade da 'especulação'

A noção de especulação usualmente mobilizada no senso comum associa esta prática a algo deletério, que prejudica e se sobrepõe às dinâmicas produtivas. Essa foi a percepção geral presente nas entrevistas e outras fontes consultadas na pesquisa. Vale, contudo, recordar seu entendimento em Keynes, para quem, diante da inevitabilidade das incertezas que caracterizam a economia capitalista, o jogo do dinheiro serviria para uma reavaliação contínua das expectativas, necessária para a concretização dos investimentos. Especulação e empreendimento²²² são, portanto, fenômenos que coabitam o cenário econômico, cercados por mecanismos de medição e previsão: sem "mercados organizados de investimento", como bolsas de valores²²³ e instituições bancárias para viabilizar o crédito²²⁴ não se sustenta o *estado de confiança* que subjaz as inversões. O problema emerge quando há um risco de predomínio da especulação sobre o empreendimento.

Nossa pesquisa identificou muitos sinais dessa tendência no negócio cafeeiro. Como aponta a própria Organização Internacional do Café,

embora os contratos futuros sejam elaborados com base nos grãos físicos, muito poucos são os contratos que efetivamente levam ao delivery das commodities. Os negociantes dos mercados de futuro estão mais focados no gerenciamento de riscos ou em oportunidades de investimento do que propriamente na permuta dos cafés (ICO, 2018, p. 5).

Embora mais frequentemente associadas às operações de grandes corporações e agentes do mercado financeiro, a lógica especulativa curtoprazista também é comum entre pequenos agentes do negócio do café. Entre os cafeicultores, a operação mais corriqueira envolve a aquisição de empréstimos ancorados na produção em períodos de alta de preços, com base na expectativa de

²²² O autor aplica o termo "*especulação*" à atividade que consiste em prever a psicologia do mercado e o termo *empreendimento* à que consiste em prever a renda provável dos bens durante toda sua existência" (KEYNES, 1985[1936], p. 115).

²²³ Sobre a bolsa de valores, o autor aponta que ela "reavalia, todos os dias, os investimentos e estas reavaliações proporcionam a oportunidade frequente a cada indivíduo (embora isso não ocorra para a comunidade como um todo) de rever suas aplicações.

²²⁴ Seja ele de curto (*finance*) ou longo prazo (*funding*).

venda do café a quantias ainda maiores no futuro. O boom mais recente desse tipo de operação ocorreu nos anos 2010, quando muitos cafeicultores do Sul de Minas acabaram "se machucando" com práticas especulativas.

Essa especulação é o seguinte: o cara põe o café dele no armazém, pega a documentação e financia o café dele. Ao invés dele vender, fazer dinheiro no café dele, ele prefere financiar, pagar juros em cima da produção dele mesmo. Esperando que o preço suba. Quando eu pego o meu café de 550, levo no banco e financio, eu estou comprando o meu café por 550. Se eu esperar mais um ano vai dar mais 20, 30 reais, 40 reais, 50 reais de juros. Então estou comprando meu café pra daqui um ano por 600. E espero vender por 650. Só que aconteceu o contrário, o cara pegou por 550, pagou juros por 550 reais e vendeu por 400. Então isso chama especulação (Entrev. 23).

Um dos casos que mais repercutiu no Sul de Minas – e no mundo – foi o do Sr. João Faria, que em 2008 alcançou o posto de maior produtor de café do mundo. À época, sua produção era formada por mais de 18 milhões de pés e, sozinho, ele exportou 6,5% do café brasileiro. Em 2019, o Terra Forte, seu grupo comercial, entrou com pedido de recuperação judicial em razão de uma dívida de R\$1,05 bilhão de reais, cujos maiores credores eram Bradesco (R\$140 milhões), Banco do Brasil (R\$120 milhões) e Banco Cargill (R\$110 milhões). O Terra Forte vivenciou precisamente o processo descrito por nosso entrevistado, alavancou crédito quando o preço da saca estava em R\$550 e endividou-se quando o preço caiu para R\$380, R\$350 (JANKAVSKI, 2019).

Esta modalidade desmedida de especulação torna-se potencialmente ainda mais danosa com a disseminação das tecnologias de negociação *online* e à distância, operadas pelas cooperativas, ou pelos próprios agricultores em interação direta com a bolsa. A abertura de novos canais de operação nos mercados financeiros facilita a entrada de atores que muitas vezes se encontram despreparados para comercializar nas bolsas, seja do ponto de vista econômico-contábil, seja em relação a própria linguagem ali veiculada.

Apesar de constituir prática corrente do negócio do café do Sul de Minas, o assunto foi mobilizado com cautela nas entrevistas realizadas para esta tese. Todos os entrevistados se mostraram cientes dos riscos e possíveis estragos associados à especulação e apontaram os cuidados que tomam para afastar essas possibilidades – trazendo sempre exemplos de fulano ou sicrano que acabaram na pior. Para o representante do CCC-MG, a cautela se justifica pois há "duas coisas que quebram o produtor: a falta de crédito e o excesso de crédito" (Entrev. 23).

Na mesma tônica se encontram os depoimentos dos representantes da Ipanema Coffees e da Cooxupé, respectivamente:

A gente não corre risco. O máximo que a gente corre risco é na produção porque você vai tá comercializando um antecipado praticamente com 60, 70% da produção. Mas a gente não deixa preço em aberto, então o café é vendido lá fora, a gente trava, então você não corre risco, vamos falar, financeiro (Entrev. 31).

A gente vê empresas sólidas, empresas com bom nome, de repente elas assumem um papel de especulação, o café cai e ela não consegue levantar. É um mercado perigoso e exige responsabilidade. (...) A gente não especula no mercado. A gente compra café hoje, a gente vende hoje. Então a gente não guarda café pra vender amanhã, pra esperar o preço subir. Isso é um risco que a gente não assume pro cooperado (Entrev. 38).

Na Cooperativa os riscos são afastados na medida em que qualquer volume eventualmente não negociado em um mesmo dia é então travado na bolsa, ou seja, securitizado por meio de *hedge*.

Tem um cuidado muito grande de assumir riscos financeiros. A gente tem uma meta, uma banda que a gente trabalha. A gente pode ficar no máximo com uma quantidade X de sacas de um dia pro outro pra vender. Por exemplo, são 2 mil sacas que ficou e a gente não vendeu. Comprou hoje e não vendeu. O quê que a gente faz? Trava em dólar na bolsa. Trava. A gente não deixa aquela saca parada, flutuando no mercado. A gente vai lá e trava em dólar. Faz o hedge. Então são todas operações com hedge (Entrev. 38).

O representante do Banco do Brasil de Guaxupé considera o café menos atrativo aos especuladores, relativamente a outras culturas onde há "muitos aventureiros".

Em algumas outras culturas, você tem assim muito aventureiro, muitas pessoas que não tem o conhecimento necessário, mas que veem nas revistas que a cultura tá rendendo, o pessoal tá ganhando dinheiro com ela e entra de cabeça (...) e aí dá errado. Já no café não, no café isso não acontece. E aí você já filtra uma boa parte aí de produtores sem capacidade pra produzir um bom produto, uma boa produtividade. (...) Como todo produto, ele tá suscetível à especulação, só que a gente percebe que não acontece tanto quanto com outros produtos, sabe? É a característica do mercado. Ele é até certo ponto é mais conservador, é mais seguro, menos arriscado (Entrev. 37).

4.2.2 *Financiamento e Crédito*

O crédito configura um dos mais antigos dispositivos financeiros e ocupa lugar de destaque na história do desenvolvimento rural. No caso brasileiro, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Crai) do Banco do Brasil, data de 1935 e em 1964 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)²²⁵ que compreende uma série de instituições públicas e fontes de financiamento agrícola. Desde então, uma primeira grande mudança que apontou para o recuo do financiamento público foi a extinção da Conta Movimento do Banco do Brasil em 1986, que limitou os recursos para o crédito rural disponíveis à União. Em 1988 houve a criação do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OC), que englobava todos os fundos e programas de fomento administrados pelo Banco Central, os créditos concedidos pelo Banco do Brasil, as subvenções econômicas aos financiamentos privados, o programa de refinanciamento de dívidas externas com aval do Tesouro e programas de saneamento financeiros dos demais entes federados. Nesse mesmo período, observou-se redução significativa dos recursos aportados pelo Tesouro Nacional no financiamento do SNCR. Se em 1985/86 eles representaram 65% do total de recursos emprenhados, reduzem-se a partir de 1987 e alcançam 3,48% em 1996 (LEITE, 2001).

Três anos depois da extinção do IBC, em 1993, foi também encerrada a Conta-Café (e as contas trigo e açúcar), que correspondia a rubricas específicas de financiamento destes produtos. Duas tendências sobressaem-se nesse cenário: “a) a diversificação de fundos para os programas de crédito rural/agroindustrial; b) a subordinação das políticas setoriais àquelas de caráter mais geral, deslocando o locus da disputa pelos diversos segmentos dos resultados das políticas, como a tributária, cambial, etc” (LEITE, 2001, p. 144).

Ainda assim, de acordo com a Divisão de Agronegócio do Banco "até 1994, o financiamento do agronegócio brasileiro caracterizou-se por uma forte dependência de recursos oficiais e o governo exercia grande interferência no mercado, por meio da Política [de Garantia] de Preços Mínimos (PGPM)" (BANCO do BRASIL, 2004, p. 12). A partir de então, com a estabilização da moeda, foi possível a definição de taxas prefixadas para o crédito rural, assim

²²⁵ O SNCR foi criado pela Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964. A Lei n. 4.829, de 5 de dezembro de 1965 institucionalizou o crédito rural, que por sua vez foi regulamentada pelo Decreto n. 58.380, de 10 de maio de 1966 (BANCO do BRASIL, 2004). Entre fins dos anos 1960 e meados dos anos 1980, o SNCR cumpriu papel determinante na “transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade do setor, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro” (LEITE, 2001, p. 129). O fez privilegiando grandes agricultores de produtos exportáveis, situados sobretudo nas Centro-Sul do país.

como foram criados programas especiais para o reescalonamento das dívidas rurais e novas linhas de crédito, voltadas sobretudo para investimento e comercialização, com destaque para a Cédula do Produto Rural (CPR)²²⁶. Esse tipo de crédito opera com base no mercado de futuro e pode financiar a compra de insumos e máquinas (CPR física) ou apostar no aumento dos preços da safra (CPR financeira). Pode ser creditada por bancos privados e pelas próprias cooperativas.

Vimos nos Capítulos 2 e 3 que no atual regime de regulação privada, o papel do Estado se reconfigura, sem, contudo, perder relevância. No âmbito do mercado de crédito, a ebulição dos financiamentos privados se combina com linhas estatais de financiamento e com políticas de subsídios²²⁷ – como ocorre com os agrotóxicos²²⁸. Dados do Banco Central referentes a 2019 mostram que as três principais fontes de recursos estatais de apoio à agricultura são as chamadas fontes Obrigatórias²²⁹ (R\$40,6 bilhões), a Poupança Rural (R\$32,2 bilhões) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) (R\$30,6 bilhões). Os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aparecem em quarto lugar considerando as quatro modalidades (custeio, investimento, comercialização e industrialização) (R\$15,6 bilhões), mas constituem a principal fonte de financiamento para investimento do país (R\$14,5 bilhões). O Funcafé ocupa o 11º lugar da lista. Em 2019 destinou R\$810,3 milhões para custeio, R\$16.700,00 para investimento, R\$2,4 bilhões para comercialização e R\$122.149,43 para industrialização, totalizando R\$3,2 bilhões.

Dados do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento sobre o crédito destinado ao café no Brasil em 2016 apontam um total de R\$4,736 bilhões, distribuídos em 72.634 contratos.

²²⁶ A CPR é um título negociável no mercado a termo – por meio de bolsas de mercadorias e de mercados organizados em balcão – autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil, no qual se compromete a vender antecipadamente sua produção agropecuária, recebe o valor da venda quando efetua o negócio e se obriga a entregar o produto negociado. Criada pela Lei n. 8.929/1994. Ver CCC-MG: <http://cccmg.com.br/cpr-cedula-de-produto-rural/> (Acesso em 03 de maio de 2021).

²²⁷ Delgado (2012) mostra que o crédito e os subsídios formam uma das três fontes de sustentação da agropecuária e do processo de valorização das terras rurais no Brasil, juntamente com os investimentos em infraestrutura e logística; e o ordenamento fundiário.

²²⁸ Anualmente, o país renuncia a cerca de R\$10 bilhões com os subsídios aos agrotóxicos. 63,1% provêm de subsídios ao ICMS; 16,5% IPI; 15,5% Pis/Pasep e Cofins; e 4,8% imposto de importação. A decisão mais recente sobre a renúncia foi a renovação, em março de 2021, das Cláusulas 1ª e 3ª do Convênio nº 100/97 do Conselho Nacional de Política Fazendária que reduzem 60% da base de cálculo do ICMS sobre os agrotóxicos e autorizam a ampliação de isenções de alíquotas em até 100% pelos estados. Desde a promulgação do Convênio em 1997, as cláusulas já foram renovadas 17 vezes (SOARES, CUNHA e PORTO, 2020; CARTA..., 2021).

²²⁹ As fontes Obrigatórias estão discriminadas no item 6.2 do Manual de Crédito Rural (MCR). Elas correspondem ao Valor Sujeito à Recolhimento dos recursos à vista apurados pelas instituições financeiras do país, as quais têm o dever de manter aplicados em operações de crédito rural percentual definido de suas quantias financeiras. Ver item 6.2 do MCR: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f4f83.htm> (Acesso em 9 de agosto de 2021).

Minas Gerais foi responsável por 67,69% dos recursos (R\$3,206 bilhões) e 48.822 contratos (67,2%). Do total do crédito para café no país, 19,05% foi financiado pelo Programa Nacional de Apoio aos Produtores Rurais de Médio Porte (Pronamp); 15,58% pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); 11,29% pelo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); enquanto 54,08% não possuíam vínculo institucional identificado (MAPA, 2017).

Os recursos do Funcafé são administrados por instituições financeiras públicas e privadas. De acordo com o Relatório de Atividades 2014 do Funcafé²³⁰, o montante de R\$3,8 bilhões aplicados naquele ano foi repassado aos credores por meio de 26 agentes financeiros²³¹, sendo 19 bancos e sete cooperativas de crédito, que atenderam a 11.662 beneficiários. Os cinco principais agentes foram Banco do Brasil (19,5%) – que historicamente administra a maior parte dos recursos –, Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob) (9,1%); Itaú Unibanco S.A. (7,6%), Banco Santander Brasil S.A. (6,5%) e Banco Fibra S.A. (5,5%). Destaca-se ainda os 4,1% administrados pelo Banco RaboBank S.A., instituição financeira de porte global com sede na Holanda, muito presente no negócio do café no Sul de Minas Gerais²³².

No que tange às atividades financiadas, a maior parte dos recursos destinou-se para estocagem; aquisição de café²³³; custeio; capital de giro para cooperativas de produção; capital de giro para indústrias de café solúvel; e capital de giro para indústrias de torrefação de café. Minas Gerais foi o estado com a maior participação nos recursos (54,1%), seguido de São Paulo (21,8%), Espírito Santo (16,6%) e Paraná (5,1%) – os outros 13 estados atendidos participaram com menos de 1% dos recursos cada um.

As cooperativas de crédito são um importante agente do mercado cafeeiro do Sul de Minas. É notável, por exemplo, que a Cooxupé possua uma agência da Sicoob dentro das instalações de sua sede em Guaxupé. Amplamente acionadas por agricultores, elas atendem parte da demanda de

²³⁰ Relatório mais recente disponível no site do MAPA.

²³¹ Remunerados com percentual de 4,5% ao ano pelos serviços de aplicação e administração dos recursos do Funcafé (FUNCAFÉ, 2015).

²³² Em 2016 o banco possuía investimentos correspondentes a US\$160 milhões no café brasileiro, distribuídos em cerca de 150 clientes (RABOBANK, 2016).

²³³ Os recursos de financiamento para aquisição de café (FAC) destinam-se a indústrias torrefadoras de café, indústrias de café solúvel, beneficiadores, exportadores e cooperativas de cafeicultores que exercem atividade de beneficiamento, torrefação ou exportação de café (FUNCAFÉ, 2015).

crédito das cooperativas produtoras, haja vista que a demanda elevada exige o acionamento de fontes complementares de recursos. Segundo a representante da Cocatrel,

por mais que a gente tente trabalhar com o Sicoob que é uma cooperativa também, eles têm um limite de empréstimo de tipo 3 milhões [de reais], que é nada perto do que a gente pode captar aqui em torno de 150 [milhões de reais]. Então a gente tem que trabalhar com todos os bancos (Entrev. 20).

Maior administrador dos recursos do Funcafé²³⁴, o Banco do Brasil é também o banco de referência do financiamento da agricultura brasileira de modo geral. Conforme o representante do BB de Guaxupé, são financiados produtores de todos os tamanhos, "desde o Pronafiano, que é o menorzinho, da agricultura familiar, passando pelo médio, que aí já seria o Pronamp, o beneficiário do Pronamp; e também os demais, que são os maiores, os grandes produtores" (Entrev. 37).

Além dos recursos subsidiados, o Banco também oferta recursos "próprios" para o financiamento de atividades agrícolas. Considerando todas as fontes, os recursos distribuem-se em três linhas distintas: custeio, investimento e comercialização²³⁵. Indagado sobre a existência de uma linha para a aquisição de terras, o representante da agência de Guaxupé informou que o Banco não possui crédito específico para esta finalidade, porém, "uma vez você tendo a terra, ele arruma o resto todo" (Entrev. 37).

Além do crédito, produtores rurais são frequentemente beneficiados com programas de renegociação das dívidas rurais, sendo os mais recentes o Programa de Regularização Tributária Rural, o Refis Rural, aprovado por lei em 2018²³⁶; e uma nova rodada aberta em 2021²³⁷. Ambos dizem respeito à renegociação das dívidas junto ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

²³⁴ O Plano Safra 2020/2021 anunciou redução das taxas de juros do Funcafé. Os valores das linhas de crédito destinadas ao custeio, comercialização e Financiamento para Aquisição de Café (FAC) para cooperativas caíram de 7% para 6% ao ano. Já os financiamentos de capital de giro e FAC para indústria e exportadores recuaram de 9,5% para 7,5% (MAPA, 2020d). Os juros do Pronaf são de 0,5%, 2,75% e 4% ao ano (BNB, 2020). As taxas do Pronamp são de 5% ao ano (CANAL RURAL, 2020).

²³⁵ O custeio atende a despesas do ciclo produtivo; ao passo que o investimento é destinado à inversões em bens e serviços cujos benefícios perduram mais de um ciclo de produção; finalmente o crédito de comercialização atende às despesas de pós-produção.

²³⁶ Lei n. 13.729/2018. Prevê possibilidade de parcelamento da dívida em até 176 parcelas mensais, com uma entrada mínima de 2,5% do valor total da dívida. O desconto em multas, juros e encargos da dívida chega a até 100%. O impacto no orçamento da União supera os R\$5,3 bilhões (DE OLHO..., 2018).

²³⁷ São previstos descontos de 100% sobre juros e multas e de até 70% do saldo devedor e prazos de parcelamento de até 133 meses. Cerca de R\$34 bilhões em débitos poderão ser negociados (FAEG, 2021).

(Funrural), sendo que a rodada de 2021 também inclui débitos referentes ao Imposto Territorial Rural (ITR), o equivalente rural do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Como vimos na seção anterior, a expansão do mercado privado de crédito é puxada sobretudo por grandes conglomerados financeiros, cuja atuação no Brasil se apoia em estratégias de securitização do agronegócio e do comércio de debêntures criadas nos anos 2000. A (des)regulação dos mercados globais teve seus reflexos por aqui. Em 2004²³⁸ foram criados novos títulos do agronegócio: Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA). Quinze anos após estas inovações, em 2020 foi aprovada a chamada Lei do Agro²³⁹, que trouxe alterações em títulos já existentes, assim como permitiu a utilização do Patrimônio Rural em Afetação como garantia do crédito e a transferência de imóvel rural para agente estrangeiro em caso de liquidação de dívida contratada junto a esse agente, dentre outras mudanças (FPA, 2020).

Além destas, outras vias de crédito utilizadas são o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e o Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE)²⁴⁰, destinados especificamente no auxílio às operações de exportação (COELHO, 2003). O ACC é uma estratégia bastante utilizada pela Ipanema Coffees: "a gente trabalha muito com ACC também né? Que é antecipação de crédito. Então tem uma exportação, ao invés de eu fazer um financiamento, eu já faço uma antecipação desse valor, pra eu poder utilizar e não pagar juros" (Entrev. 31).

Essa gama de possibilidades de financiamento e comercialização – boa parte das quais facilitada pelo Estado, como evidenciado nos capítulos anteriores – faz do Brasil o local com "os melhores modelos de comercialização" do café.

É o único país do mundo que tem os melhores modelos de comercialização hoje. Nós temos CPR, nós temos troca, nós temos mercado futuro, nós temos trava em bolsa. Nós temos várias coisas pro produtor travar o seu negócio e amarrar, como é feito já há anos nos Estados Unidos com a produção de soja. O cara tá plantando ele já sabe a perspectiva de colheita, já fez venda na frente, já sabe o valor que tem que pagar, já sabe aproximadamente o lucro líquido dele. E o produtor de café também já tá fazendo isso. Ele já tem uma visão da produção constante dele, com

²³⁸ Lei n. 11.076/2004.

²³⁹ Lei n. 13.986/2020.

²⁴⁰ Conforme descrição do portal do Banco do Brasil, o ACC é uma "antecipação de recursos em moeda nacional (R\$) ao exportador por conta de uma exportação a ser realizada no futuro". Se destina a "exportadores ou produtores rurais com negócios no exterior que necessitam de capital de giro e recursos para financiar a fase de produção". Já o ACE é uma é também uma antecipação de recursos em moeda nacional (R\$) ao exportador, porém realizada após o embarque da mercadoria para o exterior, mediante transferência ao BB dos direitos sobre a venda a prazo.

os novos tipos de esqueletamento, ele já tá fazendo hedge dele, já tá fazendo os momentos bons de troca, de equivalência produto, menos sacos, mais produto (Entrev. 23).

Como já apontado no Capítulo 2, um parceiro antigo do crédito rural é a assistência técnica. No âmbito público ambos sofreram retração nas últimas décadas. Nesse último, o marco principal foi a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), em 1990²⁴¹. De lá para cá, as empresas de insumos rapidamente avançaram sobre o vazio das atividades de ATER, passando a ofertar consultorias "gratuitas" de extensão rural para agricultores que adquirem seus produtos. Esta é uma prática comum entre as quatro grandes multinacionais do agronegócio mundial, conhecidas como ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus) – mais recentemente referidas como ABCCD, englobando a empresa estatal chinesa COFCO (ESCHER, 2020).

O que se vê é a formação de uma área cinzenta no entorno do provimento de crédito, assistência técnica e insumos por empresas privadas. Isto é, não há transparência entre os recursos destinados a cada um dos serviços ou produtos, ao mesmo tempo em que se misturam as intenções relativas às vendas. Essa opacidade se mostra potencialmente perigosa para os usuários, em especial agricultores familiares, devido a três razões principais. A primeira delas tem a ver com o fato de que as famílias possuem pouca ou nenhuma renda para adquirir os insumos. Na medida em que não demandam grandes volumes de insumos, não se constituem em públicos de interesse prioritário para as empresas privadas. Assim, muitas famílias ficam desprovidas dos serviços e aquelas atendidas não recebem a assistência adequada às suas necessidades.

Se a gente pensa na agricultura familiar. Ora, ela não é uma grande consumidora de produto. Muitas vezes a maioria trabalha sem agrotóxico ou praticamente sem insumos. Ela não é aquela demandadora. Se não é o Estado, quem é que vai ajudá-los? Então o Estado é importante como mola indutora (Entrev. 5).

²⁴¹ Desde a existência das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), originadas em Minas Gerais em 1948 e ampliadas para todo o país na década seguinte, o crédito supervisionado por assistência técnica foi uma prática corrente. Embora o Brasil tenha se inspirado no modelo estadunidense de assistência técnica, fortalecido por acordo assinado entre os dois países, em 1954, nota-se que "o crédito supervisionado por um serviço de assistência técnica foi uma inovação no modelo brasileiro que estava sendo implantado, uma vez que nos EUA os produtores rurais já estavam habituados a relacionar-se com os bancos e obter empréstimos" (ANATER, s/d, ver <http://www.anater.org/historia-extensao-rural.jsp> (Acesso em 17 de agosto de 2020)).

Para outro técnico da Emater/MG, os insumos constituem a questão mais comprometedora da assistência técnica privada.

A assistência técnica privada é muito comprometida com a participação na venda de insumos, paga pelas empresas produtoras desses insumos ne? 5%, 10%, o cara gasta, investe de adubo ou de veneno. Então há uma falta de isonomia, de ética, inclusive ética (Entrev. 4).

Uma segunda questão é que a troca de insumos e produtos por café, caracterizada como *barter*²⁴², incentiva a compra e a utilização de produtos desnecessários, em especial agrotóxicos.

Qual é o padrão aqui? A cooperativa normalmente ela antecipa, elas prendem os seus sócios numa cadeia de suprimento. Ela antecipa crédito pra aquisição de insumos, ali existe um padrão de insumos, em geral, uma overdose tanto de fertilizantes quanto do uso de agrotóxicos e também nutrientes foliares (Entrev. 4).

Ou seja, práticas de troca como essas vão na contramão do que seria o papel adequado da assistência técnica.

Porque quando você pensa em insumo ele é feito com base numa análise de momento, não de futuro. Eu não posso comprar o produto pra combater determinada praga se eu não sei se a praga... é como se você comprasse um remédio prevendo que você ia ficar doente em julho. Então não dá pra saber. Essa parte de adubo você tem uma ideia, de que você vai precisar daquela adubação, mas isso vai ser feito com base em análise de solo, análise foliar na época, então isso tem que ser feito de forma muito racional, porque senão você vai ficar com um monte de coisas e ter que usar até inadequadamente (Entrev. 5).

Finalmente, ligada a esses dois fatores, uma terceira questão a ser considerada é que a aquisição de insumos aumenta os custos de produção.

A ideia também, é que na troca, como ela é futura, e é uma coisa que a gente bate muito, já tem uns sete anos que a gente tá batendo muito no custo de produção. É uma política da Emater, o sistema de custo de produção. Isso sempre foi, mas nos últimos sete anos a parte gerencial tem sido cobrada muito fortemente. Nos programas de certificação então tem sido impeditivo (Entrev. 5).

²⁴² Nesse tipo de transação os produtores levam para casa o insumo desejado e se comprometem a entregar o café na safra seguinte em um preço já combinado, ou seja, efetua-se a "trava" do café em determinado preço.

Na contramão dessa tendência, a Emater/MG prioriza manejos produtivos que visam a redução do uso de insumos. Esse é um dos eixos de atuação do Programa Certifica Minas Café:

nós identificamos inúmeras áreas dentro do Certifica Minas, que ao entrar no Certifica Minas a gente reduziu a compra de insumos pela metade, entendeu? Pela metade, pela metade. Ou seja, você tem um circuito perverso que antecipa crédito, mas associado à compra de venenos, de pacotes de adubação, cada vez mais gerações mais novas e mais caras e tal e a venda casada, ne? (Entrev. 4).

Todas as grandes cooperativas de café do Sul de Minas ofertam insumos e maquinário agrícola nas lojas espalhadas pela região. Igualmente, promovem eventos como feiras e festivais com o propósito de apresentar e comercializar esses produtos, além de ofertá-los nas visitas da assistência técnica prestada aos cooperados. As lojas da Cooxupé, por exemplo, comercializam mais de 3 mil itens, distribuídos entre 15 segmentos (COOXUPÉ, 2019). Daí provém parcela expressiva do faturamento da Cooperativa:

O mercado de insumos é muito importante pra gente hoje. Pro faturamento da cooperativa ele é importante e como ele gera um resultado pro cooperado, a cooperativa investe no mercado de insumos. Tanto que a cooperativa investiu quase 12 milhões de reais num centro de distribuição de insumos. Ali a gente tem um espaço pra armazenamento estratégico pra poder abastecer os nossos cooperados o ano todo (Entrev. 38).

Perguntado sobre a importância monetária dessas vendas para a Cooxupé, o entrevistado disse não ter os dados, porém informou que o negócio do café *stricto sensu* corresponde a cerca de 85% da receita da cooperativa – a comercialização de insumos reside, portanto, nos 15% restantes. Em 2019, foram vendidas 279.658 toneladas de fertilizantes, sendo 6% na forma de *barter*. Parte das vendas se deu no âmbito da campanha "Café com Lucro", voltada à comercialização de insumos, cuja 23ª edição ocorreu em setembro de 2019 em mais 172 municípios, com a participação de 7,6 mil cooperados. Durante a campanha, 91 fornecedores ofertaram 1.219 produtos. O faturamento com a venda de defensivos foi da ordem de R\$166,7 milhões, enquanto a comercialização de máquinas e implementos somou R\$64 milhões em 2019 (COOXUPÉ, 2019).

Não surpreende, que quando perguntado sobre os parceiros da Cooperativa, nosso entrevistado apontou que "são muitos" e elencou primeiro as empresas de insumos e maquinário.

A gente tem por exemplo o pessoal da área de insumos que é o pessoal das lojas e aí a gente tem as parcerias comerciais, a Syngenta, Basf.. são os principais do

mercado, são as principais players do mercado, LS Tractor, a Massei. Então todo fornecedor acaba sendo um bom parceiro pra gente. A gente tem um envolvimento entre o cooperado e o fornecedor que é muito grande (Entrev. 38).

Nos eventos e nas feiras as empresas de insumos e maquinário montam seus próprios stands e estabelecem contato direto com os produtores, sob a chancela da cooperativa. Em 2019, a Cooxupé realizou 571 eventos com a presença de 49.268 participantes. A 18ª Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas (Femagri), realizada em fevereiro de 2019, em Guaxupé, reuniu mais de 34 mil participantes e realizou mais de 10 mil orçamentos (COOXUPÉ, 2019).

As feiras de máquinas, por exemplo, a gente tem esses principais atores do mercado eles estão lá. Então a gente pega por exemplo tem um stand da Palini Alves aqui e um stand da Pinhalense de lá. Então são concorrentes e eles vão estar no mesmo ambiente e a gente tem esse relacionamento com ambas. Acaba sendo um ponto de encontro (Entrev. 38).

Segundo a representante da Cocatrel, boa parte das transações realizadas nas feiras se dá, estrategicamente, na modalidade *barter*, haja vista que quando o café é usado como moeda, os produtores "não sentem tanto"²⁴³.

No caso de tecnologias mais caras, principalmente máquinas, abre-se a possibilidade do aluguel em complemento às vendas em si.

Esse ano, a feira de máquinas que a gente fez esse ano, foi voltada pra tecnologia. Então por exemplo drone pulverizador, pouco se ouvia falar, a gente trouxe, mostrou pra eles como que funciona e já tem muita gente interessada em fazer negócio, alugar drone pra época que precisa (Entrev. 38).

Além dos drones aqui mencionados, sabe-se que as colhedoras de café, cujo preço é da ordem dos seis dígitos, são frequentemente ofertadas na modalidade de aluguel por produtores de médio porte ou grupos e/ou associações de pequenos produtores, em época de colheita. Eles se tornam "prestadores de serviços", conforme apontou o representante da SUPRAM:

²⁴³ O pagamento em espécie tem sido usado para fins adicionais, como cursos de capacitação. Ao se referir a um curso específico articulado pela cooperativa em parceria com uma empresa parceira, a representante da Cocatrel descreveu a seguinte lógica: "se você falar pro produtor que é 6 mil reais, que você pode pagar em 10 parcelas de 600, dói. Se você falar que é em duas safras e que você vai pagar 10 sacas, cinco numa, cinco noutra, não pesa nada pro produtor que colhe.. Mesmo pro pequeno que colhe aí 400 [sacas], o quê que são 6 sacas? O café tá travado, já tá pago, garantido" (Entrev. 20).

é muito difícil as pessoas que têm uma colheitadeira. Uma colheitadeira vai de 500 mil a 1 milhão, 2 milhões de reais a depender se é automotriz ou não. Então muita gente compra uma colheitadeira, tem também a propriedade, mas ganha renda prestando serviço. Em Santana [da Várzea], por exemplo, que tem bastante produtor, deve existir umas 4 ou 5 colheitadeiras. Mas que colhem o café da cidade inteira praticamente, por prestação de serviços (Entrev. 24).

O serviço de aluguel de máquinas é também realizado pelas próprias cooperativas e compõe o que a representante da Cocatrel chamou de "plataforma de serviços". "A gente tem uma plataforma de serviços. Tem assistência técnica com quase 30 agrônomos. Nós temos laboratório de análise de solo e de folhas, tudo isso subsidiado num valor bem abaixo de mercado. Tem aluguel de colhedoras" (Entrev. 20).

Como as máquinas não foram feitas para pequenas propriedades, a opção do aluguel encontra limites. Conforme explicou um de nossos entrevistados, produtor de café *commodity* em uma propriedade de 120 hectares, sendo 45 deles de área plantada de café em Nepomuceno, mesmo ele tendo recursos para adquirir uma colhedora, "seria um suicídio. Por quê? Um pequeno comprar uma coisa que foi feita pra larga escala" (Entrev. 44). Ele chegou a alugar o maquinário uma vez e narrou que

foi muito bom, eu conhecer, ver aquilo, 21 anos atrás. Só que o que que acontece? A empresa que aluga aquela máquina, ela quer trabalhar muito e muito rápido porque o tempo dela vale dinheiro. Só que você não tem terreiro pra colocar aquele monte de café colhido instantaneamente. Então não tem onde secar. Então foi um transtorno, a gente ficava correndo prá lá e pra cá" (Entrev. 44)

A tecnificação dos cafeicultores tem sido amplamente incentivada pelas cooperativas e pela assistência técnica pública e privada. Conforme apontado por muitos dos entrevistados, gradualmente vai-se desmistificando a ideia de que "meu pai fazia café assim, meu vô fazia café assim, eu vou fazer assim também" (Entrev. 20). Juntamente com a economia de esforços físicos extenuantes, a introdução de máquinas e técnicas de manejo contribui decisivamente para o aumento da produtividade²⁴⁴.

Com relação às tecnologias, as entrevistas expuseram perspectivas variadas. Grandes produtores argumentam haver poucas inovações disponíveis para o café. Contrariamente, pequenos

²⁴⁴ Nesse ponto há que se destacar uma diferença entre o café do Sul de Minas e do Cerrado mineiro. No Sul de Minas, os ganhos mais recentes no âmbito produtivo têm a ver com a intensificação, relativamente ao aumento do volume da produção. Já no Cerrado, o aumento da produtividade também está ligado à expansão da área cultivada.

agricultores, técnicos da Emater e outros, ao se referirem à agricultura familiar enfatizaram o crescente uso de máquinas e tecnificação entre os pequenos. Ao que parece, as duas perspectivas partem de pontos de comparação distintos: grandes produtores comparam a cultura do café aos grãos como a soja e o milho; já os pequenos têm como base de comparação o cultivo e a colheita manual do próprio café realizado por seus pais e avôs no passado.

Na entrevista com a Ipanema Coffees, foi registrada a comparação com a irrigação por pivô central em cafezais do Cerrado mineiro, viabilizados pelo relevo mais plano, maior capitalização dos produtores e extensas porções de terra. Embora também existam grandes fazendas e produtores altamente capitalizados no Sul de Minas, caso da própria Ipanema, a impossibilidade da utilização de pivô²⁴⁵ e a inexistência de outras tecnologias voltadas ao cultivo em relevo acidentado é por vezes entendida como um sinal de atraso do café em relação a outras culturas: “Pra café não tem muita evolução. Você tem plantio de café que você faz hoje mecanizado, tem algumas máquinas, uso de GPS pra plantio, mas a nível de pulverizador, adubadeira não evoluiu muito não” (Entrev. 31).

Aqui, a base de comparação é o cultivo de grãos em países como os Estados Unidos. Para nosso entrevistado, a razão do café ser 'atrasado' se explica pelo fato de que os EUA não produzem café e, por isso, não desenvolvem maquinário para essa cultura: “Se você tivesse café num país desenvolvido, provavelmente nós estaríamos mais evoluídos. Eles não têm interesse em desenvolver uma coisa que eles não têm a cultura. Os países ricos não têm café. Diferente de grãos” (Entrev. 31).

Partindo da realidade da agricultura familiar, quando a base de comparação é o plantio e a "panha" manual, destaca-se a evolução obtida com as técnicas e máquinas atuais. A máquina mais referenciada é a derriçadeira manual²⁴⁶, assim como são também mencionadas técnicas improvisadas de adubação com o emprego de motos²⁴⁷, por exemplo. Para os entrevistados que compartilham dessa perspectiva, é possível dizer que "hoje a cafeicultura do Sul de Minas é 99% mecanizada. O que não é, é porque é de montanha e ainda não descobriram uma forma de ser (...)

²⁴⁵ Há casos da utilização de pivô para a irrigação do café, à exemplo da fazenda do Sr. João Faria e da Fazenda Santa Terezinha, de propriedade de Rodrigo Moreira Araújo, conhecido como Rodriguinho, ambas no município de Campo do Meio.

²⁴⁶ "Agora inventaram uma maquininha pra apanhar café, que a pessoa não precisa apanhar na mão. Tem uma maquininha. Tá todo mundo trabalhando com essa maquininha" (Entrev. 34).

²⁴⁷ "Hoje a gente vê um produtor assim de 5, 10 hectares ele tem uma maquininha de colher, ele tem uma moto pra fazer adubação, pra esparramar o café no terreiro" (Entrev. 38).

todo o processo mesmo de secagem, de terreiro, de pós-colheita, hoje é tudo mecanizado" (Entrev. 20).

Se a aplicabilidade das tecnologias mecânicas nem sempre é bem vista nas lavouras de café do Sul de Minas, o mesmo não pode ser dito sobre a funcionalidade do que se tem chamado de Agricultura 4.0, de base eletrônica e digital. Na visão de nosso entrevistado, colaborador da Ipanema Coffees, esses "aplicativos de controles" são muito mais adaptáveis e os impedimentos à sua utilização são majoritariamente de ordem financeira.

Embora haja iniciativas que envolvam pequenos agricultores, o projeto da Agricultura 4.0 existente hoje parece ser pensado para atender e favorecer grandes empreendimentos agrícolas capitalizados. A seu respeito interessa-nos destacar as aproximações entre monitoramento e controle eletrônico das operações de campo e gestão empresarial dos negócios agrícolas²⁴⁸. Se, por um lado, tem-se a crescente precisão da gestão e do monitoramento das operações de campo, por outro, aumentam as distâncias entre as paisagens e os atores em campo daqueles que de fato controlam e se beneficiam do que é produzido.

Essa geração tecnológica constitui nova fronteira de exploração, baseada no *big data*, onde a informação torna-se *commodity* e, simultaneamente, ativo de interesse de empresas em toda a cadeia produtiva (WILKINSON, 2019). Um indicativo desse movimento de reconfiguração do controle agropecuário são os dados do Relatório Anual da John Deere 2020, que registram que seu Centro de Operações controla dados de empreendimentos agropecuários de mais de 230 milhões de acres, ou 93 milhões de hectares, globalmente (DEERE, 2020).

Proveniente do setor privado, a Agricultura 4.0 já começa a ser adotada como diretriz do Estado brasileiro. Em agosto de 2020 o MAPA lançou o programa ATER Digital²⁴⁹, que vai ofertar serviços de consultoria agrícola digital para agricultores familiares do Nordeste (MAPA, 2020b). Também em 2020 foi lançado o edital Programa Agro 4.0, que vai investir R\$4,8 milhões em 14 projetos pilotos de adoção e de difusão de tecnologias 4.0 no país (MAPA, 2020c). Nessa mesma linha, a Emater/MG lançou em 2020 o MEXPAR 4.0 – Metodologia Participativa de Extensão

²⁴⁸ Processo que se assemelha às mudanças ocorridas na indústria e nos serviços, especialmente trabalhos de escritórios, analisadas por Braverman (1977).

²⁴⁹ Idealizado pela organização Agricultura de Precisão para o Desenvolvimento (PAD), que tem como um de seus fundadores o Prêmio Nobel de Economia de 2019 Michael Kremer, o Programa é também apoiado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e já atende a mais de 3,6 milhões de agricultores em oito países na Ásia e na África (MAPA, 2020b).

Rural, com o slogan de "Ater Digital Conectando Pessoas"²⁵⁰, parte de um movimento mais amplo de construção da "Emater/MG 4.0" (EMATER/MG, 2020).

Historicamente excluídos dos principais projetos de modernização da agricultura, tem crescido o número de pequenos agricultores que apostam em técnicas de manejo sustentável, voltadas para a redução dos custos e maior e melhor aproveitamento do ecossistema²⁵¹. Ocorre, contudo, que o financiamento desses sistemas de produção nem sempre é bem acolhido pelos bancos, embora haja linhas de crédito público voltadas especificamente para manejos sustentáveis e transição agroecológica²⁵². Soma-se a isso o fato de que parcela expressiva dos pequenos cafeicultores não alcança sequer condições mínimas para contratar qualquer tipo de financiamento ou microfinanciamento. Estes encontram-se muito mais no lugar do fomento do que do crédito propriamente dito.

Para o representante do Banco do Brasil de Guaxupé, a cafeicultura tem uma exigência de investimento inicial mínimo, de maneira que mesmo os pequenos produtores devem ter algum nível de capitalização: "Até os menorezinhos eles têm que ter, eles têm que ter por que como eu te falei, é uma cultura que requer isso. Durante um bom tempo você só vai investir nela, ela não vai te dar retorno" (Entrev. 37).

Porém, ao que parece, os "menorzinhos" que frequentam o Banco não são os mesmos "menorzinhos" acompanhados pelos técnicos da Emater/MG, alguns dos quais na condição de pobreza rural.²⁵³ Esse fato corrobora a literatura que aborda a segmentação dos produtores rurais e da agricultura familiar em particular, que constitui espectro amplamente heterogêneo.

Em razão da relativa flexibilidade produtiva, nosso entrevistado aponta a agricultura familiar como o segmento mais preparado para "enfrentar a temporada de preço baixo":

²⁵⁰ O Programa prevê a utilização de i) multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de áudio e vídeo; ii) ferramentas digitais para comercialização virtual; iii) *lives*; iv) videoconferência; v) vídeoinformativos; e iv) webinars (EMATER/MG, 2020).

²⁵¹ Recentemente as técnicas de manejo sustentável têm sido mobilizadas pelo arcabouço da chamada "bioeconomia", que "representa um novo paradigma econômico, com o foco no uso sustentável de processos, recursos biológicos renováveis e da biodiversidade nacional em substituição às matérias-primas fósseis" (CGEE, 2019).

²⁵² Casos do Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia e Pronaf ECO.

²⁵³ São muitas as razões que dificultam o acesso ao crédito bancário por parte de segmentos mais pobres da população, seja na agricultura, seja em outros setores da economia. É extensa a literatura que documenta processos de exclusão financeira e bancária no Brasil e no mundo, assim como há inúmeros registros de formas alternativas de bancarização. No caso específico do Pronaf, embora sejam escassos os dados produzidos e divulgados pelos meios oficiais, há estudos que mostram sua dificuldade em chegar nos agricultores mais pobres – salvo exceções como o Pronaf B/Agroamigo, administrado pelo Banco do Nordeste.

O produtor é tecnificado e ele é muito resiliente, principalmente o pequeno. Porque como ele faz a maior parte do trabalho ou todo o trabalho dentro da família, ele, a mulher, um filho, então ele não tem esse gasto com mão de obra. O custo fixo dele fica menor, o custo por saca dele cai e ele acaba sendo resiliente. Então o que a gente tem hoje é um produtor mais forte, menos endividado, mais pronto pra enfrentar a temporada de preço baixo (Entrev. 38).

Enquanto o entrevistado da Cooxupé caracteriza esse cenário como fruto da resiliência da agricultura familiar, um produtor de cafés especiais de Baependi, Sul de Minas Gerais, vê a situação de famílias agricultoras de outra maneira. Para ele, viver da comercialização do café comum, precificado como *commodity*, só é viável "porque muitas vezes [famílias de pequenos agricultores] eles não colocam na ponta do lápis, não planilham os custos deles, das horas trabalhadas" (Entrev. 42). Além disso, outro entrevistado destacou ser comum a mistura do lucro apropriado pelos produtores e suas famílias com a parte que deve ser reservada para os investimentos na lavoura, prática que ele caracterizou como "confusão patrimonial" (Entrev. 44).

Isso faz com que o espírito de positividade associado a resiliência pode muito bem ser abordado pela chave da superexploração do trabalho. Menos ou mais resiliente, fato é que todo tipo de agricultor tem sido alvo da financeirização, cujas consequências agravam as desigualdades e fortalecem os obstáculos à captura da renda por atores locais. A seguir, examinamos três diferentes estratégias desta atuação no Sul de Minas Gerais.

4.3 Estratégias de financeirização do café no Sul de Minas Gerais

Ao longo do capítulo vimos como a região do Sul de Minas apresenta grande diversidade de práticas e formas de relação com o capital financeiro. Distintas formas de comercialização de insumos, maquinário e da própria produção cafeeira conectam os mais diversos atores, em relações que se estendem por longas distâncias e variadas paisagens ao redor do globo.

A financeirização compreende um dos aspectos mais essenciais do que Knowles (2014; 2017) chama de "vias primárias da globalização", comumente mobilizadas para sustentar "versões hegemônicas da globalização", baseadas em concepções amplas da acumulação de capital. Embora o Sul de Minas seja principalmente conhecido como uma região de pequenos produtores, também aí se veem práticas e relações que explicitam os traços mais emblemáticos da financeirização. Afinal, vias principais e secundárias se intersectam a todo o momento e, ao invés de fluxos,

"pessoas e objetos colidem-se desajeitadamente ao longo dos caminhos que criam à medida que avançam (...), movidos por diferentes lógicas de interseção" (KNOWLES, 2014, p. 293).

Ao descrever essas relações, Knowles dá ênfase à "hiperlocalidade" da globalização, ou seja, mostra que "a globalização é feita de pequenas seções 'hiperlocais', todas elas conectadas, de maneiras diferentes" e que as trilhas sobre as quais estão situadas "se chocam incertamente em todas as interseções opacas existentes entre vizinhanças, localidades e Estados-nação" (KNOWLES, 2014, p. 307).

Essa seção utiliza essa abordagem a fim (hiper)localizar as manifestações do capital financeiro no Sul de Minas. Trata-se, de um exercício de mapeamento que abrange formas mais clássicas e outras possibilidades de aterrissagem das finanças no território. Quais as diferentes estratégias de penetração do capital financeiro na região? O que cada uma delas nos diz sobre as *práticas*, os *processos* e o *projeto* (WILLIAMS et al, 2013) da financeirização e da globalização de maneira geral?

Como dito acima, a análise que segue mapeia três estratégias de inserção do capital financeiro no Sul de Minas Gerais a partir do estudo de três casos: a empresa Ipanema Coffees, o Grupo Montesanto Tavares, e a Cooxupé. Além de evidenciar a vivência hiperlocal das finanças, os casos problematizam a naturalização da relação entre financeirização e commoditização, na medida em que mostram o avanço do seu domínio sobre produtos e mercados "exclusivos", como é o caso dos cafês especiais.

4.3.1 Ipanema Coffees

Sociedade anônima de capital fechado, atualmente a Ipanema Coffees reúne capital de origem nacional e estrangeira, mais especificamente japonês e alemão. Produz sobretudo cafês especiais, distribuídos em três fazendas, Conquista, Rio Verde e Capoeirinha, localizadas nos municípios de Alfenas e Conceição do Rio Verde, no Sul de Minas Gerais. Uma das primeiras empresas brasileiras a obter reconhecimento internacional no mercado de "especiais", a Ipanema participou da fundação da Brazilian Specialty Coffee Association (BSCA), em 1991, e investiu de forma pioneira na certificação e no rastreamento do café. Entre 2002 e 2012 obteve selos das certificadoras UTZ; C.A.F.E/Starbucks; RainForest Alliance; AAA Nespresso/Nestlé e Fair Trade USA.

O capital financeiro esteve presente na trajetória da empresa desde a sua fundação, em 1969. À época, o empresário Luiz Cyrillo Fernandes²⁵⁴ se associou ao Grupo Gomes Almeida e buscou parceria com o banco Bozano Simonsen para concretizar o negócio. Nas décadas de 1970 e 1980 houve a expansão das atividades de cultivo e comercialização e em 1991 teve início a exportação.

Nos anos 2000 e 2010 uma série de mudanças acionárias e incorporações de investimentos estrangeiros moldaram um novo perfil para a empresa. Com o desligamento do Banco Bozano, foi firmada parceria de três anos (2006-2008) com o fundo de multimercados e private-equity Gávea Investimentos²⁵⁵. Da mesma forma, três antigos clientes tornaram-se sócios da empresa, a norueguesa Kaffehuset Friele AS²⁵⁶, a *trader* japonesa Mitsubishi, e a Tchibo, uma das principais processadoras de café e rede de cafeterias da Alemanha, como já antecipamos. Em 2016, simultaneamente à saída da Friele, os primeiros donos deixaram a empresa e nova sócia foi incorporada, a brasileira Santa Colomba (SC) Investimentos Agrícolas²⁵⁷, "focada em produções de larga escala e com potencial de mecanização".

A trajetória da Ipanema é, portanto, marcada por distintas composições acionárias e societárias, com investidores de dentro e de fora do café. A relação com o fundo Gávea retrata um dos processos clássicos da financeirização contemporânea, qual seja a participação e/ou controle de empresas por fundos de investimentos que nada tem a ver com a história e mesmo os ramos produtivos aos quais aportam capital. Os recursos do Gávea foram empregados para fins produtivos, como o sistema de irrigação e a renovação do parque cafeeiro.

Já o interesse das estrangeiras nos foi relatado como parte de uma estratégia de marketing: “Eles já compravam café nosso e queriam falar 'a partir agora não vou falar que eu compro café no Brasil, quero falar que sou dono de uma fazenda de café no Brasil'. Então muda o marketing pra eles também” (Entrev. 31).

O envolvimento da Santa Colomba Investimentos Agrícolas parte de motivações distintas, pois desde o início ela manifestou intenções explícitas de promover mudança nos planos produtivos da Ipanema. Antes de tornar-se sócia, a SC havia contratado uma consultoria da Ipanema para o cultivo de café no oeste baiano. Ao final do contrato, diante da recusa da Ipanema em seguir com

²⁵⁴ A família de sua esposa cultivava café na região do Sul de Minas desde 1887.

²⁵⁵ Tem como um dos sócios o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga.

²⁵⁶ À época, 40% do capital da Friele era pertencente à Sara Lee.

²⁵⁷ A SC Investimentos Agrícolas possui sede corporativa na cidade de São Paulo/SP e unidades produtivas nos municípios de Cocos/BA e Mambai/GO.

o trabalho, a SC comprou ações da empresa e, na condição de sócia, convenceu os demais investidores a apoiarem um projeto de três anos naquela parcela do Cerrado. Ao final dos três anos, a Ipanema avaliou que os custos foram muito altos e encerrou a atividade cafeeira na região – decisão que evidencia o peso dos aspectos propriamente produtivos nas estratégias de sustentação da empresa

A respeito das mudanças advindas com a entrada de parceiros estrangeiros e do Fundo Gávea, o representante da Ipanema informou que

o que mudou foi a parte de controles, que passou a exigir mais. Então por exemplo uma auditoria da Price pra poder comprovar o que nós estamos fazendo pra empresas externas ne? de capital externo. Mas a parte do que a gente já fazia na parte de produção e na área comercial ela só aumentou um pouco a demanda de clientes, porque eles estão lá fora e vão potencializar isso (Entrev. 31).

4.3.2 *Grupo Montesanto Tavares*

O caso do Grupo Montesanto Tavares joga luz sobre outra estratégia de financeirização do café na região. Envolve o acordo firmado em 2018 com o Public Sector Pension Investment Board (PSP Investments), fundo de pensão de servidores públicos canadenses, das forças armadas e da Real Polícia Montada do Canadá.

Com essa parceria, o PSP tornou-se sócio minoritário do Grupo, tanto nas exportadoras de café (Atlantica Coffee, Cafabras-BR e Ally Coffee USA/EU); quanto das fazendas (Atlantica Agro, Primavera e Matilde, em Minas Gerais²⁵⁸ e Rio de Janeiro e Mimosa, na Bahia) (GMT, 2018). O montante aportado foi de US\$326 milhões, o equivalente a R\$1,5 bilhão (SAMBO e BATISTA, 2018), de um total de US\$118 bilhões disponíveis para investimento do Fundo. Com essa injeção de capital, o Grupo Montesanto Tavares planeja quintuplicar sua produção em 10 anos, atingindo a marca de 500 mil sacas de café (INTERNATIONAL COMUNICAFEE, 2018).

²⁵⁸ A fazenda Atlantica Agro situa-se em Pirapora, Norte de Minas; já a Primavera localiza-se em Angelândia, região das Chapadas de Minas; e Matilde está em Andrelândia, Sul de Minas Gerais.

Fundado em 1998, o Grupo²⁵⁹ constitui uma Sociedade Anônima fechada. É um dos expoentes dos cafés especiais entre grandes produtores²⁶⁰ e exporta café para mais de 60 países. Apresenta-se como uma "holding com experiência em todas as etapas da cadeia cafeeira, atuando desde a originação dos cafés até a venda dos *blends* no exterior". Além de cultivar seu próprio café, também comercializa grãos de pequenos produtores. Até 2019 sediado em Belo Horizonte, decidiu migrar toda sua estrutura física para Varginha, que já sediava a Atlantica Coffee. Além de Varginha, ainda em Minas Gerais, possui unidades em Manhuaçu, Zona da Mata mineira; Angelândia, Vale do Jequitinhonha; e Patrocínio, no Alto Paranaíba/Triângulo mineiro. As fazendas somam mais de 9 mil hectares²⁶¹ e possuem certificação da 4C, C.A.F.E./Starbucks e UTZ.

Antes da parceria celebrada com o PSP em 2018, a relação com o capital financeiro já era prática corrente do Grupo, cujo histórico de negócios financeiros envolve contratos futuros de café em dólar (*Non Deliverable Forward* (NDF)) negociados na bolsa de Nova York; contratos de compra e venda futura de café junto a corretoras e bancos; contratos de *swap* de dólar para Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e contratos de dólar futuro na BM&F Bovespa (PWC, 2020)²⁶².

O envolvimento do fundo de pensão canadense em negócios agrícolas no Brasil não compreende um caso isolado. Fundos de pensão aportam recursos em busca de lucros e dividendos em negócios espalhados por todo o mundo. No contexto da 'redescoberta das commodities', atividades agropecuárias e minerais tornaram-se alvo corrente destes investidores. Um dos casos mais conhecidos é o do *Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund* (TIAA CREF), fundo de pensionistas estadunidenses que investiu em fazendas na região do Matopiba²⁶³ nos anos 2000 e 2010 (SIVIERO, 2020; GOMES, 2020). O caso chegou à edição impressa do jornal *The New York Times* em 2015 (ROMERO, 2015), que denunciou as conexões

²⁵⁹Ver portal da empresa: <https://www.atlanticacoffee.com/quem-somos/#grupo-montesanto-tavares> e <https://www.atlanticacoffee.com/grupo-montesanto-tavares-do-plantio-a-comercializacao-internacional-do-cafe/> (Acesso em 21 de março de 2021).

²⁶⁰Dentre as empresas direta ou indiretamente controladas pelo Grupo algumas são sediadas no exterior: Ally Coffee, sediada em Plantation/Florida, Estado Unidos; Atlântica Overseas, sediada nas Ilhas Virgens Britânicas; e Ally, sediada em Lausanne, na Suíça (PWC, 2020).

²⁶¹Segundo o portal da empresa, "as fazendas também investem no plantio de árvores de Mogno Africano e em seu consórcio com café arábica".

²⁶²A política de gestão de riscos da empresa impõe o limite de exposição da posição líquida a 20 mil sacas/dia de café (PWC, 2020).

²⁶³Região que compreende o sul dos estados do Piauí e do Maranhão, o norte do Tocantins e o oeste da Bahia.

entre professores aposentados de Nova York, grileiros e pequenos agricultores expulsos de suas terras no interior do Piauí.

No caso da parceria entre o fundo canadense e o Grupo Montesanto Tavares, embora conectados por meio dos recursos financeiros, pensionistas canadenses não poderiam estar mais distantes de pequenos sitiantes cafeicultores do Sul de Minas. O distanciamento não é apenas geográfico, mas carrega dimensões ideológicas, culturais, econômicas e políticas (CLAPP, 2015).

4.3.3 *Cooxupé*

O caso da Cooxupé configura um terceiro perfil de financeirização do café no Sul de Minas Gerais. Maior cooperativa de cafeicultores do mundo, ela está inteiramente integrada aos mercados internacionais. Exporta café para cerca de 50 países e possui relação com mais de 50 bancos. No entanto, diferentemente da Ipanema Coffees e do Grupo Montesanto Tavares, a Cooxupé não possui sócios estrangeiros, sejam eles empresas ou fundos. Na condição de cooperativa, suas ações pertencem aos próprios cooperados, contingente que supera 15 mil cafeicultores.

Como ocorre, portanto, sua aproximação com o capital financeiro?

Conforme já destacado, uma das vias prioritárias de mobilização das finanças pela Cooperativa é o crédito. No caso da Cooxupé, bancos públicos e privados, nacionais e internacionais fornecem crédito para os cooperados e para a Cooperativa em si. Outra via de contato passa pela relação entre cooperados e empresas de insumos. Como vimos, é comum que as empresas de insumos comercializem grãos na forma de *barter*. Nesse caso, os insumos são adiantados aos agricultores, que pagam em grãos, com valor travado, à semelhança do que ocorre com os contratos de futuros securitizados transacionados nas bolsas de valores.

Os contratos de futuros e outros contratos da bolsa constituem, por sua vez, uma terceira forma de penetração do capital financeiro no dia a dia da Cooxupé – e de seus cooperados. Na medida em que todo o café comercializado pela Cooperativa tem como referência o preço praticado em Nova York, pode-se dizer que ela funciona quase como um entreposto daquela praça financeira no Sul de Minas. Diariamente os números da bolsa repercutem por toda a região: "cada loja tem um painel que acompanha o preço do dólar, acompanha o mercado de futuros, o preço físico" (Entrev. 38). Enquanto as lojas físicas da cooperativa funcionam como uma espécie de *hub* da Bolsa, há também uma plataforma online sobre a qual os cooperados têm autonomia para movimentar seus próprios estoques, vendendo no todo ou em parte, a depender de sua necessidade

de capital e dos preços ofertados. Como mencionado anteriormente, outro canal de comunicação e difusão do dia a dia da bolsa são as listas de transmissão do aplicativo whatsapp, que conferem temporalidade imediata às interações entre cooperados e Cooperativa e entre eles e o universo da Bolsa.

Cooperados que não têm volume de produção suficiente²⁶⁴ para atuar de forma autônoma na bolsa, contam com o apoio da cooperativa para fazê-lo:

Como a maioria são pequenos, a gente imagina que fazer uma operação de mercado de futuros, por exemplo, seria difícil. Porque pra gente travar na bolsa de Nova York precisa de 330 sacas pra fazer uma operação e tem gente que não produz isso. Acesso ao mercado, acesso ao sistema financeiro, a cooperativa ajuda. (Entrev. 38).

São também disponibilizados técnicos para ajudar os cooperados a entender os termos e as condicionantes do mercado – aspectos que fazem da Cooxupé uma das principais tradutoras da linguagem do mercado financeiro para os territórios de cultivo do café. O "comercializador" é este agente-tradutor. A ele compete facilitar a transação para os clientes que desconhecem tais linguagens: "Não sei lidar com esses dados". Vai lá e conversa com o comercializador que ele ajuda" (Entrev. 38).

*** **

Os três casos – Ipanema Coffees, Grupo Montesanto Tavares e Cooxupé – mostram como a comercialização do café é mediada por uma série de dispositivos e inscrições financeiras e envolve uma gama variada de atores e paisagens. Junto aos grãos verdes transporta-se a própria lógica das grandes praças financeiras globais para os pequenos municípios e sítios do Sul de Minas Gerais. Neste rol variado de actantes que fazem a RPG do café, operadores da Bolsa de Nova York se conectam a pequenos agricultores familiares, dando origem a um dos pares mais fortes da desigualdade econômica e política entre o Norte e o Sul global.

Uma das consequências de todas estas transformações – aumento do volume e da importância do capital financeiro na agricultura; emergência de novos atores e investidores;

²⁶⁴ Cada contrato de Café Arábica na B3/BM&F Bovespa compreende 100 sacas de 60kg. Contratos de Café Arábica na ICE/Nova York tem limite mínimo 37.500 libras, equivalentes a 283 sacas de 60kg.

mudanças nos arranjos institucionais e nas legislações fundiárias; e outras – é a requalificação do “pacto da economia política do agronegócio” no Brasil. De fato, a Economia do Agronegócio (DELGADO, 2012) do período recente difere daquela dos anos 1970 (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010). Se antes os aspectos distintivos foram a industrialização e a mecanização, no presente sobressaem as tecnologias eletrônicas e digitais da Agricultura 4.0 e a dimensão empresarial, com ênfase na lógica do gerenciamento, na proeminência das rendas financeiras e na ligação direta com os mercados externos.

A financeirização das terras constitui-se ainda como um dos pilares dos processos de *land grabbing*, na medida em que é uma das formas típicas de controle e extração da renda da terra na atualidade (WILKINSON; REYDON e DI SABBATO, 2012; SAUER e LEITE, 2012; SAUER e BORRAS JR, 2016, EDELMAN, 2013 e outros). Vale destacar: o Sul de Minas não é área típica de *land grabbing*, haja vista a ausência ou presença marginal de outras características fundamentais ao fenômeno-conceito, tais como o controle de grandes extensões de terras pelo capital estrangeiro (associado ou não com o capital nacional); a presença das chamadas *flex crops*; disputas por água e outros recursos naturais; e a expulsão de pequenos agricultores e povos e comunidades tradicionais. Ainda assim, os dados da seção que segue sugerem que a região está conectada ao movimento global de valorização do preço das terras.

Para finalizar o exame da financeirização do café no Sul de Minas Gerais, a seção a seguir analisa dados sobre a valorização dos preços das terras na região e compara-os à variação do preço do café. A pergunta que nos guia é: em que medida a região vivencia descolamento do preço das terras em relação à variação dos preços do café?

4.4 Financeirização e mercado de terras no Sul de Minas Gerais

Um aspecto fundamental a ser considerado nas análises sobre a financeirização das terras e da produção agropecuária está ligado à própria natureza do "ativo" terra. Como parte dos movimentos de "redescoberta da terra", diversos autores têm se debruçado sobre o processo de financeirização, revisitando análises clássicas e agregando novas leituras em sintonia com a realidade contemporânea.

No que diz respeito aos clássicos, Ricardo (1982 [1817]) é comumente apontado como pioneiro nos estudos sobre a natureza das rendas da terra e da propriedade fundiária em

particular²⁶⁵. Em "Princípios de Economia Política e Tributação", de 1817, o autor propõe duas espécies de renda advindas da terra, as quais denomina de rendas diferenciais I e II. A renda diferencial I decorre das características próprias da terra, como a fertilidade e a localização. Já a renda diferencial II é explicada pela produtividade decorrente do capital ali investido. Assim, enquanto a renda diferencial I está ligada ao uso extensivo da terra, a renda adicional, diferencial II, tem a ver com o processo de uso intensivo.

Embora postulado como pioneiro no assunto, há elaborações anteriores. Foster (2000) recupera trabalhos de James Anderson, escocês e contemporâneo de David Ricardo, que em 1777, em "An inquiry into the nature of the corn laws"²⁶⁶ já havia proposto elementos para uma teoria da renda da terra. Embora tenha notado o papel da "fertilidade absoluta" dos solos, Anderson conferiu mais importância à produtividade advinda do desenvolvimento histórico das técnicas produtivas.

Ciente das reflexões de Anderson, no terceiro volume de "O Capital", Marx acrescenta outra sorte de renda, a renda de monopólio, derivada da propriedade da terra. Cabe lembrar que para Marx, o valor advém exclusivamente do trabalho. Isto é, a terra – natureza – produz valor de uso²⁶⁷, mas não valor de troca, ou mais valor. Assim, a renda da terra não é entendida como a remuneração do fator de produção terra, mas pagamento pelo direito ao uso de uma propriedade para fins de emprego da força de trabalho. Ligada a renda de monopólio, há a renda absoluta, existente somente na agricultura, onde a composição orgânica do capital é mais alta do que nos demais setores da economia. Nesse caso, produz-se mais valor (valor-trabalho), o qual vem somar no cálculo geral da renda da terra (ALMEIDA e MONTE-MOR, 2017).

O economista brasileiro Ignácio Rangel propôs uma quarta categoria de renda da terra, fundada na noção de renda especulativa, decorrente da "expectativa de valorização". Trata-se de "uma renda peculiar, que os clássicos não estudaram, e que se aplica inclusive à terra que não é utilizada, porque também ela se valoriza. Mais ainda, ela faz do *título imobiliário* um *ativo mobiliário* como as ações e as obrigações" (RANGEL, 1986, p. 76).²⁶⁸

²⁶⁵ Outro autor de referência é Thomas Malthus, que já havia levantado reflexões iniciais sobre o tema em "An investigation of the cause of the present high price of provisions", de 1800, e retomou ao assunto em "Inquiry into the nature and progress of rent", de 1815 (FOSTER, 2000).

²⁶⁶ E em 1801, "A calm investigation of the circumstances that have led to the present scarcity of grain in Britain".

²⁶⁷ Marx partilhava do entendimento de que seres humanos e natureza são partes de um todo e que a força de trabalho é, acima de tudo, material natural transformado em organismo humano (FOSTER, 2000, p. 168).

²⁶⁸ Rangel elabora a ideia de IV renda da terra a propósito da discussão sobre a reforma agrária no Brasil. No cerne do seu argumento está a compreensão de que o custo de oportunidade da terra contribui para seus altos preços, de tal forma que "a solução para o problema da terra, portanto, na decisiva medida em que dependa do preço, terá que esperar

A análise de Polanyi (1980 [1944]) problematiza aspectos subjacentes a toda essa discussão. O autor parte do pressuposto de que a terra não é uma mercadoria qualquer, pois não pode ser reproduzida como as demais. Nesse sentido, toma a terra, entendida como natureza, juntamente com o trabalho e também o dinheiro, como mercadoria fictícia, haja vista que nenhuma delas foi concebida para ser transacionada no mercado. Seus estudos e a agenda de pesquisas por ele inaugurada mostra que a realização mercantil da terra, do capital e do trabalho é resultado de processos históricos bem definidos. Isto é, a transformação dos mercados em um sistema autorregulador não é resultado de um processo evolutivo natural de relações que tinha lugar nas praças de mercado, “mas antes uma consequência de estimulações administradas ao corpo social por certos agentes” (GARCIA-PARPET, 2021, p. 126).

Burkett (2006) dá ênfase aos conflitos decorrentes do tratamento da riqueza e da natureza como *commodities* e mostra que as tensões ecológicas – às quais agregamos também as sociais – decorrentes da comodificação do dinheiro provém da atribuição de características não naturais atribuídas a ele: “homogeneidade, divisibilidade, mobilidade e falta de limites qualitativos”. Estas se chocam com as dimensões de diversidade, interconectividade, localização específica e limite qualitativo dos ecossistemas – e seus atores humanos.

Dentre as abordagens mais contemporâneas, Fairbairn (2014) identifica a terra como um ativo singular: “é um ativo produtivo que se passa por ativo financeiro” (ibidem, p. 779). É fator de produção, ao mesmo tempo em que constitui reserva de valor, de tal forma que cria riqueza por meio da apreciação passiva. Em razão disso, sugere que a natureza dual da propriedade fundiária é mais bem analisada pela noção de ativo quase-financeiro (*quasi-financial*) (Coakley, 1994 *apud* Fairbairn, 2014). Na mesma linha, Fix e Paulani (2019) apontam que esta dualidade existe porque a terra nunca abandona sua forma concreta de meio de produção e condição objetiva do trabalho, ao mesmo tempo em que nunca se desfaz da propriedade de estocar riqueza.

É nesse contexto que as terras agrícolas são frequentemente referidas pelos investidores financeiros como *black gold* (Cole, 2012 *apud* Fairbairn, 2014). A referência ao ouro remete ao fato de que são ativos limitados em quantidade; possuem grande potencial de valorização; e estão

pela mudança nas condições financeiras da economia nacional, isto é, *de algo que deverá acontecer fora do setor agrícola*” (RANGEL, 1986, p. 76). Assim, para o autor, qualquer proposta de reforma agrária de mercado, ou seja, “baseada na aquisição pelo Estado de vastas glebas, somente virá a complicar o problema, elevando a prumo o preço da terra. Noutros termos, a questão da terra, no Brasil e no presente estágio do seu desenvolvimento, emergiu essencialmente como uma *questão financeira*” (ibidem, p. 75).

mais salvaguardadas nos períodos de crises econômicas. Porém, diferentemente do ouro, a terra é também fator de produção, o que lhe confere mecanismos de valorização adicionais, sobretudo quando associados à oferta de infraestrutura produtiva, à ligação com canais logísticos e à regulação das normas de propriedade e uso e ocupação dos solos.

O descolamento entre preços das *commodities* e preços das terras no Brasil é uma das evidências do tratamento da terra como ativo financeiro, capaz de gerar renda a partir da especulação. Desde 2011, vivemos um período de redução dos preços das *commodities* agrícolas. Todavia, o preço da terra não cessou de crescer. Flexor e Leite (2017) analisam os dados da Consultoria Economics FNP, que calcula a série histórica do preço das terras no Brasil e mostram que entre 2010 e 2015 o preço médio do hectare brasileiro saltou de R\$ 4.756,00 para R\$ 10.083,00, um crescimento de 112%.

Os dados nos permitem olhar para as terras cafeeiras. O cruzamento de dados do levantamento da Conab (2017) sobre os custos de produção no café com os da Consultoria FNP²⁶⁹ sobre o preço das terras para o município de Patrocínio dá sinais de que está em curso processo de descolamento semelhante. Entre os anos de 2008 e 2016, o preço da saca de café em Patrocínio aumentou de R\$251,22 para R\$482,24, o que equivale a um aumento de 92%. Por sua vez, a variação no preço das terras entre os anos de 2008 e 2017 foi de 183,7%. Para fins de comparação, a inflação no período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aumentou 71% entre 2008 e 2016.

Caminham nessa mesma direção os dados referentes à variação no preço das terras nos municípios de Guaxupé, Lavras, Alfenas, Varginha e Carmo de Minas, na região do Sul de Minas, entre os anos de 2004 e 2019. Eles reforçam indícios da integração da região no novo mercado global de terras (SASSEN, 2016), moldado por lógicas e dinâmicas globais, acompanhadas por políticas adotadas por governos locais, regionais e nacionais.

Entre 2004 e 2019, o preço das terras em Guaxupé e Varginha (Gráfico 4.3), cuja produtividade média é de 25 sacas/ha, passou de R\$9.642,00/ha para R\$22.500,00/ha, o que corresponde a uma variação de 131%. Em Alfenas (Gráfico 4.4), onde a produtividade média é de

²⁶⁹ Os dados do preço das terras levantados pela Consultoria FNP foram adquiridos pelo Grupo de Estudos em mudanças sociais, agronegócio e políticas públicas (Gemap), no âmbito da pesquisa “Por uma sociologia das transformações agrárias no Brasil recente: financeirização da agricultura, apropriação e estrangeirização da terra” (2018-), financiada pelo CNPq e pela Faperj.

30 sacas/ha, o preço do hectare saltou de R\$9.642,00/ha para R\$23.250,00/há (valores constantes) no período, o que equivale a 141% de aumento.

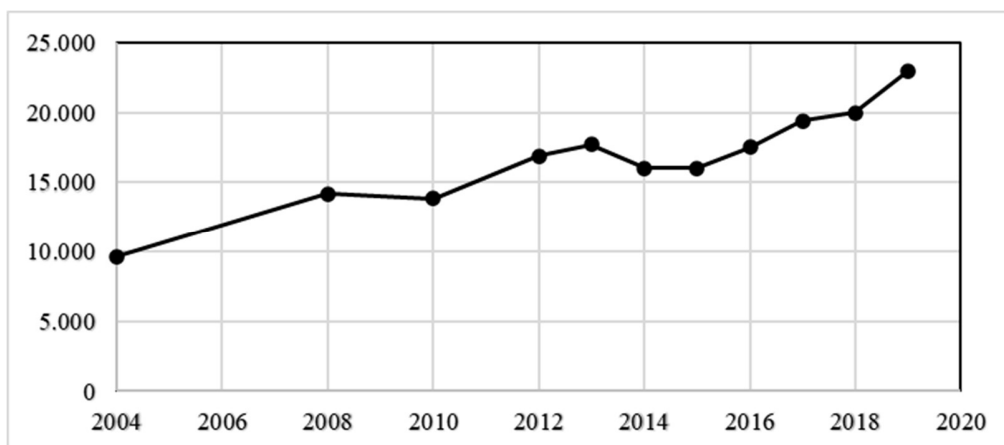


Gráfico 4.3 Variação dos preços das terras nos municípios de Guaxupé e Varginha - MG (Café Arábica) (R\$/ha)

Fonte: IEG – FNP. Elaboração: Orlando Aleixo de Barros Junior/2020. Créditos: GEMAP.

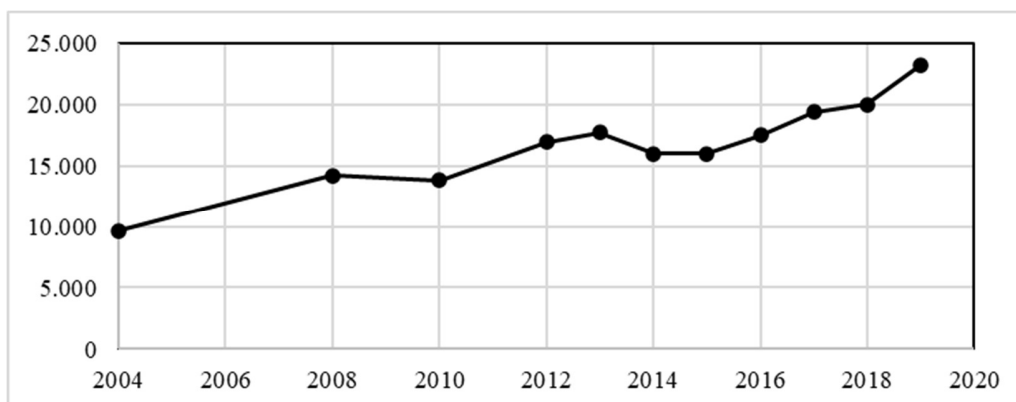


Gráfico 4.4 Variação dos preços das terras no município de Alfenas - MG (Café Arábica) (R\$/ha)

Fonte: IEG – FNP. Elaboração: Orlando Aleixo de Barros Junior/2020. Créditos: GEMAP.

No caso de Lavras²⁷⁰ (Gráfico 4.5), a variação do preço do hectare entre 2004 e 2015 foi de R\$4.855,00 para R\$21.333,00, equivalente a 339%. Finalmente, em Carmo de Minas (Gráfico 4.6), cuja produtividade média é de 22 sacas/ha, a variação do preço do hectare entre 2008 e 2019 foi de R\$12.850,00 para R\$22.250,00, o que equivale a 73%.

²⁷⁰ Os dados da FNP não informam sobre produtividade média dos cafezais do município.

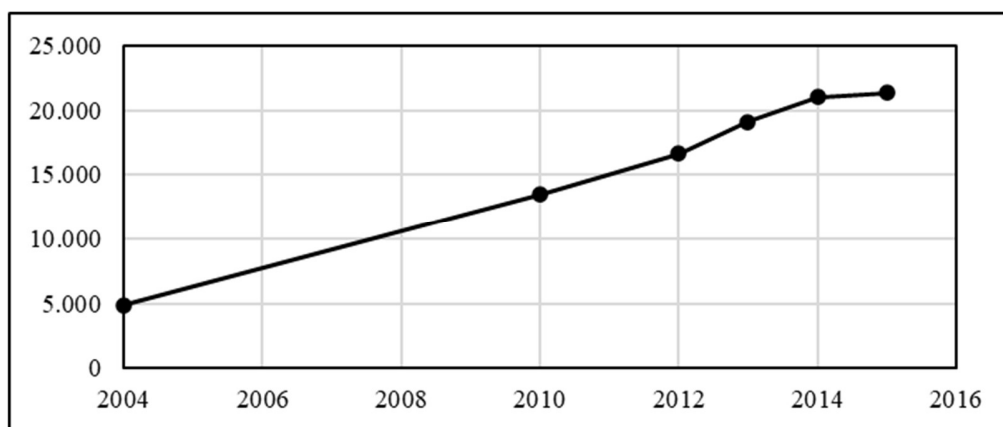


Gráfico 4.5 Variação dos preços das terras no município de Lavras - MG (Café arábica) (R\$/ha)

Fonte: IEG – FNP. Elaboração: Orlando Aleixo de Barros Junior/2020. Créditos: GEMAP.

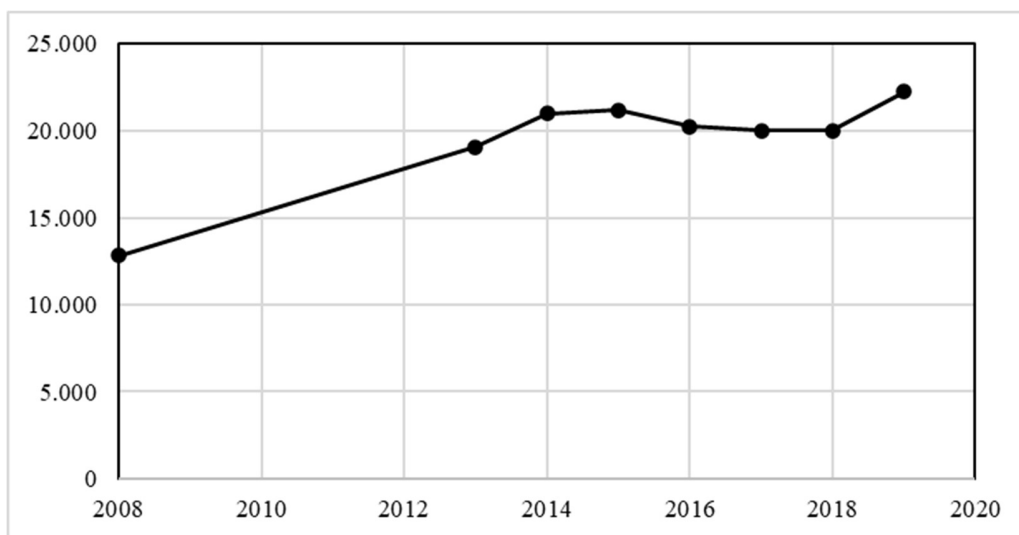


Gráfico 4.6 Variação dos preços das terras no município de Carmo de Minas - MG (Café arábica) (R\$/ha)

Fonte: IEG – FNP. Elaboração: Orlando Aleixo de Barros Junior/2020. Créditos: GEMAP

Os gráficos a seguir, reúnem as variações percentuais dos cinco municípios em questão, para as terras de café arábica (4.7) e pastagem formada (4.8).

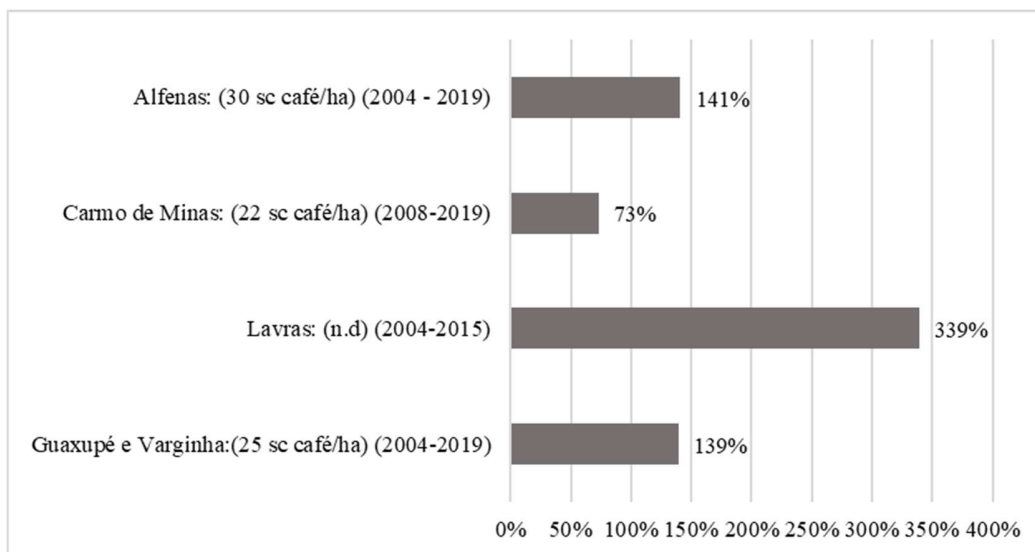


Gráfico 4.7 Percentual das valorizações dos preços das terras no sul de Minas Gerais (Café Arábica)

Fonte: IEG – FNP. Elaboração: Orlando Aleixo de Barros Junior/2020. Créditos: GEMAP.

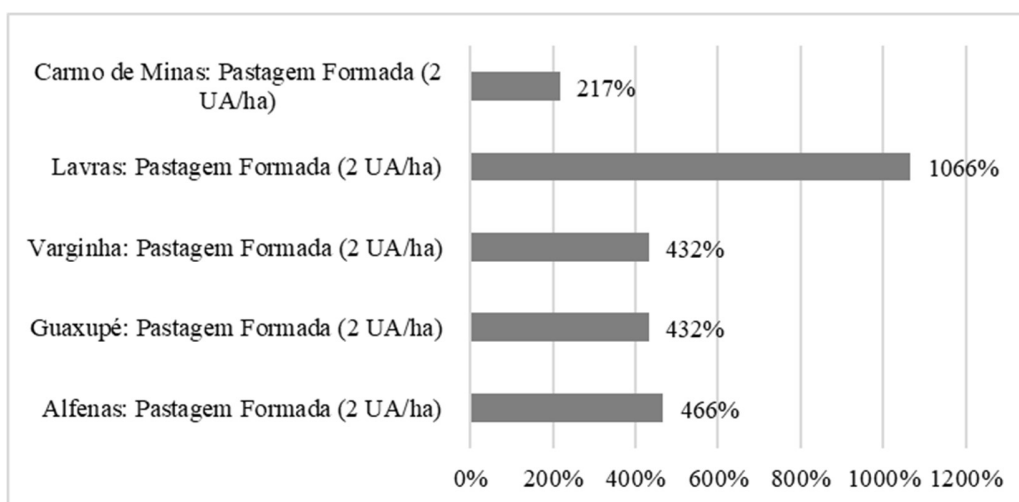


Gráfico 4.8 Percentual das valorizações dos preços das terras no Sul de Minas Gerais (Pastagem Formada) (2004 - 2019)

Fonte: IEG – FNP. Elaboração: Orlando Aleixo de Barros Junior/2020Créditos: GEMAP.

Como se vê, as terras destinadas à produção de café apresentaram as maiores valorizações nominais. Já em termos percentuais, a maior variação se deu nas terras de pastagem formada em áreas planas com indicativo de produtividade de 2UA/ha²⁷¹ – à exceção de Carmo de Minas, onde

²⁷¹ Unidade animal (UA): unidade de peso animal equivalente a 450 kg de peso vivo.

o maior percentual de valorização (337%) corresponde às áreas de Mata Atlântica. Em termos percentuais, Lavras obteve a maior valorização (1066%).

Vale destacar que a questão do preço das terras foi mobilizada em diversas entrevistas realizadas em campo. Em Varginha, a representante do Rabobank informou que, de modo geral, os valores das propriedades variam, podendo custar entre R\$4 mil e R\$40 mil por hectare, a depender da infraestrutura instalada, das condições da lavoura, dos equipamentos disponíveis e das condições da sede (Entrev. 25). O representante da Ipanema Coffees também apontou valor de teto semelhante, entre R\$35 mil e R\$40 mil o hectare, no caso de terras mecanizáveis, ou seja, com até 20%-25% de inclinação (Entrev. 31). Ele ressaltou que são valores inferiores àqueles praticados em outras regiões do estado e do país, onde há mais viabilidade de mecanização e, portanto, é maior a concorrência com as lavouras de grãos e a instalação de outras atividades produtivas, como indústrias.

*** **

As diferentes dinâmicas e estratégias de financeirização formam o terceiro pilar da governança da rede de produção global do café e reforçam os dois outros pilares analisados nos capítulos precedentes. Dominada por interesses privados, a lógica das finanças é uma das principais formas de captura da renda e de transferência e acúmulo de poder nas mãos de poucos atores, alguns dos quais estranhos a quaisquer atividades diretamente ligadas à produção e transformação dos grãos. Ela se apoia crescentemente em tecnologias que distanciam e separam a gestão e o controle dos negócios agrícolas das atividades produtivas em si.

A centralidade cada vez maior das finanças e seu domínio econômico e político global depende da sua capacidade de incrustação e associação com as dinâmicas, paisagens e atores locais. Em razão disso, ao longo do capítulo buscamos mapear, descrever e analisar tais estratégias de hiperlocalização das finanças. Os três casos examinados na seção 4.3 mostram que o capital financeiro faz uso de vias primárias e secundárias (KNOWLES, 2014) para envolver produtores, comerciantes e industriais do café. Como consequência, cria-se um amálgama dos circuitos produtivo, agrícola, industrial e financeiro, que caracteriza a lógica “multidimensional” do capital na contemporaneidade (FREDERICO e GRAS, 2017).

Finalmente, destacam-se os mecanismos e efeitos do aumento dos preços das terras verificado na região. Os dados por nós analisados atestam o descolamento entre a tendência de aumento dos preços das terras e dos preços do café.

O quinto e último capítulo da tese tem como foco os cafês especiais. A decisão de redigi-lo como um capítulo específico decorre da importância conferida aos 'especiais' por parte de todos os atores da rede de produção global do café. Como veremos, este segmento também está sujeito à atuação coordenada dos três pilares da governança da rede – regulação privada; concentração-internacionalização; e financeirização. Essa nova fronteira produtiva abre possibilidades de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), ao mesmo tempo em que fortalece discursos e práticas de maior autonomia para os atores tradicionalmente subalternizados na rede global do café.

CAPÍTULO 5

5 O QUE MUDA COM A EMERGÊNCIA DOS CAFÉS ESPECIAIS?

A emergência dos cafés especiais trouxe mudanças significativas para a rede de produção global do café. Novos atores têm entrado em cena, ao mesmo tempo em que participantes antigos têm buscado se reposicionar a fim de manter postos de liderança e/ou de controle na rede. O papel dos consumidores se mostra muito mais ativo, tanto em relação à contestação do mercado, quanto na indução de novas práticas. Em ambos os casos, o tema ambiental adquire cada vez mais centralidade, assim como preocupações com os direitos dos trabalhadores e com remunerações mais justas aos agricultores, que também têm sido objeto de atenção, ao menos no âmbito discursivo. As relações entre cafeicultores e compradores de cafés especiais giram em torno de uma gama mais variada de questões, baseadas nas novas convenções de qualidade, ao invés de centrar-se principalmente no preço, como ocorre com o café *commodity*.

Este capítulo se dedica à análise dessas e outras questões associadas ao segmento dos cafés especiais. A justificativa para uma divisão específica destinada ao tema surgiu, de um lado, da escuta de atores em nossa pesquisa de campo e, de outro, da observação do mercado. Essas observações nos levaram a elaborar problematizações de cunho teórico sobre assuntos tratados ao longo da tese, com destaque para a abordagem relacional entre cafés *commodity* e especiais. Em que pese essas duas formas de produzir e comercializar o café sejam frequentemente tratadas em separado pelos atores da rede, verificamos tanto a existência de pontos de contato entre um e outro, quanto os usos interessados das singularidades para favorecer a permanência de padrões vigentes entre os cafés tradicionais. Isso é possível devido ao trânsito cada vez maior de atores entre os dois mercados e pela recente e crescente entrada e apropriação dos especiais por grandes corporações do setor cafeeiro.

No Capítulo 2 analisamos o papel das certificações e dos selos de comercialização quando da emergência do modo de regulação privada do negócio do café. Embora componentes indispensáveis de um café especial, aspectos socioambientais do cultivo formam condição necessária, porém não suficiente para atestar essa classificação. Além deles, a qualidade da bebida, ou seja, o sabor, é um aspecto incontornável, assim como são também levados em conta os atributos

imateriais que envolvem o momento do consumo. Esse entendimento integral e integrado orienta a definição de cafés especiais propagada pela *Brazilian Specialty Coffee Association* (BSCA)²⁷²:

grãos isentos de impurezas e defeitos que possuem atributos sensoriais diferenciados. Estes atributos, que incluem bebida limpa e doce, corpo e acidez equilibrados, qualificam sua bebida acima dos 80 pontos na análise sensorial. Além da qualidade intrínseca, os cafés especiais devem ter rastreabilidade certificada e respeitar critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social em todas as etapas de produção (BSCA, s/d).

Devido ao crescimento da produção dos cafés diferenciados, atualmente já se considera os especiais como aqueles classificados acima de 84 pontos e, com alguma frequência, são mencionados cafés de 90 pontos ou mais. O alcance desta pontuação é resultado de um trabalho coletivo que envolve processos específicos em todas as etapas produtivas e de preparo. Com efeito, para a *Specialty Coffee Association* (SCA²⁷³), “não se trata do trabalho de apenas uma pessoa no ciclo de vida de um grão de café; o café especial existe apenas quando todos os envolvidos na cadeia de valor trabalham em harmonia e mantêm o foco nos padrões e na excelência do começo ao fim”. A multiplicidade de opções de cafés especiais se deve, portanto, ao envolvimento de agricultores, comerciantes de café verde, torrefadores, baristas e consumidores.

Embora diversos atores ainda se refiram aos especiais em termos de “nicho de mercado”, é crescente a percepção de que constituem propriamente uma tendência – “antigamente era um nicho, hoje é uma grande tendência que é uma realidade” (Entrev. 9). A emergência desta tendência tem causado instabilidades no *modus operandi* da rede global do café, pois questiona alguns de seus princípios e mecanismos estruturantes. Assim como ocorre em outros mercados, a reivindicação de novas convenções de qualidade, baseadas nas origens e em modos de preparo, configura potencial ameaça à estrutura de governança em vigor (DAVIRON e PONTE, 2005).

Ao longo do capítulo buscamos identificar quais são os tensionamentos e as mudanças provocadas pela emergência dos cafés especiais e pelos esforços de autonomização deste mercado. Interessa-nos compreender em que medida a separação *commodities*/especiais de fato se sustenta e quais são as novidades históricas, em termos de atores, práticas e discursos.

²⁷² Criada em 1991, a BSCA se espelha na *Specialty Coffee Association* (SCA), a qual funciona como uma associação global de cafés especiais e tem sede na Califórnia, nos Estados Unidos.

²⁷³ Muito embora os EUA tenham sua própria associação, a *Specialty Coffee Association of America* (SCAA), criada em 1982, a atuação da SCA e da SCAA é em grande medida sobreposta. Ambas dividem o mesmo portal na internet, por exemplo.

Para levar a cabo esta investigação, o texto está estruturado em três seções. Inicia com o estudo dos processos de descoberta e produção dos cafés especiais. A produção não é aqui referida em termos do cultivo, já analisado nos Capítulos 1 e 2, mas se refere à construção das diferenças conceituais e materiais em relação ao *commodity*. Na sequência examinamos um dos temas mais recorrentes quando se fala em mercados de produtos diferenciados e “mercados de singularidades”: a construção de circuitos curtos de comercialização e consumo. Nesse âmbito problematizamos se experiências de encurtamento dos circuitos de fato promovem a eliminação de atravessadores. Uma terceira seção trata do reposicionamento dos atores com maior controle sobre a governança da RPG do café: as torrefadoras e os varejistas. Finalmente, à luz das questões analisadas no capítulo anterior a respeito da estratégia da financeirização, investigamos em que medida o mercado de cafés especiais está ancorado em uma lógica alternativa de precificação.

5.1 Produção e descoberta dos cafés especiais

As dimensões social e ambiental constituem dois elementos indispensáveis para a classificação de um café como especial. Como vimos no Capítulo 2, desde fins do século XX, o cumprimento de normas e padrões socialmente justos e ambientalmente limpos tem sido estimulados na rede do café. Nesse âmbito, papel central é conferido às certificadoras, que elaboram e acompanham códigos de conduta e orientações de cultivo. Entre as diversas empresas, fóruns e selos de certificação de qualidade há graus variados nos níveis de participação, envolvimento e autonomia dos atores locais.

A contribuição das certificadoras, empresas de assistência técnica e demais agentes envolvidos diretamente na lavoura não se limita aos aspectos que versam sobre as práticas e manejos de cultivo dos grãos. Nesse sentido, vale indagar: qual a participação desses atores para os demais aspectos que caracterizam os cafés especiais?

A produção e a comunicação da geo-história estão entre as tarefas centrais.

5.1.1 A produção da geohistória

Os esforços para destacar as pessoas que produzem os cafés buscam valorizar o que um dos técnicos da Emater/MG chamou de “geohistória”²⁷⁴ do café (Entrev. 4). Ou seja, a combinação da história das pessoas e dos territórios da cafeicultura. Afinal, nas palavras de outro técnico da empresa, “o café não é só o café”: “o café são pessoas, café é história. Não é uma xícara com um líquido lá dentro. Isso é muito simples. O café é muito mais do que isso” (Entrev. 2).

Em sintonia com essa percepção, o slogan da APAS Coffee, uma associação de cafeicultores de São Sebastião do Paraíso, no Sul de Minas, apoiada pela Emater/MG, evoca essa mensagem: “APAS Coffee: a history you can taste”. O entrelaçamento geohistórico marca, por exemplo, a experiência entre um técnico da Emater/MG e uma agricultora apoiada pelo Projeto Bem Diverso²⁷⁵, destinado a promover a cafeicultura na região de Rio Pardo de Minas, no norte do estado. “Essa senhora colheu duas sacas de café. Levamos ela na feira, ela vendeu a 3 mil reais a saca. Você imagina. Mudou a vida dela” (Entrev. 2).

De fato, “o café não é só o café” e o diferencial desses cultivos encontra-se justamente na fronteira entre a qualidade material, o sabor, a dimensão sociohistórica e a relação com a natureza. É por aí que a Emater/MG percebe o potencial dos cafés especiais de Minas.

A gente quer aumentar a produção deles no limite deles ficarem na agroecologia, porque aumentar a produção pra eles ficarem produtor convencional, a gente não quer isso. Porque aí o café deles não vende. Eles estão vendendo o café hoje nesse preço porque o comprador comprou a história dessa senhora aí e de outras lá. Então a gente trabalha com eles qualidade de café, fizemos várias oficinas e a qualidade melhorou muito. Produtividade, restauração do Cerrado e coleta de frutos do Cerrado pra vender, polpa de frutas, enfim. Você tem o pequi e tem o café embaixo; tem a banana, tem o café e o pequi; tem o coquinho azedo, tem a mangaba. É uma riqueza, né? Uma região muito rica. Pobre de quem pensa que lá é pobre né? (Entrev. 2).

²⁷⁴ Latour (2020) utiliza o mesmo termo com propósito distinto. Emprega “geo-história” para sintetizar o argumento de Chakrabarty (2013), que em seu “O clima da história: quatro teses” questiona a separação entre história natural e história humana a partir da análise da crise climática.

²⁷⁵ O Bem Diverso é um projeto da Embrapa, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF). Voltado para o manejo de sistemas sustentáveis, atua em seis Territórios da Cidadania, dentre os quais o Alto Rio Pardo, localizado na transição entre o Cerrado e a Caatinga, na região Norte de Minas Gerais. Uma das ações do Programa em Minas Gerais se destina à promoção da cafeicultura sombreada e consorciada com outras culturas e o extrativismo sustentável, realizada em parceria com a Emater/MG. Sobre o Bem Diverso, ver <http://www.bemdiverso.org.br/> (Acesso em 5 de novembro de 2020).

Embora não se refira especificamente à cafeicultura do Sul de Minas, o Bem Diverso está imbuído dos mesmos valores e intenções que a Emater/MG emprega no Sul do estado. A intenção de fazer crescer a produção circunscrita aos limites da agroecologia nos leva a duas considerações. A primeira é a percepção da agroecologia como um modo de produção essencialmente voltado para o que é pequeno. A segunda, derivada desse entendimento, mostra como as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são circunscritas a um certo espaço marginal no arcabouço das políticas estatais. Ao invés dos princípios, valores e práticas de produção e comercialização associados à agroecologia se estenderem ao conjunto da agricultura, conserva-se a segmentação entre dois modelos, traduzidos em dualidades como grande-pequeno, capitalizado-descapitalizado, rudimentar-tecnológico, etc. Essa perspectiva embasou a existência de dois ministérios ligados à agricultura no Brasil (MAPA e MDA, até a extinção deste em 2016), porém não é exclusividade nossa. Na França, país de referência para o desenvolvimento dos orgânicos e das certificações de origem, vigora esse enquadramento. Em que pese os inúmeros esforços de promoção da agricultura orgânica naquele país, ela

perdurou marginal e marginalizada. A integração à política de qualidade do Ministério da Agricultura ‘dentro de um quadro bem limitado, evitou qualquer questionamento real do modelo agrícola dominante’. O Estado se contentou em acompanhar a agricultura orgânica a partir da abordagem regulamentar (proteção do nome e do selo) sem apoiar explicitamente essa forma de agricultura, incitando-a a se aproximar das normas dominantes de produção agrícola (Garcia-Parpet, Jas e Leroux, 2020, p. 306).

A ênfase na geohistória é um dos contrastes significativos em relação à dinâmica das *commodities*, que confere pouca ou nenhuma importância à origem, desde que o produto atenda às especificações esperadas. Tal contraste é percebido neste depoimento do representante da torrefadora Café Bom Dia:

A gente não costuma ter contato às vezes com o dono do café, o nosso negócio é com o corretor. Às vezes eu não preciso nem saber de quem que é o café, às vezes eu pergunto aonde está o café, por uma questão de logística, de preço. Se eu que vou pegar o café, uma coisa é eu pegar um café aqui em Três Pontas, outra coisa é eu pegar lá em Manhuaçu. Então você tem um custo de frete, mas a gente não precisa saber necessariamente quem é o produtor. Depois que você fecha o negócio tudo bem, quero saber de quem é e tal. Aí é feito um contrato, o corretor faz entre as partes e assim é comercializado (Entrev. 21).

A evocação da geohistória é um dos fatores que fortalece a relação entre cafés especiais e agricultura familiar no imaginário dos técnicos, dos consumidores e muitas vezes até mesmo dos produtores de especiais. Esse artifício mobiliza e enfatiza elementos que remetem à riqueza dos territórios e das pessoas que vivem ali ao mesmo tempo em que propositalmente desconsidera que parte dos cafés especiais provém de fazendas de monocultura do Sul de Minas e de outras regiões do Brasil e do mundo. Para alguns, a associação com a agricultura familiar sustenta o aspecto da “história pra contar” e simultaneamente dá ênfase à percepção de que ela está mais aberta às mudanças.

É a agricultura familiar na sua maioria que tá fornecendo esses cafés porque a agricultura empresarial é muito, digamos assim, tradicional, não gosta muito de mudanças. A agricultura familiar é mais tranquilo de trabalhar e tem histórias mais bonitas pra contar (Entrev. 2).

Para outros, ao contrário, é a agricultura empresarial que se abre com mais facilidade para inovações.

A esse respeito, cabe aqui uma reflexão sobre a forma como diferentes atores mobilizam as ideias de tradição e mudança, continuidade e descontinuidades no decorrer do processo produtivo. A análise das falas de nossos entrevistados evidencia que a distinção se dá em relação a dois temas principais: a tecnologia e a imagem do café como algo semelhante a um patrimônio brasileiro e mineiro em particular.

Com relação à tecnologia, evoca-se a tradição em oposição à disposição de inovar, seja em relação ao uso de máquinas, seja em relação a técnicas de manejo. Há um certo julgamento – ora implícito, ora explícito – negativo sobre a resistência em inovar. Em muitas entrevistas foi mencionado o fato de que pequenos agricultores tendem a ser mais refratários à mudança. Essa perspectiva vê a/o pequena/o agricultora/o como alguém que

planta do mesmo jeito que o pai dele plantou, que o avô dele plantou, que o bisavô dele plantou e ele fala 'ah, mas pra mim sempre foi assim, eu não vou querer mudar, não quero crescer, não quero comprar uma máquina nova, desse jeito que eu tô fazendo tá bom', sabe? (Entrev. 32).

Contrariamente a esta leitura, como vimos no Capítulo 4, muitos entrevistados destacaram como tem crescido a tecnificação dos pequenos produtores, por meio da utilização das colhedoras

manuais, “as mãozinhas mecânicas”, ou até mesmo com o emprego de drones e inovações mais caras e sofisticadas, porém adaptáveis às pequenas propriedades.²⁷⁶

A outra face da questão da tradição está mais ligada a uma idealização da paisagem rural – das lavouras de café e seus cafeicultores. Aqui, a tradição assume um significado mais positivo, como algo a ser preservado e valorizado. Localiza-se, portanto, no limiar entre produção e comercialização: a agricultura empresarial, patronal, ou grande agricultura, é vista como menos flexível, e, portanto, com mais dificuldade de tirar proveito das geohistórias do café. Talvez porque, de fato, não possua narrativas que sensibilizem consumidores e abram mercados. Muitas vezes, a agricultura familiar carrega uma cultura menos capitalista; seu modo de vida remete à um imaginário da terra sinônimo de fartura e suficiência²⁷⁷ já que forjado na diversidade de sujeitos e de cultivos, com destaque para aqueles associados à noção de comida de verdade. Nessa medida, suas histórias lembram tradições que vivenciam hoje processo de esquecimento, por isso mesmo tornadas patrimônio imaterial por muitos órgãos nacionais e internacionais (BORGES, 2011).

A evocação de elementos visuais e textuais que remetem a essas construções está presente na maior parte das embalagens de cafés especiais, como mostram as imagens a seguir. Quantos de nós já não compramos um café especial depois de ler a história do produtor narrada na embalagem?

²⁷⁶ Não é novidade nem sequer exclusividade do café o fato de que a maior parte das inovações se destina aos cultivos mais capitalizados e de maior extensão de terras. Embora de extrema relevância, o tema da funcionalidade e da finalidade das tecnologias não faz parte do escopo desta pesquisa. FEENBERG, 2010; WINNER, 1986; FIGUEIREDO, 1989 e outros discutem aspectos de fundo que nos ajudam a problematizar a questão.

²⁷⁷ Em oposição à noção de escassez que está na base da economia neoclássica, a ideia de *suficiência* tem sido recentemente difundida no âmbito das elaborações do Bem Viver e outras perspectivas decoloniais.



Figura 5.1 Embalagem de café Verdemar, vencedor do concurso Emater/MG de 2019

Fonte: da autora.



Figura 5.2 Embalagem do Café Feminino Orgânico Coopfam

Fonte: da autora.

Aqui verificam-se recursos semióticos semelhantes àqueles destacados nas logomarcas das torrefadoras adquiridas pelo Grupo 3Corações (Figura 3.4), com a predominância do verde e do marrom. O café torrado pelo supermercado Verdemar traz a foto e informações do agricultor vencedor do concurso da Emater/MG para a categoria "café cereja descascado região Sul de Minas". Já a embalagem da Coopfam insere a cor lilás para compor a caracterização do café produzido por mulheres da Cooperativa.

Sabe-se, contudo, que a agricultura constitui um campo heterogêneo. Ainda que concepções dualistas sejam frequentemente mobilizadas em discursos políticos, é extensa a literatura que analisa a diversidade de agricultores e “estilos de agricultura” – “alguns deles fortemente ligados aos mercados e outros suficientemente longe deles para permitir um espaço de manobra considerável” (LONG e PLOEG, 2011, p. 37). Também é objeto de análise desta literatura os múltiplos arranjos e interfaces produzidos na interação entre os diferentes “estilos” e entre eles e o Estado e organismos internacionais, por exemplo (LONG et al, 1989).

A mobilização da geohistória se apresenta, portanto, como um dos elementos de disputa de narrativas entre as diferentes agriculturas. Narrativas essas, vale ressaltar, que não se restringem ao plano discursivo, mas têm implicações materiais no âmbito do mercado e do Estado, mais especificamente, no desenho e nos orçamentos das políticas públicas de apoio à agricultura. O peso dessas narrativas depende fundamentalmente de seu alcance e capacidade de sensibilização e convencimento – das justificativas BOLTANSKI e THÉVENOT (2006). Para tanto, a comunicação da mensagem e a tradução dela para as diversas linguagens presentes na rede global do café torna-se uma tarefa estratégica. A atuação do Estado é outro componente fundamental do processo de legitimação, conforme analisam Garcia-Parpet, Jas e Leroux (2020) sobre o processo de consolidação do campo da agricultura orgânica na França. A partir do momento em que a regulação pública reconhece e passa a certificar a produção de ‘mercadorias singulares’, há uma tendência de crescimento dos mercados de qualidade, mesmo quando essa aposta se dá mais pela via da oportunidade do que pela vocação. Como vimos no caso do café, as disputas não cessam, mas se configuram.

A seção que segue analisa um elemento chave do que podemos chamar de coxia da RPG do café e mais especificamente do processo de transporte e tradução: as amostras.

5.1.2 *Um actante peculiar: as amostras*

As amostras são indispensáveis para a celebração da maioria dos negócios cafeeiros. Distribuídas por cafeicultores e cooperativas, são também a matéria-prima dos corretores. Em geral, elas compreendem pacotes de 1kg²⁷⁸ de grãos verde em variadas condições de benefício, a depender da etapa de operação. Viajam mundo afora e transportam a qualidade, a geohistória, as expectativas e a confiabilidade dos cafeicultores.

A classificação da amostra é também uma etapa chave na relação entre cafeicultores e cooperativas. Frequentemente, provadores e técnicos de campo atuam em conjunto e extraem análises sobre a produção, o solo e o manejo. Na Cooxupé, a partir delas esta análise cruzada é coordenada por um dos provadores, que é também extensionista: "é um provador que faz visita a campo. Então ele conhece muito bem cada processo, conhece muito bem a parte de classificação e prova e conhece muito bem a parte prática também na lavoura" (Entrev. 38).

²⁷⁸ Também são comuns amostras de 300g para as quais são calculados os defeitos e as impurezas proporcionalmente ao peso de 1kg.

Todo o processo de avaliação e classificação do café que chega à cooperativa se dá via amostras, seja ele *commodity* ou especial. É por meio da prova das amostras que os cafês são classificados e, na sequência, precificados.

Na visita às instalações da Cooxupé, vimos como o processo de recebimento, avaliação e prova se assemelha à uma linha de montagem. Após a chegada da amostra, saquinhos de 300g são etiquetados com um código de barras que mantém o anonimato das informações de origem (produtor, fazenda, etc) e identifica por cor somente a região de procedência – Sul de Minas, Cerrado Mineiro ou Mogiana Paulista. No caso da Cocatrel, as informações são reunidas em um *QRCode*. Segundo uma de suas representantes, esta disposição permite a realização do processo de prova às cegas, ao mesmo tempo em que garante a rastreabilidade. Tem-se, desta forma, algo de um oxímoro, na medida em que o mesmo dispositivo confere, simultaneamente, anonimato e rastreabilidade às amostras.

Na sequência da etiquetagem, tem início uma triagem de classificação dos grãos. Utiliza-se o mesmo procedimento aplicado aos cafês *commodity*, baseado num padrão de ocorrência de defeitos.

É padrão de defeito mesmo. A gente faz o padrão de café *commodity*, que é esse de quantos defeitos que tem. Cada defeito vale uma pontuação e eles vão verificar isso, quanto que tem de fundo, quanto que tem de porcentagem de cada peneira, porcentagem de defeito, o que é café, o que não é. Vão determinar a qualidade do café e depois vão determinar na xícara o final (Entrev. 38).

Após essa triagem física vem o momento da prova, que indica se o café “é realmente isso? É melhor, é pior do que parece?” (Entrev. 38). A prova envolve a torra, a moagem e o ato da bebida em si, para o qual são utilizadas pequenas taças de vidro desprovidas de abas: "aqui é o processo inicial. O pessoal prepara ali a torra. Mói, xícara por xícara. Vão dispor na mesa, colocar a água quente abaixo do ponto de ebulição, esperar esfriar pra fazer a prova. Sem açúcar, torra clara" (Entrev. 38).

Na Cooxupé, cada amostra é provada em sete taças no caso do café proveniente dos cooperados e em 10 taças quando vem de terceiros ou de outros armazéns. Essa rodada sequencial permite a apuração de características como o cheiro e o aspecto dos grãos. Após essa aferição, os provadores preenchem as informações no cartão de avaliação, que segue para um sistema único de toda a Cooperativa. Já nesse momento, alguns poucos sinais, imperceptíveis para um observador de fora, dão indicativos sobre a opinião dos provadores. "A própria posição

que ele coloca o cartão, se coloca pra cima ou pra baixo, se o café tem algum problema ou se é especial. Então já tem uma linguagem visual aqui pra facilitar" (Entrev. 38).

A comunicação visual que tem lugar nas salas de prova ocorre em ritmo acelerado. Ali, o café tem poucos minutos para (tentar) contar sua geo-história, afinal milhares de amostras são provadas a cada dia:

Num dia cheio assim eles provam de 6 a 7 mil taças por dia. 50 mesas dessa cheia por dia. São 18 provadores aqui, tem mais os do Cerrado Mineiro. Tem 3 Q-graders no meio deles aqui. A maioria deles muito experientes e sempre vão provar no mínimo 2 em cada mesa. Aí eles provam em 2-3 mesas e voltam pra descansar o paladar. Vem outro provador. Se eles discordam na classificação, eles chamam um terceiro e começa tudo de novo até chegar aqui, até concordar (Entrev. 38).

Os provadores com certificados de *Q-grader*²⁷⁹ encontram-se entre os mais conceituados da pirâmide de provadores de café. Nas salas de prova da Cooxupé, somam-se aos Q-graders outros provadores, com certificados emitidos pelo Senar, pelo CCC-MG e outros cursos de classificação. Não raro, a formação desses profissionais é apoiada pela própria Cooperativa. Não são poucos os que iniciaram sua trajetória na Cooxupé como transportadores de carga nos armazéns e hoje possuem diploma de provadores. Porém, o título não é suficiente para a formação de um bom provador. A requerida sensibilidade é adquirida muito mais no dia a dia do trabalho e na interação cotidiana com profissionais experientes, em processo que se assemelha ao aprendizado de um ofício: "Pra um provador ficar sozinho provando e poder dar um veredito ali, pelo menos 4-5 anos de trabalho" (Entrev. 38).

5.1.3 Descobrindo os cafés especiais

A etapa da prova é também decisiva para o que podemos chamar de descoberta dos cafés especiais. A palavra descoberta é aqui empregada pois muitos cafeicultores desconhecem a qualidade dos próprios cafés. É comum ela ocorre somente após o aval do sistema de prova realizado nas cooperativas, armazéns-gerais ou corretoras. "Muitas vezes o cooperado nem sabia que tinha especial. Ele fala 'meu café vai beber bem esse ano'. Aí chega aqui e deu especial e fica surpreso" (Entrev. 38).

Vê-se, portanto, que a linha que separa cafés especiais de *commodity* nem sempre é visível e requer a existência de todo um aparato sociotécnico de identificação e classificação

²⁷⁹ Q-graders são profissionais especializados na classificação de café que possuem titulação de avaliador atestada pelo Coffee Quality Institute, (CQI), que ensina a 'arte do *cupping*' desde 2003 (GRABS e PONTE, 2019).

dos grãos. Segundo um de nossos entrevistados, produtor de cafés *commodity* em Nepomuceno, a onda dos cafés especiais tem tido efeito sobre o processo de prova. Tanto é assim, que embora ele produza o mesmo café há tempos, somente nos últimos anos suas amostras passaram a ser classificadas como de maior qualidade, bebida mole, ao invés de bebida dura:

Eu produzo o mesmo café todos esses anos, é a mesma dinâmica, não mudei nada. Os mesmos cuidados, os mesmos procedimentos, fazendo aquela mira que eu te contei, a minha mira é o café *commodity*. Não tenho terreiro suspenso, não sigo as orientações de café especial. (...) Nunca, nunca na história, *até pouco tempo atrás* as cooperativas classificaram nenhum café meu nem um café do meu pai (que produz mais cafés que eu em propriedades diferentes (...), ele tem mais de um *terroir*) como bebida mole. Sempre bebida dura (Entrev. 44) (grifo nosso).

Um componente indispensável desse sistema corresponde ao pessoal especializado que trabalha nas cooperativas, armazéns-gerais e corretoras espalhadas por todo o Sul de Minas. No caso das cooperativas, quando a classificação das amostras indica alta qualidade, os agricultores são então informados e devem decidir sobre o melhor destino do produto. Na Cooxupé,

Se o café chega lá na frente e o provador falou 'esse aqui tem alguma coisa diferente, tem potencial pra ser especial', eles vão, voltam a amostra lá no começo e faz o método SCA, pra dar a pontuação no café. Se ele atingiu 83 pontos pra cima, eles mandam pra SMC pra tratar esse café como especial. Aí eles entram em contato com o produtor e falam 'seu café é especial, você quer negociar com a gente, quer deixar no armazém, o que você quer fazer?' (Entrev. 38).

Os volumes de especiais têm crescido. Entre 2010 e 2018 a SMC²⁸⁰ exportou mais de 1,3 milhões de sacas de café especial e comercializou cerca de 1,7 milhões de sacas. Em 2019 foram 85.217 sacas exportadas e 102.293 comercializadas (COOXUPÉ, 2019). Apesar do crescimento dos cafés especiais, estes ainda são vistos como “um mercado bem específico”. Os números não deixam dúvidas: em 2019 foram aproximadamente 100 mil sacas comercializadas pela SMC e 6,4 milhões de café *commodity* movimentados pela Cooxupé²⁸¹.

Outro fator a ser levado em conta na classificação de especiais é o período de comercialização dos grãos. Isto é, existe um limite temporal para a realização da venda como

²⁸⁰ A SMC é uma S.A controlada pela Cooxupé que trabalha exclusivamente com cafés especiais. Criada em 2010, a sigla corresponde às três regiões de atuação da cooperativa: Sul de Minas, Mogiana Paulista e Cerrado mineiro.

²⁸¹ Dos 6,4 milhões de sacas comercializadas em 2019, 5,4 milhões foram exportadas diretamente; 78 mil foram destinadas para clientes exportadores (*trading houses*); e 850 mil destinaram-se à torrefação no mercado interno (COOXUPÉ, 2019).

especial. Passado esse tempo, os grãos já “retornam” à condição de *commodity*. Em função disso, o colaborador da Cooxupé associa o café especial a um “cavalo arreado”:

Você tem um prazo pra negociar café especial. Até dezembro, depois já não é especial mais, já virou commodity. De repente você não quer na primeira oferta, depois você já não consegue mais vender como especial. É um mercado bem diferenciado mesmo. Normalmente depois de dezembro começa a entrar cafés de outros países no mercado de cafés especiais, aí eles vão no café mais fresco né? A gente colhe até setembro aí uns 3, 4 meses o café já começa a perder algumas características (Entrev. 38).

Para outro entrevistado, esse é um dos fatores que limita as possibilidades de e-commerce: “é muito complicado pro café, porque o café tá ligado a frescor. Você pode até fazer, mas assim, ‘olha, eu torro num dia e te entrego no outro’. Porque a validade do café.. o tempo começa a corroer. Não vai te fazer mal, mas você não vai sentir tudo que ele tem” (Entrev. 43).

A imposição dessa restrição temporal é um dos fatores que impulsiona o processo de busca ativa entre vendedores e compradores de café verde, que ocorre em escala efetivamente global. A prospecção realizada por um dos grandes compradores de cafés do mundo, o japonês Sr. Maruyama, expressa bem essa prática: “Ele viaja o mundo todo provando café. Ele fica seis meses na cafeteria e os outros seis viajando pra conhecer fazendas. É isso, a vida dele é isso” (Entrev. 43).²⁸² Dono da principal cafeteria de Tóquio²⁸³, o Sr. Maruyama foi caracterizado por nosso entrevistado como “um fenômeno. Provador, enfim” (Entrev. 43). Foi também apontado por um dos técnicos da Emater/MG como “o maior e melhor comprador de café do mundo. (...) Ele compra café no mundo inteiro e ele é um garimpeiro, entre aspas, de bons cafés e de boas histórias. Ele é um *trader*. É um parceirão do produtor de cafés especiais no mundo todo. Porque ele paga preço justo e trabalha com uma transparência extrema” (Entrev. 2).

No momento em que o café é classificado como especial e são identificadas as características relativas ao aroma, doçura, acidez, corpo, finalização, harmonia e outras, tem início um processo de prospecção de possíveis compradores que se assemelha a uma busca ativa reversa. Da mesma forma em que compradores de café vem ao Sul de Minas no intuito de realizar uma busca ativa, também agricultores, cooperativas, corretores e exportadores buscam clientes de acordo com o produto que têm em mãos.

²⁸² Esse arranjo é possível também pelo fato de que “o Maruyama é financiado por um banqueiro, ele tem um sócio de mão de ferro” (Entrev. 43).

²⁸³ A capital do Japão “possui mais de 4 mil cafeterias, assim, pequenas, sabe? E na mão de jovens, gente que está empreendendo” (Entrev. 43).

Um de nossos entrevistados, produtor de cafés especiais em Baependi, no Sul de Minas, relatou que a construção de sua clientela demandou: "a famosa 'sola de sapato' mesmo. Porque ninguém nos conhecia, então a gente tinha que levar amostras, tinha que conversar, explicar o que a gente fazia" (Entrev. 42). Enquanto nosso produtor do Sul de Minas percorre as cafeterias de São Paulo e alcança pontos de venda em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, nosso entrevistado que presta consultoria a pequenos e médios produtores, tem sua própria torrefação. Ele atua desde o início no mercado de cafés especiais do Brasil e viaja anualmente ao Japão. Lá, percorre toda a ilha japonesa: "a gente introduz o café de Hokkaido até Okinawa. A gente desce vendendo café, sabe? como se fosse numa kombi mesmo, pra pequenas torrefações como a minha. Eu não vou bater de frente com as *tradings* que vendem já café pra lá, em *commodity*. O nosso negócio não é *commodity*" (Entrev. 43).

À medida que formam seu plantel de clientes, os vendedores de café vão estruturando uma espécie de cardápio de demanda, conforme explicou um dos técnicos da Emater/MG.

De acordo com os atributos que eles encontram nesses cafés, essas amostras são direcionadas pra alguns clientes. Por exemplo, você tem um café achocolatado, você tem um cliente na Rússia que valoriza esse atributo chocolate, então a gente manda pra ele. Então a gente direciona o envio das amostras de acordo com o perfil de cada consumidor (Entrev. 2).

No caso da Cooxupé, os *blends* são formados a partir da diversidade das qualidades que chegam à cooperativa e são enviados aos potenciais clientes de acordo com o histórico de preferência. Até o fechamento do negócio todo o processo se dá com base nas amostras, que são exportadas uma ou mais vezes até que se acerte o envio da quantidade total. A formação dos *blends* é realizada pelo setor de Controle de Qualidade. A acurácia das amostras é fundamental, pois

a logística reversa é muito complicada pra gente pra exportação. Então se a gente chega lá e o cliente não aprova. Imagina, 3 containers de café e ele chega e fala 'esse café aqui não tá na qualidade que eu pedi'. Teríamos um problema enorme nas mãos (Entrev. 38).

Em razão disso, é mantido um “banco de amostras” para resguardar as informações dos cafés vendidos, de forma a garantir um elemento de contraprova para grandes volumes exportados ou distribuídos no mercado interno.

O banco de amostras é um espelho do que está no armazém. Tudo que a gente tem em estoque está aqui. Mantém a amostra pelo menos até ir pra produção.

Depois na produção a gente tem outro estoquezinho do café produzido. Então sempre tem uma amostra pra contraprova (Entrev. 38).

Em alguns casos, juntamente com as amostras, as geo-histórias são também transportadas por meio de vídeos, que registram os territórios onde vivem as famílias agricultoras bem como as condições de produção. Os vídeos são uma forma de mostrar as subjetividades não inteiramente expressas nos grãos. Têm, portanto, o papel de sensibilizar compradores e dar concretude aos lugares e sujeitos.

Como se sabe, o êxito dessas estratégias é possível porque o interesse dos compradores reside sobretudo nas singularidades dos microlotes. O montante de informações que permeia negociações desse tipo é, portanto, muito maior e mais diversificado do que aquele que compreende as transações de café *commodity*. Esse fenômeno tem implicações chave para a rede global do café e constitui um dos principais traços de ameaça e de desestabilização da governança controlada pelas grandes torrefadoras e varejistas. As mudanças em curso constituem-se, desta forma, como uma janela de oportunidade para novos arranjos e práticas comerciais.

Qual o alcance dessas mudanças? Em que medida os rearranjos de fato estão a construir uma nova arquitetura de governança que sustente uma repartição menos desigual da renda e do poder? A redução ou eliminação de mediadores é um dos aspectos necessários e/ou suficientes desse processo? Quais os desafios de fazê-lo em escala global? Essas e outras questões são investigadas na subseção a seguir.

5.2 Encurtar os circuitos é eliminar intermediários?

O fluxo de informações que circula na rede e o grau de conhecimento que os atores têm sobre si e sobre os demais integrantes é um dos elementos que sustenta o controle da governança na mão de poucos atores. A posição hegemônica das torrefadoras advém em grande medida do fato de serem pontos de estrangulamento das informações: “possuem completa informação sobre a qualidade quando adquirem os grãos de café e fornecem pouca ou quase nenhuma informação aos seus clientes” (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 141). Como é típico dos mercados oligopolizados, as firmas líderes sempre se beneficiam da assimetria de informações.

Recentemente, esta operação de filtro das informações passou a ser questionada e em parte contornada por novos arranjos que aproximam produtores e consumidores. A proposta de encurtamento dos circuitos se apresenta em evidente oposição à dinâmica que caracteriza o sistema agroalimentar na atualidade. Questiona, portanto, as longas distâncias que separam

produtores e consumidores, tanto no sentido geográfico quanto em termos cognitivos (CLAPP, 2015). Da mesma forma, questiona o controle das cadeias produtivas por grandes empresas multinacionais, cuja lógica se vê desconectada das dinâmicas locais e, conseqüentemente, pouco comprometida com o desenvolvimento integral das regiões onde atuam. Em razão disso, diversas iniciativas têm se estruturado a fim de promover aproximações.

A plataforma de *direct trade* algrano é uma dessas novas rotas. A algrano foi idealizada por jovens suíços e selecionada para dois programas de startups, no Chile e no Brasil. Com os dizeres “Você conecta, a gente entrega”, faz a mediação entre agricultores e consumidores e fornece suporte logístico para o café ao longo desse trajeto. Atualmente inclui cafés de 38 países, dentre eles o Brasil, certificados em oito sistemas diferentes. Em outubro de 2020, havia 354 fornecedores brasileiros cadastrados na plataforma, 101 deles com cafés disponíveis para a comercialização imediata.

A compra direta vem ganhando espaço no mercado do café há cerca de duas décadas e tem como principais características a eliminação de mediadores e atravessadores, a fidelização dos agricultores a torrefadoras e/ou cafeterias e a redução de custos operacionais. Nesse formato, “os compradores estão investindo diretamente nos cafeicultores, tomando para si o risco, em vez de enfrentarem a volatilidade de preços do mercado futuro” (REIS, 2018, p. 15).

A relação direta entre cafeicultores e cafeterias é cada vez mais comum. O investimento nessa relação de proximidade com o público interessado nos cafés por parte dos produtores tem levado alguns deles a preferir a exportação, mesmo quando essa seria financeiramente mais vantajosa, conforme relatou um de nossos entrevistados, produtor de cafés especiais no Sul de Minas:

Hoje se eu parar pra analisar, talvez pela variação cambial, vale muito mais a pena eu exportar meu café. Mas eu me sinto muito melhor deixando o café aqui e tendo a minha marca sendo reconhecida aqui no mercado brasileiro. Então hoje eu estou ganhando menos do que eu poderia ganhar, tendo mais trabalho, mas eu me sinto melhor em fazer isso, em poder estar realizando, em poder estar participando do cenário do café especial no mercado interno (Entrev. 42).

Essa recente valorização do mercado brasileiro foi notada por outro cafeicultor, produtor de café *commodity* de Nepomuceno:

Tem uma expressão que sumiu do ambiente dos produtores de café, eu ouvia muito na minha infância até a adolescência. Depois sumiu. Que era assim, alguém produziu um café e levava pra fazer a classificação (...) Aí a pessoa ficava muito triste quando ouvia 'esse aqui deu só mercado interno'. O que

dava só mercado interno era ruim, não dava pra ir pro exterior né? Pra você ver quanta porcaria o brasileiro tomou né? (Entrev. 44).

A compra direta praticada por cafeterias vem sendo realizada por grandes torrefadoras, como é o caso da linha Rituais, da 3Corações. Ela adquire microlotes de cafés especiais diretamente de agricultores do Brasil – das regiões Cerrado Mineiro, Mogiana Paulista e Sul de Minas – e de países como Java, Etiópia, Colômbia e Quênia. Também a Nestlé vem ampliando o volume de café adquirido diretamente de agricultores. Atualmente, 100% do café brasileiro comprado pela empresa provém de produtores associados ao Programa Nescafé AAA²⁸⁴. Na mesma linha, como vimos no Capítulo 2, 99% dos cafés comercializados pela Starbucks são fornecidos por agricultores participantes do Programa C.A.F.E.

Estas novas dinâmicas de comercialização implicam duas mudanças principais na rede global do café: a abertura de novos mercados e rotas de comércio; e a crescente aproximação entre cafeicultores e compradores.

Com relação às novas rotas, vê-se que os destinos já tradicionais – Estados Unidos, Europa e Japão – mantêm posição de destaque, ao mesmo tempo em que novos mercados têm se apresentado no cenário global: “Recentemente entra Coreia, entra China, entra Austrália, entra Índia, Rússia” (Entrev. 5).

A diversificação das rotas tem sido acompanhada por uma mudança na própria forma de relacionamento entre os atores. Há um acompanhamento mais detido de práticas produtivas e de manejo, são abertos novos canais de financiamento e novas formas de apresentação e comercialização dos produtos. Como parte desse movimento de aproximação, é cada vez mais comum que os clientes, das novas e antigas rotas, frequentem as fazendas e sítios produtores de café do Sul de Minas. Tanto é assim que os dias subsequentes à Semana Internacional do Café (SIC), que ocorre anualmente em Belo Horizonte desde 2013, formam um período privilegiado para a incursão dos estrangeiros aos cafezais e demais instalações de café da região. “Acaba a Semana Internacional, o que espalha de delegação internacional aqui em Minas Gerais é uma coisa fora do normal” (Entrev. 5).

Para o representante da Faemg, isso ocorre porque a ideia da SIC é justamente “trazer os compradores internacionais não pra conhecer o nosso café, mas conhecer o nosso café e principalmente quem o produz” (Entrev. 9). Segundo a representante da Cocatrel, isso ocorre porque para as feiras se levam algumas amostras “pra fazer alguns cuppings”, porém o foco

²⁸⁴ Informações disponibilizadas no portal da empresa:

<https://www.nespresso.com/br/pt/sustentabilidade/manejo-cafe/programa-aaa> (Acesso em 10 de setembro de 2020).

está em “conhecer, mostrar quem que é a Cocatrel, visitar os clientes, ver o que que eles precisam” e convidá-los para vir conhecer a cooperativa: “depois eles vêm e aqui você monta as amostras de acordo com as demandas deles” (Entrev. 20).

Em que pese ainda sejam um tanto quanto “invisíveis nos dados agregados das trocas internacionais e das análises do comércio internacional” (GARCIA-PARPET, 2021, p. 131), as feiras e salões de produtos do sistema alimentar (café, vinho, cerveja e outros), assim como de literatura, cinema, jogos e outros são cada vez mais determinantes na “expansão, criação e recomposição de mercados globalizados” (ibidem p. 128).

Nessa troca, o choque de culturas não causa estranheza nem sequer é impedimento para o estabelecimento de boas relações comerciais.

Na realidade a presença estrangeira hoje é ultra comum. A gente vai pra roça a gente vê os caras parecem que estão indo pra um safári aqueles coreanos, com aquelas botonas assim, a câmera e aquelas roupas mais loucas, aqueles chapéus e tão lá comprando e conversando com o produtor e tomando café e fazendo negócio, bom negócio (Entrev. 5).

Ao se referir aos compradores japoneses, um de nossos entrevistados enfatizou a importância do cultivo das relações ao avaliar que "tudo no Japão é igual em Belo Horizonte, é relacionamento. Você vai conhecendo e vai criando um laço. O japonês não compra de quem ele não conhece, é interessante isso" (Entrev. 43).

Para um dos técnicos da Seapa/MG, a presença dos estrangeiros no território mineiro e os intercâmbios que nascem dessas relações exerce papel fundamental para desmistificar a ideia de que o café brasileiro é produzido por máquinas e não por pessoas. A esse respeito ele ofereceu um relato elucidativo:

A informação no mundo (...) pra você ter ideia, um dia eu estava na Holanda, discutindo lá numa certificadora que a gente participa lá com eles. Tem lá fotos de ambientes de produção de café e de pessoas trabalhando na lavoura de café mundo afora. Então tem lá um produtor com uma área de produção de café lá na África. Você vê uma pessoa com o biotipo africano, é fácil identificar. Você vai aí centro-americanos também sim, é muito fácil de perceber, uma pessoa com características indígena, cabelo liso, moreno, pequeno, os olhinhos um pouquinho puxados, aquela característica dessa origem indígena centro-americana e sul americana. Então na Ásia a mesma coisa, o biotipo das pessoas também é fácil. E aí na hora que chegou de identificar o café produzido no Brasil não tinha pessoas, tinha colheitadeira, uma colhedora de café. Então, quer dizer, passa uma imagem de que o café aqui não é produzido por gente, mas por máquinas. Então a Semana do Café cumpre essa função de descaracterizar isso. Tem sim café aqui produzido dessa forma, mas não é a maior parte. A maior parte é produzido por pessoas,

seja pequeno, que é a grande maioria, seja médio ou eventualmente grande produtor (Entrev. 7).

Vimos que a criação da multiplicidade de canais entre cafeicultores e compradores vem acompanhada de novas formas de comunicação. Há toda uma nova linguagem sendo mobilizada, seja na forma seja no conteúdo. Ao mesmo tempo em que novos termos são cunhados – barista, *cupping* etc –, vídeos, podcasts e outros veículos também contribuem para a produção e divulgação do novo universo do café no Brasil e no mundo.

Parte da estratégia de aproximar os atores dá visibilidade às subjetividades e aos elementos que envolvem o processo produtivo dos grãos. O papel das novas linguagens expressas nas mídias e plataformas é criar conexões, mesmo em contextos de um oceano – e uma série de desigualdades e paisagens – de distância. Resta saber se essas aproximações implicam a eliminação de mediadores e o efetivo encurtamento dos circuitos. Se de fato tem sido possível abrir mão dos *conductors* (LEGUN e BELL, 2016), ou se esses se adaptam à la *Gattopardo* e mantêm o controle sobre a rede global do café.

Conforme o representante da Faemg, é notável o fato de que mais e mais produtores vêm buscando investir na atividade exportadora à medida em que percebem o potencial de comercialização dos seus cafés. Almejam com isso obter mais controle sobre esta etapa crítica do negócio cafeeiro. Assim, a atividade de exportação, que até pouco tempo era quase exclusivamente controlada por estrangeiros, passou a ser complementada e /ou contornada por atores nacionais, parte dos quais agricultores.

É uma mudança muito forte porque o que eu faço na minha cidade? Eu produzo. Meu café é acima de 80 pontos, eu mando pra minha cooperativa, a minha cooperativa vende pro exportador e o exportador manda pra fora. Eu mando pra minha cooperativa, a cooperativa faz esse negócio e ela cobra. A cooperativa vende pra um corretor que vai vender pro exportador... por que não ultrapassar por isso daí? Isso tem acontecido (Entrev. 9).

Em atenção à demanda dos próprios produtores rurais, a Faemg tem buscado auxiliá-los nesta matéria.

Os próprios produtores falam 'ah, mas pera um pouquinho, nosso café é reconhecido, a gente produz um troço bom, o cara vem aqui e compra, tal, bacana, mas eu quero exportar, eu não quero ficar na mão do exportador'. O ano passado nós percebemos isso, houve uma parceria nossa com a Apex

justamente iniciando o processo de exportação, ensinando as pessoas o beabá, aquela que se interessasse depois poderia se aprofundar mais (Entrev. 9).²⁸⁵

A parceria com a Apex foi também mencionada por outro entrevistado que destacou um consórcio que permite a vinda de possíveis compradores estrangeiros ao Brasil para visitar as fazendas: "eu mando as amostras através de correio e eu trago os compradores pro Brasil na época da colheita. A gente traz, a fazenda, através da Apex, a gente tem um consórcio muito interessante. E aí nós trazemos alguns compradores e na época de levar o café, nós acompanhamos a entrega do café" (Entrev. 43).

Contudo, seria precipitado de nossa parte aventar um cenário de fim das exportadoras. De acordo com nosso entrevistado representante da Faemg,

aí uma pergunta que normalmente poderia fazer: 'vai acabar o exportador?' Não. Não vai acabar o exportador, só que ele vai ter que mudar, como nós todos. Antigamente 13, 14 sacas por hectare tinha gente milionária. Hoje, menos de 30 sacas, você não tem competitividade, independente se é café especial ou se é café *commodity*. Tá havendo uma evolução muito forte no mundo e quem não tiver conectada, não tiver plugada com isso.. (Entrev. 9).

As novidades relativas ao processo de comercialização não interromperam o movimento de concentração, embora tenham fortalecido novas rotas e destinos. O cenário atual é então caracterizado pela pulverização de canais de comercialização de pequenas quantidades de café, ao passo que mantém padrões de alta concentração quando se trata de grandes quantidades transacionadas. Em razão disso, para Talbot (2004), uma das principais consequências deste processo tem sido a quase total eliminação das *traders* de médio porte.

Uma vez que a atividade exportadora é historicamente realizada por empresas estrangeiras, as mudanças na atualidade poderiam suscitar questões sobre o papel dos estrangeiros no negócio do café. Porém, as entrevistas realizadas em campo e as demais fontes consultadas indicam que pouco se problematiza a esse respeito. Para um dos técnicos da Emater/MG sua presença é vista como algo "muito positivo" porque eles sabem como valorizar o trabalho dos agricultores.

Para os produtores isso é muito positivo. Porque o Brasil nunca os reconheceu. O Brasil queria tê-los sempre como produtores de *commodity*. Pela primeira vez na vida eles são valorizados. Infelizmente isso teve que começar de fora. Os estrangeiros têm o privilégio de poder tomar esses cafés e nós brasileiros

²⁸⁵ Apex é a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos, pertencente ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

não, a gente toma o pior do café do Brasil. Agora que o mercado interno começa a enxergar esses produtores e o consumidor começa a aprender a tomar bons cafés. Então a gente deve muito isso a eles, eles que nos valorizaram primeiro né? (Entrev. 2).

Proveniente de uma empresa pública, essa avaliação dá sinais de que a relação com os estrangeiros é bastante naturalizada e permeia estratégias de atores diversos, sejam eles privados ou públicos.

Vale notar que embora a maior parte dos estrangeiros atue nas etapas da comercialização e da torra, a emergência dos cafés especiais tem atraído capital externo para a atividade de cultivo na região do Sul de Minas Gerais. Segundo um de nossos entrevistados,

Você tem outras empresas vindo hoje. Você tem a própria Olam que começou comercial mas já tá indo pra produção, você tem a Cofco (...) Então todos eles tentam através da comercialização que eles começam, de repente colocam o pé aqui dentro pra fazer a comercialização em si, que é a logística e de repente já tá indo pra área de produção. Por que? Eles não querem ficar dependendo de compra né? Eles querem ter uma área de produção também, agregar valor em toda a cadeia (Entrev. 31).

Cabe frisar, contudo, que o controle estrangeiro observado no café não corresponde propriamente aos processos caracterizados pelo campo do land grabbing (WILKINSON, REYDON e Di SABBATO, 2012; SAUER e LEITE, 2012; EDELMAN, OYA e BORRAS JR, 2013; FLEXOR e LEITE, 2017; PEREIRA, 2017). Conforme apontam dois de nossos entrevistados, técnicos da Emater/MG,

Não estou vendo a aquisição de terras, de empresas, de forma significativa né, de empresas estrangeiras, mas esse movimento de liderança da cadeia de valor a partir do controle das grandes operações comerciais. E elas são poucas né? (Entrev. 4).

Aí que é diferente. Com a presença do estrangeiro. Que é diferente de quando a gente vê comprando grandes áreas de terras, naquela região do Mato Grosso, do Piauí, é um negócio mesmo bem diferente.. Aí é uma política que tem que ser analisada até como estratégia nacional, além do que tem em cima da terra, o que tem embaixo, temos aquíferos... (...) Agora, aqui, nessa dinâmica de negócios, associando a grupos nacionais, aí eu acho que é legal, eu acho que é muito legal o Brasil ocupar esse espaço, sabe? (Entrev. 5).

Há quem diga que "o que limita hoje esse pessoal é essa lei de compra de terras. Senão, eles seriam mais pesado" (Entrev. 31).

As informações de estrangeiros comprando ou arrendando terra na região não são fartamente registradas na literatura acadêmica ou na imprensa, mas foram mencionadas em algumas das entrevistas ao longo da pesquisa. Um dos técnicos da Emater/MG registrou

o caso da Fundação Hanns Neumann, em Santo Antônio do Amparo, Minas Gerais, que tem uma fazenda muito grande lá. Chama fazenda NKG. É um grupo alemão, eles são responsáveis pela compra da maior parte do café no mundo. Esse pessoal da Fundação Hanns Neumann são proprietários da Stockler, da Lavazza, da Interamerican, que são grandes *traders* do mercado mundial de café (Entrev. 2).

Mencionou ainda a presença de coreanos. Um deles, Jung Han Kim, adquiriu a fazenda São Sebastião, localizada no município de São Thomé das Letras, no Sul de Minas, no ano de 2012. A área de 1,17 mil hectares destina 360 deles ao cultivo de café, em altitude superior a 1.300 metros. De acordo com o vídeo produzido pela Fazenda São Sebastião na safra 2018/19 enviado ao concurso *Cup of Excellence*, realizado pela BSCA, 70% do cultivo é irrigado e 100% é mecanizado²⁸⁶. A São Sebastião é fornecedora da Illy Café e possui certificação da Utz. Recentemente, Catarina Kim, filha do Sr. Kim, foi selecionada entre as 100 melhores produtoras da região pelo 2º concurso Florada Premiada²⁸⁷, promovido em 2019 pela linha Rituais, do Grupo 3Corações, que teve mais de 600 cafeicultoras inscritas. Ipanema Coffees, Grupo Montesanto Tavares e outros casos evidenciam que os estrangeiros não estão completamente ausentes do cultivo, fato que nos remete ao debate sobre o controle de terras por estrangeiros.

Em resposta à pergunta que intitula esta subseção, nossa análise sugere que o encurtamento do circuito não está necessariamente apoiado na estratégia de eliminação ou redução de mediadores. No Capítulo 2 mostramos como a incorporação das certificadoras dá lugar a uma série de novos atores, alguns dos quais com pouca relação com o negócio do café em si, como é o caso das empresas de auditoria. Da mesma forma, há os agentes financeiros, que direta ou indiretamente encontram-se presentes no mercado de especiais, como vimos no Capítulo 4. Isto é, se saem alguns mediadores, também há a entrada de outros.

Essa questão é problematizada em tons mais assertivos nas Conclusões. Ela versa sobre a distribuição da renda gerada na rede, com atenção a quem se beneficia, em quais montantes e quais proporções. Por ora, damos sequência às dinâmicas específicas do mercado de especiais,

²⁸⁶ Vídeo disponível na página da Fazenda São Sebastião no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=4yioM1Tb8OE> (Acesso em 03 de novembro de 2020).

²⁸⁷ O concurso compra de 3 a 10 sacas de café beneficiado de cada produtora. As amostras devem ser classificadas como de qualidade “peneira 16” ou superior, nas categorias “via úmida” e “via seca”.

com uma análise sobre as mudanças provocadas no âmbito da indústria de torrefação e moagem e dos atores do varejo.

5.3 O reposicionamento das torrefadoras e varejistas

A reação das torrefadoras e dos supermercados em relação às mudanças provocadas pela emergência dos cafés especiais não demorou a chegar. No geral, vê-se que eles têm conseguido manter seu lugar privilegiado na governança da rede global do café, porém não sem imprimir transformações em suas próprias dinâmicas de funcionamento. Possivelmente a mais visível delas foi a decisão em se abrir e participar mais ativamente deste mercado.

Como vimos no Capítulo 3, no caso das torrefadoras, tal movimento envolve tanto a compra de pequenas marcas, quanto o desenvolvimento de suas próprias linhas de especiais, gourmet ou premium. Três casos emblemáticos são a compra da Peet's Coffee²⁸⁸ e da Stumptown pela JAB, em 2012 e 2015, respectivamente; e a aquisição da Blue Bottle pela Nestlé em 2017. A intenção manifestada pela Nestlé à época foi: “nós amamos o que vocês fazem, nós queremos ajudá-los a crescer” (LA MERCED e STRAND, 2017). Tal postura demonstra que a Nestlé reconhece e valoriza as características e distinções da Blue Bottle e manter a marca é uma forma de tentar cultivar um novo perfil de clientes, cujos interesses e demandas não podem ser plenamente atendidos pelo que a Nestlé oferecia até então. O encontro das duas empresas não vem desacompanhado de contradições. O controle da Blue Bottle pela Nestlé traz, por exemplo, mudanças estratégicas e operacionais para a primeira, sobretudo considerando que o objetivo apontado é “crescer”. Já a influência inversa, da Blue Bottle sobre a Nestlé, não é descartada, mas é menos provável – indício da permanência de práticas e padrões de desigualdade que sustentam o atual sistema agroalimentar.

No caso dos varejistas, há também a comercialização de cafés de qualidade por meio de suas marcas próprias, ao mesmo tempo em vemos gôndolas inteiramente dedicadas aos cafés diferenciados. Em alguns casos, há dispositivos que permitem a moagem dos grãos pelos consumidores e a compra à granel nos supermercados.

Esta abertura para o comércio de variadas linhas de café é mais uma evidência do que já vimos no Capítulo 3: o fato de que a estratégia corporativa das grandes transnacionais é em grande medida pautada pela segmentação do mercado.

²⁸⁸ A californiana Peet's Coffee é tida como uma das pioneiras dos cafés especiais no mundo. Sua primeira loja data de 1966, na região de São Francisco, Califórnia, Estados Unidos, de propriedade do holandês Alfred Pete.

Outra estratégia diz respeito à forma de apresentar os produtos. Na esteira da valorização dos cafés especiais, certas empresas passaram a desenvolver produtos aparentemente alinhados às novas convenções de qualidade, mas que em realidade carregam poucos ou nenhum dos atributos que conferem a classificação de especial, seja no que concerne ao sabor e aos métodos de preparo, seja em relação à valorização do trabalho e da natureza quando do cultivo (TALBOT, 2004). Também no Capítulo 3 analisamos como as bebidas *ready to drink* (RTD) buscam se associar ao conceito de cafés especiais, mas que podem sequer conter café entre os ingredientes.

Um dos casos mais representativos é o do Frappuccino²⁸⁹, comercializado nas cafeterias da Starbucks desde o verão de 1995. Já no ano seguinte, a partir de parceria celebrada com a Pepsi, passou a ser vendido nas pequenas garrafinhas de vidro com formato de leiteiras (*baby milk bottles*) nos supermercados dos Estados Unidos e do Canadá. A receita original levava café, açúcar, leite e gelo, misturados em uma máquina de *frozen yogurt* para formar o creme. Na Starbucks, os ingredientes passaram a ser misturados em um liquidificador. Em 1999 uma grande inovação acompanhou a chegada do Frappuccino de caramelo e o tradicional canudo verde: as tampas plásticas em forma de domo (*domed lids*), que por serem mais altas e consistentes, se adequam melhor ao creme que cobre as bebidas. Em 2002 foi lançado o primeiro Frappuccino sem café ou chá, nos sabores Vanilla Bean; Strawberry and Crème; Double Chocolate Chip; e Chai Crème. Desde 2010, com o *However-You-Want-it* Frappuccino²⁹⁰ são possíveis mais de 36 mil combinações da bebida, considerando os sabores corriqueiramente comercializados e aqueles específicos de cada país – no Brasil, o de brigadeiro (STARBUCKS, 2015).

No caso das cápsulas, a referência aos cafés é mais frequente, uma vez que se busca transportar o sabor e a particularidade dos grãos para as monodoses. Essa ideia está presente, por exemplo, no slogan das cápsulas *Nespresso Master Origin*: “Aprimorados por mestres, inspirados pela terra”, que contam com cafés da Índia, Etiópia, Indonésia, Nicarágua e Colômbia. Já as cápsulas da linha *Barista Creations*, também da Nespresso, em muito se distanciam de um café especial entendido sob uma perspectiva mais “conservadora” e ofertam sabores como Cocoa Truffle; Caramel Crème Brûlée; e Vanilla Éclair. A linha *Inspirazione Italiana*, por sua vez, homenageia cidades daquele país – Napoli; Palermo Kazaar; Firenze

²⁸⁹ O Frappuccino foi criado em 1992 pela rede de cafeterias The Coffee Connection, original de Boston, Massachusetts, Estados Unidos. Em 1994 as 23 lojas da The Coffee Connection foram adquiridas pela Starbucks, assim como os direitos de uso da marca (NANOS, 2012).

²⁹⁰ As bebidas podem ser customizadas online e retiradas nas lojas: <https://www.starbucks.com/menu/drinks/frappuccino-blended-beverages> (Acesso em 2 de janeiro de 2021).

Arpeggio; Roma; Venezia; Genova Livanto – e apresenta as cápsulas como inspiradas na expertise da torra italiana. Nas três linhas²⁹¹ percebe-se a intenção de valorizar tanto a diversidade de origens, quanto de tradições (de cultivo, da gastronomia europeia e da torra italiana). A rigor, somente a primeira linha (Nespresso Master Origin) carrega, de fato, atributos materiais que permitem distinguir particularidades dos cafés.

Outra tendência observada no movimento de expansão do mercado de especiais a partir de um lastro mais flexível são os cafés do McDonald's, que, em 2016, correspondiam a 16% das vendas da empresa. McDonald's e Dunkin Donuts comercializam sobretudo cafés baratos mas têm investido em opções de maior qualidade. Adotam uma estratégia que se pauta “menos por competir com a Starbucks e mais em tirar vantagem do crescente interesse dos consumidores sobre os cafés” (GLOBAL COFFEE REPORT, 2017). No entanto, não se descarta a possibilidade de disputa de fatias de mercado entre Starbucks e as *fast-foods* porque produtos de diferentes faixas de preços mobilizam conceitos e valores distintos entre grupos de clientes. Tanto McDonald's quanto Dunkin lançaram

bebidas na linha de cafés premium, porém seguem oferecendo cafés tradicionais a preços baixos. É devido ao conjunto de valores (além de ser uma rede fast-food de hambúrgueres) que o McDonald's se vê situado em um campo totalmente diferente da Starbucks. Enquanto a Starbucks consegue seguir cobrando preços altos e frequentemente aumentá-los, o McDonald's não pode abrir mão de ofertar sua opção mais barata juntamente com os cafés especiais, mais caros, caso não quera correr os riscos de uma reação dos clientes que aprenderam a sempre esperar um café mais acessível (GLOBAL COFFEE REPORT, 2017).

A expansão dos cafés especiais em direção a supermercados e redes de *fast-food* é encarada por alguns como uma oportunidade para sua popularização. A trajetória dos vinhos pode nos dar pistas a esse respeito:

Não sei se você lembra o que aconteceu com o vinho. Você queria tomar vinho bom aqui (...) aí você ia lá na delicatessen (...) Até que os supermercados começaram a ofertar vinho bom. (...) Eu acho que com o café vai acontecer isso e essas grandes empresas talvez popularizem mais ainda o café de boa qualidade, ele chega onde a cafeteria não vai. Porque quem vai em cafeteria é um pessoal mais descolado. Mas a dona de casa, que consome muito no dia a dia, não vai. Então isso ajuda... nós [Minas Gerais] temos 30 milhões de sacas pra vender. Nós precisamos de mais gente sabendo como é um café especial, como ele funciona, o benefício que ele traz, porque é completamente diferente (Entrev. 5).

²⁹¹ Ver site da empresa: <https://www.nespresso.com/br/pt/variedades-capsulas-cafe> (Acesso em 5 de fevereiro de 2021).

Um paralelo ainda mais contemporâneo situa os cafés especiais em lugar similar ao das cervejas artesanais²⁹²: "Talvez no café a gente visualize o que aconteceu com a cerveja. (...) Ocupou os supermercados e nós acabamos nos acostumando a beber cerveja boa que a gente até então nem sabia que existia" (Entrev. 5). Nosso entrevistado produtor de cafés especiais no Sul de Minas, avalia que "outras marcas de cafés especiais, maiores, mesmo que elas não tenham a melhor qualidade da bebida, mas elas estão *cafequizando* outras pessoas que muitas vezes nós, pequenos produtores, não conseguíamos chegar até eles" (Entrev. 42) (grifo nosso).

A logística e a distribuição dos cafés da 3Corações em supermercados de todo o país é um dos aspectos destacados por uma das assessoras da Faemg para explicar o rápido crescimento das linhas de especiais da empresa nos últimos anos:

Você vê que ano passado a 3Corações entrou no café especial. Ano passado. Olha o tanto que ela cresceu já em um ano. E olha como é que ela fez. Atropelou várias outras que tavam aí crescendo lentamente... Tem pontos positivos e tem os negativos, mas escancarou um mercado que não tava tão aberto e qualquer um hoje tem acesso a tomar um café especial, ela põe na gôndola de todo o país. Num preço inferior do que o que a gente vê que vem de fora. Vai mudar esse mercado? Vai mudar e muito e vai mudar rápido. Porque daqui a pouco vem uma outra marca querendo concorrer com ela e vai fazer o mesmo e vai lançar outros (Entrev. 10).

Dado o volume de café produzido em Minas e no Brasil, nesta perspectiva, alcançar os supermercados passa a ser um movimento necessário, afinal, "não dá pra vender xícaras, nós precisamos vender toneladas né? São 30 milhões de sacas pra vender. E o supermercado vende volume. E vendendo volume de qualidade e remunerando bem o produtor, sabe?" (Entrev. 5).

O questionamento sobre a possibilidade de convivência entre as distintas propostas de comercialização e constituição do campo dos cafés especiais esteve muito presente em nossa pesquisa. É notório, portanto, o consenso absoluto entre os entrevistados sobre a existência de espaço para todos no mercado de especiais.

'Já tem muita marca no mercado?' Sim, tem muita marca no mercado, mas o mercado é muito grande pra poder ser explorado. Eu não vejo problema nenhum. Eu tenho alguns amigos produtores que têm marcas próprias e a gente troca figurinhas sempre, a gente fala 'a gente não é concorrente, tem mercado pra todo mundo' (Entrev. 42).

²⁹² As cervejas artesanais foram um dos produtos beneficiados pela política de incentivo à industrialização do estado de Minas Gerais nos anos 2010. Em 2019 Minas era o terceiro estado com maior número de cervejarias (163) do país, com crescimento de 369% entre 2017 e 2019. Dentre os 10 municípios com mais cervejarias, 3 são mineiros: Nova Lima, Belo Horizonte e Juiz de Fora (MAPA, 2020).

Assim, nosso entrevistado aposta que as grandes marcas não irão atender a demanda por cafés de altíssima qualidade: "Quanto mais alta a pontuação, mais difícil você ter a quantidade pra poder atender" (Entrev. 42). Por isso, "eu acho que sempre vão existir as grandes empresas trabalhando com cafés especiais deles e a gente vai continuar com o mercado das pequenas torrefações artesanais, eu acho que é compatível sim. São locais diferentes, são produtos diferentes" (Entrev. 42).

É nesse sentido que Callon (2008) mobiliza o conceito de performatividade na economia e propõe que ela seja tomada não como uma forma de conhecimento que retrata um estado de coisas já dado, mas como um conjunto de instrumentos e práticas que contribuem para a construção da própria configuração da economia, seus atores e instituições.

Voltando ao café, sobre o papel específico da Starbucks, outro entrevistado destacou que "ela cria um novo conceito, ela cria novos consumidores. À medida que o paladar dessa pessoa vai amadurecendo, ela vai migrar pra outros, ela vai querer algo mais" (Entrev. 43).

O aspecto do paladar deve ser complementado com o entendimento de que os especiais não possuem a regularidade encontrada nos tradicionais. O gosto varia a cada safra.

O café vai ser sempre diferente daquele que você bebeu na safra passada. (...) Aí o cliente me pergunta, 'poxa, mas não é o mesmo café que eu bebi'. 'É', eu falei, 'não é o mesmo café. Esse café foi podado, é a segunda ou décima quarta sei lá, produção dele. Ele vai ser diferente a cada ano. Você é a mesma pessoa de ontem? Não é a mesma pessoa, então vai mudar mesmo' e por aí vai. E aí quando o cliente chega nesse estágio de ir numa cafeteria pequena é porque ele já está amadurecido o suficiente pra entender que aquele processo é um processo difícil (Entrev. 43).

Cientes de seu papel na popularização dos cafés especiais, os supermercados tornaram-se atores chave neste mercado específico, com atuação decisiva na promoção da segmentação dos consumidores. Uma das estratégias empregadas para tentar mitigar e mesmo antecipar possíveis perdas decorrentes da migração de clientes para cafeterias e para as vias de compra direta tem sido a indução de mudanças comportamentais nos clientes. Isso ocorre porque

uma das principais preocupações dos varejistas são os questionamentos dos consumidores sobre suas próprias preferências e, indiretamente, identidades. Assim, eles tentam guiar processos graduais e espontâneos de qualificação e requalificação dos produtos de forma a resguardar suas vantagens (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 239).

Essa passagem mostra que apesar de desempenharem papel chave no processo de criação de valor simbólico e na retomada da valorização dos cafés, via de regra, os consumidores não participam da divisão da renda que ajudam a co-criar. “Independentemente se os consumidores participam da criação de valor simbólico e dos atributos associados aos serviços, o valor adicionado nesse processo é capturado pelas cafeterias, bares, supermercados e torrefadores dos países consumidores” (DAVIRON e PONTE, 2005, p. 217).

No caso das pequenas cafeterias, a situação muda de figura. Muitas delas se dedicam a estabelecer uma relação de parceria e educação colaborativa com os consumidores. Cada vez mais clientes e cafeterias buscam enriquecer a experiência do momento do consumo, num processo que envolve mais elementos na formação das preferências de gosto do que apenas o sabor (BOUZIDI e WATSON, 2017). Ao investigar o chamado 'efeito-marca'²⁹³ no mercado de cafés especiais, o estudo corrobora as elaborações de Callon, Méadel e Rabenhariosa (2002) discutidas no Capítulo 3 a respeito do processo coletivo de formação das preferências – e do gosto.

Na medida em que as marcas são mais persuasivas quanto à visibilidade e diversidade, cada vez mais os consumidores fazem uso delas para construir suas identidades pessoais. Como resultado, o comportamento dos compradores que antes era parte de uma economia orientada pelas informações, tornou-se parte de uma economia orientada pela *experiência*, onde os consumidores buscam autopromoção e individualidade (BOUZIDI e WATSON, 2017, p. 2) (grifo nosso).

Assim, as cafeterias buscam construir um conceito ampliado de café especial. Os grãos são especiais, da mesma forma que o é o processo de torra e o próprio ambiente das lojas. Se é verdade que para muitos consumidores o preço e a eficiência no atendimento seguem sendo os aspectos mais importantes, outros tantos valorizam mais a experiência, de modo que as cafeterias precisam se perguntar “que tipo de experiência proporcionei aos meus consumidores hoje?” (ibidem, 2017, p. 4).

Na contramão do que ocorreu no início dos especiais, diversos entrevistados avaliam que a pontuação dos cafés tende a se secundarizar²⁹⁴ à medida que cresce a importância da experiência sensorial: "Eu acho que essa coisa da pontuação ela vai cair, ela vai ficar muito no

²⁹³ Tanto no sentido de cafeterias como a Starbucks quanto no sentido de marcas (embalagens) comercializadas nos supermercados.

²⁹⁴ No período da emergência dos especiais, "há 30 35 anos atrás, não se falava em café especial no Brasil. Nós já exportávamos um café de qualidade, mas ele não tinha pontuação, essa questão que marca o início de um especial. Por que que um café é especial né? Isso hoje já está até mudando" (Entrev 43).

sensorial, dos clientes, assim como o vinho ultrapassou aquela chatice que tinha, de notas, aquela coisa toda. O café vai se tornar um hábito, uma coisa do dia a dia" (Entrev. 43).

Soma-se a isso o fato de que a tabela de pontuação é construída a partir de uma matriz específica de gostos, ou seja, ela possui um certo viés que não é compatível com todas as preferências. Assim, não se pode dizer que

'Esse aqui vai ser melhor porque ele tem 92 pontos na SCA'. Uai, mas e se você detestar café cítrico, café ácido, se você preferir um café com acidez baixa, com outro tom? Ele é tão bom quanto, ele só é diferente. (...) É da ordem do agradável né? (...) Então eu sou um pouco contra essas padronizações, 'ah, uma tabelinha de sabores'. Aí eu acho que diversificar é a melhor saída (Entrev. 44).

Esse movimento decorre da popularização da cultura do café, que aos poucos vai extrapolando os muros do que até recentemente ainda era uma pequena comunidade – muito fechada e autorreferenciada. As cafeterias desempenham importante papel pedagógico e são um dos agentes do processo de "cafequização" (Entrev. 42). As diferentes propostas das cafeterias são notadas pelos cafeicultores. Nosso entrevistado produtor de cafés especiais manifestou, por exemplo, sua preferência em vender para cafeterias mais "humanizadas":

que você tem um café, pode ser um café de 82, 84 pontos, um café que seja mais simples, mas que se você tem alguma dúvida, principalmente o consumidor final, vai lá e vai perguntar, a pessoa vai estar com o sorriso na cara, pra poder explicar, falar de onde é que veio, contar a história. Isso é o legal do café especial né? Não é só o produto, não é só a bebida que tem que ter a pontuação tal e pronto (Entrev. 42).

É cada vez maior o público que valoriza as cafeterias "mais aconchegantes, mais intimistas, menores e com uma experiência melhor pro consumidor, a questão do balcão..." (Entrev. 43). Na avaliação de nosso entrevistado, as pequenas cafeterias conseguirão sobreviver, porém "terão que ter outros mix de vendas" e "você precisa ser bastante cauteloso, ser pequeno. Trabalhar realmente com produtos que sejam.. diferenciados" (Entrev. 43).

Como vimos no Capítulo 3, esse é um dos focos das grandes redes como a Starbucks: as novas bebidas cafeinadas, cafés descafeinados e RTD sem café. Aí está parte da dinâmica do Paradoxo do Café. A contribuição dos grãos em termos de valor para essas bebidas é mínima ou mesmo inexistente. Nesse contexto parece ser possível criar valor (de troca) sem o uso da mercadoria. O café é substituído ou diluído em misturas de sabores e ingredientes como leite e

açúcares, ao mesmo tempo em que são enfatizados atributos imateriais ligados aos serviços e a ambiência das cafeterias.

A complexidade desse cenário nos leva a crer que cafés de boa qualidade e cafeicultores bem remunerados, de fato custam caro. Para seguir no ramo, as cafeterias precisam cultivar seus clientes e ofertar mix de produtos que custam menos e podem ser vendidos a preços mais caros e que, aos poucos, vão nutrindo o hábito do café entre os clientes. Esse parece ser o caminho para evitar práticas comuns de muitas cafeterias que vendem cafés comuns "por um preço de especial e não remunera bem a cadeia produtiva" (Entrev. 43). Segundo nosso entrevistado, uma saca comprada a R\$1.200 não pode render um café a menos de R\$8 na cafeteria. Já um café vendido a R\$5 ou R\$6 corresponde a uma saca de R\$800. "O que acontece é que todo mundo coloca o preço em cima" (Entrev. 43).

Incentivos públicos e privados poderiam forjar uma situação distinta. Nosso entrevistado destacou que "o Brasil não tem uma rede de cafeterias brasileira" (Entrev. 43) o que poderia ser uma forma de induzir certos tipos de práticas e formas mais justas de remuneração, além de incentivar o consumo e ampliar o mercado de café no país.²⁹⁵

Como vimos no Capítulo 4, as dinâmicas de cultivo, transformação e comercialização são mediadas e complementadas pela estratégia da financeirização. Vimos também que sua trajetória histórica se liga em grande medida à padronização da produção cafeeira e à transformação do grão em *commodity*. Nesse contexto, os cafés especiais problematizam e desafiam práticas da financeirização, pois se baseiam nos princípios da singularidade e da exclusividade. Para encerrar este capítulo, a subseção a seguir analisa algumas das implicações da emergência dos cafés especiais para a arena das finanças.

5.4 Uma nova lógica de preços?

A geohistória do café está entre as principais responsáveis pelo salto nos preços dos microlotes comercializados nos concursos, nas feiras e pela via da compra direta. Esse fenômeno conflita com o padrão de comercialização na bolsa de valores, pelo menos em termos discursivos. Isso porque o comércio em bolsa pressupõe homogeneidade, padronização e certa impessoalidade nas negociações. Na contramão de todas essas características, os cafés especiais reivindicam diversidade, exclusividade e crescente proximidade e rastreabilidade em relação às

²⁹⁵ A esse respeito, destacou: "Todo mundo que abre uma cafeteria, ingenuamente pensa 'eu vou chegar a ser uma Starbucks'. Não. A Starbucks teve investimento do Bill Gates, teve ajuda de um monte de... e a maneira com que se faz financiamento nos Estados Unidos é diferente do Brasil. Você crescer aqui, você cai em banco privado, é difícil" (Entrev. 43).

origens produtoras e aos próprios agricultores. O café segue sendo uma *commodity*, porém mantém suas particularidades, conforme apontou um dos técnicos da Emater/MG:

O café apesar de ser commodity ele sai um pouco da lógica de commodity. O café é uma commodity como o ouro. Ele é precificado diferentemente em função de qualidade, ele não é precificado unicamente. E mais do que isso, você tem uma coisa que é fora da bolsa, que aí deixa de ser a commodity comercial. A soja não, soja é soja. Eu vou comprar soja e vou falar 'não quero comprar soja transgênica', não consigo fazer razão. Você pega uma empresa grande, grande produtora de ração, você não tem opção, tem que comprar o transgênico. No café você já tem o orgânico, você tem os cafés agora os fermentados, você tem vários tipos de café, você atende todo mundo. Eu brinco que no café você tem mercado pra tudo, desde a porcária, até a joia rara (Entrev. 6).

Em razão disso, as práticas de compra direta têm se constituído como formas alternativas de comércio e precificação. Ainda assim, a lógica hegemônica segue sendo o pregão da bolsa, referência para quase a integralidade do café comercializado no mundo.

99% é comercializado em bolsa. Porque na verdade o pequeno entrega na cooperativa e a cooperativa vai por na bolsa. A cooperativa ela também não quer o risco e a bolsa... por mais que o pequeno vende pro corretor ali e o corretor vai vender pra um outro maior, que vai vender pra trader ou vai vender pra uma cooperativa maior e o cara vai fazer os contratos. E no final, a hora que o produtor entrega o café ele quer receber e pra ele receber ele tem que ter o contrato travado lá (Entrev. 6).

A prática de travar os contratos é, portanto, generalizada. É a regra para a Nestlé, maior compradora de café do mundo, para a Starbucks, ícone da nova geração de cafés especiais, e mesmo para as linhas especiais de empresas como a 3Corações e seu café cultivado por indígenas em Rondônia:

você pega uma rede igual a Starbucks, como é que ela não trava na bolsa? A própria Nestlé, a Nestlé é a maior torrefadora, ela só faz via contrato, ela não faz diferente. A própria 3Corações, que teve lá comprando o café dos índios que vai fazer agora o café dos índios. Ela fez os índios assinarem o contrato. Porque ela não quer, juridicamente ela não quer ficar sem o café e não quer ficar desguarnecida (Entrev. 6).

Porém, as vias alternativas abrem a possibilidade para flexibilizar alguns dos ditames universalizantes da bolsa. Em muitas transações, o preço da bolsa segue sendo a referência, mas uma série de outros fatores são incorporados às negociações.

Os cafés especiais vêm saindo cada vez mais de bolsa, cada vez que a gente chama de direct trade, o cara compra direto dos produtores ou contrata uma

empresa, por exemplo, ali na Montesanto eles têm uma empresa que chama AliCoffee, que só trabalha especial. Então eu tenho uma cafeteria lá nos Estados Unidos e quero comprar cafés especiais do Brasil: 'Alicoffee, compra esses cafés nesse padrão pra mim'. A Alicoffees já tem esses cafés e vai comprar. E aí você já sai um pouco da bolsa porque aí o cara fala o seguinte, 'olha, eu pago até tantos libras/cents' aí você sai da bolsa, vai pra uma negociação direta (Entrev. 6).

Práticas como essas são mais possíveis no âmbito da compra direta, onde, em geral, estão presentes dois fatores que importam menos no universo do café *commodity*: a confiança e o conhecimento sobre o produto.

Com relação à confiança, na medida em que compradores e vendedores buscam estabelecer relações de médio e longo prazo, há maior flexibilidade de ambas as partes, um lado pode ceder desta vez pois espera ser recompensado com uma atitude recíproca na próxima rodada. Já o domínio sobre as características do café e do mercado cafeeiro se assemelha ao domínio da própria linguagem. Se um dos lados tem mais conhecimento, o outro pode ser ludibriado.

Em arenas como a plataforma algrano, que tem se popularizado entre os agricultores do Sul de Minas, estão excluídas quaisquer possibilidades de barganha. Os agricultores determinam o preço e os compradores decidem comprar ou não com base nas informações disponibilizadas e eventualmente complementadas pelo envio de amostras físicas:

A própria algrano. O pessoal de São Gonçalo [do Sapucaí]. A própria algrano é um outro mercado que o cara [comprador] não tem direito ali nem de ofertar. Você coloca o seu café lá, os preços e as características, e o cara compra ou não, ele não pode ofertar no café. Não tem barganha (Entrev. 6).

Para um dos representantes da Faemg, a compra direta cria oportunidades para o produtor se ver livre dos ditames da bolsa: "é a saída pra você se ver livre de bolsa, porque bolsa é especulação e café não trabalha com versão, trabalha com fato" (Entrev. 9).

São essas vias alternativas de apresentação e comercialização dos cafés que viabilizam, por exemplo, a existência da APAS Coffee, em São Sebastião do Paraíso. Ao relatar o trabalho empreendido junto à associação, um dos técnicos da Emater/MG conta que em 2014 um agricultor vendeu uma saca por R\$1.800,00, valor muito acima dos R\$480,00 então praticados no mercado de *commodities*. Em 2016, agricultores da mesma associação venderam 30 sacas no valor de R\$900,00 cada para cafeterias brasileiras.

De fato, as cifras se descolam cada vez mais do preço de custo à medida que o negócio do café toma a forma de um mercado orientado pelas novas convenções de qualidade. Em 2017,

o leilão virtual realizado pela *Alliance for Cup Excellence* (ACE) testemunhou o arremate da saca de café mais cara do mundo até então. A origem do café? Mineira, da região do Alto do Paranaíba, município de Patrocínio, fazenda Bom Jardim. Seis sacas de 60kg foram vendidas por R\$55.457,60 cada (R\$917/quilo de café) para comerciantes japoneses e australianos. O recorde anterior também pertencia ao Brasil, quando no leilão da mesma ACE em 2016, o lote de um produtor da Fazenda Santa Bárbara, em Piatã, na Bahia, foi comprado por R\$18.921,67 a saca (SINDICAFÉ MG, 2017). Um dos compradores foi Kentaro Maruyama.

Embora seja verdade que o circuito de cafés especiais tem conseguido se distanciar parcialmente da lógica dos mercados financeiros, a bolsa ainda forma os preços de referência no negócio do café. Vimos no capítulo anterior como os casos da Ipanema Coffees e do Grupo Montesanto Tavares constituem diferentes estratégias de inserção do capital financeiro na produção de cafés especiais. Ainda sobre a Ipanema, vale frisar o que nos informou o representante da empresa durante a entrevista em Alfenas: “todo café exportado nosso é venda mercado futuro” (Entrev. 31).

A influência da bolsa sobre o preço dos cafés especiais parece ser um aspecto em disputa. Para um dos técnicos da Emater/MG, a precificação é independente dela: “No mercado de especial não tem nada atrelado à bolsa. É um contato meu e seu, você comprador e eu produtor. Hora nenhuma eu olho preço de bolsa. Muita transparência, muita visibilidade” (Entrev. 2). Para a representante da Cocatrel, o café “passa a deixar de ser *commodity* no momento em que é café especial, aí *você* põe um preço” (Entrev. 20) grifo nosso, ou seja, deixa de ser tomador de preço. Quando o produtor consegue se destacar, vencendo um concurso, por exemplo, ele parece subir um degrau: “Uma vez que você ganha o cupping, o pequeno produtor ganha, nunca mais o café dele deixará de ser vendido com um ágio interessante” (Entrev. 43).

No entanto, além dos casos já analisados no Capítulo 4, outro elemento que joga luz sobre o alcance da lógica financeira entre os cafés especiais é o padrão que orienta os preços pagos em diversos concursos. O prêmio²⁹⁶ destinado aos melhores cafés do 3º concurso Florada Premiada, realizado pela 3Corações, inclui o pagamento do “dobro do preço praticado na BM&F” para as primeiras colocadas e no caso das 100 melhores colocadas a premiação corresponde à aquisição das sacas por R\$300 acima do preço praticado na BM&F, indicado como “preço de mercado”.

²⁹⁶ A premiação incluiu um valor em dinheiro (R\$25 mil, R\$15 mil e R\$10 mil para as primeiras, segundas e terceiras colocadas em cada uma das duas categorias, respectivamente) e uma missão técnica para a Colômbia para as primeiras melhores cafeicultoras. Vídeo disponível em https://www.youtube.com/watch?v=OM_GDQhbmZg (Acesso em 4 de novembro de 2020).

A SMC, empresa da Cooxupé reservada aos cafés especiais, também se orienta pela bolsa de Nova York. Os valores por ela praticados são muito abaixo das cifras negociadas em concursos. Segundo informado pelo colaborador da Cooxupé, ela costuma pagar um ágio que gira em torno de R\$160 a R\$180, o que equivale a menos de 50% do preço de referência da bolsa de Nova York (Entrev. 38). Esse registro é relevante na medida em que o preço praticado pelas cooperativas não baliza apenas as transações com seus cooperados, mas se estende à toda sua área de influência. Elas balizam valores em torno do que seria um “preço justo de mercado”:

A gente faz um preço justo, de acordo com a cotação do dia, e esse preço ele é praticado em toda a área da cooperativa. (...) Então é o preço de mercado. Aí o quê que acontece? O corretor que trabalha naquela cidade, ele não pode pagar nem muito menos nem muito mais que aquela cooperativa, é o preço justo de mercado (Entrev. 38).

Sem a referência do preço das cooperativas, o “produtor fica meio à deriva”: "o corretor ele tem uma demanda hoje, aí ele vai pagar de acordo com a demanda dele e a gente paga de acordo com a demanda do mercado" (Entrev. 38).

No entanto, se é fato que para os corretores de uma determinada região fica difícil a cobrança de preços mais baixos do que aqueles praticados pela cooperativa, também é verdade que os produtores dificilmente receberão preços mais altos pelo café que produzem. Nesse contexto, a participação em concursos pode abrir novas janelas e ampliar os horizontes de venda dos cafés para além dos limites das cooperativas e demais agentes que historicamente atuam na região.

Da parte das empresas, a organização e/ou participação em concursos é uma das principais estratégias para levar a cabo a busca ativa pelos cafés mais exclusivos, tarefa que demanda conhecimento e meios de entrada nos territórios cafeeiros. Para tanto, a manutenção de um relacionamento mais perene, baseado na confiança, é essencial para o sucesso na prospecção de bons cafés. A construção destas aproximações é um dos fatores analisados por Gereffi e Korzeniewicz (1994), Henderson et al (2011), Coe e Young (2015) e outros no que tange à importância das dinâmicas locais para o funcionamento das redes de produção global. Grandes corporações adaptam ou criam seus próprios mecanismos de atuação nos territórios, com o estabelecimento e o fortalecimento de relações que permitam a exploração dos recursos locais à serviço de interesses globais. Não à toa, todas as grandes multinacionais do setor estão presentes em Varginha e em outras cidades do Sul de Minas, assim como possuem agentes em campo desempenhando o trabalho de prospecção. Um dos concursos mais antigos realizados no Brasil é o da Illy Cafés.

O caso da Illy por exemplo ela cria o concurso onde ela faz a captação de alguns cafés de terceiros por meio do concurso que ela organiza no Brasil, isso até no âmbito nacional, vários cafés são de Minas e assim eles fazem contratos, parcerias pra compra daquele café. Eles criam o concurso pra fazer a captação dos cafés (Entrev. 6).

Semelhante à Illy, também a UCC e a 3Corações promovem seus próprios concursos com o objetivo de prospectar cafés e produtores parceiros. O concurso da UCC no Brasil é realizado em parceria com a marca Real Café e o Grupo Tristão e teve sua primeira edição em 2001. Já a 3Corações promove o concurso Florada Premiada, voltado para cafeicultoras mulheres. Além dos concursos promovidos pelas próprias torrefadoras, elas participam de outros concursos do Brasil e do mundo e adquirem lotes vencedores para compor seus *blends*.

Muitos deles têm lugar no próprio Sul de Minas. Um dos mais conhecidos é o Mantiqueira, realizado no município de Carmo de Minas, cuja importância nos anos 2010 conferiu-lhe o título informal de “Campeonato Brasileiro dos Especiais” (Entrev. 5). Além do Mantiqueira, a Coccamig realiza sua própria competição, que em 2020 está em sua 9ª edição. Igualmente, a Fundação Hanns Neumann, proprietária da grande trader NKG, realiza o Força Café, sediado em Santo Antônio do Amparo. Já a Emater/MG promove o Concurso de Qualidade dos Cafés de Minas Gerais, que em 2020 chegou à 17ª edição.

No caso de pequenos agricultores, sobretudo aqueles descapitalizados e pouco inseridos nos mercados de especiais, o bom desempenho nas competições tem também a função de chamar a atenção dos “vizinhos de cerca” para o potencial dos cafés de qualidade. Conforme relatado por um dos técnicos da Emater/MG, o processo de construção da APAS foi feito de momentos de sensibilização como estes:

Em 2012, quem não acreditava na qualidade, viu que esse aqui ficou [bem colocado no concurso], aí esses dois aqui são vizinhos dele de cerca e falaram 'uai, se o Jarbas pode, eu também posso, eu sou vizinho dele' e mandaram a amostra e um ficou em 10º e outro em 17º [lugar] (Entrev. 2).

Embora compre cafés premiados em concursos, uma das estratégias que distingue o trabalho de busca ativa da Nestlé corresponde aos agentes que ela possui em campo, que percorrem toda a região do Sul de Minas Gerais.

Ela [Nestlé] vem nessa linha agora ó, ela vem nessa linha. Eu tive em São Sebastião do Paraíso há 15 dias atrás, conversando com o produtor. [Fulano], que é um cara que a gente conhece muito, que hoje opera dentro da Nestlé. Teve lá em São Sebastião montou um grupo de 36 produtores de cafés

especiais e vai comprar vários microlotes desses produtores. Ele traçou um perfil dos cafés e tá lá, vai comprar, diferenciado. Aí é café diferenciado mesmo, é nota 86 (Entrev. 6).

Essa dinâmica nos leva a duas sortes de considerações. A primeira evidencia a importância dos territórios do café, ou seja, de comunidades e territórios que se especializam no cultivo e no negócio cafeeiro. O Sul de Minas é o caso mais emblemático do país na atualidade. Cria-se ali toda uma dinâmica favorável à troca de informações e conhecimentos, já há muito analisados pela literatura de economia regional e de clusters (DINIZ, 2001; SUZIGAN, GARCIA e FURTADO 2003; SIMÕES, 2005). A dimensão espacial ou territorial está na base de esforços mais recentes de conceber sistemas alimentares localizados, que enfatizam a qualificação pelas origens territoriais e a eficácia competitiva de organizações ancoradas no lugar (MALUF, 2021).

O segundo aspecto tem a ver com a qualidade – seu reconhecimento e materialidade. O fato do vizinho de cerca do Sr. Jarbas enviar suas amostras ao concurso dos cafés e ser bem classificado indica que ele muito provavelmente já produzia cafés de boa qualidade, porém ignorava seus atributos e era, conseqüentemente, desconhecido pelos demais atores. Assim, embora de qualidade, seu café não era reconhecido, valorizado e comercializado como tal.

Esta é mais uma evidência de que o conhecimento é peça-chave na nova dinâmica cafeeira. Pode-se dizer que à medida que o café se distancia da lógica da *commodity*, o conhecimento se aproxima cada vez mais dela. Isto é, conhecer o seu próprio café, os modos de produção e preparo e as expectativas dos clientes tornou-se pressuposto básico, essencial, para todos os cafeicultores. Sem esse conhecimento, eles viram “presa fácil”: “o produtor precisa conhecer o seu produto, porque senão ele é presa fácil pra atravessadores inescrupulosos, né, que provam o seu café sem nenhuma transparência. Às vezes nem provam, só cheiram e falam um preço pra você” (Entrev. 2).

Em síntese, retornando à pergunta que intitula o capítulo, pode-se dizer que está em curso uma mudança de práticas e padrões de relacionamento entre agricultores e comerciantes e clientes. Em termos de configuração da rede, o que antes era um movimento convergente para alguns poucos nós – *traders*, torrefadoras e varejistas – adquire cada vez mais a forma de uma constelação policêntrica, embora os polos ainda concentrem muito poder e influência (MARQUES, 2006).

As mudanças impressas nas últimas décadas impactam todos os agentes da rede global do café. Da mesma forma, envolvem uma gama de novos conceitos, ligados à economia da experiência, que, por sua vez, está na base do Paradoxo do Café. Com o passar do tempo, certos

atores se mantêm mais fiéis aos princípios de qualidade e justiça socioambiental; já outros se distanciam e restringem a aplicação dessas ideias somente ao nível discursivo – nada muito diferente do que ocorre em outros segmentos do sistema agroalimentar.

CONCLUSÕES

Esta tese analisou a rede de produção global do café pelas perspectivas da Economia Política e da Sociologia Econômica, amparadas por dados primários e secundários, entrevistas e visitas realizadas em trabalho de campo e pela literatura especializada no tema proveniente de diversas disciplinas das Ciências Sociais. Buscou acompanhar as trilhas percorridas pelos grãos do Sul de Minas do campo à xícara e ao descarte e, com isso, mostrou que 'o café não é só o café' (Entrev. 2). Ao final dessa jornada, esperamos ter respondido à indagação original: *'Por que o Brasil e a região do Sul de Minas em particular, têm sido incapazes de capturar e usufruir de parcela expressiva da renda gerada na rede de produção global do café?'*. Para tanto, empenhamo-nos em "discernir, condensar e ordenar" (DREIFUSS, 1986, p. 265) a lógica e os principais mecanismos da governança e compreender *'o que a produção no Sul de Minas Gerais nos diz sobre a governança da rede'*. Isso foi feito nos Capítulos 2, 3 e 4, os quais foram complementados pelo panorama da produção cafeeira sul mineira (Capítulo 1) e pelas inovações e configurações emergentes provocadas pelos cafés especiais (Capítulo 5).

Ao tomarmos o café como objeto nucleador, nosso objetivo não foi outro senão mapear os múltiplos *componentes, significados, interesses e implicações* carregados pelos grãos. Assim esperamos ter iluminado as muitas determinações sintetizadas na mercadoria café e na forma como ela é fonte de valor que serve a diferentes padrões de acumulação.

A disposição dos capítulos e os argumentos mobilizados em cada um deles e em seu conjunto partiram da hipótese de que *a internacionalização do capital é o aspecto essencial do modelo de governança que favorece os atores do Norte*. Os argumentos levantados para problematizar e, finalmente, corroborar a hipótese dizem respeito aos três pilares da governança da RPG do café, a saber, a regulação privada (Capítulo 2), a internacionalização do capital e das firmas (Capítulo 3) e a intensificação da financeirização (Capítulo 4). Não à toa, o Capítulo 3 está posicionado no centro do trabalho e condensa dados, descrições e análises sobre o par *concentração-internacionalização* e sua interação com o *Paradoxo do Café* (DAVIRON e PONTE, 2005). Verificamos que este movimento, guiado por atores do Norte, articula e imprime dinâmica sobre os demais pilares da governança. Reforça-os mutuamente e impacta, em ritmos e graus variados, as distintas escalas, atores e paisagens do café. Não é demais voltar a enfatizar, como já fizemos em outros momentos deste estudo, que o Sul de Minas, região-objeto da análise, é uma dessas paisagens. Porém, ao invés de *um* dentre os vários territórios globais do café, se destaca como *a* principal região cafeeira do principal país produtor de café do mundo. Ela provê mais de 30% do café brasileiro e 10% do café mundial – considerando

a espécie arábica, a produção mineira corresponde a 54% do total nacional e 72,1% da área de cultivo no Brasil.

Tal centralidade não pode ser desconsiderada, especialmente tendo em vista o argumento de Wilson (2013) sobre as (potenciais) vantagens locacionais advindas de ativos específicos, como é o caso dos grãos. O Sul de Minas não somente reúne as características de altitude e edafoclimáticas para este cultivo tropical, como concentra capacidade instalada de produção e de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D & I), rede logística, assim como uma tradição de gerações em torno do café. Todos esses fatores tornam a região um veículo privilegiado para o estudo da economia política cafeeira.

Tão ou mais importante, a mirada para o Sul de Minas permite o escrutínio das movimentações em curso e das tendências de continuidades e descontinuidades no período que está por vir. Sabe-se que o exercício analítico prospectivo é uma tarefa sensível, já que frequentemente "os elementos de continuidade sobrepõem-se excessivamente aos fatores de mudança, obscurecendo o papel dos atores emergentes e as características de sua inserção no quadro político" (DULCI, 1999, p. 109).

Parece ser consensual que a maior parte dos processos de mudança no mundo do café na atualidade provém do campo dos cafés especiais, que se colocam como prática, discurso e promessa de desenvolvimento justo e de sustentabilidade. É conveniente lembrar que a efetivação das mudanças a nível global depende, em grande medida, do que está a se passar no Sul de Minas e no Brasil, haja vista que nenhum outro país tem condições de abastecer as crescentes quantidades de grãos diferenciados demandadas globalmente.

Ao longo do trabalho, o exame do *contexto* sul mineiro e de seus elos de ligação com a rede – quem são os atores-nós da internacionalização e como operam – se deu *pari passu* com o acompanhamento o mais de perto possível dos processos de formação, distribuição e captura do *valor* e do *poder* na RPG do café. Esses três aspectos (valor, poder e contexto (*embeddedness*)) estão na base da matriz de desigualdades que marca as relações entre atores corporativos, institucionais e sociedade civil (*collective actors*) (HENDERSON et al, 2011; WILSON, 2013; COE e YEUNG, 2015). Nesse percurso foi possível verificar que por se tratar de estruturas politicamente contestadas *per se*, as redes são dinâmicas, cuja estabilidade é fugaz e produto de constantes conflitos, negociações e cooperação entre as partes em questão.

O exame do contexto foi tratado de maneira especial no primeiro capítulo da tese, que buscou recuperar a trajetória cafeeira da região sul mineira, com destaque para os meados da década de 1970 em diante, quando o Sul de Minas tornou-se a principal região cafeeira do país. Dados relativos ao perfil socioeconômico dos principais municípios cafeeiros, especialmente

daqueles visitados durante o trabalho de campo, são complementados por informações sobre a estrutura fundiária da região. Outra sorte de informações que contribui para a caracterização do Sul de Minas diz respeito à presença e à distribuição de cafezais, equipamentos, organizações, empresas e institutos de pesquisa ligados ao café. Foi de nosso interesse ressaltar a diversidade de sujeitos, públicos e privados, concentrados naqueles municípios, que juntos são responsáveis pela metade da produção de café do estado e por um terço da produção nacional. Essa disposição faz do Sul de Minas um território de encontro das vias principais e secundárias da globalização (KNOWLES, 2017), sendo assim um espaço privilegiado e indispensável para a análise do mercado cafeeiro e da RPG do café.

Da mesma forma, a construção da trilha do café, do campo à xícara e ao descarte, nos permitiu examinar quem são os atores e compreender o que se passa na rede, com atenção para as conexões nacionais e globais. Essa construção deu sustentação às análises dos capítulos subsequentes a partir de uma concretude de sujeitos e suas conexões. Buscou assim, dar vida à conceitos como "estruturas, processos, aparatos, sistemas, funções, papéis, atores, elementos, instâncias e agentes", por meio da identificação dos "sujeitos, pessoas, indivíduos concretíssimos e caracterizáveis, politicamente ativos e organizados de formas diversas e específicas" (DREIFUSS, 1986, pp. 274-275). Tornou também possível analisar tendências e processos de continuidades e descontinuidades afeitos ao café, que fornece pistas e contribui para a compreensão de processos mais gerais da globalização contemporânea e da composição entre terra, capital e trabalho.

Na sequência, o Capítulo 2 abre a tríade dos três pilares que orientam a governança da rede global do café. Ele se dedica especificamente à análise da regulação, isto é, dos mecanismos, normas e instituições que influem sobre os padrões de reprodução e repartição do produto gerado na rede. Ao recuperar os aspectos centrais da regulação desde o início do século XX aos dias atuais, foi possível observar as transformações ao longo das décadas, com destaque para os anos 1990 e 2000. Com isso, por meio do café, mostramos, como distintos modelos de regulação se associam e dão sustentação à padrões de acumulação também diversos. As mudanças observadas na virada do século foram marcadas pela prevalência da lógica privada, combinada com a consolidação de instâncias também sustentadas por entidades da sociedade civil, em detrimento do modelo que vigia anteriormente, centrado quase exclusivamente nos Estados.

A regulação privada da rede é controlada por certos atores, os quais foram mapeados e analisados no Capítulo 3. Ali foi possível compreender como opera o par concentração-internacionalização do capital e das firmas no sistema agroalimentar com o foco no mercado

cafeeiro. Vimos como as torrefadoras, seguidas das comercializadoras e do varejo, predominantemente sediadas no Norte, conseguem orientar a distribuição da renda e influenciar a organização dos demais atores da rede. A manifestação da influência desses atores no Sul de Minas se dá tanto pela presença *in loco*, com a corporificação de indústrias e subsidiárias, quanto pelo estabelecimento de relações à distância, por meio do comércio de café e da movimentação financeira realizada entre atores estrangeiros e nacionais.

Uma das consequências da intensificação da concentração e da internacionalização do capital – ou seja, da desnacionalização de produtores, processadores e comerciantes de café ora nacionais – é justamente o aumento das desigualdades em termos de renda e poder. Ao Brasil cabe, cada vez mais, o posto de maior produtor de café do mundo, enquanto países do Norte, auferem maiores lucros ao controlar a industrialização e o comércio cafeeiro. Nota-se ainda que os consumidores do Norte são também as principais referências em termos de tendências de consumo, inaugurando padrões que costumam ser exportados aos consumidores do Sul.

O Brasil destoa em relação à esta divisão internacional do trabalho. Em que pese compartilhe características dos países produtores do grão e, portanto, inseridos de forma subordinada na rede global do café, o posto de principal país produtor e segundo maior mercado consumidor de café do mundo torna-o um ator singular. Esse aspecto é, contudo, pouco enfatizado pela literatura internacional e foi problematizado ao longo da tese no sentido de chamar a atenção para a existência de potencialidades não aproveitadas pelos atores nacionais. Cabe frisar que a categorização Norte/Sul não explica por completo a dinâmica da divisão internacional do trabalho. A classe torna-se aí uma variável chave com alto valor explicativo para mostrar como industriais e mesmo grandes produtores dos grãos se veem funcionalmente integrados, ainda que subordinadamente, à dinâmica da rede global.

O terceiro e último pilar da governança é caracterizado pela financeirização, cuja lógica se vê impressa sobre os mais diversos atores e relações que tem lugar no Sul de Minas e na rede global como um todo. Seguindo a premissa que orientou a construção da trilha do café no Capítulo 1, buscamos analisar os diferentes fenômenos agrupados no bojo da financeirização a partir de uma abordagem hiperlocal, isto é, que busca pistas do que se passa globalmente a partir de processos em curso no território em questão. Identificamos padrões distintos de inserção das finanças, expressos em três estudos de caso – Ipanema Coffees, Grupo Montesanto Tavares e Cooxupé. Se por um lado há diferenças marcantes entre eles, que podem inclusive nos levar a problematizar o próprio uso do termo ‘financeirização’, por outro nota-se que os preços das sacas de café praticados na bolsa de valores de Nova York imperam como referência hegemônica na região. Da mesma forma, observa-se a crescente diversificação e a capilaridade

das formas de comercialização e financiamento privados. Certamente, o exame dessas configurações e os sentidos atribuídos ao que se tem chamado de financeirização merecem análise mais detalhada e permanecem como agenda de trabalhos futuros. Ao Capítulo 5 importou enfatizar como a lógica, a gramática, os atores e os mecanismos associados às finanças aterrissam na paisagem sul mineira e quais os efeitos em termos de distribuição dos ganhos econômicos, impactos sobre os preços das terras e exercício do poder político na rede.

Por fim, o quinto e último capítulo, que nasceu do próprio fazer da pesquisa, se debruçou sobre as mudanças advindas dos cafés especiais. Diferentemente da abordagem predominante nos estudos de Sociologia Econômica, que tratam da formação social dos mercados e analisam o funcionamento e as dinâmicas próprias do que são nichos de mercado, nosso estudo optou por adotar uma perspectiva relacional entre os cafés commodity e especiais. Com isso, demonstrou a existência de um espectro de variações no que tange à qualidade dos cafés, descartando a vigência de uma separação completa entre ambos. Foi possível verificar inclusive a influência de aspectos imateriais no processo de descobrimento e classificação dos cafés, o qual se mostra cada vez mais influenciado pelo grau de conhecimento que agricultores e consumidores (finais ou intermediários) possuem sobre os produtos. Outro aspecto de destaque do capítulo corresponde ao olhar para as amostras, como principal veículo de transporte das informações que desaguam nas transações comerciais. A análise das viagens realizadas por essas pequenas porções de grãos nos dá tanto a dimensão da extensão da rede quanto abre espaço para a problematização das relações que compõem o aparato sociotécnico cafeeiro.

Retomar a trajetória da pesquisa e as conclusões de cada um dos capítulos torna possível a organização de um mapeamento de questões sensíveis na RPG do café, que são constantemente fontes de conflitos entre os atores. Seis delas são problematizadas na sequência.

Mapeando os conflitos

A primeira questão conflitante diz respeito a quem fala pelo café. Esta questão é motivada pelo estudo de Pompéia (2020), que aponta a existência de uma distinção entre o conjunto analítico que compõe o campo do agronegócio no Brasil e o conjunto de atores que forjam e lideram a dimensão política deste mesmo campo. O autor verifica, portanto, a tentativa do "agro" de "simular uma representatividade superdimensionada para a opinião pública e o Estado" (POMPÉIA, 2020, p. 3). Nessa medida, "ações deliberadas provocam confusões entre partes e totalidades" (idem). Dentre "os déficits mais relevantes" notam-se "as redes varejistas e atacadistas, restaurantes e estabelecimentos que servem comida, além da maior parte das

representações não patronais da agropecuária e de porção relevante das indústrias de alimentos" (idem) (grifo nosso). Em diálogo com Fraser (2007) e Boltanski e Thévenot (2006), Pompéia argumenta que os agentes em concertação operam um aparato de justificação na esfera pública que lhes permite avançar com seus interesses privados, dando-lhes um verniz de interesses públicos de grande abrangência.

No caso do café, a pesquisa mostrou que esse recurso é constantemente empregado pelas associações de classe da indústria – Cecafé, Abic, Abics, e outras – e sindicatos patronais rurais – Faemg. A postura do CCC-MG é elucidativa, pois muito embora a instituição se apresente como uma entidade de representação da classe do café, suas ações e decisões políticas são majoritariamente controladas pelas comercializadoras, seguidas das cooperativas e dos corretores.

As implicações desta concertação política e das representações de seus interesses não recaem somente sobre os atores do café ou do campo mais amplo do sistema agroalimentar. Na medida em que a ideologia do "agro é pop" prioriza certos aspectos e métricas de qualidade de vida em detrimento de outras, toda a população é afetada. Ocorre que "no lugar de debates assentados em valores como distribuição, sustentabilidade e direitos, eles [agro] procuram forçar a proeminência de lógicas macroeconômicas (...) com estatísticas que enfatizam a importância do 'agronegócio' no PIB e empregos do país" (POMPÉIA, 2020, p. 5).

A sustentabilidade é uma segunda fonte de conflitos. Ela movimenta contradições próprias do campo do café, do sistema agroalimentar e do modelo de acumulação contemporâneo e joga luz sobre dimensões usualmente pouco exploradas da relação terra-capital-trabalho. No que tange especificamente à sustentabilidade social, destacamos as tensões acerca do nível de ocupação e emprego e graus de exploração do trabalho diante da emergência de tecnologias desenvolvidas para reduzir custos de mão de obra. Já a sustentabilidade econômica dos empreendimentos cafeeiros em toda a rede perpassa os temas da regulação; o domínio da lógica privatizante, que mira o comércio internacional; a financeirização; o endividamento; e a partilha dos lucros. Nessa medida, se liga diretamente ao debate sobre desenvolvimento. A dimensão ecológica traz à baila os impactos ambientais envolvidos ao longo de todo o processo produtivo do café, desde as configurações à montante até o descarte, conforme analisado no Capítulo 1. Emissão de GEE, contaminação de solos e cursos d'água, máximo aproveitamento dos insumos, assim como o descarte de resíduos e embalagens e os impactos das mudanças climáticas sobre os cultivos são os principais temas ambientais em debate na atualidade.

Problematizar os vários aspectos da sustentabilidade implica apontar que "enquanto o 'peso' do agronegócio na economia é medido com base na noção de agribusiness, os dividendos dessa mobilização são auferidos, substancialmente, por núcleos específicos da concertação (ibidem, p. 5). A desconsideração de externalidades sociais e ambientais (CLAPP, 2015) reforça as estruturas que dão sustentação à sinédoque do agronegócio (POMPÉIA, 2020). As *traders* e torrefadoras seguem em posição privilegiada na captura da renda e no controle da governança – mesmo após a emergência dos movimentos contestatórios dos anos 1970 e do surgimento de novas rotas e circuitos de comercialização atrelados às novas convenções de qualidade dos anos 1990 em diante.

Uma terceira questão aponta para a coexistência de um discurso favorável à regulação privada da rede do café, com alcance quase consensual entre os atores pesquisados. São demandadas políticas públicas de boas práticas agrícolas da porteira pra dentro e de integração produtiva aos mercados globalizados e promoção de um ambiente atrativo aos investimentos da porteira pra fora. É muito marcada a memória negativa dos tempos de rigidez e homogeneidade do IBC, quando o Estado regulava mais ativamente o mercado cafeeiro no Brasil e dedicava esforços para concertações internacionais com esse propósito. Esta percepção é compartilhada desde grandes empresas nacionais e estrangeiras com atuação no país até agricultores familiares e produtores de microlotes de especiais. Os discursos por nós analisados mostraram que os clamores pela eliminação dos mediadores e dos ditames das bolsas de valores sequer cogitam o fortalecimento da regulação pública com vistas ao reordenamento do modelo produtivo e dos circuitos de comércio. A exceção à regra, isto é, a valorização do papel estatal recai somente sobre os benefícios da investigação científica que tem lugar nas universidades e outras instituições públicas, em especial aquelas que compõem o Consórcio de Pesquisa Café. Este tema se desdobra em outras questões, relativas às prioridades dos processos de P, D & I. A configuração atual, em que a produção científica (privada e pública) serve aos interesses da acumulação tem sido crescentemente tensionada pelas agendas de justiça socioambiental, democratização do conhecimento e construção de autonomias locais.

Esta terceira questão compreende, portanto, o relativo descompasso entre os discursos e as práticas dos agentes privados – agricultores, industriais e comerciantes de café – e sua relação com o Estado. Sabe-se que esse fenômeno não é exclusivo do café nem sequer novidade nos estudos de sociologia e economia política. Todavia, duas questões permanecem: como decompor a sinédoque apontada por Pompéia e identificar quem fala e em nome de quê?; e como dar visibilidade às externalidades sociais, ambientais, econômicas e políticas aí implicadas?

A relação com o Estado e o aparente consenso em torno da regulação privada nos leva à quarta fonte de conflitos, relativa ao acesso *versus* a criação de novos mercados. Como vimos, a maior parte dos entrevistados e respectivas instituições e segmentos que representam buscam acesso, inclusão e maior participação nos mercados globais. Este é um objetivo tanto de atores privados quanto públicos – todo o trabalho da Emater/MG, por exemplo, visa promover o *acesso* dos agricultores ao mercado. Enquanto isso, vimos que há tensionamentos provenientes sobretudo do campo dos especiais no sentido de *criar* mercados que operam sob outras lógicas, ou seja, abrir novas possibilidades, rotas e espaços de comercialização, conquistar novos clientes, "cafequizar" e criar hábitos de consumo para os produtos diferenciados (NIEDERLE, 2013; SCHNEIDER, 2016, WILKINSON, 2016).

Apesar de caminharem relativamente juntos, cabe questionar até que ponto esses dois movimentos são compatíveis. Aliás, essa pergunta foi colocada em quase todas as entrevistas: em que medida a proposta dos especiais é compatível com a lógica de produção e comercialização dos *commodities*? Envoltas em graus diferenciados de radicalidade em relação ao potencial disruptivo dos especiais, o conteúdo comum das respostas era afirmativo em relação às possibilidades de convivência entre os dois tipos de cafés. Prevalece o entendimento expresso por um dos técnicos da Emater/MG de que "é um mercado muito dinâmico e o que a gente tem visto é muito espaço pra todo mundo" (Entrev. 5).

Os dados analisados ao longo da tese mostram, ao contrário, que os processos de fusão e aquisição, combinados com o enfraquecimento das políticas públicas e com a intensificação da financeirização, produzem consequências diretas e indiretas sobre agricultores e demais agentes produtivos da rede. Dentre elas destaca-se a sujeição aos ditames do mercado em termos de insumos, tecnologias, fontes de financiamento e margens de lucro, assim como a crescente pressão sobre os preços das terras. Entre os industriais, os efeitos da concentração envolvem a expressiva redução do número de pequenas e médias comercializadoras e torrefadoras, associado ao forte movimento de desnacionalização da indústria brasileira do café.

Em termos de distribuição da renda gerada tem-se que apenas 5% a 10% do lucro é destinado aos pequenos agricultores, responsáveis por mais de 70% do volume de café produzido no mundo (FJP, 2018). Considerando o nível de importação (preço CIF), isto é, o café que é produzido e eventualmente beneficiado e transformado internamente nos países produtores, a proporção da renda retida ainda é inferior a 15% (DAVIRON e PONTE, 2005). Vale lembrar: em 2019, 99,7% do café mineiro exportado foi de grãos verdes; somente 0,2% de extratos, solúvel e resíduos; e 0,1% de café torrado.

Nesse cenário, Fitter e Kaplinsky (2001) e Kaplinsky (2005) questionam a viabilidade do *upgrading* – isto é, de aprimoramento produtivo que leva à captura de maiores parcelas da renda – se colocada em prática por um grande número de agentes simultaneamente. O raciocínio é simples. Se o ativo dos cafês especiais reside na sua diferenciação e exclusividade, como incluir a todos de forma justa e sustentável a longo prazo na RPG do café e no sistema agroalimentar? A nosso ver, um dos limites da perspectiva da inclusão e do acesso é o foco nas trajetórias individuais, seja de agricultores, seja de associações e cooperativas, ao invés de um tratamento propriamente sistêmico que almeje a ampliação e a democratização das redes agroalimentares. Ou seja, criticamos a abordagem do problema pela ótica do varejo, ao invés de seu enfrentamento no atacado.

Com relação às possibilidades de *economic upgrading* Selwyn (2013) chama a atenção para os riscos de descompasso entre o aprimoramento da posição de certos agentes e o resultado social geral. O autor mostra que em termos de condições e relações de trabalho, por exemplo, não raro o *economic upgrading* depreende-se do *social upgrading*. No caso da RPG do café, são muitos os indícios de que o fortalecimento de certas empresas e até mesmo cooperativas não corresponde a um cenário ganha-ganha e prejudica especificamente os trabalhadores. Retomando a questão sobre a convivência entre cafês *commodity* e especiais, cabe problematizar em que medida os altos preços pagos aos microlotes nos concursos e nas feiras internacionais não são em parte sustentados tanto pelos baixos preços dos grãos (com alta presença de defeitos e impurezas) que resultam no café consumido internamente no Brasil, quanto pelos baixos salários e pelas condições de exploração dos trabalhadores nas lavouras cafeeiras.

Esse contexto abre uma quinta fonte de conflitos, que envolve a noção de diversidade e de existência relacional entre os mercados de cafês *commodity* e de especiais. A base desta questão reside nas possibilidades de convivência de valores contraditórios no âmbito do sistema agroalimentar hegemônico. O tema da diversidade é mobilizado por diferentes atores nas múltiplas escalas do sistema. Embora carregue promessas de inclusão dos sujeitos e de valorização das geohistórias, compõe o discurso das "mesmas cadeias ou agentes econômicos tidos como comprometedores da diversidade" (MALUF, 2021, p.13).

Nessa medida, buscamos mostrar que a governança da rede do café é forjada sobre uma lógica que homogeneiza padrões (discursos, valores e práticas), ao mesmo tempo em que faz um uso funcional da diversidade (TSING, 2009). Isto é, que se aproveita da diversidade dos contextos (recursos produtivos, trabalhadores e condições de trabalho, estruturas de regulação

nacional e legislações sociais e ambientais, dentre outros aspectos) para fragmentar espacialmente a produção e, simultaneamente, concentrar renda e poder.

Até aqui, nada de propriamente novo no front. Não é de hoje que o neoliberalismo converge em coalizões de poder forjadas em uma gama variada de linguagens políticas (MIROWSKI e PLEHWE, 2009) essencialmente multiescalares (HAESBAERT, 2021; MALUF, 2021). Assim, uma das contribuições do presente trabalho é mostrar como o elemento da diversidade, sobretudo em torno dos cafés especiais, é apropriado e se articula com a noção específica de liberdade mobilizada pela ontologia mercantil posicionada no centro da identidade neoliberal (GUIMARÃES, 2021). Muito embora esse seja o discurso corrente dos mais diversos atores da rede, a realidade o contesta a todo momento, evidenciando que o mercado (do café) não é exatamente livre.

Contraditoriamente ou não, a equação que soma diversidade e liberdade nos marcos da regulação privada resulta em aumento da concentração da renda e do poder. Um de nossos entrevistados, técnico da Seapa/MG, reconhece, por um lado, que "hoje a rigor não tem exatamente uma regulação, né? Tem obviamente algumas normas e alguma legislação, mas não no sentido de regulação mesmo. É livre esse mercado. A entrada ou a saída dele é totalmente livre, não tem nenhuma barreira legal" (Entrev. 5). Por outro lado, aponta que "na colocação na Europa e Estados Unidos do café já pronto pra consumo, torrado e moído, ele *não é livre esse mercado*" (Entrev. 5) *grifo nosso*.

Assim, nossa escolha por analisar *commodities* e especiais de forma relacional nos permitiu investigar como essa lógica opera no mercado cafeeiro, com a profusão dos híbridos e as possibilidades que se abrem e também aquelas que se enfraquecem e parecem se fechar ao longo do processo. Por meio da abordagem relacional alcançamos uma compreensão mais integrada, integral e estruturante dos processos correntes, não apenas a partir da consideração de um modelo produtivo relativamente a outro(s), mas do próprio resultado conjunto de sua interação.

Finalmente, um sexto ponto corresponde ao que podemos identificar como a questão nacional, que problematiza o que é, de fato, o 'café do Brasil'. Vale notar que a maioria dos conflitos em torno dos alimentos e da alimentação convergem para o plano nacional (MALUF, 2021). Ao olharmos para a divisão internacional do trabalho no café percebemos, contudo, que o espaço nacional parece operar e servir a propósitos distintos no Norte e no Sul. Nosso estudo privilegiou o contexto do Sul, em razão de ser essa a região da produção cafeeira propriamente dita. O exame do que se passa no Norte se deu pela via do controle sobre a regulação privada e

pelos efeitos das políticas cambiais, fiscais e aquelas relativas ao processamento e ao consumo dos grãos.

A contradição entre o que se passa em cada uma das regiões emerge quando constatamos a existência de um interesse comum de fortalecer os mercados globais. Ora, uma vez que a governança da arena global está nas mãos de atores do Norte, a inserção das empresas do Sul é inevitavelmente subordinada. Ao invés de lutar contra essa configuração a partir de uma concertação nacional e internacional *desde el sur*, o que se viu nas últimas décadas foi a escolha pela integração subalternizada. Escolha essa que tem na Lei Kandir uma de suas principais expressões no âmbito da regulação pública e, na sua contraparte, a regulação privada, as operações de fusões e aquisições e a financeirização, ambas resultando em maior controle pelo capital estrangeiro.

Todavia, o aumento do controle estrangeiro não implica anulação da escala nacional. Ainda que se diga que "o mercado é muito perverso, ele não tem pátria, não tem coração né?" (Entrev. 8), conforme expressou nosso entrevistado, deputado que representa os interesses de produtores rurais de Minas Gerais, nosso estudo mostrou que o mercado tem pátria. Mostrou também que seu exercício consciente parece ser mais forte no Norte do que no Sul. Não seria essa uma das constatações sobre os episódios envolvendo a indústria brasileira de café solúvel analisados no Capítulo 3?

Particularmente no que tange ao café sul mineiro verificamos como a ideia de 'café do Brasil', isto é, da identificação dos grãos como um produto 'nacional' é recorrente. Contraditoriamente, é também essa noção que frequentemente se associa e mesmo sustenta as demandas por maior inserção 'global' do café produzido aqui. O imaginário desse "café do Brasil" segue sendo frequentemente acionado nas peças de marketing e nos discursos classistas de agricultores, industriais e comerciantes de café. Uma arena fértil para o exame de como isso se dá são as embalagens. O destaque às encostas inclinadas de paisagens como as da Serra da Mantiqueira no Sul de Minas e às faces de agricultores e agricultoras, sinaliza a relevância do discurso do pertencimento às origens e às raízes. Os rótulos são compostos por termos e imagens familiares a nós, com escritos em português ou com o sufixo "do Brasil". Este tipo de representação esconde, contudo, as desconexões entre paisagens e sujeitos do cultivo em relação aos demais atores da rede, joga um véu sobre os mediadores e sobre a própria dimensão da extensão da rede global do café. Com isso, silencia o controle do estrangeiro sobre o nacional.

A presença de estrangeiros na comercialização não é uma novidade na história do café no Brasil ou no mundo. Todavia, a pesquisa mostrou que há particularidades contemporâneas.

O envolvimento estrangeiro direto cresce com os movimentos de concentração e desnacionalização das empresas brasileiras e tem também se estendido para o campo do cultivo, como evidenciam os casos da Ipanema Coffees e do Grupo Montesanto Tavares, analisados no Capítulo 4. Já o controle indireto se amplia por meio da financeirização, dos insumos e das tecnologias agrícolas e de processamento.

Há, assim, aspectos comuns entre os movimentos em curso no negócio do café e o fenômeno do *land grabbing* que extrapolam a estrangeirização das terras em si. A literatura sobre o tema chama cada vez mais a atenção para os múltiplos arranjos e estratégias de controle das terras e da produção, apoiados na financeirização, bem como para a dimensão histórica do fenômeno e a relevância dos contextos locais (EDELMAN, 2013). Questões semelhantes foram verificadas no café sul mineiro. Observamos estratégias diversificadas de controle indireto sobre a produção e as terras, que envolvem o processo de financeirização, os ditames das empresas de insumos e a histórica dependência que os agricultores vivenciam em relação aos níveis de preços, via de regra baixos e instáveis.

Nota-se ainda que os arranjos entre capital nacional e internacional não se pautam exclusivamente com base em retornos financeiros de curto prazo. O interesse estrangeiro sobre a Ipanema Coffees, por exemplo, foi justificado como parte de uma estratégia de marketing: "já compravam café nosso e queriam falar 'a partir agora não quero falar que eu compro café no Brasil, quero falar que sou dono de uma fazenda de café no Brasil'. Então muda o marketing pra eles também" (Entrev. 31).

Três aspectos chamam a atenção no debate sobre a dimensão nacional: i) o tensionamento do imaginário que assume relação indissociável entre a produção agropecuária brasileira e o capital nacional; ii) a explicitação das ligações em rede que conectam atores e paisagens do centro e das periferias do negócio cafeeiro e do sistema agroalimentar; e iii) a identificação dos mecanismos da divisão internacional do trabalho que mantêm e ampliam as desigualdades na distribuição da renda e do poder entre os atores do café.

Esse terceiro aspecto evidencia, portanto, que a governança da rede tal qual existe e opera na atualidade não dá conta, ou melhor, não prioriza esforços para a redução das desigualdades. Em razão disso, o retrato do mercado cafeeiro mostra um setor altamente capitalizado, financeirizado, mecanizado e internacionalizado, que convive com práticas de trabalho análogo ao escravo, altas taxas de informalidade e má remuneração de agricultores e ampla utilização de agrotóxicos que prejudicam vidas humanas e a natureza.

Sabemos que nem todas as transformações em curso decorrem direta e exclusivamente da transnacionalização do setor. Porém, não há dúvidas que o fenômeno acelera e reforça os

padrões de desigualdade que sustentam o sistema agroalimentar hegemônico. Da mesma forma, mostramos sua contribuição para a manutenção e o aprofundamento da condição subalterna de certos atores brasileiros e sul mineiros na RPG do café. Isso ocorre particularmente devido ao aumento da concentração associado à internacionalização.

Os contextos da economia política mineira, brasileira e global no período em tela, suscitam três questões: i) é possível pensar em um projeto de retomada impulsionado pelo estado?; ii) há atores sul mineiros interessados nesse tipo de direção e comprometidos com o desenvolvimento local e nacional?; iii) e, caso interessados, como superar os entraves do modelo de regulação privada firmado sobre o par concentração-internacionalização e a financeirização?

Um dos caminhos para a construção de alternativas é justamente a perspectiva sistêmica, que se devidamente empregada, pode ampliar a compreensão dos problemas com o potencial de viabilizar a valorização de atores que costumeiramente são negligenciados e preteridos nos processos de desenvolvimento. No âmbito dos sistemas alimentares, essa reflexão nos alça à política dos alimentos (*food politics*), ao invés de circunscrever-se às políticas alimentares (*food policies*) (MALUF, 2021).

Faz-se necessário, portanto, novo arranjo de governança comprometido com a desconcentração de renda e poder, que leve em conta outra composição escalar; a redução de mediadores e das assimetrias de informação e poder; e o aumento do controle sobre a comercialização por parte de agricultores, como forma de reverter o Paradoxo do Café (DAVIRON e PONTE, 2005).

No que tange às relações desiguais que caracterizam a divisão internacional do trabalho – e sua superação –, parafraseando Connell (2012) em diálogo com Spivak (2010), a questão que se coloca não é mais se "pode o subalterno falar?", e sim "pode a metrópole escutar? E, caso escute, que mudanças práticas poderiam resultar disso?" (CONNELL, 2012, p. 16). Repercutir a escuta implicaria desestabilizar a governança posta e reconfigurar a distribuição do poder. Isso depende do acirramento das tensões e da mudança na correlação de forças políticas, econômicas e culturais. Concluimos a tese, portanto, com esta reflexão: "o fenômeno do desenvolvimento desigual é inerentemente político e para enfrentá-lo com eficácia são necessários instrumentos políticos" (DULCI, 1999, 239).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDELAL, Rawi. Writing the Rules of Global Finance: France, Europe and Capital Liberalization. *Review of International Political Economy*, V. 13, N. 1, pp. 1-27, fev 2006.

ABIC. Associação Brasileira da Indústria de Café. *Consumo de café no Brasil aumenta 4,8% e chega a 21 milhões de sacas*. Publicado em 04 de fevereiro de 2019. Disponível em http://consorciopesquisacafe.com.br/arquivos/consorcio/consumo/Press_release_consumo_final_vs_04_02_19.pdf (Acesso em 10 de abril de 2020).

ALMEIDA, Renan; MONTE-MOR, Roberto. Renda da terra e o espaço urbano capitalista contemporâneo. *Revista de Economia Política*. Vol. 37, n. 2 (147); pp. 417-436; abr-jun, 2017.

ALVES, José Donizete. Morfologia do cafeeiro. In: CARVALHO, Carlos Henrique Siqueira de (Ed.) *Cultivares de Café*. Brasília: Embrapa, 2007.

BAIROCH, Paul; e KOZUL-WRIGHT, Richard. Globalization myths: Some historical reflections on integration, industrialization, and growth in the world economy. *UNCTAD Discussion Paper* N. 113, 1996.

BALESTRO, Moisés; LOURENÇO, Luiz Carlos. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade do preço das commodities. In: Buainain, A. M.; Alves, E.; Navarro, Z. *O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014.

BANCO DO BRASIL, Diretoria de Agronegócios. Evolução histórica do crédito rural. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIII, n. 4, Out/nov/dez, 2004.

BANCO, Mundial. *World Development Report 1986 - Agriculture for development*. Washington DC: Oxford University Press/ The World Bank, 1986.

_____. *World Development Report 2008 - Agriculture for development*. Washington DC: The World Bank, 2008.

BELTRÃO, Alexandre Fontana. Café. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil (CPDOC). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. [Rio de Janeiro], 2009. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cafe-1> (Acesso em 22 de janeiro de 2021).

BERNARDES, Júlia Adão et al. *Globalização do agronegócio e land grabbing: A atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.

BHAGWATI, Jagdish. The Capital Myth, *Foreign Affairs*, Vol. 77, N.3, pp. 7-12, 1998.

BIS. Bank of International Settlements. *Triennial Central Bank Survey*. 2019. Disponível em: <https://www.bis.org/statistics/rpfx19.htm?m=6%7C32%7C617> (Acesso em 30 de janeiro de 2020).

BNB. Banco do Nordeste. *Plano Safra 2020-2021 – Quadro Resumo (Tabela Grupos e Linhas PRONAF)*. Julho de 2020. Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/documents/165130/228956/PRONAF_PLANO_SAFRA_2019-2020_QuadroResumo_TABELA_GruposPRONAF_grupos_e_Linhas_GERADO_em07_07_2020.pdf/bfa7cc05-a7e7-d8e9-0228-94f7cf4dbd49 (Acesso em 26 de março de 2021).

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On justification: Economies of Worth*. New Jersey: Princeton University Press, 2006.

BORGES, Maria Eliza. Cultura dos ofícios: patrimônio cultural, história e memória. *Varia História* - Revista do PPG em História/UFMG.vol.27, n. 46, pp. 481-507, jul/dez.2011.

BOUZIDI, Imane; WATSON, Antony. *Can you taste the brand in your coffee?* SCA, publicado em 20 de dezembro de 2017. Disponível em <https://scanews.coffee/2017/12/13/can-taste-brand-coffee/> (Acesso em 3 de fevereiro de 2021).

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BREGER-BUSH, Sarah. *Derivatives and development: A political economy of global finance, farming, and poverty*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

BROWN, Tara. Face to face with the farmer: narratives of production and consumption in the specialty coffee value chains between the United States and Guatemala. 2012. 38p. Dissertação (Mestrado em Environmental Studies) - Lewis & Clark College, Portland, 2012.

BSCA. Brazilian Specialty Coffee Association. A BSCA - *O que é café especial*. s/d. Disponível em <https://cup.bsca.com.br/a-bsca> (Acesso em 10 de março de 2020).

BURKETT, Paul. Two stages of ecosocialism? Implications of some neglected analyses of ecological conflict and crisis. *International Journal of Political Economy*. Vol. 35, N. 3, pp. 23-45, 2006.

CABRAL, Lígia; SÁ, Ana Cristina. Instituto Brasileiro do Café (IBC). In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil (CPDOC). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. [Rio de Janeiro], 2009. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cafe-ibc> (Acesso em 22 de janeiro de 2021).

CALLON, Michel; MÉADEL, Cécile; RABEHARISOA, Vololona. The Economy of qualities. *Economy and Society*, N. 31, N. 2, pp. 194-217, Maio, 2002.

CALLON, Michel. Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos (entrevista). Porto Alegre: *Sociologias*. Ano 10, n. 19; jan/jun; pp 302-321; 2008.

CANAL RURAL. Plano Safra 2020/2021 entra em vigor nesta quarta; veja taxas de juros e volume!. Publicado em 01 de julho de 2020. Disponível em <https://www.canalrural.com.br/noticias/plano-safra-2020-2021-entra-em-vigor/> (Acesso em 26 de março de 2021).

CARDOSO, Alcina Maria. Indústria de torrefação e moagem de café e consumo interno 1940-1970. 1976. 201 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1976.

CARSWELL, Grace; DE NEVE, Geert. Labouring for global markets: Conceptualising labour agency in global production networks. *Geoforum*, v. 44, p. 62-70, 2013.

CARTA aos(as) Excelentíssimos(as) Governadores(as) e Secretários(as) Estaduais da Fazenda acerca das cláusulas 1ª e 3ª do Convênio nº 100/97 do CONFAZ. Publicada em 10 de março de 2021. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/carta-aosas-excelentissimosas-governadoresas-e-secretariosas-estaduais-da-fazenda-acerca-das-clausulas-1a-e-3a-do-convenio-no-100-97-do-confaz/> (Acesso em 20 de março de 2021).

CCC-MG. Centro de Comércio de Café de Minas Gerais. *Cooxupé adota transporte a granel e reduz emissões*. Publicada em 29 de julho de 2015. Disponível em: <http://cccmg.com.br/cooxupe-adota-transporte-a-granel-e-reduz-emissoes/> (Acesso em 16 de abril de 2021).

De CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Diagnóstico da situação das CHSSALLA*. Projeto: Diagnóstico da atual situação nas CHSSA brasileiras. Brasília: CGEE, 2019. Disponível em https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/4104_Diagnostico+CHSSALLA+final+vs+12.03.20_COMPLETO+2.0.pdf (Acesso em 09 de maio de 2021).

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da história: Quatro teses. *Revista Sopro*, n.91, pp. 4-22, julho, 2013. Disponível em <http://culturaebarbarie.org/sopro/n91.html> (Acesso em 2 de fevereiro de 2021).

CHANG, Ha Joon. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. O capital portador de juros: Acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CIURIK, Dan. et al. Firms in International Trade: Trade Policy Implications of the New New Trade Theory. *Global Policy*. V. 6, N. 2, Maio, 2015.

CLAPP, Jennifer. Distant agricultural landscapes. *Sustain Sci*, n. 10, pp. 305-316, 2015.

_____. The trade-ification of the food sustainability agenda. *The Journal of Peasant Studies*, V. 44, N. 2, pp. 335-353, 2017.

CLINES, Francis. At Amazon's book store, no coffee, but all the data you can drink. *The New York Times*: Opinion - Editorial Observer. 27 de maio de 2017. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/05/27/opinion/sunday/at-amazons-bookstore-no-coffee->

[but-all-the-data-you-can-drink.html?searchResultPosition=27](#) (Acesso em 04 de junho de 2020).

CNC. Conselho Nacional do Café. Ofício n. 0057/05/2015-CNC. Disponível em <https://pt.slideshare.net/pauloandreck/0057-agradece-a-ministra-ktia-abreu-a-suspenso-da-importao-de-caf-do-peru-em-21-05-2015> (Acesso em 10 de outubro de 2020).

COE, Neil; HESS, Martin. Global Production Networks, Labour and Development. *Geoforum*, v. 44, p. 4-9, 2013.

COE, Neil; YEUNG, Henry Wai-Chung. *Global Production Networks: Theorizing economic development in an interconnected world*. Londres/Nova York: Oxford University Press, 2015.

COELHO, Hilbernon. Novas formas de financiamento da agricultura: Um estudo comparado entre o ACC/ACE e outras formas de financiamento das exportações. 2003. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. A cultura do café: Análise dos custos de produção e da rentabilidade nos anos safra 2008 a 2017. *Compêndio de Estudos Conab*. V. 12, 2017.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.27, N.80, pp. 9-20, 2012.

COOXUPÉ. Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé Ltda. *Relatório de Gestão 2019*. Disponível em <https://www.cooxupe.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Folder-Relatorio-De-Gestao-2019.pdf> (Acesso em 13 de setembro de 2020).

COUTINHO, Luciano et al. Cadeia do Café. In: *Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. NEIT-IE-UNICAMP, dez/2002. Disponível em: http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/632007155238_.pdf (Acesso em 09 de outubro de 2021).

COWLEY, Stacy. Starbucks closes online store to focus on in-person experience. *The New York Times*. 01 de outubro de 2017. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/10/01/business/starbucks-online-store.html?searchResultPosition=1> (Acesso em 04 de junho de 2020).

CRESWELL, Julie e BELLANY, David Yaffe. When Mac and Cheese and Ketchup Don't Mix: The Kraft Heinz Merger Falts. *The New York Times*. 24 de setembro de 2019. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/09/24/business/kraft-heinz-food-3g-capital-management.html> (Acesso em 05 de junho de 2020).

CROCCO, Fábio Luiz Tezini et al. Café, terra e trabalho no município de Nepomuceno. *Revista Pegada*; Vol. 18; N. 3; set-dez, 2017.

CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W.W. Norton & Company, Inc, 1991.

CYRILLO, Denise. *O papel dos supermercados no varejo de alimentos*. São Paulo: IPE-USP, 1987.

DANWATCH. *Bitter Coffee*. Slavery like conditions and deadly pesticides on Brazilian coffee plantations. Março, 2016.

DAVIRON, Benoit; PONTE, Stefano. *The Coffee Paradox*. Londres/Nova York: Zed Books, 2005.

DAVIRON, Benoit; VAGNERON, Isabelle. From commoditization to De-commoditization... and back again: Discussing the role of sustainability standards for agricultural products. *Development Policy Review*, V. 29, N. 1, pp. 91-113, 2011.

DAVIS, Dennis; KAPLINSKY, Raphael; MORRIS, Mike. Rents, Power and Governance in Global Value Chains. *Journal of World-Systems Research*, Vol. 24, N. 1, pp. 43-71, 2018.

DEERE, John. *Deere & Company 2020 Annual Report*. Disponível em: https://s22.q4cdn.com/253594569/files/doc_financials/2020/ar/Annual-Report-2020_.pdf (Acesso em 24 de março de 2021).

_____. *Deere & Company 2018 Annual Report*. Disponível em https://www.annualreports.com/HostedData/AnnualReportArchive/d/NYSE_DE_2018.pdf (Acesso em 21 de novembro de 2019).

DELFIM NETTO, Antonio e ANDRADE PINTO, Carlos Alberto de. Café do Brasil: vinte anos de substituição no mercado internacional. In: IBC, *Ensaio sobre o café e o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1973.

DELFIM NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

DIAS, João Cesar. Condições de trabalho nos cafezais são as piores dos últimos 15 anos. *Repórter Brasil*, 10 de dezembro de 2018. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2018/12/recorde-de-casos-de-trabalho-escravo-em-fazendas-de-cafe/> (Acesso em 25 de março de 2019).

DICKEN, Peter. *Global Shift: Mapping the changing contours of the world economy*. Nova York/Londres: The Guildford Press 6ª ed, 2011.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1981.

_____. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. *Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia*, 2001, Salvador. Salvador: ANPEC, 2001. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105383.pdf> (Acesso em 19 de maio de 2021).

DOLAN, Catherine; HUMPHREY, John. Changing Governance Patterns in the Trade in Fresh Vegetables between Africa and the United Kingdom. *Environment and Planning A: Economy and Space*. Vol. 36, N. 3, pp. 491-509, 2004.

DE OLHO NOS RURALISTAS. Temer cumpre acordo com a FPA e prorroga prazo de adesão ao Refis do Funrural. Publicado em 9 de novembro de 2018. Disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/11/09/temer-cumpre-acordo-com-a-fpa-e-prorroga-prazo-de-adesao-ao-refis-do-funrural/> (Acesso em 26 de março de 2021).

DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

DULCI, Otavio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, N. 18, pp. 95-107, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/9VWCkbZFNbfB5q8XjFhdncc/?lang=pt&format=pdf> (Acesso em 29 de julho de 2021).

_____. *Minas Gerais 2000-2015*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Minas-Gerais-web.pdf> (Acesso em 29 de maio de 2021).

EMATER/MG. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. *MEXPAR 4.0*, Metodologia Participativa de Extensão Rural. Julho de 2020. Disponível em: <https://www.emater.mg.gov.br/download.do?id=48445> (Acesso em 24 de março de 2021).

_____. *Agenda: Cadeia de Valor da Cafeicultura*.s/d. Disponível em: https://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=18713 (Acesso em 01 de abril de 2021).

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology land grabbing data. *Journal of Peasant Studies*, Vol. 40, N. 3, pp. 485-501, 2013.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JR, Saturnino. Global land grabs: Historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. *Third World Quarterly*, Vol. 34, N. 9, pp. 1517-1531, 2013.

EPSTEIN, Gerald. Introduction: Financialization and the World Economy. In: *Financialization and the World Economy*. Edward Elgar Publishing, 2005.

ESCHER, Fabiano. BRICS varieties of capitalism and food regime reordering: A comparative institutional analysis. *Journal of Agrarian Change*. Vol. 20, pp. 1-25, 2020.

FAEG. Federação da Agricultura e Pecuária - Goiás. Governo abre renegociação para dívidas de Funrural e ITR. Publicado em 02 de março de 2021. Disponível em: <https://sistemafaeg.com.br/faeg/noticias/funrural-e-itr/governo-abre-renegociacao-para-dividas-de-funrural-e-itr> (Acesso em 26 de março de 2021).

FAIRBAIRN, Madeleine. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 41, N. 5, pp. 777–795, 2014.

FAO. Agência da ONU para Agricultura e Alimentação. *State of Food Security and Nutrition in the World*. Transforming Food Systems for Affordable Healthy Diets. Roma: FAO, 2020.

FAZUOLI, Luiz Carlos et al. Cultivares de café arábica (*Coffea arabica* L.). In: CARVALHO, Carlos Henrique Siqueira de (Ed.) *Cultivares de Café*. Brasília: Embrapa, 2007.

FEENBERG, Andrew. O que é a filosofia da tecnologia? In: NEDER, Ricardo (Org.). *Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS/UnB. Capes: 2010. Disponível em [https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/125220/mod_resource/content/1/textos/Livro ArteFinal_baixa.pdf](https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/125220/mod_resource/content/1/textos/Livro_ArteFinal_baixa.pdf) (Acesso em 4 de fevereiro de 2021).

FIGUEIREDO, Vilma. *Produção social da tecnologia*. São Paulo: E.P.U., 1989.

FITTER, Robert; KAPLINSKY, Raphael. Who gains from product rents as the coffee market becomes more differentiated? A value chain analysis. Sussex: *IDS Bulletin*, Vol. 32, N. 3, 2001.

FIX, Mariana, PAULANI, Leda. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Revista de Economia Política*, Vol. 39, N. 4, pp. 638-657, out-dez 2019.

FLEXOR, George; LEITE, Sérgio. Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. *Contexto Internacional*, Vol. 39, N.2, Mai-Ago, 2017.

FLIGSTEIN, Neil; CALDER, Ryan. Architecture of Markets. In: Scott, R. e Kosslyn, S. (Orgs.) *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences: An Interdisciplinary, Searchable, and Linkable Resource*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons Inc, 2015.

FOLHA de São Paulo. Importação de café aumenta e Vietnã chega ao mercado. Vaivem das Commodities. Publicado em 19 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2018/01/1951480-importacao-de-cafe-aumentae-vietna-chega-ao-mercado.shtml> (Acesso em 10 de outubro de 2020).

FOODBEV MÍDIA. Lavazza acquires Douwe Egberts' Carte Noire brand for €800m. 23 de julho de 2015. Disponível em foodbev.com/news/lavazza-to-acquire-douwe-egberts-carte-noire-brand-for-e800m/ (Acesso em 22 de setembro de 2020).

FOSACHES, Caroline; SAES, Maria Sylvia Macchione; VACARI, Gabriela. Formas plurais na aquisição de matéria-prima: Uma análise do setor de torrefação de moagem de café no Brasil. Salvador: *Organizações & Sociedade*, Vol. 23, N. 78, pp. 507-520, Jul/Set, 2016.

FOSTER, John. *Marx's Ecology*. Nova York: Monthly Review Press, 2000.

FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária. Novidades introduzidas pela Lei 13.986 (Lei do Agro). *Assuntos Temáticos*, 13 de outubro de 2020. Disponível em:

<https://fpagropecuaria.org.br/resumos-executivos/assuntos-tematicos/novidades-introduzidas-pela-lei-13-986-mp-do-agro/> (Acesso em 20 de março de 2021).

FRASER, Nancy. Expropriation and Exploitation in Racialized Capitalism: A Reply to Michael Dawson. Chicago: *Critical Historical Studies*, Vol. 3, N. 1, pp. 163-178, 2016.

_____. Transnationalizing in the public sphere: In the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world. *Theory, Culture & Society*, Vol. 24, N. 4, pp. 7-30, 2007.

FREDERICO, Samuel. Lógica das commodities, finanças e cafeicultura. *Boletim Campineiro de Geografia*, Vol. 3, N. 1, 2013.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e transnacionalização das megaempresas argentinas. In: *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. BERNARDES, Júlia Adão et al (org.). Rio de Janeiro: Lamparina, pp. 12-30, 2017.

FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: The rise and fall of the postwar food order. *American Journal of Sociology*, jan, 1982.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Phillip. Agriculture and the State System: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, Vol. XXIX, 1989.

FUHRMANN, Leonardo. Beneficiado por despejo do Quilombo Campo Grande tem R\$1,8 bilhão em dívidas. *Brasil de Fato*, publicado em 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/24/beneficiado-por-despejo-do-quilombo-campo-grande-tem-r-1-8-bilhao-em-dividas> (Acesso em 01 de abril de 2021).

FUNCAFÉ. *Relatório de Atividades do Funcafé 2014*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Produção e Agroenergia; Departamento do Café; 2015. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/arquivos/RelatoriodeAtividadesdoFuncafe2014.pdf> (Acesso em 7 de outubro de 2020).

FJP. Fundação João Pinheiro. *A produção de café em Minas Gerais: desafios para a industrialização*. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/885-serie-estatistica-a-informacoes-n-14-aproducao-de-cafe-de-minas-gerais-desafios-para-a-industrializacaosite1912/file> (Acesso em 04 de janeiro de 2020).

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1969[1959].

GARCIA-PARPET, Marie France. Mercado e praças de mercado: Karl Polanyi e o capitalismo contemporâneo. *Sociologia e Antropologia*. Vol. 11, N. 1, pp. 123-147, 2021.

GARCIA-PARPET, Marie France; JAS, Nathalie; LEROUX, Benoît. A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético. Tradução de Thais Joi Martins. *Novos Olhares Sociais*. Vol. 3, N. 1, 2020.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. Introduction: Global Commodity Chains. In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Orgs.). *Commodity Chains and Global Capitalism*, Westport/USA: Praeger Publishers, 1994.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, Vol. 12, N. 1, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRARDI, Daniele. A brief essay on the financialization of agricultural commodity markets. *Munich Personal RePEc Archive* (MPRA) Paper N. 44771, 2012.

GLOBAL COFFEE REPORT. Starbucks vs McDonald's? Publicado em 21 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://germag.com/starbucks-vs-mcdonalds/> (Acesso em 21 de outubro de 2020).

GMT. Grupo Montesanto Tavares. Novo Investidor. Publicado em 9 de maio de 2018. Disponível em: <https://montesantotavares.com.br/?p=2206> (Acesso em 21 de março de 2021).

GOMES, Carla M. P. Um “novo mercado global de terras no Brasil”: land grabbing e “última fronteira agrícola” – MATOPIBA. 2020. 264 p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

GOODMAN, David. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, Vol. 19, N. 1, pp. 1-7, 2003.

GRABEL, Ilene. Capital Controls and Financial Crises. In: VERNENGO, Matias, CALDENTEY, Esteban e ROSSER Jr, Barkley (eds.), *The New Palgrave Dictionary of Economics*, 4a edição. Londres: Palgrave MacMillan, 2020. Disponível em: https://ilenegrabel.files.wordpress.com/2020/09/grabel2019_referenceworkentry_capital_controlsandfinancialcri.pdf (Acesso em 18 de março de 2021).

GRABS, Janina; PONTE, Stefano. The evolution of power in the global coffee value chain and production network. *Journal of Economic Geography*, N. 19, pp. 803-828, 2019.

GRABS, Janina. Assessing the institutionalization of private sustainability governance in a changing coffee sector. *Regulation & Governance*, Vol. 14, N. 2, 2018.

GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. *Radiografía del nuevo campo argentino: Del terrateniente al empresario transnacional*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

GREEN, Duncan. ‘Conspiracy of Silence: Old and New Directions on Commodities’. Paper presented at *Strategic Dialogue on Commodities, Trade, Poverty and Sustainable Development*, Barcelona, 13-15 Junho de 2005. Disponível em: http://www.hubrural.org/IMG/pdf/oxfam_green_duncan.pdf (Acesso em 20 de fevereiro de 2021).

GUERREIRO FILHO, Oliveira et al. Características morfológicas utilizadas para a identificação de cultivares de café. In: CARVALHO, Carlos Henrique Siqueira de (Ed.) *Cultivares de Café*. Brasília: Embrapa, 2007.

GUIMARÃES, Juarez. O bolsonarismo penetra em terreno minado. *Outras Palavras*, publicado em 18 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/o-bolsonarismo-penetra-terreno-minado/> (Acesso em 30 de janeiro de 2021).

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina*. Buenos Aires: Clacso/Niterói: PPG/UFF, 2021.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. O “Novo” Imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*, 2004.

HELLEINER, Eric. *Forgotten Foundations of Bretton Woods: International Development and the Making of the Postwar Order*, Ithaca: Cornell University Press, 2014.

HENDERSON, Jeffrey et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, Vol. 8, N. 15, p. 143-170, 2011.

HENDRICKSON, Mary; HOWARD, Philip; e CONSTANCE, Douglas. Power, Food and Agriculture: Implications for Farmers, Consumers and Communities. In: GIBSON, Jane e ALEXANDER, Sara (Orgs). *Defense of Farmers: The Future of Agriculture in the Shadow of Corporate Power*. Lincoln NE: University of Nebraska Press, 2019.

HENRIQUES, Alen; PORTO, Marcelo. A insustentável leveza do alumínio: impactos socioambientais da inserção do Brasil no mercado mundial de alumínio primário. *Ciência e Saúde Coletiva*, Vol. 18, N. 11, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001100013 (Acesso em 16 de abril de 2021).

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 25, N. 74, pp.159-176, 2010.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural. Os Economistas, 1985[1910].

HOFFMANN, Rodolfo. A distribuição da posse da terra no Brasil, 1985-2017. *57º Congresso da SOBER*. Grupo de pesquisa 9: Questão agrária, governança de terras, políticas agrárias e assentamentos rurais. UESC: 21 a 25 de julho de 2019.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

HUGHES, Alex, Retailers, knowledge and changing commodity networks: The case of the cut flower trade. *Geoforum* Vol. 31 pp. 175–190, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf> (Acesso em 29 de março de 2021).

_____. *A geografia do café*. IBGE/Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/analises-do-territorio/15784-a-geografia-do-cafe.html?=&t=acesso-ao-produto> (Acesso em 29 de março de 2021).

INTERNATIONAL COMUNICAFTE. Canadian public sector pension fund invests in Brazilian coffee company. Publicado em 21 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.comunicaffe.com/canadian-fund-brazilian-coffee/> (Acesso em 21 de março de 2021).

ICO/ICC. International Coffee Organization/International Coffee Council. *Assessing the economic sustainability of coffee growing*. Relatório apresentado na 117ª sessão do International Coffee Council, realizada em Londres entre os dias 19-23 de setembro de 2016.

_____. *The role of the coffee futures market in discovering prices for Latin American producers*. Relatório apresentado na 122ª sessão do International Coffee Council, realizada em Londres entre os dias 17-21 de setembro de 2018.

_____. *Aspectos botânicos*. s/d. Disponível em: http://www.ico.org/pt/botanical_p.asp (Acesso em 06 de abril de 2021).

_____. *Limites Máximos de Resíduos*. Documento apresentado na 110ª sessão do International Coffee Council, realizada em Londres entre os dias 4-8 de março de 2013. Disponível em: <http://www.ico.org/documents/cy2012-13/icc-110-3-r2p-maximum-residue-limits.pdf> (Acesso em 03 de maio de 2021).

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*, 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srccl/> (Acesso em 16 de abril de 2021).

ISAKSON, Ryan. Financialization and the transformation of agro-food supply chains: A political economy. *Food Sovereignty: A Critical Dialogue. International Conference*, September 14-15, 2013.

JAFFEE, Steven. *From challenge to opportunity: The transformation of the Kenyan fresh vegetable trade in the context of emerging food safety and other standards*, Draft Paper, Washington DC: Prem Unit, World Bank; 2003. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/598771468753012002/pdf/310100revised0ARD1DP11KE.pdf> (Acesso em 11 de setembro de 2020).

JAFFE, Daniel; HOWARD, Philip. Who's the fairest of them all? The fractured landscape of U.S. fair trade certification. *Agric Hum Values*, Vol. 33, pp. 813-826, 2016.

JANKAVSKI, André. Maior produtor de café do Brasil pede recuperação judicial. Exame. Publicado em 10 de abril de 2019. Disponível em <https://exame.com/negocios/maior-produtor-de-cafe-do-brasil-pede-recuperacao-judicial/> (Acesso em 2 de dezembro de 2020).

KAPLINSKI, Raphael. *Globalization, poverty and inequality*. Cambridge/Malden: Polity, 2005.

KAUFMANN, Frederick. How Goldman Sachs Created the Food Crisis. *Foreign Policy*. Publicado em 27 de abril de 2011. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2011/04/27/how-goldman-sachs-created-the-food-crisis/> (Acesso em 7 de janeiro de 2021).

_____. The food bubble: how Wall Street starved millions and got away with it. *Harper's Magazine*, 32 (July 2010), pp. 27-34, 2010. Disponível em: <https://frederickkaufman.typepad.com/files/the-food-bubble-pdf.pdf> (Acesso em 18 de março de 2021).

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultura, 1985[1936].

KNOWLES, Caroline. Trajetórias de um chinelo: microcenos da globalização. *Contemporânea*. Vol. 4, N. 2, pp. 289-310, 2014.

_____. *Nas trilhas de um chinelo*. Uma jornada pelas vias secundárias da globalização. São Paulo: Annablume, 2017.

LABINI, Paolo Sylos. *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1956].

LARISSA, Karla. Do interior do RN à liderança no Brasil. Entrevista com Pedro Lima, presidente do Grupo 3corações. *Jornal Tribuna do Norte*, 18 de maio de 2014. Disponível em <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/do-interior-do-rn-a-lideranca-no-brasil/282208> (Acesso em 29 de setembro de 2020).

LA MERCED, Michael de. What is JAB? Owner of Panera, Snapple and Krispy Kreme Faces Its Nazi Past. *The New York Times*. 14 de junho de 2019. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/06/14/business/joh-a-benckiser-jab-reimann-family.html?searchResultPosition=4> (Acesso em 10 de junho de 2020).

_____. Keurig Green Mountain Plans to Buy Dr. Pepper Snapple. *The New York Times*. 29 de janeiro de 2018a. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/01/29/business/dealbook/keurig-dr-pepper-snapple.html?searchResultPosition=2> (Acesso em 10 de junho de 2020).

_____. Coca-Cola bets on coffee with \$5.1 billion deal for Costa. *The New York Times*. 31 de agosto de 2018b. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/08/31/business/dealbook/coca-cola-costa-coffee.html?searchResultPosition=6> (Acesso em 01 de outubro de 2020).

LA MERCED, Michael de; STRAND, Oliver. Nestlé targets high-end coffee by taking majority stake in Blue Bottle. Publicado em 14 de setembro de 2017. *The New York Times*. Disponível

em <https://www.nytimes.com/2017/09/14/business/dealbook/nestle-blue-bottle-coffee.html?dlbk> (Acesso em 07 de setembro de 2020).

LATOUR, Bruno. Networks, societies and spheres: Reflections of an actor-network theorist. Los Angeles: Keynote speech for the International seminar on network theory: Network multidimensionality in the digital age, 2010. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/121-CASTELLS-GB.pdf> (Acesso em 19 de março de 2020).

_____. *Reagregando o social – Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

_____. *Diante de Gaia: Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/ Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEGUN, Katherine. e BELL, Michael. The second middle: Conducers in the agrofood economy. *Journal of Rural Studies*, N. 48, pp. 104-114, 2016.

LEITE, Sérgio Pereira. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). *Estudos Sociedade e Agricultura*, pp. 129-163, 2001.

LEMONS, Bruno Vilas Boas. Mercado de café arábica e açúcar VHP: Análise do papel dos fundos especulativos no mercado de futuros. 2014. 42 p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

LEVERE, Jane. Nespresso coffee develops a taste for TV. *The New York Times*, 29 de abril de 2012. Disponível em <https://www.nytimes.com/2012/04/30/business/media/nespresso-espresso-machine-maker-plans-tv-ads-in-us.html> (Acesso em 04 de junho de 2020).

LI, Tania. What is land? Assembling a resource for global investment. *Transactions of the Institute of British Geographers* Vol. 39, N. 4, pp. 589-602, 2014.

LIJPHART, Arend. Comparative politics and the comparative method. *American Political Science Review*, N. 65, 1971.

LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais 1870-1920*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LIPIETZ, Alain. *La Mondialization de la Crise Générale du Fordisme: 1967-1984*. Paris: CEPREMAP, n. 8413, 1984.

LONG, Norman et al. (Eds.). *Encounters at the interface: A perspective on social discontinuities in rural development*. Wageningen: Agricultural University Wageningen, 1989.

LONG, Norman; PLOEG, Jan Dourwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: Para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sérgio. *Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre, UFRGS Ed., 2011.

LORR, Benjamin. *The secret life of groceries: The dark miracle of the American supermarket*. Nova York: Avery, impressão da Penguin Random House, 2020.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: A política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964. 2012. 664 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LUCIER, Richard. *The International political economy of coffee: From Juan Valdez to Yank's Diner*. Nova York: Praeger Publishers, 1988.

LUXEMBURGO, Rosa. *Acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1985 [1913].

MACHADO, Ronaldo. Minas e o acordo sobre a Lei Kandir. *Sindipúblicos-MG*. Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais. Publicado em 20 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.sindpublicosmg.org.br/sindpublico/noticia/SINDP%C3%9ABLICOS-MG/minas-e-o-acordo-sobre-lei-kandir> (Acesso em 13 de novembro de 2020).

MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabian; e SIU, Lucia. Introduction. In: *Do economists make markets? On the performativity of economics*. MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabian; e SIU, Lucia (Orgs.). Princeton, NJ: Princeton Uni. Press, 2007.

MAHON, Joe. Financial Services Modernization Act of 1999, commonly called Gramm-Leach-Bliley. *Federal Reserve Bank of Minneapolis*, 2013. https://www.federalreservehistory.org/essays/gramm_leach_bliley_act (Acesso em 19 de outubro de 2019).

MALUF, Renato. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Vol. 59, N. 4, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032021000400202&lng=pt&nrm=iso (Acesso em 11 de maio de 2021).

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Instrução Normativa n.6*. Publicada em 29 de abril de 2015. Disponível em: http://sistemasweb.agricultura.gov.br/conjurnormas/index.php/INSTRUC%C3%84O_NORMATIVA_N%C2%BA_6_DE_29_DE_ABRIL_DE_2015 (Acesso em 10 de outubro de 2020).

_____. *Anuário da Cerveja 2019*. Brasília: MAPA, 2020a. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/publicacoes/anuario-da-cerveja-2019> (Acesso em 5 de fevereiro de 2021).

_____. Mapa vai implementar extensão rural digital criada por Nobel da Economia. Publicado em 18 de agosto de 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-e-iica-vao-levar-extensao-rural-digital-para-agricultores-familiares-do-nordeste> (Acesso em 24 de março de 2021).

_____. Programa levará tecnologias 4.0 para o agronegócio. Publicado em 3 de setembro de 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/programa-levara-tecnologias-4-0-para-o-agronegocio> (Acesso em 24 de março de 2021).

_____. Governo reduz taxas de juros nos financiamentos do Funcafé. Publicado em 19 de junho de 2020d. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-reduz-taxas-de-juros-nos-financiamentos-do-funcafe> (Acesso em 26 de março de 2021).

_____. Café no Brasil. Publicado em 18 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira> (Acesso em 20 de janeiro de 2019).

_____. Sumário Executivo Café, Outubro de 2017. Secretaria de Política Agrícola (SPA)/MAPA. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/informe_estatistico/SumarioExecutivoCafe_Outubro2017.pdf (Acesso em 30 de março de 2020).

deMARTINO, George. Free trade or social tariffs. In: MICHIE, Jonathan (Org). *The Handbook of Globalisation*, Northampton: Edward Elgar Pub; 2ª ed. pp. 483-494, 2011.

MARQUES, Eduardo. Redes sociais e o poder no Estado Brasileiro. Aprendizados a partir das políticas urbanas. RBCS, Vol. 21, N. 60, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsoc/a/tN5C8FSNDWLnXKcphdPrprh/?format=pdf&lang=pt> (Acesso em 08 de fevereiro de 2021).

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983[1867].

MASSEY, Dorren. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [2005].

MAUES, Julia. Banking Act of 1933 (Glass-Steagall). *Federal Reserve Bank of St. Louis*, 2013. https://www.federalreservehistory.org/essays/glass_steagall_act (Acesso em 29 de outubro de 2019).

MAZZUCATO, Mariana. *Mission Economy – A moonshot guide to changing capitalism*. UK: Penguin Books, 2021.

MCMICHAEL, Philip. *Development and Social Change: A global perspective*. Thousand Oaks: SAGE Publications Inc, 5ª ed. 2012.

MEDINA FILHO, Herculano; BORDIGNON, Rita. Melhoramento do café arábica ao longo dos anos. In: CARVALHO, Carlos Henrique Siqueira de (Ed.) *Cultivares de Café*. Brasília: Embrapa, 2007.

MENDES, Antônio Nazareno et al. História das primeiras cultivares de café plantadas no Brasil. In: CARVALHO, Carlos Henrique Siqueira de (Ed.) *Cultivares de Café*. Brasília: Embrapa, 2007.

MESQUITA, Carlos Magno de et al. *Manual do café: Implantação de cafezais Coffea arábica L*. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2016. 50 p. Disponível em:

http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/livro_implantacao_cafezais.pdf (Acesso em 21 de março de 2019).

MILLER, Claire Cain. Aiming at rivals, Starbucks will offer free wi-fi. *The New York Times*. 14 de junho de 2010. Disponível em <https://www.nytimes.com/2010/06/15/technology/15starbux.html?searchResultPosition=30> (Acesso em 04 de junho de 2020).

MIROWSKI, Philip e PLEHWE, Dieter. *The Road from Mont Pèlerin*. The Making of the Neoliberal Thought Collective. Harvard: Harvard University Press, 2009.

MOLLEDA, Juan-Carlos; e ROBERTS, Marylin. The value of 'authenticity' in global strategic communication: The new Juan Valdez campaign. *International Journal of Strategic Communication*. Vol 2, N. 3, pp. 154-174, 2008.

MONTAGUT, Xavier; VIVAS, Esther. *Supermercados, no gracias*. Grandes cadenas de distribución: impactos y alternativas. Madrid: Icaria Editorial, 2007.

MURDOCH, Jonathan; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Quality, Nature, and embeddedness: Some Theoretical Considerations in the Context of the Food Sector. *Economic Geography*, Vol 76, N. 2, 2000.

NANOS, Janelle. The story of the Frappuccino. *Boston Magazine*. Publicado em 12 de julho de 2012. Disponível em <https://www.bostonmagazine.com/news/2012/12/07/frappuccino-history/> (Acesso em 2 de janeiro de 2021).

NESTLÉ. Nestlé USA Nestlé acquires majority interest in Blue Bottle Coffee. *Nestlé Press Release*. 14 de setembro de 2017a. Disponível em <https://www.nestle.com/media/pressreleases/allpressreleases/nestle-acquires-majority-interest-blue-bottle-coffee> (Acesso em 22 de setembro de 2020).

_____. Nestlé USA Welcomes Chameleon Cold-Brew to its Growing Coffee Portfolio. *Nestlé Press Release*. 03 de novembro de 2017b. Disponível em <https://www.nestleusa.com/media/pressreleases/chameleon-cold-brew-acquisition> (Acesso em 22 de setembro de 2020).

NIEDERLE, Paulo. Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados alimentares. In: NIEDERLE, Paulo. *Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2013.

NIEDERLE, Paulo; VITROLLES, Delphine. Indicações geográficas e qualificação no setor vitivinícola brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Vol. 1, N. 8, pp. 5-55, 2010.

NKG. NKG Bloom - coffee sourcing with a purpose. Publicado em 1 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.nkg.net/nkg-bloom-coffee-sourcing-with-a-purpose/> (Acesso em 20 de março de 2021).

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Cafeicultura gera emprego e renda, apesar da pandemia. Publicado em 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/cafe/259864-cafeicultura-gera-emprego-e-renda-apesar-da-pandemia.html#.YGYikC35QUs> (Acesso em 01 de abril de 2021).

OCEMG. Organização das cooperativas do estado de Minas Gerais. Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro 2020. Sistema Ocemg. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/publicacoes/> (Acesso em 20 de março de 2021).

ONU. Organização das Nações Unidas. *Yearbook of the United Nations* 1962. Nova York: ONU, 1964. Disponível em: <https://www.unmultimedia.org/searchers/yearbook/page.jsp?volume=1962&page=2&searchType=advanced> (Acesso em 7 de fevereiro de 2020).

PADILHA, Lilian; CARVALHO, Gladyston; e EIRA, Mirian. Colheita, preparo e armazenamento de sementes de café. In: CARVALHO, Carlos Henrique Siqueira de (Ed.) *Cultivares de Café*. Brasília: Embrapa, 2007.

PANHUYSEN, Sjoerd. e PIERROT, Joost. *Coffee Barometer*, 2018. Disponível em: <https://america-latina.hivos.org/assets/2018/07/Coffee-Barometer-2018.pdf> (Acesso em 09 de setembro de 2020).

PENTEADO, Raphael. Financeirização do mercado de commodities agrícolas: Reflexões sobre especulação financeira e segurança alimentar. 2016. 115 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

PEREIRA, Jaiane; BANKUTI, Sandra. Estrutura de Mercado e Estratégia: Um Estudo na Indústria Brasileira de Baterias Automotivas. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, Vol. 15, N.1, jan-mar, 2016.

PEREIRA, Lorena. Land grabbing, land rush, controle e estrangeirização da terra: Uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. *Estudos Internacionais*, Vol.5, N. 2, pp. 34-56, 2017.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980[1944].

POLLAN, Michael. *The Omnivore's Dilemma*. Nova York: Penguin Press, 2006.

POMPÉIA, Caio. Concertação e poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 35, N. 104, 2020.

_____. *Formação política do agronegócio*. São Paulo, Elefante, 2021.

PONTE, Stefano. The 'Latte Revolution'? Regulation, Markets and Consumption in the Global Coffee Chain. *World Development*, V. 30, N. 7, pp. 1099-1122, 2002.

POSSAS, Mário. O projeto teórico da 'Escola da Regulação': alguns comentários. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, SP, V. 21, pp. 195-212, 1988.

PWC. PriceWaterhouse Coopers. Montesanto Tavares Goup Participações S.A. *Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente*. 2020. Disponível em: https://www.atlanticacoffee.com/wp-documents/pt/Juridico_Montesanto.pdf (Acesso em 21 de março de 2021).

RABOBANK. The Brazilian coffee market. *RaboResearch*. Janeiro 2020.

_____. *Banking for coffee*. 2017. Disponível em <https://static1.squarespace.com/static/584f6bbef5e23149e5522201/t/5d7f82abd90bed78ce407cb8/1568637622720/Coffee+infographic+2017+-+Rabobank.pdf> (Acesso em 29 de janeiro de 2021).

_____. *Banking for coffee*. Novembro de 2016. Disponível em <https://research.rabobank.com/far/en/sectors/beverages/Infographic-Banking-for-Coffee.html> (Acesso em 29 de janeiro de 2021).

RAMALHO, José Ricardo. Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: um balanço do debate. BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 1, N. 32, p. 31-48, 1991.

RANGEL, Ignácio. A questão da terra. *Revista de Economia Política*, Vol. 6, N.4, out./dez, pp. 71-77, 1986.

RAYNOLDS, Laura. Fair trade, certification, and labor: global and local tensions in improving conditions for agricultural workers. *Agriculture and Human Values*, Vol. 31 N. 3, pp. 499-511, 2014.

REIS, Nilmar Diogo. O Direct Trade no agronegócio café: uma perspectiva de seus agentes. 2018. 96 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

REARDON, Thomas; BERDEGUÉ, Julio. The rapid rise of supermarkets in Latin America: Challenges and opportunities for development. *Development Policy Review*, Vol. 20, N. 4, pp. 371-388; 2002.

REARDON, Thomas; HENSON, Spencer; BERDEGUÉ, Julio. 'Proactive fast-tracking' diffusion of supermarkets in developing countries: implications for market institutions and trade. *Journal of Economic Geography*, Vol. 7, N. 4, pp. 399-431; 2007.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982[1817].

RODRIK, Dani. *Straight talk to trade*. Ideas for a sane world economy. New Jersey/Oxford: Princeton University Press, 2018.

_____. *Has globalization gone too far?* Washington D.C.: Institute for International Economics, 1997.

ROMERO, Simon. TIAA-CREF, U.S. Investment Giant, Accused of Land Grabs in Brazil. The New York Times. Publicado em 16 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/11/17/world/americas/tiaa-cref-us-investment-giant-accused-of-land-grabs-in-brazil.html?searchResultPosition=1> (Acesso em 08 de agosto de 2021).

ROSA, Hartmut; DÖRRE, Klaus; LESSENICH, Stephan. Appropriation, activation and acceleration: The escalatory logics of capitalist modernity and the crises of dynamic

stabilization. *Theory, Culture & Society*, Vol. 34, N. 1, pp. 53-73, 2017. Disponível em: <https://epub.ub.uni-muenchen.de/42046/1/0263276416657600.pdf> (Acesso em 02 de novembro de 2019)

SAES, Maria Sylvia Macchione. *Estratégias de diferenciação e apropriação de quase-renda na agricultura: A produção de pequena escala*. São Paulo: Annablume, 2009.

SAES, Maria Sylvia Macchione; NAKAZONE, Douglas. O agronegócio café do Brasil no mercado internacional. *FAE Business*, Curitiba, N. 9, p. 40-42, 2004.

SAES, Maria Sylvia Macchione; FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. *O agribusiness do café no Brasil*. [S.l: s.n.], 1999.

SAES, Alexandre; COSENTINO, Daniel e GAMBI, Thiago. Sul de Minas em transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Org.). *Sul de Minas em transição: a formação do capitalismo na passagem para o século 20*. Bauru: Edusc, 2012.

SALTMARSH, Matthew. A cup of coffee, enriched by lifestyle. *The New York Times*. Publicado em 19 de fevereiro de 2009. Disponível em <https://www.nytimes.com/2009/02/20/business/20nestle.html?searchResultPosition=13> (Acesso em 4 de agosto de 2020).

SAMBO, Paula; BATISTA, Fabiana. Fundo de pensão do Canadá investe na expansão do café no Brasil. Publicado em 19 de setembro de 2018. *Bloomberg/UOL*. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2018/09/19/fundo-de-pensao-do-canada-investe-na-expansao-do-cafe-no-brasil.htm> (Acesso em 03 de setembro de 2020).

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2016.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio. Expansão agrícola, preços e apropriação de terras por estrangeiros no Brasil. Piracicaba: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Vol. 50, N. 03, Jul/Set, 2012.

SAUER, Sérgio e BORRAS JR, Saturnino. Land grabbing e green grabbing: Uma leitura da corrida na produção acadêmica. *Campo - Território*, 2016.

SEAPA. Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. *Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais*. Seapa/MG, 2020a. Disponível em: http://www.agricultura.mg.gov.br/images/Arq_Relatorios/Publicacoes/Panorama-2020B.pdf (Acesso em 01 de abril de 2020).

_____. *Balanço do Agronegócio de Minas Gerais 2020*. Seapa/MG, 2020b. Disponível em: http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco_Agronegocio_2020.pdf (Acesso em 30 de março de 2021).

SELWYN, Ben. Social upgrading and labour in global production networks: A critique and an alternative conception. *Competition & Change*, Vol. 17, N. 1, p. 75- 90, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, Flávia; CONTERATO, Marcelo Antônio; e SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Construção de mercados e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

SEEG. Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima. *Análise das emissões brasileiras de Gases Efeito Estufa e suas implicações para as metas do clima do Brasil 1970-2019*. Observatório do Clima: 2020. Disponível em https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf (Acesso em 14 de maio de 2021).

SHADLEN, Kenneth. 2005. Exchanging development for market access: Deep integration and industrial policy under multilateral and regional-bilateral trade agreements. *Review of International Political Economy*, Vol. 12, N. 5, pp. 750-775, 2005.

SHAFIADDIN, Mehdi. How Did Developed Countries Industrialize? The History of Trade and Industrial Policy: The Cases of Great Britain and the USA. *UNCTAD Discussion Paper* 139, 1998.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SILVA, Fábio Moreira et al. Viabilidade técnica e econômica da colheita mecanizada do café. *Visão agrícola*. N. 12; jan-jul, 2013.

SILVA, Eduardo; AZEVEDO, Angélica; e JÚNIOR, Luiz Gonzaga. Transformações recentes na indústria brasileira de café. *Gestão e desenvolvimento em Revista*. Vol.1, N. 1, jan-jun, pp. 35-47. 2017.

SILVA, Mauro Costa da. A telegrafia elétrica no Brasil império - ciência e política na expansão da comunicação. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro. Vol. 4, N. 1, pp. 49-65, jan-jun, 2011.

SIMÕES, Rodrigo. Spatial industrial complexes, spatial accessibility matrix and fuzzy logic approach, Minas Gerais - Brazil. *Anais da 15th International Input-Output Conference*, 2005, Beijing - China P.R.. Annals.. Vienna - Austria: International Input-Output Association, 2005.

SINDICAFÉ MG. Sindicato da Indústria do Café do Estado de Minas Gerais. Café produzido em MG bate recorde de mais caro do mundo em leilão; quilo foi comprado por mais de R\$915. Publicado em 14 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://sindicafe-mg.com.br/posts/cafe-produzido-em-mg-bate-recorde-de-mais-carro-do-mundo-em-leilao-quilo-foi-comprado-por-mais-de-r-915> (Acesso em 4 de novembro de 2020).

SIVIERO, Jéssica. Uma nova safra de proprietários rurais? O caso dos investimentos da Universidade de Harvard em recursos naturais no Brasil. 2020. 210 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

SMUCKERS. *Annual Report - Fiscal Year of 2020*. J.M. Smuckers, 2020. Disponível em <https://s3.us-east-2.amazonaws.com/jms-s3-com-jms-p-pmc6/assets/news-stories/corporate-publications/2020-annual-report-full.pdf> (Acesso em 23 de setembro de 2020).

SOARES, Wagner; CUNHA, Lucas; PORTO, Marcelo. Uma política de incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável. *GT de Saúde e Ambiente da Abrasco*. Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/publicacoes/uma-politica-de-incentivo-fiscal-a-agrotoxicos-no-brasil-e-injustificavel-e-insustentavel/45232/> (Acesso em 20 de março de 2021).

SOUZA JR, Hailton. *O lugar do progresso*. Família, trabalho e sociabilidade em uma comunidade de produtores de café no cerrado mineiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

SUZIGAN, Wilson; GARCIA, Renato; FURTADO, João. Clusters ou Sistemas Locais de Produção/Inovação: Metodologia, Evidências e Sugestões de políticas. *Anais do Encontro Anual da ANPOCS, 2003*, Caxambú-MG. Encontro Anual da ANPOCS, 2003. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt05-22/4161-wsuzigan-clusters/file> (Acesso em 19 de maio de 2021).

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STARBUCKS. Frappuccino turns 20: The story behind Starbucks beloved beverage. *Starbucks Stories and News*. Publicado em 25 de março de 2015. Disponível em <https://stories.starbucks.com/stories/2015/frappuccino-turns-20/#:~:text=In%201999%2C%20Starbucks%20introduced%20Caramel,lid%20for%20the%20first%20time>. (Acesso em 2 de janeiro de 2021).

STRAND, Oliver. Has coffee gotten too fancy? *The New York Times*. Publicado em 10 de abril de 2017. Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/04/10/dining/coffee-local-restaurant-one-dollar-cup.html> (Acesso em 17 de dezembro de 2020).

SUBASAT, Turan. What Does the Heckscher-Ohlin Model Contribute to International Trade Theory? A Critical Assessment. *Review of Radical Political Economics* Vol. 35, N. 2, pp. 148-165, 2003.

TALBOT, John. *Grounds for Agreement*. The Political Economy of the Coffee Commodity Chain. Lanham/USA: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2004.

TOPIK, Steven. The World Coffee Market in the Eighteenth and Nineteenth Centuries, from Colonial to National Regimes. *Working Papers of the Global Economic History Network (GEHN)*, N. 04/04. Londres: Department of Economic History, London School of Economics and Political Science, 2004.

TSING, Anna. Supply chains and the human condition. *Rethinking Marxism*. Vol. 21, N. 2, pp. 148-176, 2009.

VALVERDE, Michelle. Importação de café do Peru gera polêmica. *Diário do Comércio MG/portal Cafeicultura*, 12 de maio de 2016. Disponível em <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=61784> (Acesso em 10 de outubro de 2020).

VOORA, Vivek; BERMUDEZ, Steffany; LARREA, Cristina. Global Market Report: Coffee. IISD: *Sustainable Commodity Marketplace Series*, 2019.

VOTTA, Tiago; VIAN, Carlos Eduardo; PITELLI, Mariusa. A desregulamentação no mercado de café torrado e moído e a emergência de campos organizacionais: Uma análise prospectiva e uma agenda de pesquisa. In: XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. *Anais do XLIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento*, Vol. 44, 2006.

WADE, Robert. What strategies are available for developing countries today? The WTO today and the shrinking of the 'development space'. *Review of International Political Economy*, Vol. 10, N. 4, pp. 621-644, 2003.

WILLIAMS, Steve. et al. *Globalization and work*. Cambridge: Polity Press, 2013.

WILKINSON, John. Os mercados não vêm mais do 'mercado'. In: MARQUES, Flávia; CONTERATO, Marcelo Antônio; e SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). *Construção de mercados e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

_____. O setor privado lidera a inovação radical no sistema agroalimentar desde a produção até o consumo. In: GOULET, Frédéric; Le COQ, Jean François; SOTOMAYOR, Octavio. *Sistemas y políticas de innovación para el sector agropecuario en América Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.

WILKINSON, John, REYDON, Bastian., & Di SABBATO, Alberto. Concentration and foreign ownership of land in Brazil in the context of global land grabbing. *Canadian Journal of Development Studies*, Vol. 33, N. 4, 417-438, 2012.

WILSON, Jeffrey. *Governing Global Production: Resource Networks in the Asia-Pacific Steel Industry*. Palgrave Macmillan, 2013.

WINNER, Langdon. Do artifacts have politics? In: WINNER, Langdon. *The whale and the reactor – a search for limits in an age of high technology*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 19-39, 1986. <http://www.necso.ufrj.br/Trads/Artefatos%20tem%20Politica.htm>. (Acesso em 22 de janeiro de 2021).

ANEXOS

ANEXO A – Quadro da relação de entrevistados

ANEXO B – Quadro de Associados ao Centro de Comércio do Café de Minas Gerais (CCC-MG)

ANEXO C – Quadro com a listagem não exaustiva de fazendas cafeeiras do Sul de Minas com área superior a 100 hectares

ANEXO A

Quadro A 1 Relação dos atores entrevistados (continua)

Entrevistada/o	Instituição	Data	Local	Registro
1	Ex-secretário SEDA/MG	13/mar/19	Belo Horizonte	Notas
2	Técnico Emater/MG	19/mar/19	Belo Horizonte	Gravada
3	Ex-secretário SEDA/MG	23/abr/19	Belo Horizonte	Notas
4	Técnico Emater/MG	30/abr/19	Belo Horizonte	Gravada
5	Técnico Emater/MG	26/jun/19	Belo Horizonte	Gravada
6	Técnico Emater/MG	26/jun/19	Belo Horizonte	Gravada
7	Técnico Seapa/MG	27/jun/19	Belo Horizonte	Gravada
8	Parlamentar - ALMG	10/jul/19	Belo Horizonte	Gravada
9	Representante Faemg	10/jul/19	Belo Horizonte	Gravada
10	Representante Faemg	10/jul/19	Belo Horizonte	Gravada
11	Representante Faemg	10/jul/19	Belo Horizonte	Gravada
12	Representante Minas Verde (marketing)	22/jul/19	Lavras	Notas
13	Representante Minas Verde (vendas)	22/jul/19	Lavras	Notas
14	Estudante UFLA, integrante do InovaHub	22/jul/19	Lavras	Notas
15	Prof. Administração UFLA	22/jul/19	Lavras	Notas
16	Técnico UFLA, cultivo experimental de café	22/jul/19	Lavras	Notas
17	Estudante, cafeteria escola Cafesal	22/jul/19	Lavras	Notas
18	Trabalhador, armazéns-gerais Cocatrel	23/jul/19	Três Pontas	Gravada
19	Sócio A&C Corretores	22/jul/19	Três Pontas	Notas

Quadro A 1 (continuação)

20	Relações públicas, representante da Cocatrel	23/jul/19	Três Pontas	Gravada
21	Representante Café Bom Dia	23/jul/19	Varginha	Gravada
22	Trabalhador rural, representante da Adere	24/jul/19	Varginha	Gravada
23	Representante CCC-MG	24/jul/19	Varginha	Gravada
24	Representante Supram/MG	24/jul/19	Varginha	Gravada
25	Funcionária administrativa Rabobank	24/jul/19	Varginha	Notas
26	Representante Sucafina	24/jul/19	Varginha	Notas
27	Representante Porto Seco de Varginha (marketing)	25/jul/19	Varginha	Gravada
28	Representante Grupo 3Corações, armazéns-gerais de Varginha	25/jul/19	Varginha	Notas
29	Representante LIV (Logística Integrada Varginha), armazéns-gerais	25/jul/19	Varginha	Notas
30	Representante Melitta, unidade de torrefação de Varginha	26/jul/19	Varginha	Notas
31	Eng. Agrônoma, representante Ipanema Coffees	26/jul/19	Alfenas	Gravada
32	Eng. Agrônomo representante Ipanema Coffees	26/jul/19	Alfenas	Gravada
33	Representante COFCO, armazéns-gerais de Alfenas	26/jul/19	Alfenas	Notas
34	Advogado sindical/STR Campo do Meio	29/jul/19	Campo do Meio	Gravada
35	Representante MST	29/jul/19	Campo do Meio	Notas
36	Representantes MST	29/jul/19	Campo do Meio	Notas
37	Representante agência BB Guaxupé	30/jul/19	Guaxupé	Gravada
38	Representante Cooxupé (comunicação e marketing)	30/jul/19	Guaxupé	Gravada
39	Trabalhador rural, representante da Adere	31/jul/19	Carmo de Minas	Notas

Quadro A 1 (continuação)

40	Agricultores, representantes da APAS Coffee	01/ago/19	São Gonçalo do Sapucaí	Notas
41	Representante Grupo 3Corações, pesquisa e desenvolvimento <i>tres</i>	28/out/20	Online	Notas
42	Produtor de café especial de Baependi	26/fev/21	Online	Gravada
43	Consultor e torrefador de cafés especiais	02/mar/21	Online	Gravada
44	Produtor de café <i>commodity</i> Nepomuceno	04/mar/21	Online	Gravada

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO B

Quadro B 1 Associados ao Centro de Comércio do Café de Minas Gerais (CCC-MG)
(continua)

Armazéns	Município
Alameda do Café Armazéns-Gerais	Varginha
Armazéns-Gerais Carapina Ltda	Elói Mendes
Amazéns-Gerais GS	Varginha
Amazéns-Gerais Leste de Minas Ltda	Varginha/Manhuaçu
Armazéns-Gerais São João Ltda	Três Corações
Bueno Café Comércio e Exportação Eireli	Varginha
Café Três Corações S/A	Varginha
Cafeco Armazéns-Gerais Ltda	Varginha
NKG Stockler Ltda	Varginha
Cafesul Armazéns-Gerais Ltda	Elói Mendes
COFCO International Comércio e Armazenagem de Grãos Ltda	Alfenas
Comexim Ltda	Ouro Fino
Copag - Cia Capital de Armazéns-Gerais	Varginha/Caratinga
Dinamo Armazéns-Gerais Ltda	Machado
LIV - Logística Armazéns-Gerais Ltda	Varginha
Pássaro Armazéns-Gerais Ltda	Varginha
SAAG - Sociedade de Armazenamento e Agricultura Ltda	Santana da Vargem
Sendas Comércio Exterior e Armazéns- Gerais S/A	Varginha

Quadro B 1 (continuação)

Cooperativas	Município
Coopama (Cooperativa Agrária de Machado Ltda)	Machado
Capebe (Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança Ltda)	Boa Esperança
Carpec (Cooperativa Agropecuária de Carmo do Paranaíba Ltda)	Carmo do Paranaíba
Coopadap (Cooperativa Agropecuária do Alto Paranaíba)	São Gotardo
Coopervass (Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí Ltda)	São Gonçalo do Sapucaí
Coccamig (Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais Ltda)	Varginha
Minasul (Cooperativa Agroindustrial de Varginha Ltda)	Varginha
Coopercam (Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio Ltda)	Campos Gerais
Cocatrel (Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda)	Três Pontas
Coopercafem (Cooperativa dos Produtores de Café Especial dos Martins)	Varginha
Cooxupé (Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé Ltda)	Guaxupé
Coopercitrus (Cooperativa de Produtores Rurais)	São Sebastião do Paraíso
Corretores	Município
A.C Corretora de Café	Varginha
ASP Comissária de Café Ltda	Varginha
A&C Corretores de Mercadorias e Futuro Ltda	Três Pontas
Altitude Comissária de Café Ltda	Varginha
Bandoni's Corretagem de Café Ltda	Três Pontas

Quadro B 1 (continuação)

Grão de Minas Corretagem	Varginha
Ivan Corretagem de Café Ltda	Varginha
J. Participações Comércio e Exportação Ltda	Varginha
JR Comissária de Café Ltda	Varginha
JS Corretora de Café	Varginha
L&C Corretagem de Café Ltda	Varginha
Lessa Corretora de Mercadorias Ltda	Varginha
Palva Lopes Comissária de Café Ltda	Varginha
Malta Corretora de Café e Mercadorias	Varginha
Marson e Sakata Corretora de Café Ltda	Varginha
Minas Coffee Trade - Café Direto	Campos Gerais
Minas Comissária de Café Ltda	Varginha
MW Corretora de Café Ltda	Varginha
Nhola Cafés Ltda	São Sebastião do Paraíso
Novo Tempo Representações de Café Ltda	Varginha
Ouro de Minas Corretagem de Café Ltda	Manhuaçu
Ouro Minas Armazéns-Gerais e Comércio de Café	Três Pontas
PJ Prado Corretora de Mercadorias Ltda	Varginha
Poneis Corretora de Café Ltda	Varginha
Quinho Corretora de Café Ltda	Varginha
Santa Ana Comissária de Café Ltda	Varginha

Quadro B 1 (continuação)

Safira Comissária de Café Ltda	Varginha
Safra Corretora de Café Ltda	Varginha
Sancafé Ltda	Varginha
Silva & Silva Comissária de Café Ltda	Varginha
Siqueira Corretora de Café Ltda	Varginha
Soma Corretora de Mercadorias Ltda	Varginha
Souza Cafés Representações Eireli - ME	São Sebastião do Paraíso
Surita Corretagem de Café	Varginha
Thesi Corretora de Mercadorias Ltda	Varginha
TVRT Serviços Administrativos e Corretagem Ltda	Varginha
VCC - Varginha Comissária de Café Ltda	Varginha
Via Café Corretora Ltda	Varginha
Virtória Corretora	Varginha

Exportadores/Importadores	Município
Agro Fonte Alta Ltda	Poços de Caldas
Atlantica Exportação e Importação Ltda	Belo Horizonte
Bueno Café Comércio e Exportação Eireli	Varginha
Café Bento Grão	Lavras
C & Z Coffee Comércio de Café Ltda	Varginha
EISA Empresa Interagrícola S/A	Varginha

Quadro B 1 (continuação)

Estrela Comércio e Exportadora de Café Ltda	Santo Antônio do Amparo
Exportadora de Café Carmos de Minas Ltda	Três Corações
Exportadora de Café Guaxupé Ltda	Guaxupé
Falcafé Comércio Exportação e Importação de Café Ltda	Ouro Fino
Forte Grão Comércio Importação e Exportação de Café Ltda	Alfenas
Louis Dreyfus Commodity S/A	Varginha
Mercon Brasil Comércio de Café Ltda	Varginha
Mitsui & Co Coffee Trading Brazil Ltda	Santos/SP
Montesa Comércio Exportação e Importação de Café Ltda	Varginha
Nicchio Café S/A - Exportação e Importação	Manhumirim
Olam Agrícola Ltda	Alfenas
Pratapereira Comércio Importação e Exportação de Café Ltda	Varginha
Sendas Comércio Exterior e Armazéns-Gerais S/A	Varginha
SMC Comercial e Exportadora de Café S/A	Guaxupé
NKG Stockler Ltda	Santos/SP, Varginha, São Sebastião do Paraíso, Vitória/ES, Muzambinho, Patrocínio
Sucafina Brasil	Varginha, Santos/SP, Vitória/ES
Tristão Comércio Exterior Ltda	Varginha
Unicafé Cia. de Comércio Exterior	Varginha
Union Trading Comércio, Importação e Exportação Ltda	Albertina
Volcafé Ltda	Varginha

Fonte: Elaboração a partir do site do Centro do Comércio de Café de Minas Gerais (<http://cccmg.com.br/>).

ANEXO C

Quadro C 1 Listagem não exaustiva de fazendas cafeeiras do Sul de Minas com área superior a 100 hectares (continua)

Fazenda	Município	Extensão (ha de café)	Certificações
Santa Terezinha*	Campo do Meio	400 ha de café + 600 ha grãos (180 ha de pivô central)	Não informado
Campo Verde**	Campo do Meio	1.056 ha (920)	Não informado
Samambaia**	Alfenas	385 ha (275)	Não informado
São José do Indaiá**	Campo do Meio	620 ha (460)	Não informado
São Sebastião**	Campos Gerais	630 ha (330)	Não informado
Fazenda da Lagoa***	Santo Antônio do Amparo	3.720 ha	Utz, RainForest
Conquista	Alfenas	2.044 ha (1.531)	Utz, RainForest
Rio Verde	Conceição do Rio verde	1.566 ha (613)	Utz
Capoeirinha	Alfenas	2.238 (1.507)	Utz, RainForest
MAEG	Muzambinho	1.000 (35)	UTZ, Certifica Minas, ID, Rainforest, Nucoffee e Starbucks
Águas Claras	Ilicínea	206 ha (63)	Certifica Minas e RainForest
Ana Paula 1	Piumhi	1.020 ha (206)	Rainforest
Barreiro	Poços de Caldas	665 ha (175)	Utz, RainForest
Bela Vista	Nepomuceno	716 ha (90)	Utz, Certifica Minas e Rainforest
Bom Café	Ouro Fino	144 ha (9,23)	Certifica Minas
Capoeira	Areado	180 ha (95)	Certifica Minas
Das Almas	Cabo verde	112 ha (102)	Utz, RainForest
Do Lobo	Três Corações	308 ha (90)	Utz, Certifica Minas e Rainforest
Dona Alayde	Carmo da Cachoeira	200 ha (45)	Utz, Certifica Minas
Estação do Salto	Carmo da Cachoeira	200 ha (95)	Não informado
Estância Fonte Alta	Campestre	200 ha (42,8)	Certifica Minas
Iracema	Machado	524 ha (224)	Utz
Mantissa	Campestre	195 ha (163)	Certifica Minas
Matilde	Andrelândia	1.129 ha (552 de café)	Não informado

Quadro C 1 (continuação)

Monte Alegre	Monte Belo	18.139 ha (2.322)	Utz, Rainforest
Monte Alto	Guaxupé	485 ha (237)	Utz
Monte Verde	Ouro Fino	573 ha (181 de café)	Rainforest
Movimento	Areado	350 ha (106)	Certifica Minas
Nossa Senhora da Guia	Pimenta	2.136 ha (1.382)	Utz, Rainforest
Nova Aliança	Monte Santo de Minas	327 ha (150)	Não informado
Passeio	Monte Belo	450 ha (240)	Rainforest
Planalto	Nova Resende	910 ha (263)	Utz
Ponto Alegre	Cabo Verde	419 ha (264)	Utz, 4C
Potireiros	Três Pontas	1.114 ha (392)	IBD Certificações
Rancho Grande	Três Pontas	2.200 ha (500)	Utz
Santa Cruz	Paraguaçu	485 ha (319)	Utz, Rainforest
Santa Hedwirges - Boa Esperança	Boa Esperança	750 ha (540)	Utz
Santa Hedwirges - Elói Mendes	Elói Mendes	281 ha (220)	Utz
Santa Izabel	Ouro Fino	312 ha (126)	IBD Certificações
Santa Maria da Serra	Monte Santo de Minas	224 ha (98)	Certifica Minas
Santa Mônica	Serrania	149 ha (100)	Utz
Santa Tereza	Cabo Verde	118 ha (70)	Rainforest
São Domingos	Muzambinho	247 ha (99)	Rainforest
São Joaquim	Guaxupé	380 ha (131)	Rainforest
São Sebastião	São Thomé das Letras	1.172,5 ha (180)	Rainforest
Caxambu e Aracaçu	Três Pontas	380 ha (210)	Rainforest
Sertãozinho	Botelhos	320 ha (200)	IBD Certificações
Três Porteiros	Ingai	250 ha (36)	Não informado
União	Passos	300 ha (200)	Utz
Vale da Serra	Campos Gerais	219 ha (100)	Utz
Zaroca	Três Pontas	265 ha (145)	Não informado
Ouro de Minas	Juruaia	146 ha (99)	Não informado

Quadro C 1 (continuação)

Vale do Cerrado	São Roque de Minas	500 ha (388)	Utz
SH Coffees - São Lourenço	Santana da Vargem	650 ha (315)	Utz
Santo Antonio II	Santa Rita do Sapucaí	200 ha (130)	Utz
Carmo Estate	Heliodora	1.000 (280)	Rainforest
Estância Santa Luzia	São Gonçalo do Sapucaí	242 ha (28)	Certifica Minas
Floresta	Santa Rita do Sapucaí	180 ha (90)	Rainforest
Ondas da Mantiqueira	Carmo de Minas	487 ha (60)	IBD Certificações
Santa Inácia	Pedralva	596 ha (201)	Utz
Santa Rita de Cássia	Carmo de Minas	135 ha (83)	Certifica Minas
Do Sertão	Carmo de Minas	800 ha (246)	Certifica Minas
Trapiá	Baependi	444 ha (70)	Rainforest
Um	Campanha	565 ha (100)	Não informado
Fazenda São Sebastião	São Thomé das Letras	1.160 ha (360)	Utz

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pela BSCA (Membros/Produtores Certificados (<https://brazilcoffeenation.com.br/certified-producers>) e em Certificação (<https://brazilcoffeenation.com.br/producers-in-certification>)), à exceção de * (<http://www.dag.ufla.br/petagonomia/index.php/visita-tecnica-a-fazenda-santa-terezinha/>) ** (<http://www.terrafortecafes.com.br/fazendas/>), *** (<https://nkgtrropical.com/fazenda-da-lagoa/>).